

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

CARLOS ALBERTO DE SOUSA CARDOSO

**II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS EM RORAIMA**

**São Luís
2009**

CARLOS ALBERTO DE SOUSA CARDOSO

**II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS EM RORAIMA**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Área de concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria das Graças Santos Dias Magalhães

**São Luís
2009**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

M268s Cardoso, Carlos Alberto de Sousa

II Plano Nacional de Reforma Agrária: uma análise a partir dos assentamentos rurais em Roraima / Carlos Alberto de Sousa Cardoso. -- São Luis, 2009.

257 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva.

Co-orientadora: Prof. Dra. Maria das Graças Santos Dias Magalhães.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – MINTER UFRR.

1 – II Plano Nacional de Reforma Agrária. 2 – Assentamentos rurais. 3- Roraima. I – Título. II – Silva, José de Ribamar Sá.

CDU-332.021.8:63

CARLOS ALBERTO DE SOUSA CARDOSO

II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS EM RORAIMA

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, área de concentração: Políticas Públicas e Movimentos Sociais Defendida no dia 16 de abril de 2009 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva
Orientador/Curso de Economia da UFMA

Profa. Dra. Maria das Graças Santos Dias Magalhães
Co-orientadora/Curso de História da UFRR

Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita
Membro/Curso de Economia da UFMA

*À memória do meu avô,
Antônio Lisboa de Sousa e ao
meu filho Caio Fernandes
Cardoso.*

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Universidade Federal de Roraima e a Universidade Federal do Maranhão em virtude da celebração do convênio que permitiu a realização do Curso de Mestrado em Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Agradeço a minha mãe, Maria Verônica de Sousa Cardoso, e ao meu pai, Aliatar Cardoso, pelo esforço que fizeram durante a minha infância e juventude para proporcionar uma formação adequada tanto para mim quanto para minhas duas irmãs e para os dois irmãos.

Agradeço a todos os amigos que ao longo dessa jornada e, principalmente ao seu final, prestaram apoio e solidariedade.

Agradeço aos colegas e amigos do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, que sempre apoiaram e incentivaram a realização do curso de mestrado - especialmente às amigas Ana Lúcia de Souza e France Rodrigues e, principalmente, ao meu amigo Cleber Batalha Franklin que colaborou com a discussão da primeira versão do projeto dessa pesquisa.

Também agradeço à professora Joani Capiberibe Lyra que durante o semestre em que estive de licença capacitação assumiu a disciplina de Sociologia Rural. Agradeço ainda aos colegas Linoberg Almeida e Madalena V. M. C. Borges que, na condição de chefes do Departamento foram compreensíveis e fizeram o possível para reduzir minha carga de trabalho.

Faço um agradecimento especial aos alunos do Curso de Ciências Sociais/UFRR, particularmente ao Antônio de Souza, que participou de algumas etapas do trabalho de campo, e àqueles que passaram pela disciplina de Sociologia Rural e que em algum momento colaboraram com as discussões dos temas aqui apresentados.

Quero agradecer aos novos amigos que conheci em São Luís do Maranhão, especialmente aqueles da turma 2007 do Curso de Mestrado e Doutorado em

Políticas Públicas/UFMA, que muito bem receberam toda a turma do MINTER/RR quando lá passamos seis meses desse período de formação.

Lembro e agradeço os amigos da república dos seis: Carlos Vicente Joaquim, Elvira Luiza Mancini, Meire Joisy A. Pereira, Angela Maria M. da Silva, Rutinéia de Oliveira Carvalho e, mais tarde, Ananias Noronha Filho, pela convivência familiar que tivemos em São Luís durante longos cinco meses; como também os demais amigos da turma do MINTER Alexandra N. Da Silva, Indira D. de Oliveira, Janaine V. de Oliveira e Telma V. Lima.

Agradeço especialmente o empenho, dedicação e preocupação do professor Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira, coordenador local do MINTER e também ao professor Alberto Martinez Castañeda coordenador financeiro. Agradeço, ainda, a professora Dra. Sandra Buenafuente que foi até a minha sala de trabalho fazer o convite para participação desse programa de pós graduação.

Em nome das professoras doutoras Maria Ozanira da Silva e Silva, atual coordenadora do Programa, Josefa Batista Lopes, coordenadora do Programa à época da realização das disciplinas e Valéria F. S. de Almada Lima, coordenadora geral do MINTER, agradeço o empenho de todos os professores do PPGPP, não apenas aqueles que lecionaram na UFMA, mas principalmente aqueles que se deslocaram até a cidade de Boa Vista nas etapas fora da sede, em especial Dr. Flávio Bezerra de Farias pela amizade e discussões que travamos ao longo desse período.

Agradeço CAPES, que disponibilizou os recursos para realização desse Mestrado Interinstitucional entre a UFMA e a UFRR.

Faço uma agradecimento diferenciado para minha coorientadora professora Dr^a Maria das Graças Santos Dias Magalhães, pela atenção, preocupação e dedicação que apresentou as sugestões de leitura ao longo do trabalho. Agradeço a professora Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho, que fez parte da minha banca de qualificação e apresentou excelentes sugestões e observações nos texto da dissertação e ao professor Dr. José de Ribamar Sá Silva, que mesmo a distância, com sua tranquilidade, foi muito importante para que chegássemos até aqui.

Agradeço ao meu amigo Fábio Almeida de Carvalho que fez a correção dessa dissertação em tempo recorde.

Agradeço de maneira especial, aos assentados e lideranças dos movimentos sociais e sindical de Roraima pela valiosa colaboração nesse trabalho e

pela presteza em compartilhar suas histórias de vida. Desses quero destacar: Velho Riba que juntamente com sua companheira me recebeu em sua morada durante alguns dias da realização do trabalho de campo. Registro, também, meu agradecimento as seguintes entidades e movimentos: CAR, CPT, FETAG, MMC e, MST, bem como aos servidores do INCRA SR 25.

E, por fim, agradeço especialmente a Maria Luiza Fernandes por ter tido paciência pelos momentos de ausência durante o período de realização do mestrado, por ter assumido todos os compromissos do dia a dia de uma vida em família (filho, casa, etc.), e por ser uma grande companheira que com sua capacidade intelectual e crítica foi de fundamental importância para a conclusão dessa dissertação, oferecendo contribuições importantes desde as críticas relativas a formulações inadequadas até sugestões relativas ao trabalho de campo.

RESUMO

Esse trabalho analisa o II Plano Nacional de Reforma Agrária a partir da realidade das famílias assentadas e da ação dos movimentos sociais rurais e do movimento sindical rural no estado de Roraima. Para tanto, iniciamos fazendo a revisão da questão agrária brasileira, com o objetivo de examinar o modo que a posse e o uso da terra se foi processando nessa sociedade. Em seguida, discutimos o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira e como, ao longo da história, o Estado interveio politicamente em prol de um modelo agro-exportador. Na sequência, analisamos o modo pelo qual, em decorrência da maior presença do capitalismo e da industrialização, passaram a ocorrer fortes transformações na sociedade. O Brasil deixou de ser um país eminentemente rural para ser uma sociedade mais urbana. A expansão do capitalismo e o aprofundamento de um modelo de modernização conservadora da agricultura, no período pós-1964, acarretou forte ocupação da Amazônia, como forma de reduzir conflitos sociais de outras regiões. O estado de Roraima sofreu as implicações dessa expansão recebendo grande fluxo de pessoas nas últimas décadas, transformando-se de um Estado em que era fácil a obtenção de terras, como afirmava a propaganda governamental, numa região onde o agronegócio e os sem-terra disputam o território. Essa situação se acirrou com a eleição do “governo de caráter popular”, em 2002, quando os sem-terra de Roraima passaram a ocupar, de maneira articulada, na condição de movimento sindical e rural, terras, preponderantemente, da União. Nesse ínterim, o novo governo lançou o II PNRA com o fito de atender às demandas por reforma agrária exigidas por amplos setores da sociedade. Mas, ao longo do mandato, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi-se afastando dos setores populares e, concomitantemente, se aproximando da burguesia nacional, dando continuidade, assim, ao modelo neoliberal do antecessor. Em contrapartida, os sem-terra e os movimentos sociais rurais aprofundaram as ocupações de terra em Roraima para pressionar o INCRA, principal executor do referido plano, a assentar, de forma efetiva, as famílias que estavam acampadas em terras da União. Esse novo cenário ensejou o surgimento de uma situação conflituosa que pressionou e contribuiu para o afastamento de vários superintendentes do INCRA: seis, durante o governo Lula. Os resultados da investigação demonstram que o II PNRA, em Roraima, foi implementado apenas parcial e precariamente e que cumpriu apenas a primeira das etapas do programa de reforma agrária, a da entrega dos lotes, e outras pequenas ações pontuais e focalizadas, e que mesmo isso se deu a partir de uma forte mobilização e pressão social.

PALAVRAS-CHAVES: Questão agrária. II Plano Nacional de Reforma Agrária Luta pela terra. Assentamentos rurais. Movimentos sociais. Roraima.

ABSTRACT

This study analyzes the II National Plan for Agrarian Reform (*II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA*) from the reality of the families settled and the action of rural social movements and the rural trade union movement in the state of Roraima. Firstly, a review of the agrarian issue in Brazil was carried out in order to examine the way in which the ownership and the use of land have been proceeding in this society. The agricultural development process in Brazil and the way in which, historically, the State has intervened politically toward an agro-exporter model is then discussed. An analysis of how, with the increased presence of capitalism and of industrialization, strong transformations in society have occurred then follows. Brazil is no longer a principally rural country and has become a more urban society. The expansion of capitalism and the deepening of a conservative modernization model for agriculture, in the post-1964 period, have resulted in strong occupation of the Amazon Region, as a way to reduce social conflicts in other regions. The state of Roraima has suffered the implications of this expansion receiving a great number of migrants in the past decade, being transformed from a state in which it was easy to obtain land, as stated in governmental publicity, into a region where agro-business and the landless people (*sem-terra*) are in dispute over territory. This situation has been aggravated by the election of a government of a 'popular' nature, in 2002, when the landless of Roraima occupied mainly federal owned land, in an organized manner, in the form of a trade union and rural movement. During this period, the government launched the II PNRA in order to address the demands for agrarian reform made by wide sectors of society. However, during its mandate, Luiz Inácio Lula da Silva's government has been distancing itself from popular sectors and, concomitantly, moving closer to the national bourgeoisie, thus giving continuity to the neoliberal model of its predecessor. On the other hand, the landless and the rural social movements have extended their occupation of land in Roraima in order to pressurize INCRA, the main executor of the aforementioned plan, to effectively settle the families which have been camped out on federal owned land. This new scenario has led to the arising of a situation of conflict which pressurized and contributed to the removal of several superintendents of INCRA, six, during Lula's government. The results of the investigation show that II PNRA, in Roraima, has been implemented partially and precariously and that it has achieved only the first stages of the agrarian reform program, that of the distribution of plots, and other small directed and focused actions, and that even this came about through strong social mobilization and pressure.

KEYWORDS: Agrarian issue. Struggle for land. II National Plan for Agrarian Reform, Rural settlement. Social movements. Roraima

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Distribuição de recursos nos planos safra 02/03, 03/04 e 08/09.....	92
QUADRO 2	Projetos de Assentamentos Criados nos Governos de FHC e Lula.....	111
QUADRO 3	Dados relativos aos projetos de assentamentos e entrevistas realizadas.....	114

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Picadão de acesso ao PA – Jatobá, construído por madeireiros.....	113
FIGURA 2	Criação de gado no PAD Anauá.....	140
FIGURA 3	Fazenda a margem da BR 174.....	148
FIGURA 4	Vicinal do PA Pau Rainha.....	159
FIGURA 5	Moradia de assentado do PA Pau Rainha.....	159
FIGURA 6	Acampamento Pau Brasil.....	160
FIGURA 7	Acampamento Pau Brasil.....	161
FIGURA 8	Instalação do núcleo inicial do acampamento Patoá.....	165
FIGURA 9	Primeira safra de arroz do acampamento Patoá.....	165
FIGURA 10	Paiol de arroz para consumo das famílias do acampamento Patoá.....	166
FIGURA 11	Chegada da polícia no acampamento Patoá.....	166
FIGURA 12	Ação da polícia no acampamento Patoá.....	167
FIGURA 13	Policial ateando fogo em barraco do acampamento Patoá.....	167
FIGURA 14	Paiol de arroz destruído pelo ação policial no acampamento Patoá.....	168
FIGURA 15	Famílias com crianças abandonando o acampamento Patoá após a atuação da polícia.....	168
FIGURA 16	Casa de madeira coberta com cavaco – PAD Anauá.....	188
FIGURA 17	Acidente com caminhão transportando madeira.....	192
FIGURA 18	Situação de ponte no PAD Anauá.....	193
FIGURA 19	Área de floresta derrubada e queimada, PA Jatobá.....	214
FIGURA 20	Frascos de pesticidas e herbicidas encontrados em Uma roça no PAD Anauá.....	218
FIGURA 21	Produção tradicional de arroz, PAD Anauá.....	229
FIGURA 22	Produção de artesanato com fibras, PA Nova Amazônia I	233
FIGURA 23	Produção de farinha, PA RR 170.....	233

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Avaliação do governo Lula em dezembro de 2008.....	97
GRÁFICO 2	Avaliação do governo Lula por famílias assentadas em RR.....	98
GRÁFICO 3	Avaliação dos serviços prestados pelo INCRA.....	103
GRÁFICO 4	Estado de origem do assentado.....	128
GRÁFICO 5	Estados que residiu antes de chegar a Roraima.....	131
GRÁFICO 6	Motivo para migrar para Roraima.....	133
GRÁFICO 7	Década de chegada em Roraima.....	137
GRÁFICO 8	Primeiro local de moradia.....	138
GRÁFICO 9	Motivos para mudar de lote.....	139
GRÁFICO 10	Forma de obtenção do lote.....	141
GRÁFICO 11	Participa de alguma associação de agricultores.....	170
GRÁFICO 12	Participa do sindicato.....	171
GRÁFICO 13	Participa de algum movimento social.....	173
GRÁFICO 14	Conhece alguma dessas entidades ou movimentos.....	174
GRÁFICO 15	Participa de alguma dessas entidades ou movimentos.....	175
GRÁFICO 16	Essas entidades ou movimentos são importantes para o trabalhador rural.....	177
GRÁFICO 17	Já ouviu falar do II PNRA.....	179
GRÁFICO 18	O que significa estar assentado.....	181
GRÁFICO 19	Tipo de moradia.....	186
GRÁFICO 20	Tipo de cobertura das moradias.....	187
GRÁFICO 21	Tipo de banheiro das moradias.....	189

GRÁFICO 22	Atendimento de água na moradia.....	189
GRÁFICO 23	Tratamento de esgoto.....	190
GRÁFICO 24	Falta de água no período de estiagem.....	191
GRÁFICO 25	A moradia possui energia elétrica.....	191
GRÁFICO 26	Estradas são conservadas.....	192
GRÁFICO 27	Existe escola no assentamento.....	194
GRÁFICO 28	Existe transporte escolar.....	195
GRÁFICO 29	Qualidade do transporte escolar.....	195
GRÁFICO 30	Existe posto médico no assentamento.....	196
GRÁFICO 31	Atendimento a saúde dos assentados.....	197
GRÁFICO 32	Qualidade das opções de lazer.....	198
GRÁFICO 33	Faixa etária.....	202
GRÁFICO 34	Os jovens pretendem seguir a atividade de agricultor.....	203
GRÁFICO 35	Os jovens pretendem permanecer no assentamento.....	203
GRÁFICO 36	Distribuição por sexo.....	205
GRÁFICO 37	Estado civil.....	205
GRÁFICO 38	Número de filhos por família.....	206
GRÁFICO 39	Escolaridade.....	207
GRÁFICO 40	Atividade exercida antes de chegar a Roraima.....	208
GRÁFICO 41	Primeira ocupação quando chegou a Roraima.....	208
GRÁFICO 42	Possuía renda ou poupança quando chegou a Roraima.....	210
GRÁFICO 43	Tempo de moradia no assentamento.....	211
GRÁFICO 44	O lote é regularizado.....	211
GRÁFICO 45	Número de lotes por família assentada.....	212
GRÁFICO 46	Extensão da área ocupada em ha.....	213
GRÁFICO 47	Realizada derrubada de floresta para preparar a terra.....	215

GRÁFICO 48	Uso de queimada para preparar a roça.....	215
GRÁFICO 49	Uso de adubo orgânico no preparo da terra.....	216
GRÁFICO 50	Uso de adubo químico no preparo da terra.....	217
GRÁFICO 51	Controle de pragas e insetos.....	217
GRÁFICO 52	Estimativa de renda mensal com a produção do lote.....	218
GRÁFICO 53	A produção do lote é suficiente para sustentar a família.....	219
GRÁFICO 54	Atividades realizadas fora do lote que incrementam a renda familiar.....	220
GRÁFICO 55	Recebeu algum tipo de crédito nos últimos 5 anos.....	221
GRÁFICO 56	Tipo de crédito recebido.....	222
GRÁFICO 57	Cultivo de cereais e leguminosas.....	228
GRÁFICO 58	Hortaliças, legumes, verduras e tubérculos produzidos nos assentamentos.....	230
GRÁFICO 59	Variedades de Frutas cultivadas por lotes.....	230
GRÁFICO 60	Criação de animais por lote.....	231
GRÁFICO 61	Outros alimentos produzidos nos lotes.....	232
GRÁFICO 62	Indústria caseira por lote.....	234
GRÁFICO 63	Destino da produção do lote.....	235
GRÁFICO 64	Percentual da produção do lote que é destinado ao mercado.....	235
GRÁFICO 65	Dificuldades para produzir no lote mais citadas.....	236

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRA	- Associação Brasileira de Reforma Agrária
ADELIS	- Agência de Desenvolvimento Sustentável de Rorainópolis
BASA	- Banco da Amazônia S.A.
BIRD	- Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução de Desenvolvimento)
CAF	- Consolidação da Agricultura Familiar
CAR	- Central dos Assentados de Roraima
CESTER	- Central dos Sem Terra e Sem Teto de Roraima
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPERR	- Central das Organizações Rurais do Município de Rorainópolis
CPT-RR	- Comissão Pastoral da Terra de Roraima
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
FAO	- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAG/RR	- Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
IBAMA	- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IFRR	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIRAD	- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMC	- Movimento das Mulheres Camponesas
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	- Projeto de Assentamento
PAD	- Projeto de Assentamento Dirigido
PCB	- Partido Comunista do Brasil
PIN	- Programa de Integração Nacional
PNRA	- Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	- Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PT	- Partido dos Trabalhadores

RA	- Reforma Agrária
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SEAP	- Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca
SIPRA	- Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SISAN	- Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SPVEA	- Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SR 25	- Superintendência Regional do INCRA em Roraima
STF	- Supremo Tribunal Federal
STR	- Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM	- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UATP	- Unidade Agrária de Produção
UDR	- União Democrática Ruralista
UEA	- Universidade Estadual do Amazonas
UERR	- Universidade Estadual de Roraima
UFRR	- Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA PÓS-1964	22
2.1	O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA BRASILEIRA.....	23
2.2	OS SUJEITOS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA.....	47
2.3	AS ESPECIFICIDADES DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 1970.....	52
2.4	A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O ESPAÇO TERRITORIAL DE RORAIMA.....	66
3	GOVERNO LULA E A REFORMA AGRÁRIA	72
3.1	A HERANÇA DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	75
3.2	PARTIDO DOS TRABALHADORES E REFORMA AGRÁRIA: ANTECEDENTES E ATUAÇÃO DO GOVERNO LULA.....	83
3.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA E O INCRA/RR.....	99
4	TRAJETÓRIA E MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM RORAIMA E O II PNRA	106
4.1	BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS DO INCRA EM RORAIMA.....	110
4.2	EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL E SOCIAL RURAL EM RORAIMA.....	116
4.3	TRAJETÓRIA E MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.....	128
4.4	UM NOVO TEMPO DE OCUPAÇÃO DE TERRAS EM RORAIMA.....	145
4.5	PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS NOS MOVIMENTOS E SINDICATOS.....	169
5	COM A CONQUISTA DA TERRA NOVAS LUTAS SE INICIAM	184
5.1	A INFRAESTRUTURA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM RORAIMA.....	184
5.2	O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.....	199
5.3	A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.....	223

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
	REFERÊNCIAS.....	245

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados da pesquisa por nós realizada sobre o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), na qual pudemos fazer o exame da realidade concreta vivenciada em cinco projetos de assentamento rural, vinculados à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Roraima (SR 25). Para tanto, nossa análise partiu da comparação do que foi estabelecido como meta no II PNRA com as condições reais de produção e vida encontradas nos assentamento do Estado, dando especial ênfase à mobilização das famílias, organizadas pelo movimento sindical rural e pelos movimentos sociais rurais.

No entanto, antes de procedermos à análise do plano, fez-se necessário realizar o exame da questão agrária brasileira e da ocupação da Amazônia brasileira; em seguida, visando a compreender melhor o contexto de formulação e implementação do II PNRA, direcionamos nossa investigação para delinear os contornos dados à questão agrária pelo governo Lula e por seus antecedentes e para a condução da questão agrária no mandato deste “governo popular”; posteriormente, aprofundamos nossos estudos e vislumbramos a trajetória das famílias assentadas em Roraima, dando especial ênfase a como se deu o processo de mobilização promovida tanto pelos movimentos sociais rurais quanto pelo movimento sindical rural, com o objetivo de garantir o acesso a terra para centenas de famílias nesse Estado; finalmente, com os dados colhidos em nosso trabalho de campo, realizado junto às famílias assentadas, tivemos a oportunidade de comparar o que estava estabelecido no II PNRA com as condições práticas enfrentadas por essas famílias.

Resumindo panoramicamente o horizonte da nossa pesquisa, podemos afirmar que a questão agrária brasileira remonta ao período colonial; não obstante, segundo Martins (1973; 2003a), o que de fato demarcou a presença do latifúndio em nossa sociedade foi a Lei de Terras de 1850. A partir do século XIX, o acesso à terra foi restringido a uma parcela diminuta da população, porquanto a partir da referida Lei só teria direito a terra quem possuísse capacidade de comprá-las do Estado. Essa passagem da história nacional tem reflexos que se estendem até os nossos dias, no que diz respeito à posse e à propriedade da terra, visto que o Estado brasileiro perdeu o domínio sobre suas terras a partir do momento que as vendia.

Ainda segundo Martins (2003a), mais recentemente o Estado brasileiro vem estabelecendo tentativas de retomar o domínio sobre as terras da nação, impondo determinadas regras de uso, quando, no entanto, enfrenta uma forte oposição do

latifúndio e do agronegócio.

Os conflitos por terra acompanham a história do país desde seu passado colonial, porém ganham uma nova característica a partir do século XIX, a qual perdura até os nossos dias. Nos momentos em que ocorreram tentativas populares de rebelião contra esse sistema, o Estado brasileiro as reprimiu de forma sempre violenta. Apesar disso, a insatisfação dos setores populares com as barreiras impostas pelo Estado ao acesso democrático à terra sempre mobilizou grandes forças sociais. Face a essa situação, podemos, então, definir que em nossa sociedade, de um lado, temos o latifundiário, agora associado ao grande capital e às empresas modernas, aglutinado em torno do agronegócio; do outro, temos a luta dos setores populares pela conquista do direito do acesso à terra (CARVALHO, 2004; OLIVEIRA, 2001).

Contudo, as forças hoje aliadas do grande capital, que no passado detinham grandes extensões de terra e dominavam o Estado, e por conta dessa situação conseguiam se impor e manter as suas propriedades, não só pela violência de seus jagunços, mas por meio de toda uma legislação e até mesmo pelo uso da força do Estado, foram, com o tempo, perdendo a sua hegemonia no controle das decisões políticas da sociedade brasileira (LINHARES; OLIVEIRA, 1988; SILVA, 1999). Apesar das mudanças, essas forças ainda mantêm uma forte presença no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

De outro lado, com a modernização conservadora da agricultura brasileira e, concomitantemente, com a expansão do capitalismo em direção à Amazônia, verificamos a existência de um forte fluxo migratório para a região Norte do Brasil, ocorrido especialmente nos anos de 1970. Esse quadro foi acentuado por conta da ditadura militar em curso a partir de 1964, que buscava arrefecer os conflitos sociais de áreas urbanas ou rurais que se espalhavam pelo país, não somente pela repressão violenta imposta à sociedade pelos militares, como também pelo contexto de pobreza e miséria que assolava o país (BECKER, 1994; CARDOSO; MÜLLER, 1977).

Esse foi o cenário em que proporcionou a desconfiguração da região. A ação linear do Estado brasileiro, que desconsiderava as distinções geográficas da região, as variedades e variações de ecossistemas e, principalmente, a diversidade cultural da Amazônia, proporcionou uma completa alteração na paisagem dessa vasta área do Norte do país (BARROS, 1995; BECKER, 1994).

O estado de Roraima, que até 1988 era Território Federal e antes disso era município do estado do Amazonas (BARROS, 1995), também foi afetado pelo fluxo de

pessoas vindas de outras regiões do país, sobretudo a partir dos anos de 1970, mas de forma mais incisiva a partir dos anos de 1980, por conta da exploração de áreas de garimpo, da criação do Estado e da propaganda governamental de terras fáceis e disponíveis (BARROS; 1995; RODRIGUES, 1996),

Por conta da expansão do capitalismo na Amazônia, do processo de modernização conservadora da agricultura, da dilatação da fronteira agrícola, dentre outros fatores, o estado de Roraima foi colocado na rota de pessoas interessadas em obter o seu pedaço de terra para produzir e viver, como também dos interessados em grilar terra para especulação, dos madeireiros, dos fazendeiros e, mais recentemente, por conta não só da disponibilidade de terras, mas também de água, Roraima tem chamado a atenção do agronegócio (CARVALHO, 2007). Esta nova situação tem induzido um processo de territorialização nesse estado, tanto do agronegócio quanto de movimentos sociais rurais que atuam nacionalmente.

Com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República no ano de 2003, a luta pela posse da terra ganhou novos contornos em Roraima, porquanto as famílias interessadas em obter um lote de terra de programas de assentamento rural do INCRA passaram a ocupar e a acampar em terras da União para pressionar o governo federal a ter maior agilidade nos processos de criação de projetos de reforma agrária. Isso aprofundou a disputa territorial com o agronegócio.

Dessa maneira, diante desse cenário, estabelecemos como objetivo da pesquisa investigar o modo como o II PNRA, lançado pelo governo Lula, estava sendo implementado no estado de Roraima. Para tanto, delimitamos a análise ao período vai de 2003 a 2008, mesmo sabendo que as ações desse plano estavam previstas para serem encerradas em 2007. A opção de pautar nossa investigação até a metade do segundo mandato de Lula se deu em razão de que o governo federal continua orientando suas ações pelo referido plano. A finalidade última é a de fazer o exame se a realidade encontrada nos assentamentos rurais do estado de Roraima é compatível com o que foi proposto no segundo Plano Nacional de Reforma Agrária.

Também estabelecemos objetivos específicos para subsidiar a compreensão da problemática que é objeto da nossa análise: o primeiro deles focou na questão da identificação e da análise do perfil socioeconômico das famílias assentadas nos projetos de assentamento rural em Roraima bem como em verificar a produção, as condições de moradia e a força de trabalho dessas famílias; o segundo se voltou para identificar a participação de entidades dos movimentos sociais na definição de programas de

assentamento rural em Roraima; o terceiro objetivo busca examinar a forma de atuação do Estado nos Projetos de Assentamento (PA), e o quarto e último para a análise de como as famílias assentadas conseguem garantir a sua segurança alimentar e, assim, verificar a produção do lote e a existência de outras fontes de rendimento fora da unidade familiar.

Para alcançar tais objetivos, realizamos pesquisa documental em órgãos públicos, visitamos a sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima (FETAG/RR), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a casa de apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Boa Vista. Também participamos de eventos promovidos por entidades que lidam diretamente com a questão agrária no estado de Roraima. Assim, tivemos a oportunidade de participar de cursos, assembleias, oficinas e encontros onde se reuniam agricultores, mulheres e jovens, enfim, famílias dos assentamentos vinculados à SR 25. Além de realizarmos o trabalho de campo em cinco dos 50 projetos de assentamento sob a responsabilidade do INCRA, aplicamos 75 questionários, com 89 questões fechadas.

Além disso, realizamos 19 entrevistas com lideranças do movimento sindical rural, com lideranças dos movimentos sociais rurais, com lideranças dos assentamentos, com assentados sem vínculo com o movimento social e, ainda, com dirigentes de organizações ou entidades vinculadas às famílias assentadas nos projetos que investigamos. Dentre essas, destacamos as entrevistas realizadas: com o presidente da FETAG/RR, com o presidente da Central dos Assentados de Roraima (CAR), com os coordenadores do setor de educação e do setor de frente de massa e mobilização do MST e com uma das coordenadoras nacionais do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Desenvolvemos um roteiro de entrevista semi-aberto, o que permitiu certa liberdade para dialogar com o entrevistado e obter informações importantes para o desenvolvimento da pesquisa, mas que também permitiu que o foco da entrevista fosse mantido. Todas as entrevistas foram gravadas de forma digital; verbalmente, pedimos a todos os participantes que autorizassem o uso do conteúdo das mesmas, a fim de que pudessem ser utilizados nesse trabalho. No entanto, registramos que, em certas situações, omitimos o nome do entrevistado para evitar constrangimentos para as pessoas que, de bom grado, colaboraram com o nosso trabalho. A esse respeito, ainda informamos que todas as citações foram transcritas e foram mantidas em arquivo de áudio em mais de um tipo de mídia.

Tanto as entrevistas quanto os questionários foram distribuídos de forma a manter

o equilíbrio entre os assentamentos que visitamos, considerando a região em que estavam situados e o número de famílias assentadas.

Outro aspecto que achamos importante e adequado para o desenvolvimento da pesquisa foi o registro fotográfico da realidade que encontramos. Nesse ponto, contamos com a colaboração do MMC, que disponibilizou o seu arquivo de fotografias digitais sobre o caso da ordem de despejo executada pela polícia militar contra as famílias do acampamento Patoá.

A idéia inicial que norteou essa pesquisa foi a de que as ações referente ao II PNRA implementadas pelo governo Lula no estado de Roraima não teriam alcançado a dimensão necessária para atender aos anseios das famílias assentadas e que, por isso, não indicavam a democratização do acesso a terra. É o que pretendemos demonstrar no texto a seguir.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA PÓS-1964

Para os fins de nossa análise, podemos partir da constatação de que o estado de Roraima foi inserido, de maneira mais acentuada, na questão agrária brasileira no momento mesmo em que a agricultura nacional passava pelo *processo de modernização conservadora* e a Amazônia estava sendo integrada pelo governo federal como a *nova fronteira agrícola a ser conquistada*, no período pós-golpe militar de 1964. No bojo desse movimento de implementação do *modelo fordista* na agricultura nacional, ocorreu um forte deslocamento de trabalhadores rurais para a região Norte. O estado de Roraima, em especial, foi fortemente impactado por esses deslocamentos de grandes contingentes humanos, vivenciando um processo de colonização de dimensões tanto *voluntária* quanto oficial.

No presente capítulo desse trabalho, examinaremos o modo pelo qual, a partir dos anos de 1970, a ocupação da Amazônia esteve irremediavelmente interligada ao processo de modernização da agricultura brasileira. Para tanto, partimos do pressuposto de que esse período foi marcado por um fenômeno a que em geral se designa de processo de “modernização conservadora”, o qual se caracteriza pelo fato de o país ter vivenciado uma transformação tecnológica nos processos produtivos da agricultura, sem que, contudo, essas transformações tenham permitido a realização de mudanças na estrutura fundiária do Brasil e, muito menos, tenham propiciado uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais e dos camponeses.

Por outro lado, também não poderemos deixar de mencionar que esta ocupação está diretamente relacionada com o processo de expansão do sistema capitalista e que as transformações acima referidas foram fruto dessa mesma expansão. Não obstante, reconhecemos que existem especificidades na concretização desse processo na Amazônia – e esse será um dos objetos da nossa abordagem. Em razão disso, demonstraremos, ainda que de forma sucinta, o modo de participação do Estado nesse processo e os vínculos mantidos com o capital internacional e nacional; buscaremos também descortinar os interesses do ponto de vista geopolítico no que diz respeito a ocupação da fronteira Norte. Todo esse conjunto de ações implica na própria ocupação do espaço do estado de Roraima.

Eis, em breves pinceladas o delineamento do percurso a ser seguido nesse capítulo do presente trabalho.

2.1 O AVANÇO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA BRASILEIRA

la propiedad privada sobre el suelo, y, por tanto, la expropiación de la tierra de manos del productor directo – es decir, la propiedad privada de unos, que implica la no propiedad de otros sobre la tierra – constituye la base del régimen capitalista de producción (MARX, 2001, p. 751).

A epígrafe de Marx que abre a presente seção tem a função de demarcar o nosso entendimento sobre a realidade da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito ao que ocorreu e que ainda está em curso no meio rural. Porém, antes de tratarmos do avanço do capitalismo no campo e da modernização conservadora da agricultura, é de fundamental importância fazer uma contextualização da questão agrária nacional.

A questão agrária no Brasil está relacionada, principalmente, com o acesso e o uso da terra. Para muitos estudiosos, a herança recebida pelos brasileiros da América Portuguesa, seja do modelo de Capitânicas Hereditárias, seja do de Sesmarias, sistema de distribuição de terras que perdurou até 1822, estaria na base dos problemas da distribuição desigual de terras em nosso país. Em contraste com essa compreensão da questão, outros pesquisadores, tal o caso de Martins (1980, 2003) e Oliveira (2001), consideram que a Lei de Sesmarias do Reino de Portugal não seria a maior responsável pela formação do latifúndio brasileiro, mas sim a escravidão, tanto de índios quanto de africanos. Para este autor, a Lei de Terras de 1850 foi a maior garantia da grande propriedade e do acesso à terra para uma parcela diminuta da sociedade brasileira.

O certo é que a apropriação de grandes extensões de terras faz parte da vida nacional desde os primeiros momentos de nossa história; todavia, o seu uso sempre esteve atrelado ao atendimento dos interesses do Estado ou do Rei, que podiam reaver as terras quando consideradas inadequadamente utilizadas.

Quando mais tarde o país se tornou independente, a forma de acesso à terra foi, de certa maneira, liberada, pois aquele sistema sesmarial baseado na raça, no sangue puro e na religião deixou de existir. Assim, os homens livres com capacidade de cercar e explorar a terra podiam fazê-lo, tomando sua posse. Entretanto, com o fim da escravidão, os senhores de terra se anteciparam aos fatos e, em 1850, pressionaram o Estado para o estabelecimento de uma regulamentação que definisse as formas de acesso à terra, certamente com receio de que com terras e homens livres, não haveria força de trabalho

para suas fazendas. É nesse contexto que é instituída a Lei de Terras.

Com a Lei de Terras de 1850, o Estado brasileiro perdeu sua função de regulador da terra, permitindo aos proprietários o domínio completo sobre o seu uso. Por outro lado, o acesso à terra passou a ser permitido independente de questões raciais e religiosas. Doravante, o meio de se conquistar esse bem seria por intermédio da compra, o que era, em última instância, uma forma legal de restringir a posse da terra aos índios, aos africanos e seus descendentes e aos colonos europeus que chegavam a partir da segunda metade do século XIX. Na prática, porém, muitos proprietários utilizaram de meios ilegais para ampliar suas posses ou conquistar novas terras, como a grilagem, falsificação de títulos e a corrupção, quase sempre com a complacência dos representantes do Estado (MARTINS, 2003a).

Um dado a se considerar é que, desde o período colonial, passando pelo Brasil Império, as grandes fazendas estiveram voltadas para exportação; o abastecimento com alimentos básicos para o dia a dia dessas propriedades e das cidades era efetuado por pequenos proprietários, em parte por ex-escravos que de alguma forma obtiveram sua liberdade, ou dentro das próprias fazendas, durante o período que não era dedicado à cultura principal (GARCIA, 2003). A monocultura para exportação permitiu acumulação de capital por parte dos chamados senhores de terra, mas propiciou uma forte concentração de poder, tanto em relação ao Estado como a dominação de muitos trabalhadores que se dedicavam a produção agrícola e viviam de forma dependente, ao redor dessas grandes lavouras.

Até 1888, os latifúndios ou grandes plantações contavam com a mão de obra escrava, inicialmente composta de índios e, posteriormente, de africanos e seus descendentes. Com o fim da escravidão, os senhores de terra solicitaram e receberam apoio do Estado brasileiro para atraírem imigrantes europeus para substituir aqueles trabalhadores.

Esta transformação nas relações de produção da grande lavoura estava relacionada à crise do modelo agroexportador e ao desenvolvimento do capitalismo. A substituição de escravos por trabalhadores pretensamente livres não implicou, todavia, no estabelecimento de uma relação salarial entre os proprietários e empregados, haja vista que novas formas de pagamento foram criadas ou reinventadas, as quais estabeleceram outras maneiras de dependência, a exemplo de um novo regime de trabalho que ficou conhecido como colonato.

Parte dos imigrantes atraídos foi direcionada para a região sul, onde havia

disponibilidade de terras, e receberam lotes de 25 a 50 hectares; outros seguiram para São Paulo e Rio de Janeiro e, não dispendo de terras, foram obrigados a trabalhar em fazendas de café sob a tutela do regime acima mencionado. Como se percebe, trata-se de uma forma de refinamento da máquina capitalista, que se deu conta, nesse momento, de que um trabalhador livre era menos dispendioso do que um escravo.

Quanto aos antigos escravos, de acordo com Martins (2003a), estes espalharam-se por todo o país: muitos seguiram para cidades portuárias onde o emprego dependia basicamente da força física, pois simplesmente foram abandonados pelos senhores de terras e o Estado negou a eles o acesso livre à terra, com a Lei de 1850. Mesmo assim, milhares de ex-escravos partiram para os quilombos, mantendo uma vida ligada ao meio rural, porém sem a posse legal das terras ocupadas, situação que somente nos últimos anos vem sendo regularizada. Sobre a questão, apesar de longo, vale a pena reproduzir trecho de Linhares e Silva:

No Brasil as grandes mudanças foram operadas em 1850, através de um gabinete conservador que coloca em prática um amplo projeto de modernização econômica do país, inicialmente proposto pelos liberais. Uma medida básica foi a lei Euzébio de Queiróz que leva ao fim o tráfico transatlântico de negros, cortando o abastecimento de mão-de-obra das grandes plantações de café. Ao mesmo tempo, uma lei de terras impõe, ao menos para as áreas já ocupadas, a compra como única forma de acesso à terra. Desconhecendo as formas tradicionais de posse e uso da terra, as chamadas terras de negros ou terras de índio, aprofundam-se as possibilidades de expropriação das áreas ocupadas pelo campesinato negro, índio ou mestiço, formado ao longo dos séculos de história colonial. Nenhum dispositivo estabelece limites à propriedade ou um imposto territorial, da mesma forma que a abolição gradual, que se completará em 1888, não prevê qualquer mecanismo de assentamento ou colonização agrícola para os ex-escravos. (LINHARES; SILVA, 1999, p.64).

De acordo com esses autores, o fim da escravidão no Brasil veio acompanhado de um movimento de modernização política. No contexto desse imbróglio, uma série de medidas propostas pelo debate abolicionista, tais como a indenização dos escravos ou a doação de lotes de terras aos ex-escravos, não se efetivaram, pois setores conservadores se anteciparam e caminharam em direção à manutenção de uma república sem participação popular, havendo, inclusive, uma redução na vida política eleitoral, se comparado ao tempo do Império.

Também estava em voga, por essa época, uma discussão sobre o tipo de modelo de desenvolvimento agrário a ser seguido. Duas opções estavam colocadas: a propriedade rural do tipo *farmer*, semelhante ao desenvolvimento da agricultura norte americana, com base na propriedade familiar, ou a do tipo prussiana, que se organizava em grandes

propriedades voltadas para a exportação. Com o predomínio dos setores mais conservadores nos fóruns de decisão, prevaleceu o modelo de tipo prussiano.

Ainda conforme Linhares e Silva (1999), esse processo culminaria com uma forte transferência do patrimônio fundiário da União para os estados e para particulares, regularizando as formas de apossamento que ocorreram até a edição da Lei de Terras de 1850. Dessa forma, o terreno estava preparado para a formação de grandes latifúndios logo nos primeiros anos da República, tal como atesta o trecho abaixo:

O ponto de partida de tal processo é a Constituição Federal de 1891 que, em seu artigo 64, garantia a transferência das terras públicas para o patrimônio dos estados da federação, dando-lhes a prerrogativa de legislar sobre o tema. Assim, abria-se ao poder local, oligárquico e coronelista, a possibilidade de legitimar suas ações de açambarcamento fundiário. Originava-se, desta forma, mais uma corrida em direção à formação de amplos domínios fundiários no país, reafirmando-se a ordem latifundiária (LINHARES; SILVA, 1999, p. 76).

Segundo Linhares e Silva (1999), a literatura do final do século XIX retrata bem o pensamento da elite brasileira desse período, bem como os textos e os discursos de boa parte da intelectualidade brasileira da época, que tratava os ex-escravos e seus descendentes como pessoas incapazes de dirigirem a própria vida e sugeria, inclusive, que o caminho para essas pessoas seriam os manicômios ou o exército, como forma de educação para esse setor significativo da sociedade. Não encontramos em nenhuma de suas manifestações discursos que defendessem a criação de um sistema educacional que incluísse esses brasileiros ou a implantação de uma reforma agrária que permitisse o acesso a terra. Na verdade o que havia era certo pavor, por parte dos proprietários rurais e da elite urbana, de que os ex-escravos reivindicassem terras e melhores condições de vida e de trabalho.

Apesar de Linhares e Silva (1999) defenderem que a herança histórica da questão agrária brasileira se assemelha à de outros países latino-americanos, reconhecem que, apesar do peso dessa formação social, não haveria uma implicação do tipo determinista, que impediria as possibilidades de transformação dessa realidade, como fica claro no passo que segue:

(...) o conflito pela terra não é um fato singular da história brasileira, mas inscreve-se (...) nos mecanismos que moldaram a colonização dos diversos países latino-americanos; não há qualquer determinismo – do tipo ou qualidade da colonização, por exemplo – que acarrete uma impossibilidade de mudança ou alteração das condições extremamente injustas existentes hoje (LINHARES; SILVA, 1999, p. 46).

Os autores consideram antes que, na origem da concentração de terras no Brasil,

se encontra um interesse maior nas questões relativas a concentração de poder e de prestígio político do que efetivamente interesses em ganhos econômicos. Para esses autores, tratava-se de uma tentativa de reproduzir na América Latina uma realidade semelhante à da nobreza feudal, caracterizada pela posse de vastas extensões de terras com inúmeros serviçais a disposição.

Mas deve-se assinalar, contudo, que os objetivos econômicos e mercantis envolvidos no processo de acumulação de terras também não foram destituídos de significado. Afinal, existia um interesse no lucro oriundo das atividades agrícolas, conforme atesta o trecho a seguir reproduzido.

Sob o regime de propriedade privada do solo e da produção de mercadorias na agricultura, tornam-se mercadorias as próprias parcelas de terra. Quando os meios de produção se tornam capital, foi-se levado a considerar o solo, também, como um capital. Ele não é. Por mais que se lhe dê continuamente o nome de capital, com isso não se enriquece de um tostão o proprietário territorial. Sem dúvida, a sua terra se tornou uma mercadoria, que possui um preço e um valor comercial determinado. Mas esse valor obedece a leis diversas das que regulam o valor comercial comum. O solo não constitui uma elaboração do trabalho humano: o seu preço não é portanto, determinado pelo trabalho necessário à sua produção. Muito menos pelas despesas de produção. Ele é determinado pela renda territorial. Na sociedade capitalista, o valor de uma parcela de chão ou de um bem se assemelha ao valor de um capital cujo rendimento fosse igual ao montante da renda fundiária do solo em apreço. O valor desse capital é o valor comercial da terra. Este é, pois, determinado de um lado pelo montante da renda fundiária de outro pela taxa usual de juro (KAUTSKY, 1980, p. 100).

Como se percebe, o controle da terra no Brasil trouxe consigo características dos domínios europeus, consubstanciados na idéia de prestígio e imponência nobre. Apesar disso, fatores de ordem econômica não foram relegados a um segundo plano, uma vez que os grandes proprietários tinham na renda da terra e/ou na possibilidade de obtenção desses ganhos um negócio, como bem atesta o exceto que segue:

O atraso, mais do que um determinismo ou um destino comum latino-americano, seria em verdade o produto de uma estrutura econômica, social e política determinada historicamente e que poderíamos resumir nos seguintes aspectos: latifúndio, conservadorismo social e econômico, caciquismo ou coronelismo (LINHARES; SILVA, 1999, p. 52).

Ao final do século XIX, com a proclamação da República, a elite pretendia inserir o país, efetivamente, no modelo econômico que vinha sendo desenvolvido na Europa e passou a buscar uma nova inserção no mercado mundial. Para isso, envidou a energia necessária para o desenvolvimento do capitalismo, iniciando, assim, um processo de industrialização e urbanização. Torna-se óbvio que essas mudanças atingiram o campo,

mas o sistema baseado na grande propriedade rural, mesmo perdendo parte do seu poder para a nascente burguesia industrial, manteve sua capacidade de influenciar as decisões do Estado brasileiro.

Isso ficou demonstrado com a regulamentação de terras, de 1912, e com o Decreto nº 10.105, de 1913. Esse último documento legitimou outras formas de acesso que não apenas a compra, haja vista que permitiu a invasão e o apossamento de terras públicas (chamadas de devolutas) por grandes proprietários. A partir daí, qualquer tipo de declaração de que um latifundiário ocupasse determinada área passou a ser suficiente para o governo regularizar a propriedade. Redundante é afirmar que esse processo gerou a expulsão de muitos camponeses, bem como de posseiros, de indígenas e de moradores tradicionais. Esse tipo de situação demonstra, em última instância, a manutenção da hegemonia dos latifundiários em relação à estrutura fundiária brasileira (LINHARES; SILVA, 1999).

O início da República propiciou uma maior autonomia do poder local, possibilitando a implementação de sistemas federativos que permitiram uma maior participação popular nas decisões políticas e também uma descentralização do poder. Apesar desse pretensão avanço, o que aconteceu em realidade no Brasil foi um apoderamento das instituições político-administrativas da República por parte dos setores latifundiários. Dessa forma é que se foi formando e fortalecendo a cultura do coronelismo e do mandonismo.

Assim, mesmo em localidades onde a presença de médicos, advogados, comerciantes e padres, enfim, onde as profissões liberais ou clericais ganhavam prestígio, não se desfez a questão da importância e mesmo da hegemonia daqueles que detinham a posse da terra, que continuavam controlando o poder político. Como afirma Linhares, “tais procedimentos assinalarão a história da República Velha como um período marcado pela hegemonia agrário-conservadora, de violenta espoliação de camponeses e trabalhadores rurais” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 97).

Com o predomínio do setor agrário-conservador na República Velha, restaram poucas possibilidades para a participação popular e o questionamento da ordem estabelecida. Apesar disso, surgiram movimentos de rebeldia e de resistência a tal ordem, a exemplo do de Canudos, na Bahia, liderado por Antônio Conselheiro, e do Contestado, em Santa Catarina, liderado por José Maria: embora de caráter messiânico, estes foram movimentos que deixaram a marca da contestação à ordem estabelecida e, por isso, acabaram por se tornar marcantes na luta pelo direito à terra no Brasil.

Dessa forma, não podemos senão corroborar, em relação ao período que ficou

conhecido como República Velha, que as elites se organizaram em torno do poder e impediram qualquer possibilidade de democratização do acesso a terra; que impediram, enfim, o florescimento das tentativas de regularização das pequenas posses ou estabelecimento de um outro modelo de ocupação da terra, o qual foi rechaçado mesmo nas áreas de fronteiras, onde não foi permitido um modelo de ocupação semelhante ao que ocorreu no oeste norte-americano.

Com o início da era Vargas, a partir do movimento de 1930, começou a ser desencadeado um processo de inversão das prioridades na agricultura e abriu-se uma perspectiva de maior produção e diversificação da produção agrícola. A concepção que predominava nesse momento era a de que não se poderia ficar dependente da monocultura e dos riscos que tal prática podiam acarretar para a economia brasileira.

Para Oliveira (1988), as transformações ocorridas na sociedade brasileira estão relacionadas ao início do processo de industrialização e ao conseqüente fim da hegemonia do modelo agrário-exportador na economia brasileira. Dessa forma, o interesse do Estado brasileiro se voltou para o financiamento do setor industrial, ficando a agricultura relegada a um plano secundário.

Essas mudanças causaram impactos significativos no mundo do trabalho, pois os trabalhadores do campo começaram a realizar uma marcha em direção às cidades, num processo caracterizado pela expropriação e pela violência. Esse movimento os transformou, em verdade, numa espécie de *exército de reserva* para a emergente industrialização. É exatamente por esse viés que Oliveira (1988) discute o papel preponderante do Estado na constituição desse novo modelo de sociedade, ao introduzir uma nova legislação trabalhista que apoiava o desenvolvimento industrial.

Isso refletia, na verdade, o avanço do capitalismo no solo nacional, cujas formas de pensamento foram acima apresentadas, e aponta, em última instância, para existência de uma aliança entre setores modernos e arcaicos; aponta, enfim, para uma provável unificação e para a quebra de dualidade entre esses sujeitos. Tomando, todavia, uma dimensão mais prosaica da questão, podemos afirmar que o Movimento iniciado em 1930 levou o país, em virtude da crise econômica e da segunda Guerra Mundial, e já vivendo influências de práticas fordistas-keynesianas, a uma forte ampliação do mercado interno e à elevação do poder aquisitivo da população, propiciando assim, um maior consumo dos produtos nacionais (LINHARES; SILVA, 1999).

A perda do poder dos setores latifundiários para a nova burguesia nacional foi amenizado, todavia, com algumas vantagens para aquele setor, a exemplo da

providencial não realização de uma reforma agrária – o quer garantia, de fato, a velha estrutura agrária existente no país.

Nesse contexto, é que a intervenção do Estado na agricultura teve propósitos de beneficiar o setor industrial. A política do Estado para agricultura, a partir dos anos 1930, foi de mantê-la como importante, porém, com reduzida autonomia, para que não assumisse papel central na economia. De igual modo, a legislação trabalhista que atingiu os operários da cidade não foi estendida para os trabalhadores rurais.

A análise de Oliveira (1988) é pertinente porque nos permite compreender melhor a grande transformação vivenciada pela sociedade brasileira durante a era Vargas, bem como entender as implicações e impactos na história futura do país. Enfim, nos alerta que o meio rural começou a viver o que seria concebido como modernização a partir de uma matriz conservadora. O campo passou a receber uma maior influência das cidades, surgiram novas tecnologias e isso permitiu uma maior produtividade na agricultura. São essas as condições em que milhões de trabalhadores rurais sofreram com um novo processo de êxodo rural, como denuncia Kautsky:

(...) o desenvolvimento do modo de produção capitalista na cidade basta para transformar completamente a existência do camponês, entendida à maneira antiga. Para tanto, nem mesmo é indispensável que o capital penetre na produção agrícola e se forme o antagonismo entre a grande e a pequena exploração.(...) Mas o capital não restringe a sua ação à indústria. Assim que adquire forças bastantes, apodera-se da agricultura (KAUTSKY, 1980, p. 35).

A sociedade brasileira foi aos poucos sendo transformada; o fordismo como modelo de organização da produção não atingiu apenas a indústria, mas implicou uma mudança no dia a dia da população direcionando-a para a fábrica (OLIVEIRA, 1988). Dessa forma, o campo passa a oferecer matéria prima para a indústria e alimentos, em larga escala, para as cidades, pois estas começaram a concentrar grandes contingentes de trabalhadores. “Na medida em que se desenvolve a circulação em geral e o comércio, na medida em que a acumulação do capital revoluciona as vias de comunicação, aumenta também a dependência da agricultura” (KAUTSKY, 1980, p. 59).

Entre as medidas administrativas que foram tomadas pelo governo Vargas destacamos duas que impactaram sobre a Amazônia:

Incentivar a mobilidade da fronteira econômica, visando incorporar amplos espaços vazios do país (como o Brasil central, as fronteiras da Bacia do Paraná-Paraguai e a orla amazônica) ao processo produtivo, ocupando os sertões. (...) Reunir os diversos núcleos demográficos isolados, que até então não eram

levados a sério na contabilidade nacional, de uma boa rede viária, como única forma de ligar os nódulos da nossa população ganglionar, assumindo assim a ideologia da fronteira ou do bandeirismo, de suma importância na tática governamental (LINHARES; SILVA, p. 108).

Com Vargas na presidência e o processo de implementação do fordismo e do keynesianismo, a prioridade estabelecida foi o setor urbano-industrial: os trabalhadores que atuavam nesse meio conquistaram uma série de direitos sociais que não foram estendidos para os trabalhadores rurais. Por estratégia dos dirigentes, com objetivo de reduzir os embates políticos com o setor agrário conservador, as reformas no mundo do trabalho não se estenderam aos trabalhadores rurais. A saída encontrada, então, foi a abertura de um novo espaço de colonização em direção ao oeste, como forma de atender aos trabalhadores que não encontravam possibilidades em seus locais de origem e nem nas grandes cidades que se industrializavam.

Em razão disso, podemos afirmar que nem o passado escravista, nem o domínio dos senhores de terras das antigas grandes plantações e nem a violência gerada por esse modelo desapareceram por completo com o avançar do capitalismo. A aliança da burguesia industrial com os latifundiários acarretou simplesmente que os moradores das grandes propriedades passassem a viver em situação ainda mais precária do que até então viviam.

Mesmo com o movimento de modernização do país, os setores conservadores ou os detentores de grandes propriedades rurais foram levados em conta, e de certa forma beneficiados, a fim de evitar maiores conflitos e embates políticos, como se percebe no texto abaixo:

Mesmo sob pressão intensa da imperiosidade da modernização da agricultura como meio de viabilização e financiamento do projeto fordista entre nós, evita-se um rompimento com os setores agrários tradicionais, optando-se por um trabalho na fronteira (na física, a fronteira agrícola, e na fronteira política, o limiar do rompimento com os interesses agrários oligárquicos), pela colonização dos espaços vazios e regulação exclusiva do trabalho induzindo nos projetos, evitando uma incorporação universal ao mundo do trabalho fordizado. Assim, o arranjo político previsto gerava alguma compensação para todos os setores envolvidos, embora a hierarquização agora ordenada implicasse clara subordinação do campo (LINHARES; SILVA, 1999, p. 112).

Em razão disso, poder-se-ia afirmar que, foi desse modo, enfim, que o Brasil foi-se transformando de um país eminentemente rural num país de perfil marcadamente urbano. Mas essa é uma questão que vem gerando muitos debates, especialmente no que diz respeito ao peso do elemento urbano na sociedade brasileira (VEIGA, 2003). O certo é

que, a partir desse momento, o Estado brasileiro entrava numa nova fase e passava a desenvolver novas estratégias para ocupação e o desenvolvimento do país, o que atingiu, em cheio, o mundo rural. Nesse cenário é que foram traçados os caminhos para a colonização interna e para a expansão das fronteiras.

Essas medidas foram tomadas ainda a partir da era Vargas, mas, de forma mais específica, ganharam força somente nas décadas de 60 e 70 do século passado. Acima, já remetemos a Kautsky (1980), que demonstra haver sobreposição do poder do capital sobre a agricultura e o modo como essa última vai-se transformando em dependente daquele, conforme o seu processo de acumulação; informa, ainda, como cada vez mais os produtores rurais foram sendo pressionados tanto pelas cidades, que ampliaram suas necessidades de alimentos, quanto pela indústria, que necessita de matéria prima para o seu desenvolvimento.

Com a modernização econômica do país e o avanço do capitalismo no campo, novas formas de organização foram sendo criadas e a luta pela terra começava finalmente a se transformar em luta por reforma agrária. Essas mudanças foram influenciadas por acontecimentos como a Revolução Russa, a chegada do partido comunista ao Brasil e as construções ideológicas advindas desses fatos.

Em meados do século XX, surgiram as ligas camponesas, bem como as diferentes formas de associações e os sindicatos dos trabalhadores rurais, ampliando-se, dessa forma, a resistência e o enfrentamento aos latifundiários, aos grileiros e ao próprio Estado (FERNANDES, 1999).

Foi assim que, apesar de todas as transformações vividas pela sociedade brasileira no período, os direitos trabalhistas surgidos na era Vargas só foram estendidos aos trabalhadores rurais nos anos de 1960, quando da ditadura militar. Nessa época, os deslocamentos de trabalhadores das grandes lavouras para as cidades e as novas fronteiras agrícolas se acentuaram. Os latifundiários, por não pretenderem arcar com encargos sociais relativos aos moradores que viviam na área física de suas fazendas, começaram a expulsar as famílias que há gerações ali residiam, ou pelo menos não aceitavam os filhos dessas famílias e novos moradores.

Dessa forma, a vida desses agricultores, que dependiam somente dos seus esforços para garantir a sobrevivência, mesmo em situação de subordinação aos proprietários, passou a enfrentar novos desafios, pois aquilo que livremente eles encontravam para sua subsistência - terra, água, lenha - transformou-se em mercadorias. Portanto, as famílias que não tiveram condições de gerar algum tipo de poupança,

encontraram muitas dificuldades nesse novo ambiente (GARCIA, 2003). Essa foi a realidade enfrentada por muitos camponeses, trabalhadores e agricultores que se deslocaram para a região Norte, como veremos no terceiro capítulo desse texto, no qual demonstraremos que essa realidade era comum às famílias que migraram para Roraima.

Com o desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, de certa forma, também se vivenciou o processo clássico da questão agrária descrito por Kautsky (1980), onde as pequenas propriedades seriam absorvidas pelas grandes, assim como ocorreria com as indústrias: as maiores incorporariam as menores e os camponeses transformar-se-iam em operários das fazendas-empresas ou seriam expulsos para as cidades vendendo sua força de trabalho para a indústria ou ampliando o exército de reserva, com ciclos de menor e maior expansão da grande propriedade.

Apesar de ter essa percepção da história, este autor não corroborou, todavia, a idéia de Marx, que preconizava o fim das pequenas propriedades.

(...) el régimen capitalista de producción presupone con carácter general la expropiación de los obreros con respecto a sus condiciones de trabajo, en la agricultura presupone la expropiación de los obreros agrícolas con respecto a la tierra y su supeditación a un capitalista que explota la agricultura para obtener de ella una ganancia (MARX, 2001, p.573).

Kautsky vislumbrou, antes, um futuro de grandes dificuldades para os agricultores de pequena escala, mas não o seu fim; estes para garantirem a sua subsistência deveriam dedicar-se a outras atividades além da agricultura:

Expropriando os camponeses, a grande empresa amplia o seu domínio, mas reduz o número dos homens que o cultivam. Disso já resulta que, apesar da sua superioridade técnica, ela jamais consegue reinar com exclusividade numa determinada região. A grande propriedade, por mais que repila todos os camponeses livres, sempre terá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários. Assim, mesmo onde prepondera, a grande exploração não consegue um império incontestável (KAUTSKY, 1980, p. 182).

No caso brasileiro, a situação dos camponeses se aproxima da realidade descrita por Kautsky. Mas não sem que haja uma certa distinção, tal como demonstrado por Ianni (1979a) e Martins (1980). Ianni apresentou uma visão bastante próxima da de Kautsky, no que diz respeito aos camponeses da região amazônica ou que para cá se dirigiram. Mas no caso brasileiro, diferentemente da Europa do século XIX, os camponeses antes de tornarem-se proletários, tiveram e ainda têm a possibilidade de ocupação de áreas na

Amazônia. Contudo, para Ianni, conforme o quadro analisado na época de suas pesquisas, haveria uma tendência do mesmo sentido que foi apontado por Kautsky, ou seja: as perspectivas para o futuro seriam de que estes acabassem transformando-se em trabalhadores das grandes fazendas, como peões, vaqueiros ou ainda migrassem para os núcleos urbanos e cidades da região ou mesmo de outras, trabalhando no comércio ou até mesmo na indústria.

O que está em curso, aí, não é apenas a crescente, ou drástica absorção do campesinato pelo capital industrial. Está em curso a dissolução do campesinato. Modifica-se a forma de organização social das forças produtivas e das relações de produção. Boa parte dos camponeses transforma-se em assalariado disfarçado, ou simplesmente proletariza-se. Outros decidem seguir adiante, 'pegar uma posse' na mata, aonde ninguém ainda chegou. Há também os que seguem para cidade, procurando viver de biscates, serviços ocasionais (IANNI, 1979a, p. 151).

Vejamos o que Kautsky havia observado em seu estudo sobre a questão agrária:

A emigração para os centros industriais e para as cidades se torna um fenômeno cada vez mais generalizado à medida que o comércio progride, que as relações entre meio urbano e meio rural se intensificam, que o trabalhador do campo se esclarece melhor sobre a situação das capitais e a elas se dirige com mais frequência (KAUTSKY, 1980, p. 237).

Por seu turno, Martins (1980) se atém à análise sobre o modo de vida desses camponeses e percebe que esses resistem às mudanças impostas pelo capital e que, por isso, acabam adentrando a Amazônia em busca de terras livres. No entanto, chama a atenção para o fato de que isso não significa uma mera resistência, mas sim uma opção por determinada forma de vida. Utilizando de igual chave de interpretação, Arcangeli (1987) também observou a trajetória do camponês em direção às cidades ou para região de fronteira agrícola.

Antigas relações de trabalho são destruídas e, diante da reduzida absorção de assalariados nas fazendas de gado, registra-se também no semi-árido um aumento do desemprego e do subemprego. O homem é expulso do campo e aumentam os fluxos migratórios para a fronteira agrícola e para as periferias das cidades (ARCANGELI, 1987, p. 69).

Para Palmeira e Leite (1998), o processo de deslocamento de trabalhadores rurais já vinha ocorrendo antes do período de modernização da agricultura brasileira, mas nesse momento são inseridos novos ingredientes. Para os autores, essa nova expropriação representa o *fim de um contrato tradicional*:

Não nos parece, pois, desprovido de sentido falarmos de expropriação do campesinato. Trata-se menos de despojamento dos trabalhadores rurais de seus *meios de produção*, pois destes, de alguma maneira, já haviam sido ou sempre estiveram expropriados, mas de sua expropriação de relações sociais, por eles vividas como *naturais*, que tornam viável sua participação na produção e sobre as quais, por isso mesmo, exercem algum controle que se traduz num certo *saber fazer* (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 109).

Linhares e Silva (1999) também abordaram essa temática e perceberam como as transformações ocorridas na cidade, por conta do estabelecimento do sistema capitalista, atingiram o campo, implicando mudanças no meio urbano, especialmente nos aspectos relativos a questão social.

Assim, não só se invertia a relação campo-cidade, com o avanço da urbanização, como ainda começava a se alterar a paisagem urbana, com o surgimento de favelas e alagados povoados por gente expulsa do campo. (...). Desde muito cedo tais condições de vida, em especial de moradia, faziam com que a questão agrária invadisse as cidades, tornando visível o drama de milhões de homens saídos das áreas rurais (...) (LINHARES; SILVA, 1999, p. 155).

Muller (1989) traz uma abordagem um pouco diferente, mas não foge da problemática do ingresso de capitais no meio rural. Seguindo a perspectiva de Kautsky, aponta para idéia de que uma maior quantia de dinheiro circulando no campo não implicaria a melhoria da qualidade de vida da maioria de seus habitantes.

A magnitude do setor agrícola dinâmico revela que a industrialização do campo foi parcial segundo regiões, produtos e tipos de produtores. Contudo, seu impacto foi geral. *Os pequenos produtores, por exemplo, com solos exaustos, baixa fertilidade, sem acesso ou condições para tomar crédito, sementes apropriadas e orientação técnica, cujos produtos não contavam sequer com o estímulo de altos preços em virtude de interceptação pelos intermediários, esses pequenos produtores passaram (ou acentuaram) a viver em situação de pobreza. Pobreza essa distinta da pobreza anterior, pois posta pela industrialização do campo.* (grifo do autor) (MULLER, 1989, p. 129).

Velho (1972) observou que a expropriação dos camponeses não ficou restrita às áreas antigas da agricultura nacional, pois a chamada fronteira agrícola também foi palco de um longo processo de expropriação violenta, como veremos mais adiante. Segundo o autor, nem mesmo a posse da terra encerra esse processo, apesar de reduzi-lo.

Para determinados analistas, Kautsky vislumbrou o fim do campesinato. Mas em nossa opinião, este pensador antes destacou em sua obra o fim de um modo de vida completamente independente do mercado, mas não o fim do produtor em pequena escala. Nisso, seu pensamento segue uma trilha diferente da de Marx, que apontava o caminho do camponês como sendo o mesmo do pequeno proprietário artesanal ou

manufatureiro da cidade, ou seja, ser engolido pela grande indústria: “A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado.” (MARX, 2003, p. 570). Essa é também a matriz do pensamento de Lenin, que tinha uma proximidade mais estreita com o pensamento de Marx.

Ao observar o processo revolucionário russo, que contou com a participação dos camponeses, Lenin foi percebendo que, entre esses, havia algo mais do que um apego a propriedade e acabou revendo sua posição inicial, como poderemos perceber na citação abaixo:

Tal corrente, que poderíamos chamar de tradição leninista, em virtude do debate de Lênin, em torno de 1899/1900, contra os populistas russos, advogavam a tese da completa subordinação do trabalhador ao capital. O pretense camponês brasileiro teria, assim, perdido toda a sua autonomia, sua racionalidade econômica própria. A proposição leninista – tratar os trabalhadores rurais como operários industriais – foi, entretanto, duramente desmentida, quando a maioria dos trabalhadores agrícolas identificou-se entre nós, com a proposta de reforma agrária e engrossou as fileiras dos movimentos de reivindicação de terra. Repetia-se, no país, a mesma experiência vivida pelos movimentos sociais na Rússia pré-revolucionária. Lá, como aqui, a maioria das massas trabalhadoras no campo se identificava muito mais com a luta pelo acesso à terra – como reconstrução ou manutenção de um modo de viver, como na proposição de Chayanov – do que com a extensão de garantias trabalhistas no campo. Mesmo Lênin, após a publicação de sua obra básica sobre o tema – *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1899) – viria reconhecer a premência da reforma agrária, e seu caráter revolucionário, ao lançar como lema da revolução de outubro a expressão *Paz e Terra*, unindo o acesso à terra ao fim da participação russa na I Guerra Mundial (LINHARES; SILVA, 1999, p. 154).

Contra o ponto de vista defendido por vários estudiosos que analisaram a questão, Palmeira e Leite (1998) examinaram a problemática da modernização da agricultura e a expropriação dos camponeses na formação de um proletariado e defenderam que não se trata de uma relação direta, como em geral se atesta. Para eles, na realidade brasileira, a expropriação possibilitou antes o surgimento de novas categorias, mas não necessariamente de um proletário: ao longo dos últimos anos, ocorreram mudanças nas relações sociais no campo, surgiram novos sujeitos e foram estabelecidas novas posições sociais (a exemplo do bóia-fria; do gato, espécie de intermediário entre o trabalhador e o proprietário; dos donos de vendas; camponeses tecnificados; camponeses integrados; dentre outros). Essas novas posições sociais implicaram novas alianças, novas concorrências e novos conflitos.

Os militares e outros setores retrógrados da elite brasileira tinham grande preocupação com os movimentos revolucionários que ocorreram na América Latina

durante a década de 1950, seja a Revolução Cubana ou a Revolução Boliviana. Mas, também, chamava a atenção a guerra do Vietnã, caracterizado como um conflito de cunho camponês. Sem mencionar os movimentos liderados por Che Guevara, que pregava a revolução na América do Sul, via *foquismo* (perspectiva revolucionária de tomada do poder que usava a estratégia de instalação de vários focos de guerrilha). Esses fatos levaram os militares a tratar da questão agrária como problema de segurança nacional e não como um problema econômico e social, como ocorreu no período anterior, nos chamados tempos do nacional-desenvolvimentismo (LINHARES; SILVA, 1999).

Mas não foram apenas as mobilizações sociais no campo que causaram uma efervescência no país na segunda metade século XX. Nas cidades, os trabalhadores também se organizavam e lutavam pela ampliação dos seus direitos e pelas chamadas reformas de base. Porém, com o advento da Revolução Cubana, a burguesia nacional se retraiu no apoio às reformas. Dessa forma, a burguesia que optou por uma aliança com os setores conservadores da sociedade brasileira e com os militares, retrocedeu e articulou o golpe de 1964 (OLIVEIRA, 1988).

Todas as reformas de caráter popular foram, então, canceladas, dentre elas a reforma agrária; as mobilizações sociais no campo e na cidade foram reprimidas. Assim, apesar de o Estatuto da Terra ter sido aprovado no primeiro ano do regime militar, esta ação teve muito mais o sentido de refrear os ânimos dos trabalhadores rurais em lutar pela reforma agrária do que efetivamente implementar qualquer política pública com o objetivo de alterar e democratizar o acesso à terra (MEDEIROS, 1989).

A situação dos trabalhadores rurais e dos camponeses foi agravada com o surgimento de novas classes sociais no campo. Com o processo de modernização, grandes, médios e até alguns pequenos agricultores tiveram a oportunidade de acumular capital, formando uma nova classe média no meio rural. Ao perceberem as mobilizações por reforma agrária, esses setores reagiram aos movimentos sociais que lutavam por um processo de democratização do acesso a terra e pela ampliação da distribuição dos fundos públicos para os setores que formariam uma base popular da agricultura, tal como observado por Muller:

(...) com a construção do complexo agroindustrial, surgiu o que se pode designar de a nova classe média rural composta por pequenos, médios e grandes produtores modernos. Classe recente e muito sensível à instabilidade econômica. Sua negação aos recentes planos de reforma agrária pode estar associada à propriedade especulativa da terra, mas certamente a razão predominante reside na disputa pelos subsídios, preços e taxas, indispensáveis à manutenção e

consolidação de sua modernidade, que com a reforma sofreriam enorme diminuição. Sua luta é por uma política de longo prazo, por margens de retorno condizentes às expectativas de um negócio de base industrial. (...). A consolidação e o aprofundamento de sua modernidade integra essa construção e, para tanto, sua luta contra outros grupos sociais em relação ao destino dos fundos públicos para o agro, e sua representação política, são peças fundamentais no jogo social (MULLER, 1989, p. 132).

Com a crise da política industrial estabelecida por Vargas, agregado ao avanço da organização dos trabalhadores rurais, que lutavam por direitos trabalhistas, e à disputa de dois modelos de desenvolvimento econômico para o país, apenas uma visão conseguiu se estabelecer: e se fez pelo caminho da força. Com o golpe militar de 1964, foi posto um freio em todas as reformas de base que vinham sendo discutidas e construídas de forma popular desde os anos de 1950.

O meio rural sofre com o golpe, pois a massa de trabalhadores rurais foi excluída dos planos de desenvolvimento dos militares e das elites conservadoras do Brasil. O Estado optou por aprofundar o modelo de industrialização da agricultura com investimento tecnológico nas grandes propriedades. Isso acarretou em os pequenos produtores continuarem não tecnificados e os camponeses entregues à própria sorte. A possibilidade de uma reforma agrária ficou apenas no discurso, cujo objetivo era o de anestesiá-los os trabalhadores rurais. E, para piorar, a ditadura militar perdurou até 1985.

Assim, os movimentos populares que lutavam por reforma agrária foram duramente reprimidos e suas lideranças caçadas, perseguidas e, muitas, assassinadas, como ocorreria ao longo de toda a ditadura militar. Os problemas vinculados à agricultura e à produção de alimentos transformaram-se em questões técnicas, com os tecnocratas acreditando que os problemas da agricultura seriam sanados e que, portanto, uma reforma agrária não seria necessária.

Contudo, em razão de que os militares buscavam o estabelecimento da ordem social como forma de atender as demandas dos setores rurais populares, foi estabelecido em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, por meio do Decreto 4.504. “Tratava-se de um conjunto de disposições que definiam o que era a propriedade da terra no Brasil e suas modalidades, impunha a desapropriação por interesse social nos casos considerados necessários, bem como a compra de terras pela União para efeito de reforma agrária” (LINHARES; SILVA, 1999, p. 186).

Mesmo considerando todo o avanço que o texto do Estatuto da Terra representou, esse foi considerado letra morta, pois o documento acabou interpretado pelos militares e pela elite agrária como instrumento de modernização do latifúndio, deixando a questão

agrária nacional sem resolução.

No entanto, foi durante a ditadura militar que surgiu o primeiro cadastro da propriedade da terra, fato que ocorreu em 1970, ainda que as informações tenham sido a partir de dados declarados pelos proprietários. Esse foi um processo que desde o período colonial era rechaçado pelos latifundiários, passando pela Lei de Terras de 1850 e pelo governo Vargas, uma vez que os chamados senhores de terra temiam que qualquer ação dessa natureza pudesse implicar cobranças de impostos ou outros tipos de controle da terra.

Deve ser destacado que essas ações do Estado brasileiro estavam carregadas de interesses, tanto no aspecto da redução de conflitos sociais em algumas regiões do país, quanto de ocupar estrategicamente uma parte significativa do território nacional. A questão agrária foi tratada como um problema de segurança nacional e não com o estabelecimento de uma política de reforma agrária. Os lemas criados pelos militares explicitavam bem as concepções predominantes naquele momento de nossa história, como por exemplo: “Amazônia, uma terra sem homens, para homens sem terras” (FELICIANO, 2006, p. 83).

Mesmo com a brutal repressão do regime, os trabalhadores rurais continuaram se organizando, havendo, inclusive, uma ampliação na sindicalização. Não obstante, com o aparelhamento dos sindicatos pelo Estado, essas organizações, em geral, assumiram um caráter burocrático, assistencialista e conciliador.

Em relação à questão agrária nacional, o regime militar deixou um saldo negativo, pois durante o período houve uma maior concentração de terras, a violência no campo se ampliou, a crise de abastecimento não foi solucionada e os programas de assentamento rural não atenderam às necessidades da sociedade brasileira. Podemos considerar que o Estado brasileiro atuou fortemente para a modernização da agricultura, mas o fez nos moldes de uma modernização conservadora, voltada para exportação. Portanto: “é difícil dimensionar o que significou a intervenção do Estado na condução desse processo. Sua abrangência, todavia, não deixa lugar para dúvidas. Há certo consenso entre os autores de que o grande instrumento de que se valeu o Estado foi o crédito subsidiado.” (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 119).

A atuação do Estado brasileiro atendeu aos interesses dos latifúndios que se modernizavam, mas incorporou novos sujeitos na agricultura nacional:

As vantagens oferecidas pelas políticas de *modernização* beneficiaram os latifundiários tradicionais, mas também atraíram capitais de outros setores da economia para quem o campo passou a ser colocado como uma alternativa interessante de investimento. Grandes grupos econômicos entram na produção agrícola ou agroindustrial e passaram a imobilizar capitais em terras, contando não apenas com a sua valorização, mas também com a perspectiva de captação de recursos públicos para a realização de aplicações financeiras mais vantajosas (...) (PALMEIRA; LEITE, 1998 p. 123).

Esse novo modelo de organizar a produção agrícola, com o processo de industrialização integrando vários setores da economia e uma forte presença do Estado ficou conhecido como Forma Complexo Agroindustrial. Por outro lado, o grande impulso que o Estado brasileiro ofereceu para a agricultura industrializada acabou por manter “uma enorme parcela da agricultura não integrada a esse dinamismo e enormes contingentes rurais em situação de pobreza e subnutrição.” (MULLER, 1989, p. 44).

Ainda assim, a atuação do Estado no meio rural possibilitou o avanço dos sindicatos dos trabalhadores rurais, substituindo a mediação dos grandes proprietários com os camponeses. “O sindicato iria se colocar não só como um mediador alternativo, mas como um veículo para implementação de regras impessoais que são a negação da dominação personalizada do latifúndio. Através do sindicato, os trabalhadores puderam ter acesso à Justiça e a implementação das leis tornou-se uma possibilidade real.” (PALMEIRA; LEITE, 1998 p. 120)

Segundo estes autores, setores da Igreja Católica ofereceram apoio significativo para a organização do movimento sindical dos trabalhadores rurais, especialmente a partir de meados dos anos de 1970, principalmente por meio da CPT.

Diante de tantas vantagens que o Estado concedeu para os grandes proprietários e para os empresários urbanos que decidiram participar dessa disputa pelo fundo público que amparava a agricultura, o outro lado da moeda teve que ser atendido de alguma maneira, ou seja: políticas de previdência e assistência social foram criadas para atender o trabalhador rural, processo que acarretou transformações nas relações sociais do meio rural, mas também gerou conflitos entre os vários grupos que controlavam esses recursos.

A modernização conservadora da agricultura brasileira propiciou o desenvolvimento do chamado agronegócio, ou seja, o fortalecimento do velho latifúndio, especialmente daqueles que incorporaram os princípios do processo industrial. Destarte, na expansão do capitalismo em direção ao campo, nos chama a atenção a permanência ou a resistência da produção familiar para subsistência. Por si só, isso demonstra que a leitura clássica da questão agrária no Brasil deve ser revista. Mesmo diante de todo o poder do

novo sistema econômico, as pequenas propriedades e outras diversas formas de se viver no campo persistiram e permanecem até o presente, o que indica que em relação ao desenvolvimento rural, não existem destinos inexoráveis (GARCIA, 2006).

Nesse passo, gostaríamos de lembrar a mobilização dos indígenas na região Raposa Serra do Sol: os povos indígenas estão lutando por seus direitos, contando inclusive com a participação de uma advogada indígena, que foi a primeira representante desses povos a defender uma causa no Supremo Tribunal Federal (STF). Isso parece confirmar o pensamento de Garcia (2006), para quem, mesmo diante de toda a força do capital sobre o campo, as formas de produzir distintas desse modelo resistem ao seu poder.

Em virtude das precárias condições em que os sem-terra se encontravam, bem como do avanço do capitalismo no campo, com a ampliação dos latifúndios, e da expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, várias lutas começam a eclodir em meados dos anos de 1960 e início dos anos de 1970: eram lutas por terra e democracia. Assim, ressurgem velhos personagens e surgem novos sujeitos (MEDEIROS, 1989).

Com a mobilização da sociedade brasileira em torno da luta por democracia, com a efetiva participação dos trabalhadores rurais, sem-terra, camponeses, agricultores familiares, entre outros, a bandeira da reforma agrária foi erguida e o país caminhou para a construção da democratização e para o estabelecimento da Constituição de 1988. Esse foi um momento de extrema importância para a sociedade brasileira: foi o momento em que, afinal, todo um movimento social que lutou pelo fim da ditadura e pela democratização do país se organizou para incluir na Constituição Federal sua visão de mundo.

No caso específico que é objeto de nosso exame, ou seja, no que diz respeito à reforma agrária, buscava-se retomar as idéias das reformas de base dos fins dos anos 1950, e, a partir da Constituição, estabelecer instrumentos que permitissem a realização de uma reforma agrária que controlasse o latifúndio, tanto no aspecto político, quanto econômico. Porém, os representantes dos latifundiários na Assembléia Constituinte, aliados aos setores da burguesia nacional mais conservadores, conseguiram barrar muitas das propostas no sentido de reduzir o poderio desse setor. Contudo, conquistas foram implementadas no texto constitucional, possibilitando ao Estado a realização da reforma agrária.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os movimentos sociais começaram a reivindicar do Estado uma atitude em relação à reforma agrária; porém, o

poder executivo estava tomado por representantes de setores conservadores da sociedade brasileira e, em muitos casos, várias medidas que deveriam ser implementadas obrigatoriamente foram sendo postergadas. A chamada Constituição Cidadã começava então a enfrentar a reação de setores retrógrados da sociedade brasileira. Por outro lado, com o passar do tempo, ocorria também uma desmobilização dos movimentos sociais e a luta pela reforma agrária se restringiu muito mais ao meio rural, perdendo espaço nas cidades. Mesmo assim, não podemos desconsiderar que a partir da Constituição foram estabelecidos vários instrumentos de participação popular, permitindo que as políticas públicas fossem alcançadas pelo debate social.

Para Palmeira e Leite (1998), existe uma distinção de interesses entre aqueles que investem capitais na agricultura e os trabalhadores da agricultura: entre eles perpassa uma relação de classes que os coloca em posições antagônicas. Durante o período de modernização da agricultura, começou a ser mantida uma disputa por representação dos interesses do mundo rural, agora não mais concebido como um setor, mas sim como projetos de classes distintas. Esse aspecto é muito significativo para se compreender a força que o movimento sindical rural alcançou (FAVARETO, 2006), bem como a potência dos novos movimentos sociais no campo (SCHERER-WARREN, 1993). Apesar do setor patronal desejar representar os interesses da agricultura brasileira como algo homogêneo, sem distinções entre o agronegócio e a agricultura familiar e as demais formas de se produzir no campo, uma nova representação social foi-se estabelecendo desde então.

A Constituição Federal que foi promulgada em 1988 trouxe perspectivas positivas para a reforma agrária, pois estabeleceu instrumentos que permitiria a desapropriação de terras por motivos sociais e o pagamento de terras com títulos da dívida pública. Por outro lado, o próprio presidente da República questionava os avanços propiciados pela Constituição.

Nesse período, as forças conservadoras do meio rural, em conluio com os setores comprometidos com o agronegócio, estabeleceram articulações políticas e impediram maiores avanços no que diz respeito à reforma agrária. O maior emblema de articulação foi a criação da União Democrática Ruralista (UDR) em 1985, entidade constituída para defender os interesses dos grandes latifundiários brasileiros, tanto politicamente, como foi o caso de sua articulação no Congresso Constituinte, impedindo e atravancando os processos que permitiriam ao Estado um maior controle sobre as terras agricultáveis, quanto na articulação da violência contra os movimentos populares que lutavam pela

reforma agrária.

Diante de um ambiente que não correspondia aos anseios da maioria da sociedade brasileira em termos de democratização do acesso a terra, e com a persistência da violência no campo, movimentos que surgiram ao final da ditadura militar se fortaleceram, tal o caso do MST, nascido em meado dos anos de 1980. Esse movimento estabeleceu um contra-ponto com aqueles que acreditavam que a reforma agrária não seria mais necessária.

Por conta de sua capacidade de articulação nacional e de mobilização de grandes massas de trabalhadores, esse movimento começou a chamar a atenção e, com isso, ganharam espaço várias ações para criminalização de suas ações, bem como de suas lideranças, seja por parte de representantes do Estado, da imprensa, de empresários, mas, principalmente, dos grandes proprietários de terras e de seus representantes. Isso demonstrava, em última instância, que a grande propriedade ainda dispunha de um poder de articulação muito maior do que os movimentos que lutavam pela democratização do acesso à terra.

A reforma agrária permaneceu no cenário nacional e na agenda política por conta da mobilização dos trabalhadores rurais, especialmente pelas lutas dirigidas pelo MST, que teve grande atuação durante a constituinte. Foi então, a partir das atividades do MST, com ocupação de fazendas, latifúndios e prédios públicos, que o Governo Federal iniciou de forma muito tímida um processo de reforma agrária (FERNANDES, 1999).

Posta como uma questão, a reforma agrária colocou no cenário nacional dois movimentos que têm perspectivas diferentes tanto nos seus relacionamentos com o Estado, quanto ao modo como este deve ser conduzido e administrado. Isso acarretou o surgimento de elementos novos para o debate, possibilitando aos defensores da reforma agrária um espaço de barganha com o estado; obviamente que esse espaço é bem reduzido em relação aos interesses dos grandes proprietários e de todos aqueles envolvidos com esse negócio. Os setores populares organizaram mobilizações para pressionar o Estado e até mesmo participam de partidos políticos, ao passo que os grandes proprietários preferem os momentos eleitorais financiando seus representantes ou se envolvendo diretamente com os cargos em disputa.

Ao citarem um estudo de Lamounier (apud) Palmeira e Leite (1998) informam que o Congresso Nacional conta com representantes dos interesses dos grandes proprietários, com a chamada *Bancada Ruralista*, que se articula com o Ministro da Agricultura e normalmente se especializam em assuntos fundiários e, assim, conseguem definir ou

influenciar as políticas agrícolas. Já em relação aos trabalhadores rurais, essa representação é praticamente inexistente, contando com poucos simpatizantes das suas causas.

Por outro lado, essa retomada do interesse do Congresso Nacional pelas questões agrárias no período pós-ditadura militar demonstrou a quebra da hegemonia do poder Executivo sobre a agricultura. Dessa forma, as políticas públicas para agricultura passaram a ser estabelecidas tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo, obviamente contando com as contradições existente nesses poderes.

Porém, no início dos anos de 1990, com toda a crise econômica da década anterior e o avanço das políticas neoliberais, mais uma vez a reforma agrária sofreu retrocessos e, durante o governo Collor, as ações de assentamentos rurais foram praticamente paralisadas (GONÇALO, 2001).

Assim, de forma mais efetiva, vamos encontrar novas ações de reforma agrária no governo de Fernando Henrique Cardoso, mas agora com um novo ingrediente, o que muitos autores chamam de reforma agrária de mercado, onde a lógica neoliberal conduz os programas de governo (SAUER; PEREIRA, 2006; GONÇALO, 2001), e também no governo Lula, como veremos mais adiante no segundo capítulo.

Palmeira e Leite (1998, p.92) fazem uma leitura da questão agrária brasileira utilizando as análises sobre a agricultura do país. O aspecto inicial apontado pelos autores é que, a partir dos anos de 1960, a agricultura brasileira passou a vivenciar um processo de modernização: “contrariando previsões dos analistas das décadas de 50 e 60, o setor agrícola, a partir dos anos 60, absorveu quantidades crescente de crédito agrícola, incorporou os chamados 'insumos modernos' ao seu processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção, integrou-se aos modernos circuitos de comercialização”.

Esse processo propiciou uma maior produção de alimentos, que sofreu, todavia, alguns problemas, decorrentes muito mais das implicações das políticas econômicas adotadas pelo país do que efetivamente por sua capacidade de produção. Isso foi possível por conta do estabelecimento dos *complexos agroindustriais* ou pela *industrialização da agricultura*. (PALMEIRA; LEITE, 1998).

Estes autores destacam que toda essa modernização da agricultura não levou a uma mudança na estrutura fundiária brasileira. Muito ao contrário: a concentração de terras aumentou, o nível de exploração dos trabalhadores rurais se ampliou, assim como também o nível de auto-exploração nas pequenas propriedades e, com isso, o êxodo rural

tornou-se crescente.

Diante dos novos fenômenos, muitos estudiosos da questão agrária começaram a se perguntar se ainda haveria necessidade de uma reforma agrária no Brasil ou, pelo menos, que tipo de reforma agrária seria necessária. Alguns seguiram a opção de defender uma reforma agrária desideologizada, que na verdade já é um posicionamento político, ficando um questionamento: “se a modernização da agricultura exclui do horizonte toda e qualquer reforma agrária ou apenas um tipo de reforma agrária” (PALMEIRA; LEITE, 1998, p.94).

Os impactos das transformações ocorridas na sociedade brasileira com o processo de industrialização e com avançar do capitalismo sobre o campo foram sentidos nas grandes cidades do país, pois uma grande massa de trabalhadores, pequenos proprietários e camponeses foram deslocados para as cidades em virtude do processo de modernização conservadora que atravessa esse processo.

A questão agrária brasileira perpassa essas transformações e as mudanças que foram se processando ao longo do último quarto de século, quando o Brasil foi abandonando o seu perfil rural e incorporando cada vez mais o seu lado urbano. Hoje os problemas relativos ao desemprego que assolam o país atravessam tanto as cidades quanto o campo. Por outro lado, houve um crescimento de trabalhadores rurais assalariados, causando a impressão, para alguns analistas, de que a reforma agrária perdeu o sentido, pois agora se tratava de garantir direitos trabalhistas e não mais um modo de vida (PALMEIRA; LEITE, 1998).

Esse quadro concreto do desenvolvimento da questão agrária brasileira também é permeado e entrecortado por reflexões teóricas e políticas, como destacam Linhares e Silva (1999), quando afirmam que as visões de esquerda ficaram divididas em três campos: em primeiro lugar, pode-se estabelecer a análise de um Brasil de passado feudal, que ainda perdurava no meio rural e tornava necessária uma aliança entre a cidade e o campo para romper com esse mundo velho e arcaico, um país dividido entre o feudalismo do campo e o capitalismo da cidade. Trata-se da tentativa de superação de um dualismo estrutural que seria superado por meio de um processo revolucionário aos moldes da Revolução Francesa; enfim, de um processo capaz de propiciar uma ampla distribuição de terras e de colocar fim ao latifúndio. Essa era a perspectiva do Partido Comunista do Brasil (PCB) e dos estudiosos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Uma segunda visão discordava da idéia de um meio rural brasileiro feudalizado.

Entre esses encontrava-se Caio Prado Júnior, que defendia a idéia de que embora não houvesse uma força de trabalho assalariada, mesmo assim, as relações de trabalho no campo eram capitalistas e a produção agrícola do país estava integrada ao sistema; portanto, o avanço que poderia ser alcançado seria a extensão dos direitos trabalhista ao homem do campo, como havia ocorrido nas cidades. Dessa forma seria impossível imaginar uma aliança com os capitalistas da cidade, pois estes já eram aliados dos grandes latifundiários.

E por fim, teríamos a perspectiva mais recente de Martins (1973), de que os conflitos no meio rural não eram reflexos do atrito entre o velho e o novo, ou entre feudalismo e capitalismo, mas sim a própria forma do capitalismo se desenvolver no campo brasileiro. Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Oliveira (1988) também chega a essa mesma conclusão.

As visões conservadoras ou de direita seguiriam outras perspectivas. Essa perspectiva seguiu o caminho da técnica e de discussões aparentemente despolitizadas: segundo essa visão, o problema da agricultura brasileira seria o da falta de investimento em tecnologias e a incapacidade das pequenas propriedades se inserir no mercado. Assim, declarava-se a necessidade de um ensino técnico voltado para o campo e um maior investimento governamental voltado para o agronegócio, até como forma de compensar a agricultura pelo esforço realizado para o desenvolvimento industrial do país a partir da era Vargas, não havendo nenhuma necessidade de reforma da estrutura fundiária do Brasil. Incorporava-se a idéia de que os conflitos no campo eram fruto das ações esquerdistas que envolviam os trabalhadores urbanos em supostos conflitos rurais (LINHARES; SILVA, 1999).

A perspectiva histórica desses autores demonstra o caminho da problemática da questão agrária na sociedade brasileira. Mesmo considerado que essa análise se refere a um trabalho publicado a dez anos atrás, podemos considerar sua validade para contextualização do problema.

Da mesma forma, nos dias de hoje, em especial após a crise da década de 1980, surge claramente um novo padrão de questão agrária, muito especialmente após o esgotamento do modelo fordista-keynesiano periférico, ou do assim chamado *processo de substituição de importações*, e de ajuste estrutural das décadas de 1980/1990, subsequente à crise (quer dizer, o começo da implantação das novas medidas de regulação neoliberal) (LINHARES; SILVA, 1999, p. 145).

Com essa citação dos mesmos autores, efetivamente chegamos ao período que é objeto da nossa análise. Nesse passo vale ressaltar que, no momento em que estamos

escrevemos este trabalho, estamos vivenciando uma crise do sistema capitalista que ainda não temos capacidade para analisá-la. Porém, o que já se pode perceber em vários níveis da realidade é que, diante da presente crise, se exige uma maior presença do Estado na regulação da economia. Em razão disso, alguns estão percebendo o momento como fim de um modelo de sociedade, ao passo que outros preferem a cautela e apontam duas tendências: a possibilidade do surgimento de uma sociedade mais democrática, com efetiva participação popular, a depender das mobilizações das forças populares; ou o caminho de uma sociedade com um maior nível de concentração de capital, com a ampliação da exploração e espoliação dos setores populares. Aqueles vinculados ao capital tentam demonstrar que essa é uma crise passageira, o que permite estabelecer uma divisão entre otimistas e pessimistas: os do primeiro grupo apontam para um retorno à normalidade já nos próximos dois anos, enquanto os do segundo acreditam que os efeitos da atual crise se prolongará por pelo menos uma década.

Considerando, portanto, a crise econômica mundial, a crise alimentar e a crise ambiental que já vêm sendo debatidas há mais tempo, parece não restar dúvidas de que o campo será impactado por todas essas situações e a tendência é de que os camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais enfrentem um quadro de grandes dificuldades, especialmente se as suas organizações sociais e políticas não forem fortes o suficiente para se contrapor ao poder do capital.

2.2 OS SUJEITOS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

O panorama da situação apresentada na seção anterior teve a função de demonstrar como milhões de pessoas foram deslocadas do meio rural para as cidades e regiões de fronteira agrícola ao longo do último século. Nenhuma situação de conflito foi abordada diretamente, mas as transformações ocorridas no campo foram permeadas de violência, assassinatos, expulsões e expropriações. Não se trata apenas de agressão física, mas também social; enfim, da exclusão que amplos setores da sociedade brasileira sofreram durante todo esse tempo. O abandono que o Estado relegou a essas pessoas foi respondido pela organização desses setores em sindicatos, movimentos sociais e nas mais variadas formas de resistência ou de lutas por garantia de seus direitos.

As discussões sobre a questão agrária no Brasil datam da segunda metade do século XIX. Porém, como vimos anteriormente, foi a partir das mudanças ocorridas

durante e após a era Vargas que o país iniciou um debate mais profundo. São vários os fatores que podem ser relacionados com a preocupação com essa questão: pode-se mencionar o momento político que a nação vivia; o surgimento de partidos políticos; os debates sobre o desenvolvimento econômico; o surgimento das universidades e a preocupação da academia com o desenvolvimento do país. Porém, surgiam nos anos de 1950 os primeiros movimentos e lutas sociais em defesa de terra para trabalho, assim busca-se apresentar, de maneira sucinta, como esses sujeitos partindo da organização popular colocaram definitivamente a questão agrária na agenda política.

Então, diante da emergência da modernização conservadora, construção possível com uma intensa integração de capitais agrário, industrial e financeiro, a agricultura brasileira assumiu novas formas de acumulação. O Estado brasileiro adotou novo papel e desenvolveu políticas públicas que ao mesmo tempo reprimiu conflitos sociais, induziu e regulou o processo de modernização, atendendo os interesses da burguesia nacional, não cedendo às pressões populares, conforme nota Gehlen (2004, p. 100):

A burguesia brasileira se recusou a desempenhar o papel de produzir um projeto e executar essa reforma, desdenhando essa responsabilidade e não assumindo, enquanto classe social, essa questão como sendo central entre as demandas do povo brasileiro.

No caso específico do Brasil, a burguesia optou por uma aliança com setores arcaicos, em detrimento a uma vinculação com operários ou com setores populares. Se esse fato não chegou a impedir a modernização do país, a atitude da burguesia nacional foi responsável pelo fato da sociedade brasileira ser marcada por uma forte divisão social.

Favareto (2006) aponta a criação, em 1975, da Comissão Pastoral da Terra, como um impulso fundamental para a ampliação da ação da igreja no meio rural. Tendo por objetivo interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais, a CPT passou a se fazer presente nas áreas de conflito, com os agentes pastorais, tornando-se parte da própria comunidade.

Ainda no final dos anos de 1950 surgiram as Ligas Camponesas, que marcaram a história do país, pois permitiram que os homens do campo tivessem o direito à voz e alcançassem o acesso à justiça. O movimento liderado por Francisco Julião congregou trabalhadores rurais, não necessariamente assalariados, mas que a partir de sua organização e mobilização lutaram para garantir o direito de receber os dias trabalhados nos canaviais os quais seus proprietários se negavam a pagar. Esta situação gerou muita

violência, pois os descendentes dos antigos senhores de engenho, não aceitavam a subordinação da Lei e nem serem tratados em situação de igualdade, mesmo que de forma teatralizada nos tribunais, com os miseráveis que ocupavam suas terras. Quando um morador entrava com uma ação contra os proprietários ou servia como testemunha em um processo, era comum receber retaliações, ameaças de morte e constrangimentos (GARCIA, 2003).

Francisco de Oliveira anotou o papel das Ligas Camponesas como de significado importante para a amplificação da política. “As Ligas Camponesas, menos pelo seu real poder de fogo, medido do ponto de vista de travar uma luta armada com os latifundiários (...), deram a fala, o discurso, capaz de reivindicar a reforma agrária e de des-subordinar o campesinato, após longos séculos, da posição de mero apêndice da velha classe dominante latifundiária” (OLIVEIRA, 2000, p. 63). Assim, esse movimento permitiria que o sindicalismo rural ganhasse voz e de alguma maneira desequilibrasse a relação com as classes dominantes.

Nos anos subseqüentes, por conta de toda uma mobilização popular ocorrida, tanto nas cidades quanto no campo, surge o sindicalismo rural. O novo cenário político é predominado por sindicalistas de origem católica ou comunista, mas a luta continuava no sentido da ampliação de direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais. Novas organizações foram criadas, entre sindicatos e Federações estaduais, capitaneadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada no ano de 1963.

A CONTAG dirigiu as lutas camponesas dos anos de 1960, mas enfrentou a repressão do regime militar. O Estado autoritário promovia a modernização e a exclusão social. “Reforma agrária, direitos trabalhistas e fim da violência no campo eram, assim, as reivindicações básicas e traziam para o mesmo campo de oposição o latifúndio, o patronato, e os agentes da violência, como as empresas colonizadoras” (FAVARETO, 2006, p. 36).

O regime ditatorial impôs um sistema policial e repressor à sociedade brasileira, militarizou a questão agrária, deixando de tratar essa questão como problema social, (ALMEIDA, 1992; MARTINS, 1985). O processo de modernização seguia sob a ordem dos militares, assim vários projetos de infra-estrutura foram desenvolvidos em todas as regiões do país, atingindo as populações rurais, sem que as mesmas participassem de qualquer tipo de negociação ou das etapas de planejamento, ficando alheias aos seus destinos. Essas intervenções no espaço rural, desconsiderando a vida dos povos que lá

viviam, resultaram em novos movimentos de resistência, como dos atingidos por barragem, indígenas, ambientalistas, agricultores familiares, trabalhadores sem terra e tantos outros (MARTINS, 1993; SCHERER-WARREN, 1993).

Esses novos movimentos sociais mantinham formas de lutas diferenciadas, distanciando-se dos antigos movimentos cuja sustentação se dava nas lutas de classe; os novos movimentos emergiam de uma diversidade cultural que, até então, não eram reconhecidas ou consideradas (SCHERER-WARREN, 1993). Mas de qualquer forma, essas novidades não impediram uma aliança com o chamado novo sindicalismo, que buscava a conquista de direitos trabalhistas e a democratização do país:

Quanto ao projeto político, portanto, desde o início a diversidade de situações encontradas na base social do novo sindicalismo no campo apontava para uma potencial dispersão de temas e frentes de luta. Mas a conjuntura do período, que trouxe em seu desenrolar um enfraquecimento progressivo da ditadura e uma ascensão da crítica social e das forças dela portadoras, propiciou as condições para que essa diversidade fosse amalgamada em uma agenda e em bandeiras de lutas unificadoras que, a um só tempo, faziam sentido para quem vivia e experimentava os conflitos, e traduziam as reivindicações básicas daquele conjunto de segmentos (FAVARETO, 2006, p. 33).

A partir de então, o campo contava com novos sujeitos, unidos pela existência de um interesse comum: a luta pela terra. Com o fim da ditadura militar, os setores populares vislumbravam a possibilidade de avanços sociais, especialmente com o Congresso Constituinte de 1988. Em relação à reforma agrária, várias projetos foram apresentados, inclusive contando com a inclusão no texto final. Porém, uma maior transformação na estrutura política do país, especialmente nas mudanças que atingiriam o latifúndio, foram barradas pela chamada bancada rural, que contou com apoio e articulação da UDR, que tem como objetivo a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem.

O MST, que também atuou junto com outros movimentos sociais para alcançar uma constituição mais avançada, após a promulgação da atual carta constitucional, aprofundou suas atividades e passou a promover ocupações de terras em todo o país, pressionando o Estado a realizar a reforma agrária. Apesar disso, as políticas públicas para o setor agrário continuaram beneficiando os grandes proprietários em detrimento dos produtores familiares e dos trabalhadores sem terra. Somente com a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária alguns programas de assentamentos rurais foram promovidos.

Recentemente, setores dos movimentos sociais do campo, bem como parte do movimento sindical, mudaram suas bandeiras de lutas, relegando a reforma agrária para um segundo plano e optando por investimentos no que foi conceituado de agricultura

familiar.

Com relação às bandeiras de luta, o novo sindicalismo abandona as antigas – reforma agrária e direitos trabalhistas, ou reforma agrária, política agrícola e direitos trabalhistas – e assume outras – 'um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, ancorado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar', segmento que passa a ser considerado prioritário nessa nova estratégia para o meio rural que o sindicalismo se propõe a construir (FAVARETO, 2006, p. 38).

Essa tendência é percebida com a criação de entidades representativas dos agricultores familiares, que contam inclusive com a simpatia e o apoio do atual governo federal.

(...) em 2004 já existiam federações da agricultura familiar em dez estados. Em julho deste mesmo ano um Encontro Nacional da Agricultura Familiar reuniu aproximadamente 1.500 agricultores de todo o país em Brasília, anunciando a criação de uma Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, o que ocorreu num congresso realizado em 2005 (...). Todas essas organizações são vinculadas à central e passam a dividir com a CONTAG a representação das categorias de trabalhadores rurais. Além da representatividade expressiva dessa organização, ainda que minoritária em relação à CONTAG, merece destaque a participação enfática do presidente da República na abertura do encontro que levou à sua fundação, assim como a presença de ministros e representantes de outras sete autarquias ou estruturas ministeriais, o que simboliza, de alguma forma, um reconhecimento político por parte do Estado, (FAVARETO, 2006, p. 41).

Mas mesmo com a criação de novas organizações voltadas para a agricultura familiar, mesmo com o apoio de sindicatos e centrais sindicais para essas novas bandeiras, e apesar da aproximação da produção rural de pequena escala ao mercado, da formação de produtores rurais para lidarem com crédito, da implementação de novas tecnologias para esses agricultores e do desenvolvimento de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), vários movimentos sociais, como o MST, continuam lutando pela reforma agrária. No entanto, o mais importante, é perceber que a reforma agrária agora tem o apoio de várias forças políticas. Diante disso, a questão posta nesse momento é saber qual reforma agrária será efetivamente implementada (FAVARETO, 2006).

Até esse ponto, nos voltamos para o exame da atuação dos movimentos sociais representativos de setores populares e para o modo que esses sujeitos construíram instrumentos ou influenciaram para manter a questão agrária e por consequência a reforma agrária na agenda política. Para além disso, devemos reconhecer que outros sujeitos foram importantes para que essa questão social permanecesse no cenário político nacional, dentre os quais pode-se apontar parte da burocracia estatal, ligada ao

Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Sobre esse aspecto da questão, são muito significativas as palavras de Plínio de Arruda Sampaio, que funcionarão como uma espécie de encerramento desse tópico:

O Sujeito dessa reforma agrária é aquilo que restou da penetração selvagem, perversa e desordenada do capitalismo no campo brasileiro. São Esses que ficaram, são os imigrantes do Sul que lá criaram um território com transposição da economia camponesa européia para as regiões Sul e que agora estão sendo expulsos, muitos dos quais se dirigindo para a Amazônia e toda a região Oeste do Brasil. São os Expulsos da economia canavieira do Nordeste, são expulsos também aqui de São Paulo, da desorganização do café (SAMPAIO, 2004, p. 332).

Como se percebe, as políticas públicas para reforma agrária têm-se concretizado no Brasil principalmente em virtude das lutas sociais. Ao pressionarem o Estado, os vários movimentos populares que agitam esse cenário têm conquistado espaços que permitem vislumbrar um projeto de sociedade que permita aos homens e mulheres que vivem no meio rural a esperança de conquistarem uma vida digna.

2.3 AS ESPECIFICIDADES DA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 1970

Fornecida a vista panorâmica da questão que vimos examinado, a partir desse ponto iremos tratar da ocupação da Amazônia brasileira após o golpe militar de 1964, e verificar como o capitalismo se expandiu nessa vasta região, especialmente a partir de 1970. Veremos como a inserção no circuito internacional de acumulação do capital teve um altíssimo custo para as populações que nessa região viviam, bem como para aquelas que para aqui migraram. A estratégia militar de garantia da fronteira norte brasileira teve como um dos panos de fundo a grande exploração dos trabalhadores, especialmente aqueles das áreas rurais que trabalhavam na abertura de estradas e na derrubada de mata para instalação de fazendas de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Esses grupos utilizaram formas de exploração típicas da região, oriundas, porém, de outro tempo histórico, mas que serviram bem aos interesses desses novos colonizadores, haja vista que garantiram uma rápida acumulação de capital.

Os chamados grandes empresários ou empreendedores que colaboraram com o Estado brasileiro na ocupação da Amazônia, normalmente não residiam na região e dirigiam seus negócios a partir do centro sul, deixando o gerenciamento local nas mãos de pessoas que se utilizavam dos mais variados métodos para garantir a presença da

mão-de-obra. Dentre outros, notabilizaram-se os serviços dos chamados gatos (pessoas que saíam pelas áreas de origem dos migrantes, especialmente pelo nordeste, mas também por Goiás, contratando homens dispostos a trabalhar na derrubada da floresta. Muitas vezes essas pessoas seguiam já sabendo das condições de trabalho análogo à condição escrava; mas se submetiam, todavia, pois era a única forma de conseguir alguma atividade que permitisse o seu sustento e de sua família).

Conforme Cardoso e Müller (1977) o Estado brasileiro, que naquele período mantinha uma íntima relação com a iniciativa privada, estabeleceu um processo de ocupação dessa vasta região brasileira oferecendo incentivos fiscais, financiamentos facilitados para as grandes empresas e deu início à construção de obras estruturais. Por outro lado, o discurso do homem como meta principal foi posto de lado e, com isso, foi soterrada a idéia de possibilitar melhores condições de vida para os nordestinos atingidos pela seca e por uma estrutura fundiária antiga, bem como o ideal de propiciar um novo horizonte para os amazônidas. Conforme os autores demonstram, ocorreu exatamente o contrário, uma vez que a opção pela grande empresa deixou o trabalhador rural, o camponês e os indígenas à margem do desenvolvimento capitalista da região.

Os autores sustentam que houve iniciativas governamentais que demonstraram uma efetiva preocupação com o grande fluxo de pessoas para a Amazônia brasileira, mas que não foram suficientes para lidar com os problemas da alta exploração imposta pelo capital aos trabalhadores, bem como com o isolamento vivido por muitos homens e mulheres que acreditaram na propaganda estatal e seguiram com seus familiares para dentro da floresta.

Com a expansão dos interesses empresariais, mineradores e produtores de alimentos, com início da efetivação de políticas de povoamento motivadas pela ideologia militar de incorporação nacional da área e com a doação de 'sesmarias' aos grandes capitais do centro-sul a partir dos anos de 1967-70, acelerou-se a *divisão social do trabalho em bases capitalistas*, isto é, a região integrou-se em bases regulares ao mercado de mão-de-obra, primeiro local, depois nacional (CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 12, grifo dos autores).

Não cabe a esse trabalho fazer uma análise da história da ocupação da Amazônia, não apenas por questões de espaço, mas também por fugir ao foco de nossa pesquisa. No entanto, é necessário observar que em datas anteriores o Estado brasileiro empreendeu várias tentativas de ocupar essa região: um dos casos mais emblemáticos foi o *ciclo da borracha* que, em virtude da seca no nordeste, num primeiro momento, e, posteriormente, por contingências da II Guerra Mundial, milhares de migrantes aportaram

na Amazônia.

Contudo, esse momento histórico não ocasionou um surto de cobiça no empresariado do centro-sul. Destarte pode-se afirmar que no deslocamento de milhares de pessoas para região, o maior interessado na ocupação desse território era o Estado brasileiro, muito mais por questões geopolíticas do que efetivamente de expansão do capital.

Já nos anos de 1970, com o processo de industrialização do país em curso desde os anos 1930, o empresariado representante do capital nacional e internacional visualizou nos incentivos governamentais a possibilidade de expandir seus negócios para a fronteira setentrional, especialmente nos ramos dos minérios e da alimentação.

Mas na década de 60 e mais ainda na de 70, agrava-se o fenômeno da grilagem de terras na fronteira, que abre caminho à expansão capitalista nas áreas novas; a violência inerente a este processo o identifica com a referida acumulação primitiva estrutural. Esta expansão capitalista na fronteira também dar-se-á através dos incentivos fiscais (...) e processar-se-á mais uma vez, através do desenvolvimento da pecuária, destruidora de emprego e concentradora de terras (ARCANGELI, 1987, p. 73).

Cardoso e Müller (1977, p.49) também descrevem o cenário de ocupação da Amazônia mostrando que a região estava marcada

(...) sobremaneira pelas políticas do Governo Federal; internamente a repercussão maior está recaíndo sobre a terra, disputam-se a legitimidade das posses, a legitimidade de certas propriedades e, nesse processo estão, de um lado, grandes empresas do sul e internacionais, incentivadas pelo governo, desejosas de centenas de milhares de ha e, de outro, as tentativas do INCRA de organizar a frente de pequenos e médios proprietários e posseiros que desordenadamente vão entrando na região, bem como criar núcleos, formando colônias de povoamento (...).

Assim, podemos compreender que a inserção da Amazônia no circuito internacional do capital é configurada pela violência deste e efetivamente é a partir desse momento que a região aprofunda o seu caráter de exploração externa, justificando inclusive nosso recorte temporal para os anos 1970. Dessa maneira, “tendo a violência por parteira”, o capital ingressa na produção agropecuária e mineira amazônica; passa-se para uma nova etapa histórica em que a Amazônia não apenas serve à acumulação “externa”, mas passa a viver, também internamente, para ela (CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 51).

Essa nova etapa histórica da Amazônia foi marcada pelos conflitos pela posse da terra, problemas que na verdade começaram a chamar a atenção na década anterior, aprofundados, porém, a partir de 1970, especialmente pelos interesses dos grandes

grupos econômicos nacionais e internacionais parceiros ou não de fazendeiros e do poder local, que aproveitavam-se da fragilidade do sistema de posse de terras da região para expropriar camponeses, antigos moradores, ribeirinhos e indígenas. Dessa forma, a grilagem de terras na Amazônia ganhou contornos até então desconhecidos.

Esse problema encontrado na Amazônia pode ser caracterizado pelo processo histórico de colonização do território nacional, no qual a região Norte durante muito tempo foi considerada uma área marginal no processo paulatino de ocupação do país, como podemos observar com a seguinte citação, retirada de Velho (1972, p. 11):

(...) em face do Gênero de colonização de que o Brasil foi objeto, em muitos casos a posse não foi absolutamente definitiva, reduzindo-se, em casos extremos, a meras incursões ou expedições exploratórias. Ligada em geral a *ciclos coloniais* de economia, estava a posse, nos casos em que alguma forma se deu, sujeita a fatores historicamente incontroláveis, tais como o esgotamento de reservas minerais ou do solo, e oscilações de preços no mercado internacional em virtude da concorrência de outros produtores ou aparecimento de bens substitutivos. E uma vez encerrado o ciclo, aquelas áreas que não conseguiam readaptar-se a um novo ciclo econômico voltavam a uma situação de maior ou menor marginalização.

Por outro lado, havia toda uma população que não teve a preocupação com a regularização de suas áreas e por essa tradição foram penalizadas pelos que chegaram depois.

(...) os caboclos amazonenses, como os nordestinos acaboclos na Amazônia fixaram-se ou instalaram-se em pequenas ou médias posses. Passaram a viver da caça, pesca, coleta, alguma agricultura ou pouca criação. Acomodaram-se numa economia de subsistência com escasso ou nulo comércio de excedentes. Formaram parte da população dos sítios, freguesias, ruas, povoados, centros ou beiras. (...) ante a imensidade da terra, franqueada a todos e pelo gênero de vida meio nômade que levavam, não tinham sentido a necessidade de assegurar-se o direito a propriedade. A posse parecia-lhes bastante (IANNI, 1979a, p. 134).

Para Velho (1972, p.33) “A Amazônia permaneceu séculos numa situação de grande marginalização em relação ao mundo, mas especialmente em relação ao próprio Brasil.”

Como vimos anteriormente, o Brasil da década de 70 do século passado, foi palco de grandes transformações, seja nos aspectos econômicos ou nos aspectos sócio-culturais; o país foi impactado pela trajetória da sua população rural em direção às cidades.

Esta situação, junto com as questões políticas da época, ou seja, a luta para (re)democratização da sociedade brasileira, transformou algumas regiões em verdadeiros espaços de conflito social, dentre os quais se destaca o nordeste, pois foi essa região

que mais contribuiu para o deslocamento de famílias para região Norte, principalmente por conta de sua estrutura fundiária que não propiciava terra para os produtores diretos e nem tampouco gerava empregos suficientes para um número crescente de trabalhadores. Porém, essa não era uma exclusividade do Nordeste, houve deslocamentos da região Sul, Sudeste e do Centro-Oeste, em menor medida, como também intra-região.

A colonização dirigida aparece, portanto, como um esforço consciente, não apenas para ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mas como uma alternativa para a 'pressão' demográfica em certas áreas do país. Uma espécie de válvula de segurança para evitar problemas maiores sem que medidas drásticas sejam tomadas para reestruturar o estatuto da propriedade (CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 141).

Com esse cenário de grande turbulência social e com o desejo dos militares em guarnecer a fronteira Norte, o Estado brasileiro organizou um processo de migração para região, construindo um modelo de colonização oficial e proporcionando outro modelo de colonização privado.

Quando assumida diretamente pelo Estado, esta colonização justificar-se-ia, no referido discurso oficial, por razões de ordem político-social e econômico-social. O primeiro grupo de razões refere-se à necessidade de ocupação territorial no país e à necessidade de garantir-se suas fronteiras. O segundo grupo refere-se às 'preocupações com a justiça social, tais como dar acesso à propriedade da terra: às preocupações com o emprego, tais como incentivar as migrações inter-rurais em contraposição às urbanas; e às preocupações propriamente econômicas, tais como atender melhor a demanda de alimentos, promover o progresso econômico de uma região e deslocar a fronteira agrícola' (ARCANGELI, 1987, p. 9).

Assim, podemos trabalhar com a chave de interpretação de que o aprofundamento da inserção da Amazônia no circuito internacional do capital ocorreu diante de uma conjuntura nacional bastante particular. Os fenômenos até aqui abordados nos permitem observar que houve a confluência de certos fatores que foram determinantes para ocupação da Amazônia a partir de 1970, dentre os quais, podemos listar a própria expansão do capitalismo, a industrialização do país, a modernização conservadora da agricultura e o interesse dos militares em ocupar a fronteira Norte, aliado ao princípio de redução das tensões sociais nas regiões anteriormente referidas.

O discurso oficial sempre esteve envolvido pela bandeira do nacionalismo, da segurança nacional e do bem estar do homem. Porém os fatos não deixam dúvidas da aliança do Estado com a burguesia, como demonstram a maioria dos planos e projetos para o desenvolvimento da região, que tinham como objetivo primordial, não de forma

explícita, a acumulação e concentração do capital.

Ianni descreve como o homem da Amazônia foi incorporado a esse avanço do capitalismo sobre a região:

Decresce ou desorganiza-se a economia voltada para a produção de valores de uso e cresce e organiza-se cada vez mais a economia voltada para a produção de valores de troca. Pouco a pouco, ou de um instante para o outro, o trabalhador e a sua família passam a ser dominados pela exigência de produzir não apenas excedentes comerciáveis, mas produzir de modo exclusivo para o comércio. Pouco a pouco, ou de um instante para outro, o seu trabalho perde o caráter de um ato de vontade e invenção e ganha o caráter de um ato de submissão (IANNI, 1979a, p. 142).

Nessa perspectiva, concordamos com Arcangeli (1987) que apresentou uma crítica contundente ao papel do Estado nos projetos de colonização da Amazônia, pois este propiciou muito mais a expansão do capitalismo nessa vasta região do que efetivamente uma distribuição de terras para trabalhadores rurais expropriados em suas regiões de origem:

(...) a colonização dirigida revelar-se-ia em toda sua fragilidade, como mais um empreendimento destinado à satisfação de interesses inerentes à lógica do modo capitalista de produção, que, com aval do Estado, gera, obstrui, destrói e recria processos, em função de suas perspectivas de lucratividade e expansão (ARCANGELI, 1987, p. 10).

Para isso o governo militar criou órgãos para tratar especificamente do desenvolvimento da região e outros que tinham uma atuação nacional, mas que tiveram, e ainda possuem até os nossos dias, importância para a questão agrária da Amazônia, como foi o caso da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do INCRA.

De certa maneira, o Estado brasileiro realizou alguns testes para ocupação capitalista da Amazônia, como podemos observar nessa citação de Velho (1972, p. 168):

Neste sentido, a região do Itacaiúnas estaria sendo um laboratório onde se engendrariam as soluções capitalistas para a conquista por etapas da Amazônia: agricultura marginal de subsistência, estradas, pequena produção agrícola mercantil, pecuária intensiva e grande exploração mineral; quando possível partindo de uma produção extrativa tradicional ou nova que auxiliasse uma acumulação local.

Em 1966 o governo federal criou a SUDAM, em substituição a antiga Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), constituída por Lei

Federal em 1953 durante o Governo de Getúlio Vargas. A SUDAM teria como função a coordenação de toda ação federal na região, “sendo a principal encarregada da elaboração e execução do Plano de Valorização, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, utilizando como agente financeiro o Banco da Amazônia (BASA).” (CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 115)

A SUDAM passou a ser o órgão governamental responsável pela avaliação dos projetos para região e também pela liberação de financiamentos e as isenções fiscais para os empreendimentos na região.

Por outro lado, o INCRA, órgão que não tinha sobre a sua responsabilidade apenas a ocupação de terras na Amazônia, com a ideologia do governo militar do chamado vazio demográfico na Amazônia e o acúmulo de conflitos por terra no nordeste, teve um papel preponderante na ocupação desse espaço setentrional brasileiro a partir de 1970, como podemos observar na seguinte citação:

Como solução para diminuição das tensões sociais existentes na área [nordeste], decidiu-se a abertura de estradas na Amazônia, com o aproveitamento da mão-de-obra nordestina e sua subsequente fixação ao longo destas rodovias. Isto está claramente explícito nas declarações de José Francisco de Moura Cavalcanti, então presidente do INCRA: ‘Damos uma ênfase maior à colonização, principalmente da Transamazônica, por que não compreendemos como um mesmo país possa constituir problema de inquietação o excedente demográfico de determinadas áreas e o vazio de outras’ (CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 122).

Além desses dois órgãos, extremamente importantes para ocupação da Amazônia a partir de 1970, vários outros órgãos e programas foram desenvolvidos pelo governo federal. Óbvio é que eram orientados pelo espírito da integração e da segurança nacional desenvolvido pelos militares, mas que apesar disso tiveram papel fundamental na articulação do Estado com a iniciativa privada, apoiando a reprodução do capital.

Nas áreas antigas se mantém a estrutura fundiária intocada; nas áreas novas se rearrumam os fluxos espontâneos e dirigidos, com intuito de preparar infraestrutura e reserva de força de trabalho para entrada do capital monopolista. (ARCANGELI, 1987, p. 17)

Para Cardoso e Müller (1977) o governo federal, por meio do discurso e da propaganda, estabeleceu uma auto-imagem das suas ações que estavam bem distante da realidade vivida pelos milhares de brasileiros que se deslocaram para a região Norte, especialmente por intermédio do que seriam as ações da SUDAM e do INCRA.

No que diz respeito às ações do INCRA, a perspectiva era de uma organização dos

colonos em pequenas unidades, entre 6 a 12 famílias, que formariam uma Unidade Agrária de Produção (UATP), onde as famílias receberiam assistência técnica e orientação para a produção cooperativada; esse grupo estaria vinculado a uma Agrovila, reunindo até 50 famílias em uma distância que variava entre 500 a 5.000 metros de distância dos lotes. Dando seqüência a esse ordenamento rural/urbano, seriam criados Agrópolis, que reuniriam 20 Agrovilas, distantes umas das outras 40 Km, onde os colonos receberiam uma maior assistência nas áreas de saúde, técnica e educacional, contando com uma cooperativa e; finalmente as Rurópolis, seria o principal núcleo urbano dos projetos de colonização do INCRA, deveriam ser instalados a 140 Km um do outro, local onde se concentraria as atividades industriais e comerciais. Porém, foram raríssimos os programas que chegaram a ter toda essa organização e ainda assim funcionaram de forma precária (CARDOSO; MÜLLER, 1977).

Com as dificuldades do clima próprio da região, com as suas características peculiares, muitos colonos se afastavam das Agrovilas e iam viver nos lotes, especialmente no período das chuvas; algumas vezes o marido ficava separado da família, noutras oportunidades toda a família mudava-se para o lote, ocorrendo um esvaziamento das agrovilas e, por conseguinte a perda das suas funções de integração e sociabilidade das famílias.

Na prática, apesar da idéia ser interessante, a realidade demonstrou que o desconhecimento da região por parte dos planejadores, a falta de atenção para com os assentados e o descumprimento daquilo que foi proposto para os colonos, levou muitas famílias a abandonarem a região, retornando para os locais de origem ou migrando para os centros urbanos da Amazônia.

O planejamento e o trabalho desenvolvido para ocupação dessa região foram inadequados. O conceito de *agrovila*, de assentamentos centrais, falhou. Porém com a propaganda do Governo central, com seu slogan 'Há terra para todos na Amazônia', deu início a uma migração em massa a partir da segunda metade dos anos 70 (KOHLHEPP, 2002, p. 50).

Para Marx (2003, p.570), “a dispersão dos trabalhadores rurais em áreas extensas quebra sua força de resistência, enquanto a concentração aumenta a dos trabalhadores urbanos”. Com essa observação, podemos acreditar que os militares não iriam possibilitar ou estabelecer um projeto que permitisse a aglutinação de força dos camponeses; ao contrário, sem a garantia das condições mínimas para a produção e a reprodução da sua vida, os camponeses e tantos outros trabalhadores chegados à Amazônia, se

dispersaram pelo seu vasto território, dificultando, assim, a sua própria organização enquanto classe.

Conforme Cardoso e Müller (1977), logo no início dos anos de 1970, o governo militar ampliava sua opção pela iniciativa privada e pelos grandes grupos empresariais, algo que na Amazônia foi percebido nos anos de 1960. Porém, ideologicamente, ainda havia uma preocupação com o campesinato que se deslocava para o Norte. A partir daquela data, as lideranças governamentais abandonam qualquer possibilidade de apoiar os setores populares no que diz respeito à ocupação da região e se apegam ao princípio de que o desenvolvimento da região só seria viável com o investimento e a participação de grandes empresas capitalistas, inclusive do ponto de vista ambiental, pois na visão governamental os parceiros dos programas do INCRA eram os maiores responsáveis pelo desmatamento e destruição da região. Algo extremamente contraditório, pois eram os detentores de grandes faixas de terra que causavam a derrubada da floresta, no entanto, nesse caso entravam os interesses de classe e a complacência do governo militar com os grupos da burguesia nacional que os apoiavam.

Os incentivos fiscais aos grandes grupos empresariais e a fazendeiros do centro-sul trouxeram para a região um triste processo de concentração de terras. Além da acumulação de capital facilitada pelo governo federal, o capital nacional e internacional se apropriou de monstruosas faixas de terra, resultando que alguns grupos passaram a dominar de 100.000 a 600.000 ha de terra (CARDOSO; MÜLLER, 1977). Esse ponto de vista é corroborado por Arcangeli (1987, p.21), quando afirma que: “As verdadeiras intenções, neste sentido, revelam-se definitivamente na década de 70, quando todo o incentivo passou a ser dado ao grande capital, nacional e estrangeiro, para que se reproduzisse na região”.

Além disso, a opção dos militares em integrar a região ao restante do país por meio de estradas, em uma verdadeira demonstração de falta de conhecimento sobre a Amazônia e suas características geográficas e climáticas, ou o descaso com dinheiro público, aguçou, segundo Cardoso e Müller (1977), o ávido espírito *empreendedor* das empreiteiras, pois a construção de estradas nessa região significava orçamentos extremamente elásticos, pois não se sabia ao certo o que iria se encontrar pela frente e tudo era justificando pela segurança nacional e a ocupação de um grande *espaço vazio*.

Quando os interesses da burguesia nacional e internacional se voltaram para Amazônia, vieram acompanhados do trabalho dos chamados gatos e foram comumente utilizados pelos famosos grupos capitalistas, empresariais e modernos do centro-sul do

país; porém, muitos diziam não reconhecer o grau de exploração e de violência a que os trabalhadores de suas empresas eram submetidos, pois reportavam toda responsabilidade para os empreiteiros (gatos) que eram responsáveis pela locação da força de trabalho. Essa situação perdura até os nossos dias. É nesse contexto que recentemente foi criada uma legislação de combate às condições de trabalho análoga à de escravidão.

O numeroso deslocamento de pessoas para região, por conta da propaganda oficial, a falta de uma legislação trabalhista e a completa ausência do Estado propiciou a alta exploração da força de trabalho, seja nos empreendimentos legais ou nos vários negócios ilegais espalhados por toda região, nas fazendas, nos garimpos, na derrubada da floresta ou nas serrarias.

Cardoso e Müller (1977) concluíram que o projeto de colonização social, que buscava melhorar as condições de vida dos amazônidas e abrir novas possibilidades para a crescente população nordestina, transformou-se num projeto para rápida acumulação de capital por parte de alguns poucos grupos empresariais. Afirmam ainda os autores, que o discurso da burguesia e das lideranças governamentais da época apontavam para as vítimas dessa calamidade, os setores populares que para aqui vieram, como sendo os responsáveis pela ocupação desastrosa da Amazônia. Ao contrário, os grandes empresários seriam a redenção para o desenvolvimento dessa imensa região. Os autores chamaram a atenção para o detalhe de que os militares não percebiam ou fizeram a opção por não perceberem, que os maiores desastres ambientais e sociais eram promovidos pelos empresários, que eles tanto incentivaram em *investir* na Amazônia, utilizando os fundos públicos para tal.

Por caminhos transversos, a ideologia integradora e cheia de compaixão pelo nordestino e pela redenção do homem amazonense acabou, como no passado, dinamizando mecanismos que, longe de atender os objetivos sociais da colonização, preencheram necessidades de expansão econômica. Estado e grandes empresas, atuando a níveis diversos terminaram por encontrar-se na senda batida da acumulação rápida através da espoliação dos trabalhadores (CARDOSO; MÜLLER, 1977, p. 201).

Mas, de acordo com Arcangeli (1987), a colonização da Amazônia do ponto de vista do capital foi um sucesso, pois o fracasso do social propiciou as condições para a vitória da acumulação do capital.

Percebe-se, então, como a referência a fracassos ou sucessos na colonização dirigida depende do jogo de interesse a ela ligados. Para os interesses inerentes ao movimento do capital na agricultura, por exemplo, a colonização foi um sucesso, independentemente de toda e qualquer consideração relativa à evolução da renda dos colonos (ARCANGELI, 1987, p. 13).

Apesar de a Amazônia ser pródiga em incentivos fiscais e dos mais variados desvios de finalidade dos projetos aqui desenvolvidos, essa não foi uma realidade dessa região. Palmeira e Leite (1998) chamam atenção para os grandes financiamentos que empreendimentos ligados à agropecuária receberam entre os anos de 1975 e 1985 e que representaram pouca rentabilidade; em muitos casos, segundo os autores, houve utilização dos recursos para fins especulativos. Também, é interessante mencionar os vários empreendimentos que receberam incentivos oficiais e foram abandonados, sem haver nenhum tipo de restituição aos cofres públicos.

Trata-se do resultado de planejar o não-planejável, de querer planejar as características anárquicas e excludentes do perfil de acumulação capitalista que aqui se implantou ou, de outra forma, de planejar a expansão deste capitalismo na utópica esperança reformista, onde a retórica do discurso oficial explicita conceitos e objetivos de antemão destinados à diluição e irrelevância, quando sua operacionalização é tentada. As opções políticas prevalentes, condicionadas à lógica do capital pela mediação do Estado, sempre acabam privilegiando minorias e evidenciando sempre mais como a questão regional se reduz à manifestação da contradição básica existente entre o capital e o trabalho (...) (ARCANGELI, 1987, p. 81).

Em outro passo da análise, Arcangeli (1987, p.108) explicita como o capital foi penetrando a Amazônia e os diferentes momentos de sua atuação em relação as frentes que adentravam nesse vasto território:

Na frente de expansão há, normalmente, 'um uso privado de terra devoluta' onde este meio de produção 'não assume equivalência de mercadoria', enquanto excedente produzido adquire valor de troca porque existem condições econômicas para sua comercialização, e não porque tenha sido produzido com base em relações de trabalho capitalista. Na frente de expansão a terra não é comprada, mas sim ocupada. Ao contrário do que acontece na frente pioneira, na frente de expansão ainda não é através das mercadorias que se travam as relações sociais essenciais. A comparação das duas frentes desvenda, portanto, a existência de tensões entre a frente de expansão e a sociedade capitalista presente na frente pioneira, tensões que se originam do antagonismo relativos à existência de concepções diferenciadas de organização social e econômica.

Fazendo referência a Ivan Targino Moreira, esse autor apresenta o conceito de frente de expansão monopolista, que vai além da concepção de frente pioneira, como veremos a seguir:

(...) esta terceira frente seria a de expansão monopolista. Para o autor, no caso brasileiro 'esta nova frente é responsável pela ocupação dos 'espaços vazios' amazônicos acionados como política governamental de integração nacional sobretudo a partir do II PND. Caracteriza-se pela distribuição generosa de grandes extensões de terra a grandes empresas rurais, além de subvencionar a instalação destas empresas voltadas para a produção pecuária, qual novo sistema de capitania hereditária (MOREIRA, 1978 apud ARCANGELI, 1987, p. 108).

A observação de Arcangeli é muito importante para compreensão do que ocorreu na Amazônia, especialmente durante os anos de 1970, e como o avanço do capitalismo se deu nessa imensa região.

O alvo prioritário desta frente de expansão monopolista é, pois, a própria frente de expansão, de organização social não capitalista. Tem-se, então, na expansão da frente monopolista, o confronto-limite de duas lógicas opostas, uma não capitalista e outra absolutamente capitalista; o resultado deste confronto é, necessariamente, o conflito, torna-se mais grave do que o existente entre a frente de expansão e a frente pioneira, na medida em que, dada a velocidade e a intensidade de expansão da frente monopolista, a violentação do universo social e econômico dos pequenos produtores da frente de expansão torna-se um processo extremamente evidente e perceptível. Além do mais, a expulsão de camponeses da frente pioneira admite a possibilidade de sua realocação na frente de expansão; já a expulsão desta última implica numa incógnita de sobrevivência para o antigo migrante (ARCANGELI, 1987, p. 109).

Até 1970, a Amazônia, do ponto de vista da ocupação ou exploração da região, passou por vários ciclos econômicos: drogas do sertão, borracha, castanha-do-pará. Houve um predomínio das atividades extrativistas com longos períodos de abandono da região. Portanto, a partir da década de 70 do século passado, esse movimento se transforma e a região ingressa num período de efetiva integração nacional, obviamente com uma novidade: a região tradicionalmente ocupada por meio dos rios passa agora ser incorporado ao território nacional por meio de estradas.

Em 1970 a criação do Programa de Integração Nacional (PIN) provoca uma dupla ruptura: ruptura do modelo social que, desde a chegada do colonizador português, caracterizava o modo de ocupação da Amazônia; ruptura no modelo de expansão da fronteira (HAMELIN, 1992, p. 164).

Para Hamelin (1992, p.165), a partir dos anos 1970, criou-se um mito: “a Amazônia é a terra onde cada um tem a sua chance, é a terra onde o pequeno pode desafiar o grande, o 'coronel' não encontra mais aí o seu lugar.” O autor reporta essa circunstância à forma como os militares decidiram enfrentar a questão agrária no nordeste, ou seja, não enfrentando as oligarquias daquela região. Assim, propiciaram uma saída para os trabalhadores nordestinos que não encontravam terra e nem trabalho na sua região de

origem. Porém, o autor alerta que essa foi uma característica inicial do processo de integração nacional; logo em seguida o regime militar direcionou seus investimentos para o grande capital, mas o mito estava criado.

Esta foi a tese de Arcagelli (1987), com os incentivos proporcionados pelo Estado brasileiro, mais a propaganda de terra para todos, a região se transformou em um grande eldorado e o mito da terra fácil se espalhou por todo o país. Ainda nos dias de hoje, ao conversarmos com pessoas que chegaram em Roraima entre os anos 70 e 80 do século passado, a motivação alegada para a mudança está no fato da propaganda governamental ter informado que o acesso a terra no Norte do país seria fácil. Apesar da distância que nos separa daquele período, ainda ouvimos relatos de pessoas que apontam sua vinda para as terras roraimense por conta das facilidades aqui encontradas: muitos dizem que com disposição e vontade sempre se encontra um pedaço de terra para trabalhar.

Ao investigar as disputas de terra na Amazônia, Octavio Ianni descreveu muito bem a realidade dos homens que obtinham seu sustento trabalhando na terra: "(...) o que está ocorrendo é, ao mesmo tempo, o seguinte: a expropriação do excedente do campesinato por parte do capital industrial mediatizado pelo capital comercial. Em outros termos, o campesinato se transforma em consumidor de produtos industriais" (IANNI, 1979a, p. 150).

Por outro lado, Ianni (1979a) percebeu que o capital comercial transformava a produção do camponês em mercadoria, sofrendo o camponês uma dupla exploração, pois acaba vendendo sua produção por preços desprezíveis e adquirindo mercadorias industrializadas por um preço maior do que os praticados nas cidades.

Em suas investigações, Linhares e Silva (1999) constataram que a realidade da maioria dos homens descapitalizados pela busca da ocupação das fronteiras do Brasil é bem distinta do que aconteceu nos processos de ocupação de fronteiras de outros países:

(...) a República expandia os instrumentos da concentração de terras para as áreas novas da fronteira, como a Amazônia e o Meio-Norte, onde dominava o extrativismo, e para o Centro-Oeste, da pecuária. Nem mesmo nas áreas novas, na fronteira – onde os colonos americanos com suas carroças encontravam terras livres -, o sertanejo brasileiro pôde se estabelecer em liberdade. No Brasil, mesmo aí, o latifúndio se impunha (LINHARES; SILVA, 1999, p. 92).

Com essa apresentação rápida do quadro de expansão do capitalismo na

Amazônia e da forma como essa vasta região foi ocupada ao longo das últimas décadas, podemos conceber que vários elementos foram importantes para essa configuração.

Em primeiro lugar, observamos que essa ocupação se deu durante um período de exceção, uma situação que proporcionou a implementação de grandes projetos sem a efetiva participação popular, nem dos habitantes da região e nem dos migrantes. Esse mesmo regime, para reduzir os conflitos sociais existentes em várias regiões do país, construiu um modelo de colonização oficial e privado que proporcionou o deslocamento de milhares de pessoas para Amazônia, dos quais muitos agricultores, posseiros, camponeses e trabalhadores rurais.

Em segundo lugar, registramos a opção dos militares pelo grande capital, que se cristalizou em incentivos fiscais e financiamentos, bem como na facilitação do acesso à terra. Isso acabou propiciando uma concentração exorbitante de terras nas mãos de poucas pessoas ou grupos econômicos, deixando em segundo plano a massa de trabalhadores que se deslocavam para região, seguindo a propaganda governamental.

Em terceiro lugar, registramos a estratégia militar de ocupação da região por meio da abertura de estradas, em detrimento de hidrovias, a via de transporte tradicional da região; obviamente que esses eram planos anteriores ao regime de 1964, os quais ganharam força nesse período. A política de integração nacional passava pela construção de estradas, tendo como finalidade a integração da região ao mercado da região centro-sul e, como pano de fundo, o rápido deslocamento de tropas em caso de necessidade.

E por fim, apresentamos como tudo isso foi ocorrendo num momento de expansão do capitalismo. Mostramos como, especialmente no campo, a estrutura fundiária do país não foi alterada, gerando conflitos sociais e a expropriação de agricultores e camponeses de regiões tradicionalmente ocupadas pela agricultura, seja de grande escala ou pela agricultura camponesa ou familiar, de pequena escala.

Todo esse cenário implica numa determinada ocupação do espaço territorial de Roraima e sua incorporação pela fronteira agrícola da Amazônia brasileira, como veremos adiante.

2.4 A FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O ESPAÇO TERRITORIAL DE RORAIMA

Localizado na porção setentrional da Amazônia brasileira, zona fronteira do extremo norte brasileiro, o estado de Roraima limita-se ao norte com a República Bolivariana da Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana; a leste, com a República Cooperativista da Guiana; a oeste, com o estado do Amazonas e com a República Bolivariana da Venezuela, e ao sul, com os estados do Amazonas e do Pará. Seu principal tronco rodoviário é a BR 174, que interliga Manaus e Boa Vista a Caracas. A capital, Boa Vista, está localizada à margem direita do rio Branco, a uma distância de 785 Km da cidade de Manaus; 1.528 Km de Caracas, capital da Venezuela, e 641 Km de Georgetown, capital da Guiana. Num passado não muito distante, sua única via de comunicação com a cidade de Manaus era o rio Branco (BARROS, 1995).

Ocupando 6,72% da Amazônia Legal, a área total do Estado é de 224.131,13 Km², divididos em 15 municípios. Sua população concentra-se nas áreas urbanas, especialmente na capital, onde se encontram cerca de 60% do total de habitantes do Estado. Aproximadamente 43% da área total são ocupados como terras indígenas, onde vive uma população de várias etnias (WEHRMANN, 1999; SOUZA, 2001).

A ocupação do baixo e alto rio Branco foi reflexo do processo de colonização da Amazônia, que se deu principalmente a partir do século XVIII com o estabelecimento das chamadas Fazendas Reais de criação de gado. Trata-se de um esforço justificado muito mais pelo interesse da coroa portuguesa em garantir a posse do território pela pata do boi, do que uma afeição pelo mercado bovino (BARROS, 1995).

Posteriormente, com o avanço da exploração dos recursos naturais da Amazônia, como as drogas do sertão e a borracha, houve um extraordinário crescimento dos antigos povoados e o surgimento de novos povoados; a criação de gado teve um efetivo interesse comercial, especialmente no final do século XIX e início do século XX. Esta situação estabeleceu relativa importância para a região onde hoje se situa Roraima, no que diz respeito a produção de alimentos (BARROS, 1995).

Mais tarde, com a criação do Território Federal de Rio Branco, em 1943, começam a surgir as primeiras tentativas de criação de colônias agrícolas com a finalidade de estabelecer um cinturão de abastecimento no entorno de Boa Vista: a partir de então a pequena vila ostentou novo *status*, uma vez que passou a contar com novos sujeitos, pois além daqueles envolvidos com o negócio da pecuária e da mineração, recebeu um

número maior de militares e de servidores públicos (BARROS, 1995).

Essa preocupação com o abastecimento agrícola de Boa Vista levou à criação da colônia de Mucajaí, situada às margens do que hoje é a BR 174. Conforme Nilson Barros (1995), esse foi um marco do povoamento da área de floresta equatorial.

O processo de colonização agrícola seguiu arrastando-se até os anos de 1970, quando ocorre o advento das rodovias federais BR 174 e BR 210, construídas sob a égide do regime militar e do espírito da segurança nacional (BARROS, 1995; SANTOS, 2004). Nesse período é que se inicia uma forte transformação da paisagem rural do estado de Roraima, assim como de boa parte da região Amazônica, pois são criados grandes programas de colonização, distribuídos ao longo das rodovias acima referidas. As implicações e impactos desse evento podem ser percebidos até os dias de hoje.

Podemos afirmar que a integração ao mercado nacional e a abertura do estado para grandes projetos de colonização foram propiciados pela construção da rodovia federal, BR 174, inaugurada em 1976. Assim foi estabelecido a primeira ligação por via terrestre entre Boa Vista e a capital do estado vizinho, o Amazonas. Outro fator que marcou esse período foi a construção da rodovia Perimetral Norte, BR 210, que abriu a possibilidade de grandes deslocamentos para região sudeste do estado (BARROS, 1995; MOURÃO, 2003; SANTOS, 2004).

As ações de planificação do governo central brasileiro, por intermédio dos vários projetos de integração nacional dos anos de 1970 e 1980, foram capazes de criar um fluxo extraordinário de migrantes para áreas rurais no interior do Estado de Roraima (BARROS, 1995; RODRIGUES, 1996; SANTOS, 2004; SOUZA, 2001).

Essas iniciativas propiciaram a integração da região ao mercado nacional; porém, junto vieram problemas que não eram próprios da região. O país vivia sob uma forte pressão para realização da reforma agrária e com uma série de conflitos sociais e, assim, a Região Norte tornou-se, de forma figurativa, uma válvula de escape para todas essas questões (KOHLHEPP, 2002; SAYAGO et al., 2004).

Diante dessa nova situação, Roraima vai sofrer também impactos de conflitos gerados no seio da própria região Norte, como vimos na seção anterior. As ações do governo brasileiro para planificar a ocupação da Amazônia com projetos sem identificação com a região, tal o caso do Programa para Integração Nacional (PIN), efetivado na primeira metade dos anos 1970, e do Programa Polamazônia, de 1974 a 1980, dentre outros, foi capaz de atrair a atenção de grandes grupos capitalistas nacionais e multinacionais, que se apossaram de grandes áreas no interior da Amazônia.

Em decorrência desse estado de coisas, surgiram muitos embates entre empresários, fazendeiros, madeireiros, indígenas, posseiros, grileiros, colonos e trabalhadores rurais. O roteiro normalmente seguia assim: no momento inicial acontecia a chegada dos migrantes, colonos ou trabalhadores rurais; depois disso, primeiro se dava a derrubada da floresta e, em seguida, por falta de condições para sua manutenção e de sua família, ou por conta da expropriação violenta por parte de grandes grupos econômicos ou fazendeiros, esses grupos migravam para novas áreas, nas quais, em muitos casos se deparavam com populações tradicionais, principalmente indígenas; desse contato, eram gerados novos conflitos (BARROS, 1995; DINIZ, 1998; FELICIANO, 2006; SANTOS, 2004).

É nesse contexto que se vão instituindo os programas de colonização dirigida e os projetos de assentamento da reforma agrária, estabelecidos por iniciativas do governo federal ou estadual (BARROS, 1995; MAGALHÃES, 2006; SOUZA 2001). O governo federal, por intermédio do INCRA, é responsável por 50 (cinquenta) assentamentos rurais no estado de Roraima (BRASIL, 2008a).

Considerando o acesso a mercados consumidores, podemos inferir duas áreas de localização desses assentamentos. Uma mais próxima da capital, localizada num raio de 60 a 100 quilômetros de distância, onde os produtores oferecem o fruto do seu trabalho com maior freqüência. E um outro pólo, que se situa a 300 quilômetros ou mais de Boa Vista, onde os agricultores enfrentam dificuldades para acessarem aos mercados desta cidade e ao de Manaus, por conta das condições das estradas (BARROS, 1995).

Os principais produtos da agricultura do estado de Roraima são os seguintes: abacaxi, banana, cana-de-açúcar, feijão, limão, mamão, mandioca, melancia, milho, arroz de sequeiro, além do arroz irrigado, que constitui a produção mais tecnificada do estado, juntamente com a soja. O estado de Roraima também conta com uma produção extrativa de castanha-do-pará e de madeira (FECOR, 2005). É uma agricultura considerada incipiente, voltada para o mercado interno, com exceção do arroz e da soja. O estado conta, ainda, com outros produtos; infelizmente não existem dados sobre essa produção. No quarto capítulo apresentaremos uma relação do que é produzido nos assentamentos pesquisados.

Na criação de animais o estado conta com bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos e suínos, além da produção de aves para corte e para produção de ovos (IBGE, 2007). O estado de Roraima ainda dispõe de produção de mel e de peixes (FECOR, 2005).

As observações de Arcangeli (1987) quanto a colonização dirigida na região da Pré

Amazônia brasileira podem ser aplicadas ao caso de Roraima, onde se verificou que o fluxo de migrantes para a região é percentualmente expressivo; porém, em números absolutos, não tem a mesma representação dos grandes contingentes que seguiram para outras regiões da Amazônia. Contudo, vale registrar o papel geopolítico dos projetos de assentamento no Estado, bem como a necessidade de produção de alimentos para capital, Boa Vista (DINIZ, 1998; MAGALHÃES, 2006; RODRIGUES, 1996; SANTOS, 2004,). De qualquer forma, era, e ainda é, um estado em processo de desenvolvimento econômico e que, por isso, deveria seguir os mesmos passos das demais regiões amazônicas. A partir desse pressuposto, a colonização dirigida teria o mesmo sentido:

Sua operacionalização é maneira de controlar ideológica, política e economicamente o colono, num processo de domesticação para a salvaguarda dos interesses do capital, manifesto na reprodução, ao nível de núcleos e agrovilas, de aspectos relevantes do universo capitalista, tais como a transformação da perspectiva da simples posse da terra, de puro valor de uso da terra, em perspectiva de propriedade privada legalmente adquirida com dinheiro; as fórmulas individuais e individualistas de obtenção de produção, que excluem o associativismo produtivo, onde o trabalho e seus frutos poderiam ser distribuídos de forma comunal (ARCANGELI, 1987, p. 17).

A realidade encontrada em assentamentos de outras áreas da Amazônia, como na região de Altamira-PA, apesar dos inúmeros problemas apresentados, acabou se repetindo nos projetos seguintes e até mesmo nos atuais, pois os assentamentos continuam sendo implantados da mesma forma, ou seja, define-se uma área, traça-se uma via de acesso e daí se estabelecem as vicinais seguindo um desenho ortogonal (a conhecida planta em *espinha de peixe*) (BATISTELLA; MORAN, 2005). Em alguns momentos se esbarra em regiões inadequadas, com pântanos, rios e serras. Disso acarreta que os lotes demarcados com uma determinada extensão sejam impróprios para a agricultura, pois a área é dominada por elementos geográficos impeditivos para exploração da terra.

(...) a escolha de um zoneamento retangular que criava, perpendicularmente à estrada Transamazônica, a cada 5 km, uma vicinal de 10 km de extensão, nas margens da qual eram demarcados os lotes de terra de 100 há (400m de frente por 2,5 km de fundo). Quando, no local, foi preciso abrir essas vicinais, percebeu-se que algumas delas passavam no meio de rios ou pântanos, outras escalavam colinas com encostas importantes; alguns lotes ficaram sem água enquanto que outros, ao contrário, eram sulcados por dois ou três cursos d'água (HAMELIN, 1992, p. 167).

A realidade encontrada no estado de Roraima não difere da situação descrita no

livro *O Mito da Terra: uma análise da Colonização da Pré-Amazônia Maranhense*, de Arcageli (1987), onde os chamados colonos chegam por meio da propaganda governamental, ou por convite de amigos e familiares, mas por falta de uma política pública adequada ao desenvolvimento e à produção de alimentos, acabam pressionados a abandonarem os seus lotes por absoluta falta de infra-estrutura da região ou, em certos casos, por um processo de expropriação violenta por parte de madeireiros, fazendeiros e, mais recentemente, por empresas de manejo florestal, que assim, concentraram grandes faixas de terra. Tudo isso ocorre sob os olhares das autoridades competentes, em alguns momentos contam inclusive com o incentivo e a complacência do poder público.

(...) a produção de alimentos acabou sendo confiada a lavradores posseiros, a unidade de produção não capitalista, o que também resultou em diminuição de preços ao nível do produtor, na medida em que estes agentes econômicos, além de não condicionarem sua atividade produtiva à obtenção do lucro médio do empresário, produzem remunerando apenas parcialmente o próprio trabalho. Encontra-se, nesta circunstâncias, a eventual funcionalidade da pequena produção camponesa em relação à expansão capitalista do sistema. Mas as modificações recentes nas áreas de fronteira, prejudiciais à manutenção desta economia camponesa porque consubstanciadas na grilagem e na expansão da grande empresa agropecuária, evidenciam o quanto sua existência é também contraditória no movimento do capital no campo; isto porque o monopólio da terra, a propriedade privada da terra, é condição para este movimento, na medida em que a expropriação dos meios de produção da grande massa dos trabalhadores é indispensável à valorização do capital; a acumulação primitiva 'estrutural', inerente ao avanço do sistema capitalista, revela-se, assim, força cega, criadora de novas contradições para o próprio capital que, ao mesmo tempo, nela se alimenta, na busca de soluções para contradições de outra ordem, as quais nascem da sua necessidade de homogenização de espaços econômicos, de sua necessidade para a concentração de meios de produção e de suas necessidades para a transformação de contingentes adicionais de força de trabalho em mercadoria (ARCANGELI, 1987, p. 72).

Nos parece que existe uma certa correlação da questão agrária nacional e a realidade roraimense, especialmente no que diz respeito ao aspecto abordado no parágrafo anterior. A princípio os processos se dão em tempos históricos diferentes, problemas que já foram superados em outras regiões, ainda são enfrentados aqui.

O estado de Roraima situa-se nesse cenário nacional, pois sua história reflete a ocupação da Amazônia brasileira. Os assentamentos rurais em solo roraimense têm seu passado vinculado aos grandes projetos de desenvolvimento da região Norte e, sobretudo, às estratégias do Estado brasileiro em garantir suas fronteiras (BARROS, 1995; DINIZ, 1998; MAGALHÃES, 2006; RODRIGUES, 1996; SANTOS, 2004;).

Diante dessas circunstâncias podemos considerar que Roraima é a última fronteira agrícola para a expansão do capital na Amazônia. Dessa forma, nessa quadra da história,

onde o velho latifúndio se transfigurou em agronegócio o acesso a terra já não transcorre com as mesmas facilidades da época dos projetos de colonização dirigida. Assim, o estado tornou-se alvo dos interesses da expansão do setor sucroalcooleiro, da soja, da indústria papelreira (com o reflorestamento de áreas de lavrado com acácia), do arroz irrigado em grande escala e, ainda, de setores já tradicionais na região como o madeireiro e o de criação de gado. Ao observarmos a paisagem do estado notamos que esses setores estão impondo uma pressão sobre a agricultura de base familiar seguindo duas direções, tanto no sentido do Norte para o Sul quanto do Sul para o Norte do estado. Situação que têm provocado a reação de movimentos sociais que contestam o modelo do agronegócio e defendem um modelo de desenvolvimento da agricultura com base a um acesso democrático a terra e desconcentrado.

Em meio a territorialização tanto do agronegócio quanto a dos movimentos sociais rurais de base nacional, como por exemplo o MST e o MMC, nesse estado, o governo federal lançou em 2003 o II PNRA. Assim iremos demonstrar como essa realidade se processou no estado de Roraima, buscando entender primeiramente as opções em relação a reforma agrária do governo Lula, que foi eleito com grande apoio popular, inclusive, do movimento sindical rural e dos movimentos sociais rurais, mas que por outro lado também recebeu apoio político dos representantes do latifúndio e do agronegócio.

3 GOVERNO LULA E A REFORMA AGRÁRIA

Nesse capítulo, examinaremos o governo de Luís Inácio Lula da Silva, cujo primeiro mandato se inicia em 2003, e se estende, para fins da nossa análise, até meados de sua segunda gestão, em 2008. Relacionaremos os antecedentes desse governo com as opções políticas adotadas ao longo desse mandato e meio, especialmente no que diz respeito às questões relativas ao II Plano Nacional de Reforma Agrária. Para tanto, avaliaremos a herança deixada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e, em seguida, analisaremos o percurso do Partido dos Trabalhadores até a chegada ao poder, em 2003, com o objetivo de compreender as escolhas desse partido em relação à questão agrária brasileira. Por fim, discutiremos a instituição do II PNRA e as implicações para Roraima.

Estamos cientes de que o II PNRA estabelecia ações para serem desenvolvidas até o de 2007. No entanto, preferimos considerar o ano de 2008, porquanto percebemos que o governo federal ainda utiliza aquele documento para orientar suas ações, mesmo que, em geral, o referido plano não tenha cumprido suas metas, como poderemos verificar mais adiante.

No capítulo anterior, ainda que de forma panorâmica, vimos como a questão agrária nacional foi construída ao longo da história do país e, especialmente, como a discussão desse problema se deu a partir da segunda metade do século XX, em dimensões políticas, acadêmicas e institucionais. Também percebemos que a história das lutas pelo acesso à terra foi marcada pela violência, a opressão e a exploração. Ao longo do tempo, o Estado brasileiro interveio nas questões agrárias em benefício dos grandes e médios proprietários, senão também dos pequenos proprietários tecnificados e dos setores exportadores

Essa realidade colocou à margem das políticas públicas agrícolas e agrárias milhões de pequenos proprietários, posseiros, camponeses, trabalhadores rurais e sem-terras. A esse respeito, o máximo que podemos afirmar é que o Estado brasileiro, somente em momentos pontuais da história, sob determinadas conjunturas (geralmente em virtude do acirramento das lutas e dos movimentos sociais), estabeleceu políticas públicas de maior abrangência. Não obstante, o estabelecimento destas políticas tinha antes o fim de postergar decisões mais efetivas em relação à estrutura fundiária do país, ou seja, de acalmar os ânimos dos movimentos populares; ou quando não, em tempos mais recentes, tinham um caráter focalizado, voltado para resolver questões pontuais de

uma área ou região.

Durante o regime militar, 1964-1985, foram criados vários instrumentos capazes de possibilitar a realização de uma reforma agrária com condições de efetivamente alterar a estrutura fundiária do país, a exemplo do Estatuto da Terra, que estabeleceu a função social da terra e a possibilidade de desapropriação de terras particulares, quando a referida função não fosse cumprida. Mas, este foi um documento *letra morta*, como tantos outros, empregado para ludibriar as massas populares que lutavam por reforma agrária. Serviu para “promover a demarcação das terras e sua legalização, além da legitimação do (...) regime de propriedade [privada da terra]” (MARTINS, 1986, p.49).

Quando do restabelecimento do governo civil, em 1985, havia uma demanda reprimida por ações governamentais no campo. Nesse cenário, surgiram e ressurgiram novos sujeitos nas lutas sociais e no meio rural, organizados em torno seja da causa dos direitos trabalhistas ou do acesso à terra, seja no contexto geral por (re)democratização do país.

A situação gerou velhos e novos embates e não havia como o novo governo civil desprezar essa questão e, por isso, a reforma agrária foi tratada com *certa prioridade*. A partir do lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 1983, articulada por várias organizações, dentre as quais: CPT, CONTAG, Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), e o nascente Movimento dos Sem Terra, várias mobilizações foram iniciadas. Essa campanha foi fundamental para esclarecer os trabalhadores urbanos sobre a importância da reforma agrária e para ampliar a luta dos trabalhadores rurais. Um aspecto a ser destacado diz respeito ao apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), à campanha, pois não só a amparou e deu respaldo, como assumiu na sua própria plataforma de lutas a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, dando a ela a mesma ênfase da Campanha contra o Arrocho Salarial e da Campanha das Diretas (SILVA, 1985).

Com o retorno do governo civil e a reforma agrária inscrita como um dos elementos fundamentais para democratização do país, foi elaborado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, que, segundo Silva (1985), seria, em realidade, o terceiro, pois os militares já teriam executados dois planos anteriores. A bem da verdade, temos de reconhecer que os planos dos militares não realizaram reforma agrária alguma: o primeiro, ocorrido em 1966, se restringiu a um cadastramento de terras, com a desculpa de que seria impossível fazer reforma agrária sem antes haver um diagnóstico dos imóveis rurais existentes no país; o segundo ocorreu em 1968 e também não realizou a reforma agrária, visto que antes deu

ênfase à tributação e à colonização. Silva faz a seguinte distinção entre colonização e reforma agrária:

(...) colonização se faz em terras não anteriormente ocupadas, geralmente terras devolutas (sem dono) do Estado. Já reforma agrária é feita em terras que já têm dono, ou seja, em terras privadas, sejam particulares ou do governo; por isso reforma agrária implica, basicamente, uma mudança de propriedade das terras para indivíduos que não são proprietários (SILVA, 1985, p. 74).

De qualquer modo, a proposta do I PNRA da *Nova República* foi apresentada durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela CONTAG, em maio de 1985, exposta pelo próprio ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, MIRAD, e pelo presidente do INCRA (SILVA, 1985); contou com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), MST, PT e CPT (GONÇALVES, 2006).

O plano trazia no seu bojo a possibilidade de desapropriação de terras e esse fato, acrescido da participação dos trabalhadores rurais na discussão, causou uma forte reação dos setores conservadores e da mídia combatente da reforma agrária. Esse grupo se dividia entre aqueles que eram contra qualquer tipo de reforma agrária e aqueles que não admitiam um projeto dessa natureza ser discutido com trabalhadores sem antes passar pelo crivo das elites (SILVA, 1985). Essas forças fizeram com que o Governo Sarney recuasse no que diz respeito à implementação de um plano nacional de reforma agrária efetivo. Foram montados grupos de trabalho e comissões, mas a estrutura fundiária não foi alterada e os defensores do latifúndio conseguiram estabelecer a bandeira da propriedade produtiva diante da função social da terra. Infelizmente, os índices de violência no campo continuaram avançando.

Na sequência, apesar de haver certa distinção entre os dois, os governos de Fernando Collor e de Itamar Franco pouco fizeram em relação à reforma agrária: praticamente apenas administraram conflitos. O primeiro, seguindo a pressão do grande capital e o ideário liberal, reduziu e buscou reestruturar os serviços estatais, atingindo, em cheio, qualquer possibilidade de avanço em direção a uma reforma agrária; em consequência do processo de cassação, foi substituído pelo segundo, que voltou a ampliar o espaço desse tema na agenda do governo.

As ações do Estado brasileiro, mesmo com programas e uma regulamentação da agricultura, praticamente não provocaram nenhum tipo de alteração na propriedade da terra no que diz respeito a sua função social, definida no Estatuto da Terra.

3.1 A HERANÇA DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Nesse passo, abordaremos algumas ações relativas aos programas de assentamentos rurais dos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), os quais deixaram certa herança para o seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva.

Não pode restar dúvida de as questões apresentadas e examinadas até aqui tiveram impactos no governo FHC, pois as demandas por reforma agrária e as tensões daí advindas colocaram esse governo na mira dos movimentos sociais rurais.

O primeiro mandato de FHC foi iniciado em 1995 e o segundo em 1999. No primeiro momento, esse governo priorizou a preocupação com as questões de controle da inflação e com a redução da presença do Estado na economia, privatizando várias empresas estatais. Dessa forma, a questão agrária ficou em segundo plano dentre as prioridades governamentais. Mas com o aumento da violência no campo, especialmente com o uso da força das polícias militares e a pressão dos movimentos de luta pela terra e dos direitos dos trabalhadores rurais, o governo foi obrigado a incluir em sua agenda a demanda por reforma agrária (GONÇALO, 2001; LEITE; ÁVILA, 2007a).

Para Martins (2003b), o primeiro mandato do presidente FHC foi marcado pela atuação de grupos vinculados ao passado autoritário e ligados a instituições como as polícias militares e por grupos que representavam os novos sujeitos da reforma agrária, a exemplo do MST. Este autor exemplifica sua análise com os casos de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, onde ocorreram massacres de trabalhadores rurais sem-terra, praticados por policiais militares em serviço. Martins percebe a atuação desses dois grupos questionando a ação do governo FHC, especialmente em relação à questão agrária.

Na Amazônia, ao longo de todo o regime ditatorial, não foram raros os episódios de interferência do poder privado em ações das polícias, seja no trato de questões partidárias, seja no trato da questão fundiária, como sempre foi característico do Brasil oligárquico. Não raro as polícias agiram como força de segunda linha de pistoleiros contratados pelas fazendas, sem que isso causasse qualquer escândalo nem provocasse medidas de justa repressão e enquadramento (MARTINS, 2003b, p. 143).

Dessa maneira, as ações do governo FHC relativas à reforma agrária foram direcionadas especialmente para as áreas de conflitos sociais. Com isso, a reação de setores vinculados a forças conservadoras foi bastante forte, elevando a violência no

campo.

Em outra direção, os movimentos territorializados, como o MST, lutavam, e ainda lutam, por uma política de reforma agrária transformadora da estrutura fundiária brasileira, democratizadora do acesso à terra, que implicasse no rompimento da força política dos grandes latifundiários. Esses setores consideraram as ações do governo FHC muito tímidas em relação à demanda histórica por reforma agrária existente no país e partiram para a mobilização social, seja no campo ou na cidade, ocupando fazendas, prédios públicos e chamando a atenção dos trabalhadores urbanos para as questões do meio rural. Essa atitude ampliou a luta por uma reforma agrária, mas também ganhou a antipatia de membros do governo federal.

Diante desse cenário, o governo de FHC tratou a reforma agrária de maneira focalizada e desenvolveu “uma política social para atender a população pobre do campo, que luta pela terra, procurando, dessa forma, amenizar os conflitos. Desse ponto de vista, não se trata de uma política de desenvolvimento econômico e está longe de ser uma política redistributiva, pois é compensatória.” (GONÇALO, 2001, p. 89)

Cardoso privilegiou a agricultura familiar seguindo o paradigma do capitalismo agrário (FERNANDES, 2003). Algumas análises desse fenômeno já foram realizadas, demonstrando que o PRONAF, criado em 1996, estimulava um caráter profissionalizante do produtor familiar, voltado para atender o mercado. Um dos maiores problemas dessa política foi a desconsideração da grande diversidade de produtores rurais distribuídos por todas as regiões do país, pois não é possível encaixar modos de vidas distintos num só modelo.

A reforma agrária foi concebida, desde o primeiro momento de sua formulação, como um programa de dimensão nacional. No entanto, a única tentativa de adequação dos assentamentos às características das várias regiões do país se concretiza na prática de alocar, às famílias assentadas, parcelas de diferentes tamanhos – maiores na Amazônia, menores nas demais regiões (LINS, 1998, p.188).

Em relação à reforma agrária, não se pode negar que, nesse governo, houve uma preocupação política, mas também não se pode deixar de levar em conta que ela deu mais atenção para a quantidade do que para a qualidade. Assim, foram criados vários assentamentos rurais, mas careciam de infra-estrutura e de assistência técnica. Por conta da reestruturação do Estado, o INCRA foi reorganizado e suas funções de atendimento aos assentamentos rurais foram reduzidas (GONÇALO, 2001).

Este governo considerava que o Estado era o único a estabelecer os planos e

projetos de assentamentos, o responsável pela elaboração, planejamento e execução das políticas públicas; em suma, desprezava o contato com a sociedade e a opinião dela, não aceitando a pressão dos movimentos sociais e descartando qualquer negociação com trabalhadores rurais que ocupassem terras de latifundiários; ou seja, a definição da política de reforma agrária era estabelecida pela tecnocracia (GONÇALO, 2001).

A maior demonstração de intransigência daquele governo com os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária foi o processo de criminalização utilizado contra os trabalhadores rurais que agiam em defesa de seus interesses, ocupando terras improdutivas. Naquele período, o governo federal baixou medidas que impediam a realização de assentamentos da reforma agrária durante um período de dois anos em terras ocupadas por sem terras (GONÇALO, 2001).

O papel do governo ficou restrito muito mais à regularização de terras de posseiros do que à criação de novos assentamentos, pois claudicava diante da pressão da bancada ruralista, que fazia parte da sua base de apoio no Congresso Nacional. Dessa maneira, não aceitando o número de trabalhadores sem terra apresentado pelo MST, é que se propôs a assentar 280 mil famílias, sem se preocupar com a estrutura fundiária e com a concentração de poder dos latifundiários (GONÇALO, 2001).

No segundo mandato de FHC, a questão agrária foi delineada no documento *Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local por um Mundo Rural Novo*. Toda ação do governo foi inspirada nesse texto; dessa forma iniciou-se uma descentralização administrativa da reforma agrária por meio do repasse, para estados e municípios, de muitas das funções que eram de responsabilidade do INCRA. Assim, as prefeituras ganharam importância na gestão dos assentamentos, pois passaram a realizar vistorias, cadastramento, avaliações, entre outros serviços. Esse procedimento visava a adequar a reforma agrária a uma lógica de mercado (GONÇALVES, 2006).

Mesmo com a criminalização das ações dos movimentos sociais, principalmente em relação às ocupações de terras, muitas das ações do governo FHC em relação à reforma agrária só foram adiante por conta da mobilização e pressão do MST e de outras organizações camponesas e de trabalhadores rurais. Ainda assim, a estrutura fundiária não foi alterada - e a violência no campo permaneceu.

O modelo adotado pelo governo FHC não foi capaz de resolver o problema, pois, a cada família assentada, tantas outras eram expropriadas por conta do avanço do latifúndio, ou mais modernamente falando, do agronegócio (GONÇALO, 2001).

Por outro lado, o controle social exercido pela participação popular, nesse caso

específico pela pressão exercida pelo MST, levou o Estado, por intermédio do Legislativo, a criar certas medidas ou pelo menos apresentar algumas proposições que começaram a ameaçar o latifúndio improdutivo. Dessa maneira, começou a surgir um novo fenômeno, ou seja, alguns latifundiários incentivaram a ocupação de suas terras tendo em vista a possibilidade de compra de sua propriedade por parte do governo federal (GONÇALO, 2001).

Essa situação se transformou, em alguns casos, em ótimo negócio, pois em várias operações as terras de latifundiários eram mais valorizadas do que se fossem negociadas no mercado.

Isso fortalece o velho capital agrário, que já dispunha de suas articulações, mas sobretudo propicia uma coalizão de interesses, qualquer que seja a origem dos grupos que expressam ou dos recursos que manipulam, em torno da especulação com a terra. As clientelas continuarão existindo, personalizadas, mas não exclusivamente pessoais, porque passa haver um imperativo de eficácia: é preciso assegurar que certas decisões de interesse comum para os que fazem negócios envolvendo terra sejam tomadas. Torna-se comum nos organismos de Estado não só a presença de lobistas profissionais, representando interesses de diferentes indivíduos ou empresas, como de funcionários públicos competentes e imparciais que também se põem a serviço de interesses privados que, por efeito de sua própria atuação, acabam se convertendo em interesse público (PALEMIRA; LEITE, 1998, p. 120).

Ao lado dessas medidas, e sob uma orientação neoliberal, o Estado brasileiro passou por um processo de reestruturação administrativa (BRESSER PEREIRA, 1997) e a política de reforma agrária não escapou dessas transformações. A perspectiva de um Estado mínimo e da desresponsabilização em relação às políticas públicas, levou o governo federal a estabelecer uma série de convênios com os estados e as prefeituras municipais, nos quais transferia responsabilidade da União. Essa transformação atinge, em cheio, a reforma agrária, pois os órgãos governamentais responsáveis por estabelecer políticas para esse campo começaram a ser desestruturados, caso do INCRA. Muitas de suas funções foram repassadas para as prefeituras e todo o acervo técnico e o acúmulo de conhecimento foi praticamente perdido, pois os seus escritórios de representação e de assistência técnica aos produtores rurais foram fechados, permanecendo apenas as superintendências regionais (GONÇALO, 2001).

Para o governo federal, a realização de uma reforma agrária aos moldes daquela apresentada pelo MST já não era mais necessária, pois a violência no campo era episódica e a urgência era transformar a pequena propriedade rural, que produzia praticamente para sobrevivência de seus ocupantes, em uma unidade de produção

familiar voltada para o mercado. Dessa maneira, seriam criados conselhos municipais, que definiriam as prioridades de cada município (GONÇALO, 2001).

Os grandes massacres de trabalhadores rurais ocorridos em Corumbiara (RO), 1995, e em Eldorado dos Carajás (PA), 1996, levaram o governo federal a mudar a visão edênica da questão e, por extensão, de estratégia, sendo obrigado a aumentar o ritmo de suas ações no campo. O objetivo era retomar as iniciativas políticas capazes de imprimir direção ao tratamento das tensões do campo e minimizar a ascensão política e a ampliação do espaço social do MST. Para isso o governo foi buscar apoio no Banco Mundial (BIRD), para implementar a sua reforma agrária de mercado no Brasil (SAUER; PEREIRA, 2006).

O clima de violência no campo também levou o governo de FHC a criar o MDA, em 1996, o que na prática retirou da pasta da agricultura o tema da reforma agrária (LEITE; ÁVILA, 2007a). Para um governo que buscava a reestruturação da máquina administrativa do Estado pode parecer incoerente a criação de um novo ministério. A medida em si mostrou tanto o tamanho, a complexidade e a importância da questão agrária brasileira, quanto confirmou que os interesses do Ministério da Agricultura sempre estiveram voltados para o agronegócio, para atender os grande, médios e pequenos produtores tecnificados de alimentos e matéria-prima, direcionados para o mercado e para exportação.

(...) essa estratégia desembocaria no redesenho da política de intervenção governamental no espaço agrário, consolidando uma opção de política pública crescentemente voltada ao que se convencionou chamar de 'reforma agrária de mercado', em detrimento da prioridade ao processo de desapropriação por interesse social, (...) paralelamente à implantação de uma política de fortalecimento da agricultura familiar. (LEITE; ÁVILA, 2007a, p. 88)

O Estado passaria a ser um intermediário entre grandes proprietários e os beneficiários da reforma agrária. Diferentemente de outras épocas, o Estado deixou de ser um regulador para se transformar em um agente direto do mercado de terras, como observamos na seguinte citação:

Se, no passado, os interesses da grande propriedade rural se faziam sentir através do Legislativo e da articulação de clientelas pessoais dentro da burocracia estatal, agora, é a própria garantia de condição de proprietário e a própria criação de oportunidades econômicas que passam por dentro da máquina estatal. É como se o mercado de terras passasse a atravessar a máquina do Estado. O Estado deixa de ser apenas um regulador externo desse mercado. Ele se torna também um dos *loci* e um dos agentes econômicos, ao lado de alguns dos órgãos públicos que compõem, de alguns de seus funcionários e dos vendedores e compradores de terra convencionais dessas transações (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 127).

O Banco Mundial defendia a dinamização dos mercados fundiários como mecanismo mais eficiente para atingir dois objetivos simultâneos: de um lado, distribuir terra a pequenos produtores rurais e trabalhadores sem terra; de outro, aliviar de forma pontual e seletivamente a pobreza rural, ampliada pelas já referidas políticas de ajuste estrutural. Na visão do BIRD, o modelo de mercado deveria ser introduzido como uma medida compensatória ao quadro de aumento geral do desemprego e da pobreza (SAUER; PEREIRA, 2006).

Tanto para o governo federal quanto para o Banco Mundial, era interessante diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terra e a ascensão política dos movimentos sociais, introduzindo um mecanismo de mercado que pudesse disputar, pela base, a adesão de trabalhadores sem terra. Seria importante essa orientação para o mercado, pois iria desconectar o vínculo entre ocupação e desapropriação, recolocando em novo patamar o tratamento da questão agrária. Dessa forma, o governo não estaria mais a reboque das ações dos movimentos sociais, transformando-se em um simples mediador entre os sem-terra e os proprietários da terra (SAUER; PEREIRA, 2006).

Dessa vinculação entre o governo brasileiro e o Banco Mundial surgiu o Banco da Terra, que iria permitir financiamento público para a compra privada de terras como mecanismo alternativo à reforma agrária, de modo a aliviar as tensões sociais no campo e devolver a direção política ao governo na condução da política agrária (GONÇALO, 2001; SAUER; PEREIRA, 2006).

O Banco da Terra concedia crédito para compra de terras e criação de assentamentos, num claro processo de mercantilização da terra e favorecimento dos latifundiários. Esse sistema também pressupunha uma validação do sistema de propriedade privada da terra: o assentado passaria de um sem-terra para um proprietário. No segundo mandato do governo FHC, essa política cresceu em detrimento das desapropriações. Também destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, bem como a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, ampliando o empobrecimento (SAUER; PEREIRA, 2006).

Essa iniciativa do governo federal foi amplamente combatida pelos movimentos sociais e sindicais, especialmente pelo MST e pela CONTAG e por uma série de outros movimentos sociais. Pois, além dos processos de corrupção que surgiram a partir desse novo modelo de aquisição de terras, ocorreria um endividamento do trabalhador rural, que não conseguiria obter renda suficiente para arcar com as parcelas do financiamento

da aquisição do seu lote; sem mencionar a qualidade das terras que o governo intermediava, causando sérios problemas de sustentabilidade para esse programa (SAUER; PEREIRA, 2006).

Outro ponto de desacordo com os movimentos sociais rurais foi a orientação adotada pelo PRONAF, que pretendia transformar assentados em agricultores familiares orientados para o mercado, conforme o paradigma do capitalismo agrário, desconsiderando a diversidade de origens das famílias que compunham os assentamentos. Esse programa pretendia transformar trabalhadores rurais, e toda uma gama de ocupações rurais que envolvem essa categoria (CARVALHO, 1999), em empreendedores com capacidade de gestão do seu próprio negócio, ao estilo do agricultor familiar do Sul do Brasil. Essa perspectiva foi hegemônica durante a gestão de Cardoso, e provavelmente ainda permeia a mentalidade de vários servidores públicos responsáveis pelos programas de assentamentos rurais e, muito provavelmente, a mentalidade de diversos assessores do atual governo.

Por outro lado, quando homens e mulheres são expulsos do campo e vão se transformar em trabalhadores urbanos, muitas vezes no mundo informal, ninguém pergunta se aquele cidadão têm experiência para as novas ocupações de diarista, servente, ajudante de pedreiro, gari, catador de lixo, vigia, etc...

Curiosamente, governantes e administradores, planejadores e formuladores de políticas públicas ainda pretendem que se adotem rígidos critérios de qualificação profissional para os beneficiários da reforma agrária, sendo a chamada vocação para a atividade agrícola e a capacidade de gerir seu próprio negócio os mais freqüentemente referidos. Parece fora de propósito buscar uma justificativa técnica para critérios de qualificação que servem, antes de mais nada, ao propósito de excluir, em evidente contradição com o objetivo de maior inclusão, que é a razão de ser da reforma agrária (LINS, 1998, p.190).

A bem da verdade, temos de reconhecer que orientações como essas apontadas por Lins (1998) são estratégias para diminuir o número de beneficiários de uma reforma agrária, pois propiciam a exclusão dos trabalhadores urbanos que não possuem ou que, nos processos de êxodo rural, perderam seus vínculos com o campo. O que os sujeitos responsáveis por programas e políticas dessa natureza esquecem é que, no momento da expulsão dos milhares de trabalhadores do campo, ninguém questionou sobre suas capacidades de adaptação aos empregos da cidade. Em face disso, podemos dizer que foram tangidos para as áreas urbanas de forma compulsória. Porém, para muitos trabalhadores sem qualificação, sem escolaridade e com pouquíssimas oportunidades

nas cidades, a reforma agrária significa uma possibilidade real de escapar da miséria e da pobreza.

Segundo Lins, se em tempos de crise os governos investem na capacitação de trabalhadores desempregados, seria razoável que parte desse esforço governamental fosse disponibilizado para a formação de cidadãos que desejassem “construir uma alternativa de vida no campo” (LINS, 1998, p. 190).

O modelo de política social compensatória e focalizada, sustentada por uma visão neoliberal, permeou todo o governo de FHC (GONÇALO, 2001). Porém, diante da mobilização social, especialmente dos protestos promovidos pelo MST, o referido governo foi obrigado, a contragosto, a dialogar com os setores populares da sociedade brasileira, implementando programas de apoio aos assentamentos rurais e de fortalecimento da agricultura familiar.

O distanciamento e a antipatia pelos setores populares do governo FHC foi analisada por Francisco de Oliveira que responsabiliza essa conduta como responsável pela desmoralização da fala dos movimentos sociais. “Sua arrogância em nomear como ignorantes, atrasados, burros, neobobos, todos que se opõem a seus métodos, não tem outro objetivo: a anulação da fala e, através dela, a destruição da política, a fabricação do consenso imposto, ao modo das ditaduras” (OLIVEIRA, 2000, p. 80). Fica patente a inexistência de diálogo da equipe de Cardoso com os movimentos sociais, na construção de uma política de reforma agrária.

Por outro lado, José de Sousa Martins assevera que a reforma agrária é um processo e, mesmo diante das dificuldades para implementá-la, o governo FHC executou algumas ações que proporcionaram uma modernização social e política inestimável para a população rural. Ao analisar a política agrária do governo Cardoso esse autor esclarece que: “quem questiona o Estado e o governo por aceitarem essa metamorfose do povo em sujeito, no fundo nem compreende os processos sociais e políticos em que estão envolvidos ou, pior, proclamam nesse questionamento a reacionária opção pela tutela dirigista que vem impondo aos que têm fome e sede de justiça e se batem pela própria emancipação” (MARTINS, 2003, p. 45).

Foi nesse clima de ações e debates que o governo FHC deixou uma herança para o seu sucessor, tanto nos aspectos referentes ao modelo de tratamento da questão agrária quanto de uma demanda por reforma agrária transmitida das administrações passadas e que ficaram longe de ser atendidas - apesar dos números apresentados, que muitas vezes foram maquiados (OLIVEIRA, 2006).

3.2 PARTIDO DOS TRABALHADORES E REFORMA AGRÁRIA: ANTECEDENTES E ATUAÇÃO DO GOVERNO LULA

Nessa seção, vamos abordar o modo como a reforma agrária foi tratada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Antes, porém, vamos percorrer de forma concisa a trajetória do partido do presidente da República e do seu braço sindical, a CUT, bem como sua relação com a CONTAG.

Para tanto, tomemos como ponto de partida a declaração do coordenado estadual do MST-RR, senhor Ezequias David da Silva, concedida ao jornal Folha de Boa Vista durante a realização do Bloqueio da BR 174, que liga Boa Vista a Manaus, capital do Amazonas; trata-se de um ato público ocorrido para chamar a atenção das autoridades, especialmente, do superintendente do INCRA-RR, sobre a situação das famílias acampadas e assentadas em Roraima: “Este ano, o Incra não fez nada. Não conseguimos liberar nenhuma linha de crédito nova e isso causa uma revolta no homem do campo. Ouvimos as mesmas promessas de sempre, mas nada de concreto acontece” (MST..., 2007).

A denúncia permite constatar que a realidade das famílias assentadas, mesmo com um governo eleito “para um mandato popular”, não sofreu grandes mudanças em relação ao governo anterior.

As posições favoráveis à implementação de um efetivo programa agrário têm renovado o estoque de argumentos que sinalizam para o potencial transformador da democratização do campo, seja por meio da ampliação da condição de cidadania de uma vasta parcela da sociedade ainda hoje marginalizada, seja por meio do aumento do emprego e da renda rural, da redinamização de diversas regiões geográficas etc. (LEITE; ÁVILA, 2007a, p. 798).

Atualmente, a Superintendência do INCRA-RR, SR 25, é dirigida pelo vice-presidente do Partido dos Trabalhadores no estado de Roraima; porém esse fato não implicou grandes transformações na realidade das famílias assentadas nesse estado, como podemos perceber na fala do coordenador local do MST. Esse é um quadro que não difere daquilo que efetivamente existe nos demais assentamentos espalhados por todo Brasil. Destarte, as ações desenvolvidas pelo atual governo não conseguem atingir a maioria das famílias e nem cumprir as metas estabelecidas no II PNRA (OLIVEIRA, 2006), conforme veremos ao longo dessa seção.

A intenção, nesse passo, é compreender a trajetória do PT em relação ao debate da questão agrária. Desejamos entender como o discurso e a prática foi-se alterando, após

a derrota nas eleições de 1989, quando seu programa eleitoral firmava o compromisso com os movimentos sociais, sindicatos, trabalhadores rurais, sem-terra, camponeses, produtores familiares, entre outros, de realizar uma reforma agrária que efetivamente transformasse a realidade do campo e a estrutura fundiária do país. Até esse momento, o PT incluía em sua plataforma de lutas a Campanha Nacional Pela Reforma Agrária.

Porquanto, mesmo que essa perspectiva aparecesse no plano de governo de forma mais sutil, nos discursos de Lula a reforma agrária era uma compromisso com os sem-terra: uma das principais bandeiras de luta da campanha presidencial de 2002. Contudo esse compromisso foi-se desvanecendo, perdendo forças após 2003 e, tanto o novo presidente da República quanto os membros do partido, instalados na burocracia estatal, foram abandonando aos poucos as antigas bandeiras de luta e, concomitantemente, estabelecendo um caminho de aproximação justamente com aquilo que nos últimos anos, principalmente durante a campanha eleitoral, haviam criticado: o ideário do governo anterior.

A reforma agrária é indispensável para construção de uma sociedade mais justa e democrática. Visa, antes de mais nada, romper o monopólio da terra e lançar as bases de um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira. Além disso, ela representa a possibilidade de incorporar à cidadania milhões de trabalhadores rurais, quebrando o poder exercido pelos grandes proprietários. É uma decisão política, tendo em vista uma redistribuição de terra, renda, poder e direitos (PROGRAMA..., 2005, p. 181).

Após a derrota na eleição para a presidência da República, em 1989, o Partido dos Trabalhadores iniciou um processo de mudanças na sua base de fundamentação política e ideológica, motivado não apenas pelo objetivo de disputar novas eleições, mas também por circunstâncias da conjuntura mundial, que refletia no Brasil. Assim, não só as transformações políticas do Leste europeu, com o fim do chamado “socialismo real”, mas sobretudo, a chegada das idéias neoliberais, que atingiram o país com uma década de atraso, permitiram que novos componentes fossem incorporados à vida política nacional e pelo próprio PT. Setores do sindicalismo, por exemplo, foram influenciados pelo neoliberalismo, o que implicou numa espécie de revisionismo das reivindicações trabalhistas e da luta por outras bandeiras democráticas:

(...) o horizonte de rupturas projetado no imaginário do novo sindicalismo sumiu de vista, exigindo a adoção de novos referenciais, um novo equilíbrio entre o que era imediato e o que era estrutural na agenda sindical. Como conseqüência, os órgãos de assessoria e os próprios dirigentes sindicais rurais passaram a falar em uma crise do sindicalismo. No caso do novo sindicalismo rural, essa leitura da situação por que passava o mundo do trabalho e o espaço rural brasileiro deram origem a

um processo de reflexão que acabou por levar a uma tentativa de atualização do projeto político-sindical da CUT para esse novo quadro de referências (FAVARETO, 2006, p. 36).

Segundo Favareto (2006) a organização camponesa no Brasil se deu de maneira distinta daquela surgida na Europa e também nos vizinhos da América Latina. Para esse autor, no Brasil houve uma aglutinação desse setor dentro do movimento sindical e não em associações ou cooperativas, como característico dos demais países. A partir da constituição da CONTAG, essa característica foi-se firmando e, posteriormente, com a criação da CUT, em 1983, e o fortalecimento do chamado *novo sindicalismo*, esta situação permaneceu.

Esse autor chama a atenção para a vinculação de camponeses não só com o movimento sindical, mas principalmente com uma central sindical herdeira de uma tradição socialista, junção que teria surgido especialmente durante o contato entre produtores rurais autônomos, camponeses e demais categorias do campo, com os trabalhadores urbanos, durante os embates com o regime militar nos anos 1970. Porém, essa não foi uma relação tranqüila, pois, em termos ideológicos, essas categorias do meio rural no embate com o sistema capitalista teriam um lugar de destino.

Embora essas duas organizações sindicais travassem determinados embates, fruto do momento da constituição da CUT, conseguiram estabelecer ao longo dos anos forte vinculação, especialmente por conta de suas bandeiras de lutas no campo: direitos dos trabalhadores rurais, reforma agrária e, mais recentemente, um projeto de desenvolvimento alternativo para o campo com base na agricultura familiar (FAVARETO, 2006).

Este autor também aponta que, desde o seu primeiro congresso, a CUT sempre contou com a presença de trabalhadores rurais, produtores rurais, camponeses, entre outras categorias representativas de formas de trabalho autônomo no campo, com uma atuação marcante dos produtores rurais de base familiar, pequenos proprietários, especialmente do Centro-Sul e da região da Transamazônica. Além disso, é destacado que durante o referido congresso foi aprovada a resolução que defendia uma reforma agrária, ampla, massiva e sob controle dos trabalhadores.

Conforme Favareto (2006), no terceiro congresso da CUT, de 1988, a presença de trabalhadores rurais foi mais reduzida do que nos dois anteriores; porém, nesse ano, foi criado o Departamento Rural, em substituição à Secretaria Rural, o que permitiu maior independência a esse segmento, uma vez que conseguiu estabelecer que seus rumos

seriam de responsabilidade dos seus próprios representantes. Esse segmento buscava a unidade na diferença e fazia oposição ao Estado e ao latifúndio.

Esse congresso também foi influenciado pelas transformações que se davam na conjuntura internacional, com os abalos nos países de socialismo burocrático do Leste da Europa, e na conjuntura nacional pois a primeira eleição presidencial após a ditadura militar estava próxima. Essas circunstâncias levaram a CUT a assumir uma postura de mediadora entre o capital/trabalho.

A Central Única dos Trabalhadores surgiu a partir do chamado *novo sindicalismo*. No entanto, com a expansão da sua atuação ao longo da década de 80 do século passado se viu impingida a aceitar em sua base as entidades vinculadas ao *sindicalismo oficial*. Essa situação proporcionou uma burocratização da estrutura sindical ligada a CUT que em, sua origem, foi muito criticada.

Atingida pelas mudanças ocorridas ao longo da *década perdida* e pela vitória de Collor sobre Lula, uma candidatura que representava os anseios populares por transformações sociais em curto prazo, a CUT buscou rever suas posições de outrora:

(...) o horizonte de rupturas projetado no imaginário do novo sindicalismo sumiu de vista, exigindo a adoção de novos referenciais, um novo equilíbrio entre o que era imediato e o que era estrutural na agenda sindical. Como conseqüência, os órgãos de assessoria e os próprios dirigentes sindicais rurais passaram a falar em uma crise do sindicalismo. No caso do novo sindicalismo rural, essa leitura da situação por que passava o mundo do trabalho e o espaço rural brasileiro deram origem a um processo de reflexão que acabou por levar a uma tentativa de atualização do projeto político-sindical da CUT para esse novo quadro de referências (FAVARETO, 2006, p. 36).

Favareto, com base em Medeiros (1997) e Favareto e Bittencourt (2000) aponta que por uma nova conjuntura, CUT e CONTAG tornaram-se mais próximas nos anos de 1990 e a Central abandonou as antigas bandeiras de luta assumindo “um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, ancorado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar”, segmento que passa a ser considerado prioritário nessa nova estratégia para o meio rural que o sindicalismo se propõe a construir” (FAVARETO, 2006, p.38).

A última década do século passado levou não só alguns partidos políticos de esquerda a repensarem suas estratégias de poder, incluindo aí suas ideologias, como também, parte do movimento sindical e social que lutava por avanços estruturais na sociedade brasileira mudou suas bandeiras com a justificativa de adaptação aos *novos tempos* e de busca de soluções inovadoras para enfrentar essa realidade, como destacou Favareto:

A afirmação da agricultura familiar como público prioritário, segundo elemento da atualização do projeto sindical cutista no meio rural, sempre aparecia nos documentos sindicais associada a uma certa interpretação do papel do sindicalismo diante da situação agrícola e agrária do Brasil dos anos de 1990. Nessa análise, apareciam com ênfase dois argumentos: a necessidade de dar mais visibilidade e de tratar afirmativamente a diversidade de segmentos que compõem o rural, numa crítica à generalidade da categoria “trabalhador rural”, e a busca por um conteúdo mais propositivo, discutindo e propondo um projeto, e não medidas pontuais. (...). A partir desse diagnóstico, a porção rural da CUT afirmava ser sua prioridade a 'construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural' que teria por base o fortalecimento da agricultura familiar e a luta por uma ampla e massiva reforma agrária. Com isso os sindicalistas procuravam uma definição que sinalizasse um projeto mais amplo, de caráter menos reivindicatório e mais afirmativo, onde se buscava equacionar as demandas dos demais segmentos que compõem o rural – agricultores familiares, sem-terras, assalariados, aposentados etc. (FAVARETO, 2006, p. 39).

A CUT como uma organização de trabalhadores de âmbito nacional era composta, além de operários do meio urbano e de trabalhadores rurais, por produtores de base familiar; isso causava certa contradição na formação de sua diretoria, visto que muitos cargos de direção sindical eram ocupados por agricultores familiares, pequenos proprietários e não por trabalhadores rurais. Essa situação refletia, inclusive, na política da própria central, pois, em uma realidade de crise, de desemprego estrutural “a inversão nesse terreno foi tão forte que ao longo dos anos de 1990 passou a ser comum entre os sindicalistas citar a experiência de organização dos pequenos agricultores no interior da central como exemplo exitoso de como é possível trabalhar com outras dimensões do mundo do trabalho que não aquelas restritas à relação formal capital/trabalho” (FAVARETO, 2006, p. 39).

Com a metamorfose sofrida pela CUT, ocorreu o distanciamento de alguns de seus parceiros históricos como a CPT e o MST, organizações e movimentos que ajudaram no estabelecimento da central ou surgiram na mesma época de sua constituição; por outro lado, a relação com a CONTAG, que no início foi bastante ríspida, passou a ser uma prioridade. Por conta dessa nova parceria e do “projeto alternativo de desenvolvimento rural os termos 'camponês' e 'trabalhador rural' praticamente desaparecem dos documentos sindicais” (FAVARETO, 2006, p. 40).

A partir desse conjunto de dados, podemos perceber que a mudança de postura do braço sindical do PT não ocorreu após as eleições de 2002: foi uma metamorfose gestada ao longo de pelo menos uma década. A percepção desse processo é muito útil para compreendermos a atuação do governo que essa central ajuda a sustentar.

A nova feição da CUT também atingiu o PT, ou vice versa. Armando Boito Junior,

ao analisar a atuação desse partido no governo, demonstra que as opções e caminhos escolhidos não representavam mudanças repentinas, como parecia para maioria dos petistas e de milhões de eleitores:

(...) é importante destacar uma idéia geral: ocorreu um processo político e social no Brasil ao longo dos anos 90 que resultou na implantação de uma nova hegemonia burguesa em nosso país, baseada no discurso e na prática do modelo capitalista neoliberal dependente. Colocado o problema dessa forma, a conversão do PT ao credo do livre mercado aparece como mais um episódio - ainda que sem dúvida um episódio de importância maior - nesse processo de implantação e consolidação da nova hegemonia burguesa. Essa hegemonia transcende o nível dos partidos políticos, já que age sobre as próprias classes sociais. É por isso que afirmamos que a conversão do PT não foi superficial e nem repentina (...) (BOITO JUNIOR., 2003, p. 4).

O PT tem em seus quadros muitos sindicalistas ou ex-sindicalistas e muitos desses são dirigentes do partido. Com a ascensão ao poder, em 2003, tornaram-se ministros, diretores, superintendentes, chefes e gerentes de vários órgãos públicos e, detendo o cargo supremo, a presidência da República, levaram para dentro do governo a visão do sindicalismo de resultados e do *melhorismo* (SAMPAIO JÚNIOR, 2005). Dessa forma, Boito Júnior (2003) nos mostra que a direção adotada pelo governo Lula não deveria suscitar grandes surpresas. Entretanto, também não podemos descartar o fato de que, durante a campanha de 2002, foram utilizadas antigas bandeiras de luta e que, talvez por isso, muitos eleitores ficaram com a sensação de terem sofrido um estelionato eleitoral.

Contudo, no que diz respeito à questão agrária, já na campanha presidencial de 2002, essas mudanças podiam ser percebidas no plano de governo apresentado pelo PT, principalmente na seção intitulada *Programa Vida Digna no Campo*: a reforma agrária já não era uma prioridade e o partido buscava apoio de outras camadas da sociedade:

(...) políticas para redução gradual e constante na taxa de juros reais; uma reforma tributária para desonerar a produção, a exportação e o consumo de produtos agrícolas e seus derivados, especialmente os componentes da cesta básica alimentar (...). No ambiente rural são desenvolvidas atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias. A combinação desses setores mais políticas públicas articuladas levam a um tipo de crescimento econômico muito dinâmico (...) para geração de empregos (...) (PROGRAMA..., 2005b, p. 211).

As preocupações do PT com o mundo rural estavam relacionadas com a geração de renda e empregos, desenvolvimento rural sustentável e solidário, fortalecimento da agricultura familiar, implantação de uma política nacional de reforma agrária, com a criação do plano nacional de reforma agrária, promoção e defesa da agricultura nacional,

construção de políticas territoriais de desenvolvimento sustentável, crédito rural, educação para o meio rural, políticas de promoção de uma nova matriz tecnológica, associativismo e cooperativismo, soberania alimentar, segurança alimentar, zoneamento agroecológico-econômico, política para o desenvolvimento regional, com atenção especial para o Semi-árido, Amazônia, Cerrado e Pantanal (PROGRAMA..., 2005).

Enquanto o programa da campanha de 1989 abordava claramente a questão agrária e a necessidade do rompimento com o poder do latifúndio, o programa de 2002 não chega a tocar no assunto; faz apenas uma rápida menção, quando afirma que a reforma agrária “é uma luta histórica e será uma prioridade do nosso governo”. Mas, na prática, a nota de abertura dessa seção nos faz entender que essa prioridade foi abandonada. O quadro de abandono em que se encontram muitos assentamentos rurais e a clara opção do governo federal pelo agronegócio para o desenvolvimento da agricultura brasileira fazem da frase acima mencionada uma vaga lembrança de antigos ideais. Como disse Oliveira (2006,): “Parece que todos que têm que fazer a reforma agrária no governo Lula, esqueceram-se do que é reforma agrária.”

Com a chegada ao poder em 2003, o Partido dos Trabalhadores teria a responsabilidade de responder aos anseios de uma população com sede por justiça social. Porém, devido aos compromissos de campanha, às articulações com setores da burguesia nacional e até mesmo com camadas arcaicas, as mudanças esperadas não aconteceram. Entre os setores populares surgiu e cresceu um sentimento de traição (BOITO JUNIOR, 2003).

Por outro lado, muitas lideranças de movimentos sociais foram chamadas para colaborar com o governo, assumindo cargos importantes na burocracia estatal. Esta situação trouxe uma novidade para o relacionamento dos movimentos sociais com o governo (FAVARETO, 2006).

(...)os agentes do meio sindical brasileiro foram progressivamente confrontados com a necessidade de formular não apenas a crítica e a reivindicação, mas também de colaborar mais ativamente na elaboração de políticas, de ocupar postos em instâncias do Estado, de mediar reivindicações clássicas e a geração de alternativas inovadoras de desenvolvimento para o espaço rural brasileiro. Pressionados, de um lado, pelas demandas sociais e, de outro, pelo Estado, esses agentes se depararam tanto com a necessidade de procurar estabelecer rupturas estruturais, papel tradicionalmente esperado desses sujeitos, como de fazer proposições tecnicamente competentes, realistas e plausíveis no horizonte de tempo imediato. Essa nova configuração de constrangimentos influenciou os debates no meio sindical e as práticas de seus agentes, entre elas a composição da 'agenda', a definição das bandeiras de luta e a escolha de segmentos sociais a serem privilegiados, impondo uma verdadeira redefinição no conteúdo do seu projeto político e, conseqüentemente, inaugurando uma nova etapa na história dos movimentos sociais rurais no Brasil (FAVARETO, 2006, p. 29).

Logo no início do mandato, o presidente Lula contava com o apoio dos setores populares que defenderam sua campanha eleitoral, mas nem por isso deixaram de efetuar suas mobilizações sociais, seja no campo ou na cidade. Nos cinco primeiros meses de governo, o planalto enfrentou uma série de ocupações de fazendas, animando os movimentos pela luta por uma reforma agrária. Por outro lado, os latifundiários começavam a se irritar com o governo com o receio que organizações como o MST realizassem a reforma agrária independente do Estado e do governo. (RURALISTA..., 2003)

Com essa pressão Lula chegou a solicitar aos movimentos sociais, especialmente ao MST, paciência e uma trégua nas agitações e ocupações, argumentando que um plano de reforma agrária não poderia sair de uma hora para outra e o fez utilizando suas famosas metáforas:

'Não adianta plantar seu feijãozinho e querer que ele nasça em dez dias. Não vai nascer. Vai ter de esperar 90 dias. Assim é a política. As coisas não acontecem no tempo que a gente quer. Elas acontecem no tempo que a gente prepara para elas acontecerem', disse Lula. (AMEAÇA..., 2003)

Contudo, a solução apresentada pelo governo Lula a reforma agrária não significou o rompimento com a política do governo anterior. O Banco da Terra foi substituído pelo programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), os recursos foram ampliados, a agricultura familiar recebeu financiamentos maiores e houve um comprometimento da realização da reforma agrária por meio da desapropriação de terras, como pode ser visto no II Plano Nacional de Reforma Agrária. Assim, faz-se necessário verificar se realmente continuamos a ter uma política de reforma agrária focalizada e distributiva (PEREIRA, 2008; SAUER; PEREIRA, 2008).

Apesar das ações do atual governo suplantarem as ações do governo anterior em números de assentados e em recursos disponibilizados para reforma agrária e agricultura familiar, a pressão dos movimentos sociais continuou sendo fundamental para mobilização da máquina governamental (GONÇALVES, 2006).

Lula prometeu beneficiar 60 mil durante o Grito da Terra. Segundo Rodrigues, o objetivo das invasões é pressionar o governo a fazer a reforma agrária o mais rápido possível. 'Por isso vão continuar as ocupações em todo o Brasil. Só vão diminuir à medida que for aumentando o número de famílias assentadas' (PARA..., 2003).

Por outro lado, Lula era pressionado pelos seus aliados mais recentes, os

representantes do latifúndio e do agronegócio, que faziam parte do seu governo e da base governista no Congresso Nacional. Por causa disso, os contornos do plano de reforma agrária começavam a ser traçados de forma distinta daquela esperada pelos movimentos sociais, apesar de o projeto ter sido desenvolvido com pessoas bastante comprometidas com a luta pela reforma agrária, como será percebido em outro momento desse trabalho.

As diversas propostas governamentais de reforma agrária nos últimos 40 anos (1964-2003) foram predominantemente jogos políticos rebuçados de intenções reformistas para responder às pressões dos movimentos e organizações sociais e sindicais do campo e da cidade, não tendo sido jamais encaradas pelas classes dominantes como necessárias para a expansão e consolidação do capitalismo no campo, nem muito menos para o fortalecimento do mercado interno que lhes é secundário perante seus interesses em exportar. Nem os latifundiários, outrora considerados como obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no campo, foram confirmados como tal. A proposta do PNRA do Governo Lula (23 de novembro de 2003) não foge a essa regra. (CARVALHO, 2004)

Nesses termos, o próprio partido do presidente da República questionou a política de reforma agrária do governo federal durante o III Congresso do PT, realizado no ano de 2007, conforme podemos perceber nos três itens abaixo relacionados, que fazem parte das resoluções do referido congresso:

No entanto, esses avanços são insuficientes para alterar a estrutura fundiária concentradora e injusta e impulsionar um novo modelo de desenvolvimento rural. A reforma agrária ainda não foi reconhecida pelo governo como política pública central para o desenvolvimento do país e da democratização da sociedade. O modelo do agronegócio continua hegemônico, tendo sido beneficiado por crescentes volumes de crédito e seguidas renegociação de dívidas. Verifica-se ainda alguns retrocessos, como a liberação comercial dos transgênicos e o estímulo às transnacionais papeleiras, que espalham o "deserto verde".

Para modificar a matriz econômica, social e política brasileira a reforma agrária precisa ser massiva e ampla e democratizar a estrutura fundiária em todas as regiões do país. Temos que superar a hegemonia do agronegócio e constituir um novo modelo de desenvolvimento, calcado na democratização da terra, na soberania alimentar, na sustentabilidade ambiental, na promoção da igualdade de gênero, raça e etnia, na produção para o mercado interno e no fortalecimento da agricultura familiar.

Reforma agrária pressupõe desconcentrar a propriedade da terra, alterando a estrutura fundiária que atualmente mantém 46,8% da área registrada nas mãos de 1,6% dos proprietários e tornar produtivos os 133 milhões de hectares de terras improdutivas. Pressupõe também garantir o cumprimento da função social da propriedade e limitar o tamanho máximo da propriedade, razão pela qual o PT apóia a campanha promovida pelo Fórum Nacional de Luta pela Reforma Agrária e Justiça no Campo pela limitação do tamanho da propriedade. Pressupõe ainda retomar amplas parcelas do território que atualmente se encontram nas mãos de grileiros e destiná-las ao assentamento de trabalhadores sem-terras, bem como reconhecer e titular as terras de povos

indígenas e comunidades tradicionais. (RESOLUÇÕES..., 2007, p. 75)

No documento acima mencionado, o Partido dos Trabalhadores acusa que não houve grandes alterações da atual política em relação a do governo anterior e que os instrumentos criados para atender à reforma agrária permaneceram; excluindo-se os processos de criminalização dos movimentos sociais e o acesso ao crédito, praticamente não ocorreram mudanças. No entanto, o mesmo documento chama a atenção para o aumento significativo dos recursos disponíveis para a agricultura familiar no período de 2003 a 2007, que se elevou de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 12 bilhões, como também, a recuperação e reorganização da estrutura do INCRA.

Por outro lado, deve ser destacada a distância que separa a agricultura familiar da agricultura empresarial, pelo menos no que diz respeito aos recursos financeiros e à atenção que o governo federal dispensa para esses setores. O crédito autorizado para a agricultura familiar na safra 2008/2009 foi de R\$ 13 bilhões; já o crédito disponibilizado para a agricultura empresarial foi de R\$ 65 bilhões (BRASIL, 2008c).

Se compararmos o último plano-safra do governo Cardoso com o primeiro do governo Lula, veremos que houve uma mudança de tratamento para com a agricultura familiar, pelo menos em termos de recursos financeiros disponibilizados: no plano-safra de 2002/2003, a agricultura empresarial recebeu 12 vezes mais recursos que a agricultura familiar, mas esse índice foi sendo reduzido; no primeiro plano-safra do governo Lula, baixou para 7,44 vezes (LISITA, 2005) e, agora, na safra de 2008/2009, é de 5 vezes, conforme se pode constatar no Quadro 1.

Plano Safra	Agricultura Empresarial (vl em bilhões R\$)	Agricultura Familiar (vl em bilhões R\$)
2002/2003	27,6	2,3
2003/2004	33,5	4,5
2008/2009	65	13

Quadro 1: Distribuição de recursos nos planos safra 02/03, 03/04 e 08/09.

Fonte: Lisita (2005) e Brasil (2008).

A expansão que as idéias neoliberais alcançou entre setores populares, especialmente entre expressivas lideranças sindicais, políticos e intelectuais de esquerda, sem mencionar aqueles que tradicionalmente ocuparam posições de centro e de direita, pode ser assemelhado ao que se passou na Inglaterra, sobretudo na França, como

descreveu Bourdieu (1998). Não se tratam de construções que surgiram de um momento para o outro; antes demandaram anos de bombardeio na mídia, nos meios acadêmicos, nas revistas especializadas. Os grandes jornais, de circulação nacional, apresentavam o neoliberalismo como inevitável e defendiam que a saída para todos os males da humanidade era a iniciativa privada, fazendo crer que o melhor remédio seria a saída do Estado do campo econômico e a redução de suas ações sociais. Isso foi minando as iniciativas de caráter coletivo, fazendo crer que não seriam mais convenientes e muito menos eficazes.

Tudo isso foi sendo incutido no inconsciente das pessoas por meio de toda uma simbologia que contaminou vários setores da vida política, social, econômica e cultural do país, não ficando a questão agrária de fora desse encantamento:

De acordo com a racionalidade neoliberal que dá sentido às práticas sociais das classes dominantes e que impregna ideologicamente os diversos governos do país, essas terras, sejam aquelas dos latifúndios, sejam aquelas consideradas como áreas devolutas, foram e serão incorporadas ao processo produtivo rural na própria dinâmica do desenvolvimento e consolidação do capitalismo no campo (CARVALHO, 2004).

Para esse autor, essa *racionalidade neoliberal* no seio da questão agrária levou o governo de Lula a se aproximar do agronegócio burguês e acarretou o seu silenciamento em relação aos conflitos que ocorrem no meio rural e, com isso, recalcou a busca por soluções com base em projetos de caráter coletivo, relegados para um segundo plano. O incentivo à produção para exportação passou a ser a melodia preferida de muitos dirigentes:

Essa onda de ajuste tecnológico e gerencial contemporâneo nos médios e grandes estabelecimentos rurais foi denominada de 'modernização conservadora'. Mais recentemente, em decorrência das demandas do mercado internacional por produtos e subprodutos agropecuários e florestais *in natura* ou com maior ou menor grau de beneficiamento, incrementou-se o agronegócio burguês (sintomaticamente conhecido pela designação em inglês 'agribusiness'). Esse crescimento continuado da demanda internacional de produtos agropecuários e florestais deu-se em consequência direta da globalização mundial dos mercados e da nova divisão internacional do trabalho e da produção, iniciados a partir de meados da década de 80, sob a égide do FMI e da OMC, e com aceitação entusiasmada (quicá subalterna) dos governos do Brasil (CARVALHO, 2004).

O presidente Lula foi, ao longo do seu mandato, demonstrando uma enorme simpatia para com os representantes do agronegócio, especialmente para aqueles que faziam parte da sua equipe de ministros: "Quando eu fico vendo os ministros que

ganhavam muito bem virem ganhar R\$ 7.000, R\$ 8.000, eu falo: esses são heróis. Alguns pagam para ser ministros', disse o presidente na semana passada" (PRESIDENTE..., 2007).

Grande parte daquilo que faz hoje e os apoios políticos com que pode contar são, portanto, os mesmos utilizados por FHC. Lula herdou não só modelo econômico, mas também a sua base de sustentação política. Herdou e reproduz o bloco no poder onde pontificam o grande capital, o capital estrangeiro e os bancos; herdou, também, os apoios que o neoliberalismo logrou obter no meio popular. (BOITO JUNIOR, 2003, p. 24).

Essa simpatia do presidente da República em relação ao agronegócio chegou ao ponto deste fazer rasgados elogios aos grandes produtores de cana-de-açúcar e usineiros do álcool, setor historicamente criticado pelo PT:

'Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento', afirmou o presidente, ao discursar durante evento na cidade de Mineiros (GO) (PRESIDENTE..., 2007).

Ao fazer esse tipo de elogio, a impressão que fica é que Lula não toma conhecimento da ação dos órgãos federais, responsáveis pela fiscalização trabalhista, que vêm executando flagrantes de casos de trabalho escravo, especialmente no setor sucroalcooleiro (CANUTO et al., 2007).

Dessa maneira, Lula foi-se aproximando, cada vez mais, do agronegócio brasileiro. Na verdade, trata-se de um setor da sociedade brasileira que defende um modelo de crescimento adequado à *vocação agrícola* do país; de um setor de posições políticas conservadoras, aliado histórico do capital internacional; agora decorado ou maquiado com a idéia de uma empresa racional e moderna, mas que está preocupada com os lucros integrados, a globalização e a nova divisão internacional do trabalho a ela associado (DELGADO, 2007).

Além de ter mantido a política macroeconômica de Fernando Henrique Cardoso, com o agronegócio Lula mantém seu grande poder de barganha, tendo em vista a sua capacidade de gerar *superávit* na balança comercial do país (DELGADO, 2007).

Dessa forma, é possível perceber como posições históricas foram abandonadas e o presidente da República passou a distanciar-se dos meios populares que o elegeram,

fortalecendo laços com setores que exploram e oprimem trabalhadores rurais. Essa é uma realidade muito diferente do que foi estabelecido no plano de governo: “As propriedades que pratiquem trabalho escravo serão confiscadas para fins de Reforma Agrária, conforme a Lei.” (PROGRAMA..., 2005b, p219).

No entanto, não se pode apontar avanços nesse campo, pois, em algumas ações, vimos efetivamente o contrário disso: assessores direto do presidente da República e membros da base parlamentar entraram em ação para atravancar o projeto de lei que regulamenta a desapropriação de terras onde exista trabalho análogo à situação de escravo (CANUTO et al., 2007).

Em relação à estrutura administrativa, responsável pelo desenvolvimento da agricultura e pela questão agrária brasileira, o governo Lula manteve, em termos de ministérios, o mesmo modelo do governo anterior: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), vinculado ao agronegócio; de outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ligado à agricultura de base familiar. Porém, essa situação é uma singularidade brasileira, porquanto “passou a expressar também o reconhecimento tenso e conflitante pelo Estado e pela sociedade brasileiros da existência desses dois tipos de agricultura que, embora não sejam independentes em sua dinâmica, são portadores de propostas antagônicas de desenvolvimento rural” (DELGADO, 2007, p. 177).

Nessa estrutura administrativa, o presidente da República nomeou para dirigir o MDA, entre os anos de 1999-2002, o ex-vice governador petista Olívio Dutra, governador do Rio Grande do Sul, vinculado a uma das alas de esquerda do PT. Antes de assumir o cargo, ele não tinha um envolvimento direto com as questões rurais; mas, logo no início do governo Lula, manteve um bom diálogo com ONGs e com as redes de representação dos agricultores familiares (DELGADO, 2007).

Esse governo foi eleito com forte aprovação popular e contou com o apoio de significativos movimentos camponeses e entidades como a CPT. Dessa maneira, ao tomar posse, Lula nomeou para o segundo escalão da estrutura administrativa federal nomes de confiança daqueles movimentos e entidades. Assim ocorreu com nomeação do presidente do INCRA, o geógrafo Marcelo Resende, que havia trabalhado no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais durante a gestão do então governador Itamar Franco e que havia conquistado boa fama junto ao MST e a CPT (FERNANDES, 2003).

Em Roraima, essa nova condição se tornou realidade, pois tanto o atual superintendente como o primeiro dirigente do INCRA-RR da era Lula são oriundos dos

movimentos sociais e sindicais. No caso do primeiro, o senhor Lurenes Cruz, como veremos adiante, enfrentou, logo no início de sua gestão, uma novidade no cenário roraimense, por conta da chamada reforma agrária virtual do governo FHC, que cadastrou milhões de pessoas para participar de programas de assentamento rural por meio de formulário dos Correios (OLIVEIRA, 2006). Por causa disso, surgiram vários acampamentos de sem-terras: sem que obtivessem resposta alguma do governo anterior e com a posse de Lula, cuja campanha eleitoral defendia a reforma agrária, as pessoas que se cadastraram por meio dos formulários se sentiram encorajadas a ocupar terras públicas, gerando desafios até então nunca enfrentados pela SR 25 (VILHENA JÚNIOR, 2008).

Segundo esse autor, o referido superintendente assumiu o cargo por indicação dos movimentos populares e por conta dessa situação manteve um bom diálogo com os acampados. Porém, o mesmo foi afastado do cargo acusado de improbidade administrativa, conforme matéria publicada na página oficial da Procuradoria Geral da República (BRASIL, 2006a).

Contudo, logo nos primeiros meses de 2003, Marcelo Rezende foi desligado da equipe de Lula. Por meio desse ato, o governo sinalizou para os movimentos sociais rurais que a luta contra os inimigos da reforma agrária não seria simples. “Sua demissão anunciava o que o tempo deixaria patente: o governo não tinha compromisso com Reforma Agrária” (SAMPAIO JÚNIOR, 2005, p. 75)

À mesma proporção em que Lula e seu governo se afastavam dos movimentos sociais que apoiaram sua eleição, diminuía a distância de sua aproximação com as idéias neoliberais e com o agronegócio. Na verdade, a atual base de sustentação é composta por muitos ruralistas. Dessa feita, Lula passa adotar um discurso muito semelhante ao dos seus novos aliados, os ruralistas, que:

(...) criaram a tática de transferir a questão agrária do território da política, do campo dos direitos dos trabalhadores, para o território do mercado e do capital, onde os trabalhadores são plenamente subalternos. Uma das artes do pensamento neoliberal é que a superação do conflito é possível via mercado. Na verdade, esse argumento procura criar uma relação de dependência e, portanto de dominação. É uma visão linear de um processo desigual, explícito na questão agrária (FERNANDES, 2003, p. 35).

Contudo esse afastamento dos setores populares não mudou a sua relação com o eleitorado. Lula continuou sendo bem avaliado pela população, como pode ser observado no Gráfico 1, a seguir:

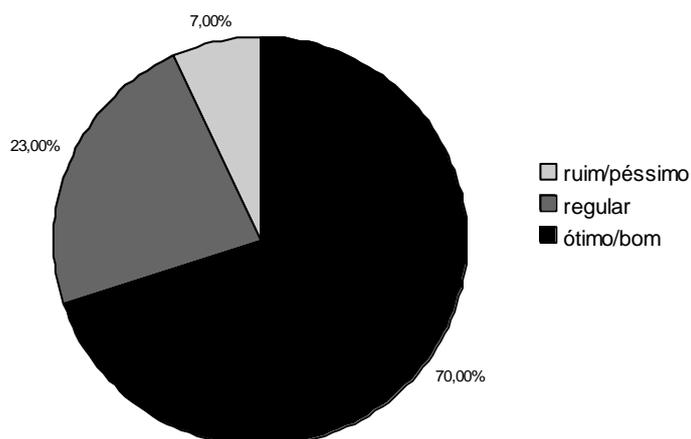


Gráfico 1 – Avaliação do governo Lula em dezembro de 2008.
Fonte: TAXA..., 2008 (Datafolha).

Segundo dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em dezembro de 2008, ou seja, no mesmo período em que estávamos realizando nossa pesquisa de campo, governo Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu, nessa data, pela primeira vez, a melhor avaliação entre os presidentes eleitos por voto direto. A enquete informou que 64% da população brasileira consideram a atual administração Lula “ótima” ou “boa”. Na região Norte, Lula obteve 65% aprovação. A referida pesquisa ainda demonstrou que Lula obteve a melhor avaliação nas cidades localizadas no interior, obtendo 73% de aprovação do seu governo (TAXA..., 2008).

Durante a nossa pesquisa, também decidimos perguntar para as famílias assentadas qual a sua opinião sobre o governo Lula, com objetivo de perceber se essas famílias seguiam a tendência da sociedade brasileira em aprovar seu governo ou se as condições precárias dos assentamentos iriam influir na avaliação. Os resultados do Gráfico 2, apresentado a seguir, demonstram que independentemente das condições dos assentamentos, as famílias aprovaram a gestão do governo Lula, com um percentual de 69,33%, praticamente igualando-se aos dados da pesquisa nacional.

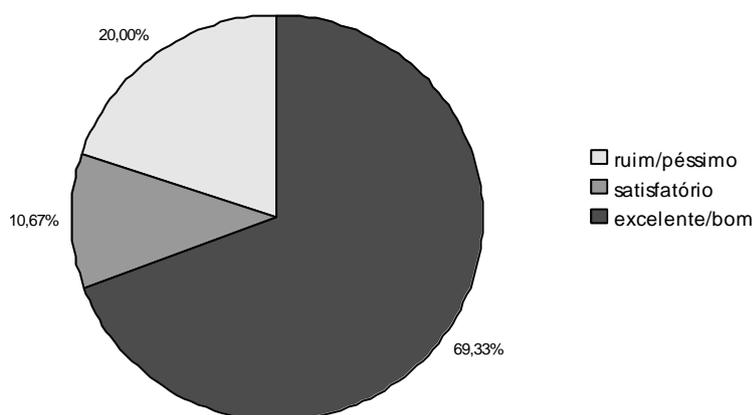


Gráfico 2 – Avaliação do governo Lula por famílias assentadas em RR
Fonte: Famílias entrevistadas.

Com o levantamento desses dados, queríamos pôr à prova se as famílias assentadas transferiam para o governo federal a responsabilidade pelas condições precárias por que passam os projetos de assentamento rural de responsabilidade da SR 25. Essa questão não foi observada na aplicação dos questionários nem foi destacada pela maioria dos entrevistados. Na verdade, nesse ponto houve certa divisão entre as lideranças ligadas aos movimentos sociais: algumas entidades fizeram sérias críticas a Lula, a exemplo do MMC, ao passo que outros ficaram com uma postura de boa vizinhança: criticaram, mas também elogiaram. Nesse aspecto, podemos afirmar que o movimento sindical é o que tem a maior proximidade com o governo Lula, seguindo a tendência da CUT e da CONTAG.

Então eu acho que o governo federal ele tem atendido os anseios da população rural através de suas entidades representativas e a gente tem avançado, agora quando sai a política do governo federal até chegar a família rural, nesse meio de caminho é que o negócio toma outro rumo, toma outra roupagem, tomam outras intervenções políticas que aí é a história da política mesmo, tem alguns políticos que querem que aconteça outros políticos que entravam até o momento dele, então tem esse processo que realmente faz com que a política chegue deficiente lá na ponta (Entrevista realizada com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).

Nessa fala do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima (FETAG/RR) conseguimos perceber um descolamento da questão nacional em relação à questão local. Na fala do senhor Luiz Lima transparece a idéia de que o governo central não tem responsabilidade pelo fato das políticas públicas não

chegarem aos assentados; para ele, o problema estaria no caminho entre o governo e a sociedade, seriam os interesses locais que não permitiriam a execução dos programas nacionais.

Em contraste, na fala da liderança do MST existe uma posição intermediária: o governo federal apoiaria tanto o agronegócio quanto os trabalhadores rurais:

Governo Lula ainda continua um governo em cima do muro, ele não sabe se apóia diretamente os trabalhadores ou só o latifúndio, então se ele ajudasse só os trabalhadores os latifundiários iam ficar com raiva, se ele ajudasse só os latifundiários os trabalhadores iam ficar com raiva, então na verdade ele está ajudando os dois lados. (Entrevista realizada com Sr. Eduardo Vitor da Rocha, 2008)

Nesse cenário é que as famílias aprovam o governo Lula, avaliando que sua política é favorável aos assentados; para elas, o problema tem um componente local:

Eu sempre vejo e acho que a política para agricultura familiar do governo Lula é muito boa. Para nós aqui ela está péssima, mas é um plano muito bom, aí eu sempre eu fico olhando e nós, aqui nessa situação. Está perto já de acabar o mandato do Lula e vai entrar outro e aí pode ser diferente, então eu vejo que ele é muito bom (Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008).

Lula é o governo que mais está olhando para os pobres, para os assentados. (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, D. Santinha, 2008).

Na maioria das vezes, o problema local se cristaliza no INCRA, visto que esse é o principal executor do programa de reforma agrária do governo federal no Estado. Dessa forma, a avaliação desse órgão não foi tão positiva quanto a do presidente da República, mas ainda assim obteve aprovação.

Para alguns estudiosos da questão agrária brasileira, tanto no governo de Fernando Henrique Cardoso quanto no governo de Luiz Inácio Lula da Silva houve uma forte maquiagem dos dados referente ao número de famílias assentadas e ambos contaram com o apoio de boa parte da imprensa nacional (LEITE; ÁVILA, 2007b e OLIVEIRA, 2006).

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA E O INCRA/RR

O II Plano Nacional de Reforma Agrária surgiu a partir da contribuição de vários servidores do INCRA, dos movimentos sociais e de intelectuais, como Plínio de Arruda Sampaio, e de uma equipe de especialistas de diferentes instituições acadêmicas; foi

apresentado em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra, evento realizado em Brasília, que reuniu vários movimentos e entidades do campo (INCRA, 2004).

No entanto, cabe ressaltar, conforme Carvalho Filho(2004)¹, referindo-se as discussões que resultaram na proposta do plano de reforma agrária apresentada a Lula e o II PNRA, em entrevista concedida a Revista Sem Terra, que “a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra”. As metas da proposta elaborada pela equipe de Sampaio eram muito mais abrangentes do que os tímidos números do plano oficial do governo.

Porém, devemos registrar que, no plano oficial do governo ficou bem explicitado, diferentemente do programa de campanha, que o II PNRA “expressa uma visão ampliada de Reforma Agrária que pretende mudar a estrutura agrária brasileira. Isso exige necessariamente a democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura fundiária, e ações dirigidas a impulsionar uma nova estrutura produtiva, fortalecendo os assentados da Reforma Agrária” (INCRA, 2004, p. 8). Isso deixa claro que no início da gestão do governo Lula ainda havia um comprometimento com a busca de uma solução para a questão agrária brasileira.

Um dos responsáveis pela proposta que deu sustentação à elaboração do II PNRA apresenta sua visão sobre o plano e de como o mesmo deveria ser detalhado, considerando cada região do país e seus ecossistemas:

Entendemos que o planejamento é um processo e o papel que chamo 'plano' é uma fotografia, realizada num momento dado para fundamentar uma decisão. Então definimos as metas globais e as diretrizes gerais, com base em um diagnóstico preciso do problema em termos nacionais. Posteriormente, esse primeiro apanhado deverá ser submetido aos ecossistemas, de maneira que as metas globais sejam divididas pelos grandes ecossistemas do país: Amazônia, o Cerrado, o Semi-árido, a Mata-Atlântica e o Pampa (SAMPAIO, 2004, p. 329).

Porém, a preocupação de Sampaio de que o II PNRA fosse desdobrado de acordo com cada ecossistema do país não chegou a ser executado, como fica patente na citação seguinte:

Você pode botar qualquer plano, enquanto o INCRA não mudar sua política de ver um Brasil como um Brasil único, de biomas iguais, na Amazônia não vai funcionar. Qualquer plano para a Amazônia tem que ser diferenciado das outras regiões (...) Então, para nós, na Amazônia não funciona, por isso (...) o sentido do Plano era para realmente quebrar alguns entraves, mas quando se trata da Amazônia se não for pensado pela Amazônia e para a Amazônia, não tem como o INCRA funcionar realmente, então não mudou muita coisa por isso (Entrevista realizada com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).

1 Fez parte da equipe que elaborou a proposta de plano de reforma agrária para o governo Lula.

Sampaio (2004) propôs que a intervenção do Estado brasileiro na questão da reforma agrária se desse em territórios bem definidos, aos moldes daquilo que os franceses chamam de “*aménagement du territoire*”.

O Estado desenvolve um conjunto de ações, intervindo de forma global no interior do território. Ações de caráter fundiário, para resolver problemas relativos à distribuição e titulação de terras, dar garantias jurídicas para o posseiro, resolver problemas de reaglutinação de minifúndios, que são, no campo da reforma agrária, o problema mais difícil. Uma vez acertados esses problemas, a região será alvo de um projeto de desenvolvimento que leve em consideração o seu real potencial, aproveitando uma idéia riquíssima dos sem-terra (SAMPAIO, 2004, p. 330).

Para esse autor, os sem terras perceberam que o processo tecnológico carrega consigo um forte fator destruidor da natureza, porque estabelece um regime de produção ilimitada; porém, mesmo tendo consciência de que, nos assentamentos, a terra também tem de ser produtiva, concebem que, fundamentalmente, a terra é um lugar para se viver. “Temos aí uma enorme convergência com a idéia do território! *O que é o território? É um espaço geográfico onde uma comunidade humana põe um nome e faz uma história.* Penso que essa é a idéia que inspira fundamentalmente o nosso plano” (SAMPAIO, 2004, p. 330, grifo do autor).

A perspectiva desse autor foi incorporada ao II PNRA e vem sendo executada pelo governo federal. Nesse sentido, em Roraima foi criado, no ano de 2004, o *Território de Desenvolvimento Rural Sustentável Sul de Roraima* (CENTRAL DAS ORGANIZAÇÕES RURAIS DE RORAINÓPOLIS-RR, s/d) e nessa região estão sendo desenvolvidas ações no espírito proposto por Sampaio; porém, seria necessário um estudo mais apurado para compreender os efeitos dessas ações na realidade das famílias assentadas naquela região. Contudo, atividades desenvolvidas nesse Território vão além dos assentamentos, não incluindo apenas ações referentes à reforma agrária.

Mais uma vez remetemos Sampaio (2004) para demonstrar em que base a proposta de reforma agrária foi apresentada ao governo federal:

Não encaramos a pobreza como um problema que precisa ser compensado com um pouquinho de terra, um pouquinho de crédito, um pouquinho de sei lá o que. Não! A nossa base é o desenvolvimento, esse é um plano de desenvolvimento econômico, social, político e cultural (...) Por um lado, gente ociosa, custo de oportunidade zero. (...). Por outro lado, terra ociosa, e em que quantidade! (...) É um escândalo! (...) É uma caixa preta imensa, e pretendemos pôr a mão nisso, vamos fazer um programa para ir buscar essas terras e para acabar com essa vergonha, que no século XXI o brasileiro ainda não tenha segurança quanto ao seu título de propriedade, ao seu título de posse da terra (SAMPAIO, 2004, p. 330).

Essa citação fornece as bases para nossa análise nos capítulos posteriores e confirma se, no estado de Roraima, o II PNRA foi implementado de forma efetiva ou se aqueles que estão dispostos a produzir e a construir suas vidas em um projeto de assentamento rural de responsabilidade da SR 25 estão apenas compensados “com um pouquinho de terra, um pouquinho de crédito ou um pouquinho de sei lá o que”. Podemos adiantar que, em relação ao II PNRA em Roraima, ao longo de nossa pesquisa não constamos a realização de um plano estadual de reforma agrária, como foi estabelecido no plano nacional; este deveria ser desdobrado em outros de caráter regional.

Nos jornais de circulação local, percebemos que, ao longo da gestão Lula, a Delegacia Regional do MDA, em conjunto com o INCRA, com a SEAP, adjungida a participação do assessor especial da Casa Civil da Presidência da República e coordenador do Comitê de Articulação das Políticas Públicas do Governo Federal em Roraima, senhor Nagib Lima, vêm promovendo encontros com lideranças dos movimentos sociais rurais e com movimento sindical e, em certas oportunidades, com as próprias famílias assentadas.

No entanto, ainda persiste uma avaliação de que, apesar das reuniões realizadas e dos encontros promovidos, as decisões ainda continuam sendo tomadas em gabinetes, como podemos perceber na citação seguinte:

Então pra mim, no primeiro momento, como assentado da reforma agrária foi muito difícil e como está sendo até hoje, porque muita coisa fica a desejar, vindo da instituição INCRA, dessa relação funcionário do INCRA com os assentados da reforma agrária (...) no governo Lula, tem um discurso de que os movimentos sociais tudo podem, que na verdade é isso, a coisa pública para ela chegar lá tem que passar por esse crivo, saber realmente o que a gente deseja, mas algumas articulações infelizmente ainda continuam pela decisão de quem está do outro lado de lá do *bureau*, não, é uma coisa social mesmo. Independente do governo Lula tem que haver o controle social. (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008)

Olha o INCRA não tá muito bom não, porque parece que esse órgão do governo parece que tá com um câncer muito grande, parece que incurável. É funcionário viciado de mais no serviço que faz, não tem muita vontade de desenvolver trabalhos para que os assentamentos se desenvolvam, para que os agricultores cresçam é uma morosidade muito grande, umas coisas feitas sem vontade, se entra um superintendente que está com vontade de desenvolver ai ele não é de carreira, o cara que tá por traz, os técnicos de campo fazem do jeito deles, o superintendente não tem poder sobre ele, se entra executor aqui é a mesma coisa, tem técnico aqui muito mais velho, trabalham a 15, 16 anos que estão atuando ai, eles trabalham quando querem e o executor não tem poder sobre eles e ai as coisas demoram muito. Então a prestação de serviço do INCRA hoje é muito ruim por conta desse vício desses funcionários antigos que já estão muito

viciados em não fazerem as coisas corretas e rápidas. (Entrevista realizada com assentado do PAD Anauá, 2008)

Por outro lado, durante a aplicação dos questionários, 57,33% consideraram os serviços prestados pelo INCRA como excelente/bom, como pode ser melhor visualizado no Gráfico 3, a seguir:

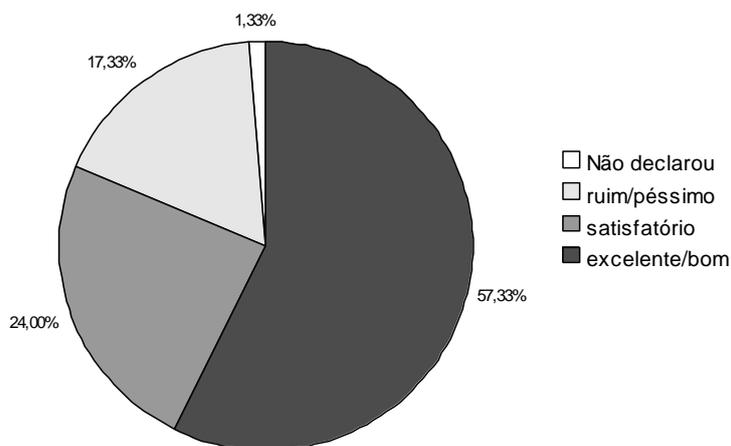


Gráfico 3 – Avaliação dos serviços prestados pelo INCRA.
Fonte: Pessoas entrevistadas.

Teremos a oportunidade de verificar e de aprofundar, no próximo capítulo, a relação do INCRA com as famílias assentadas, bem como com as lideranças dos movimentos sociais.

Existe uma série de programas que beneficiam as famílias assentadas e que, podemos dizer, que surgiram a partir da pressão dos movimentos sociais, inclusive com a participação direta dos movimentos na elaboração dos programas, como é o caso do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), ou a modificação de programas, tal o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em Roraima, um dos maiores exemplos da participação dos movimentos sociais é o PRONERA, criado em conjunto pelo INCRA, Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Estadual de Roraima (UERR); essas instituições construíram programas de educação para formação e capacitação de assentados da reforma agrária, seja por meio da educação de jovens e adultos, seja da formação em nível de pós-médio ou de ensino superior.

Com o superintendente que esta aí, pelo menos na questão do poder maior do INCRA a gente tem um acesso bom, de ouvir eles ouvem, mas é como eu já falei, tem todo um corpo que esta ali que é contra a reforma agrária. O que a gente reivindica, 40% é atendido, mas a gente sabe que nem tudo que a gente reivindica e a meta que eles colocam em um ano nem sempre eles cumprem. Por exemplo, esse ano de 2008 para nós da Central foi um ano perdido (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Para aprofundarmos as próximas discussões, gostaríamos de registrar a visão de Lins quanto ao público da reforma agrária e que os governos deveriam ter essa percepção para desenvolver seus programas.

(...) o público meta do programa de reforma agrária não é resultante de estipulações técnicas. A reforma agrária interessa a uma grande população de pobres rurais, que inclui muitos que foram expulsos do campo e vivem hoje nas periferias das cidades médias e pequenas do interior e também nas favelas dos grandes centros. Essas pessoas se apresentam, em números crescente, como candidatos aos novos assentamentos. Elas devem ser acolhidas como candidatos legitimamente qualificados e devem ser apoiadas na sua tentativa de construir uma nova vida (LINS, 1998, p.192).

Criado nos anos 1970, o INCRA não estabeleceu um rearranjo para se adaptar às novas situações. Sua forma organizacional centralizada ainda é característica, apesar de algumas mudanças superficiais terem sido implementadas nos últimos tempos. Apesar disso, a estrutura de atendimento ao assentado aparentemente ainda não sofreu mudanças substanciais. Essa dificuldade de relacionamento entre servidores e assentados foi identificada por Marques: “ao *habitus* burocrático incorporado pelos técnicos ao longo de anos se soma a adoção de um discurso competente baseado na racionalidade técnica, a partir do qual se estabelece uma relação verticalizada com assentados” (MARQUES, 2004, p.269).

Essa mesma autora aponta que esse órgão federal vem passando por transformação que possibilitaram um maior diálogo com os assentados e os movimentos sociais de maneira geral:

Porém, ao longo dos últimos anos, o INCRA aprendeu a lidar com os movimentos sociais, à medida que estes se organizaram e aumentaram o seu poder de pressão. Se, por um lado, os latifundiários detêm certo poder sobre a atuação na área fundiária, por outro lado, os sem-terra também têm exercido influência sobre suas decisões, alcançando conquistas importantes (MARQUES, 2004, p. 269).

Com essas palavras, encerramos esse capítulo, no qual demonstramos a trajetória do Partido dos Trabalhadores até a chegada ao poder em 2003. Vimos que os

compromissos desse partido com uma reforma agrária estrutural, que interferisse efetivamente na estrutura fundiária do país e fosse capaz de estabelecer o acesso democratizado à terra, foi sendo paulatinamente alterado. A mudança de trajetória do PT também refletiu no II PNRA e na forma como aquilo que seria um programa de reforma agrária foi se diluindo em ações pontuais e focalizadas como poderemos ver nos capítulos seguintes.

4 TRAJETÓRIA E MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM RORAIMA E O II PNRA

Nos capítulos anteriores observamos como a questão agrária brasileira foi sendo processada ao longo do tempo e, mais recentemente, o modo que essa problemática vem sendo tratada pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Por meio da revisão bibliográfica foi possível perceber que havia uma expectativa no seio da população, especialmente daqueles que lutavam e lutam por uma reforma agrária, de que um presidente eleito com uma ampla força popular daria uma atenção particular para os problemas que afligem o campo brasileiro; havia a *esperança* de que fossem implementadas mudanças que verdadeiramente implicassem na transformação da vida dos milhares de camponeses, trabalhadores rurais e demais categorias que vivem em busca do acesso à terra mais democrático. No entanto, o que ocorreu de fato foi uma atuação bastante limitada do governo federal em relação aos programas de reforma agrária. Nesse capítulo, examinaremos o II Plano Nacional de Reforma Agrária, a partir da realidade encontrada nos assentamentos rurais do estado de Roraima, que estão sob a responsabilidade do INCRA.

Tratando da questão em foco, Oliveira (2006) afirma que o II PNRA é, na verdade, uma *não reforma agrária*; além disso, acrescenta que boa parte dos assentamentos implementados pelo governo federal foi estabelecida exatamente na Amazônia. De acordo com o mesmo autor, foram assentadas nesse espaço um total de 68% de todas as famílias atendidas pelo governo Lula.

Em relação a Roraima, o primeiro ponto a se notar é que o II Plano Nacional de Reforma Agrária foi implementado de forma parcial, pois podemos considerar que, nesse Estado, a atuação do governo federal tem o intuito de regularizar as terras da União, uma vez que os programas de assentamento rural são todos realizados em terras públicas, não ocorrendo, desse modo, nenhum tipo de desapropriação. Também somos da opinião que as ações dos programas de assentamento rural são implementadas a partir de uma agenda própria do governo federal. Todavia, como será possível demonstrar ao longo desse capítulo, a pressão dos movimentos sociais é fundamental para que essa agenda seja efetivamente cumprida.

Por outro lado, a pesquisa permitiu detectar que o governo federal vem buscando implementar uma política de construção de territórios caracterizada pela intenção de concentrar e de aproximar as famílias assentadas. Por causa disso, as diretrizes desses

projetos são voltadas para o atendimento não apenas dos assentados, haja vista que existe o empenho de promover a articulação entre vários segmentos de uma determinada região. Esse processo se dá por meio de um conjunto de ações difusas de caráter econômico, social e cultural.

No caso específico de Roraima, a política de criação de territórios do governo federal prioriza a região sul do Estado. Todavia, essa é uma realidade ainda nova, cujos resultados somente poderão ser vislumbrados de forma mais justa dentro de mais alguns anos. Não obstante, como veremos mais adiante, existe uma expectativa positiva por parte dos envolvidos nesse projeto. Mas, a bem da verdade, podemos afirmar que não se trata de uma ação de reforma agrária propriamente dita, apesar de estar incluída no II PNRA e, de certa forma, apoiar o desenvolvimento dos assentamentos.

Faz-se necessário, nesse passo, esclarecer tanto quanto possível sobre a noção da categoria *assentamento*. Para tanto, reproduzimos abaixo trecho de Bergamasco e Norder (1996, p.7):

O termo 'assentamento' apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

Outros autores chamam a atenção para forma como os assentamentos são tratados e avaliados, bem como para a inadequação da avaliação econômica tradicional em relação a estes casos, a qual pode conduzir o observador a realizar uma série de deturpações em relação a questões importantes:

(...) dado um conjunto de características que marcam a gênese dessas unidades produtivas, tratá-las simplesmente da ótica da categoria 'empresas rurais/produtores rurais', ou ainda submetê-los a padrões de avaliação econômica contidos nos tradicionais manuais de avaliação de projetos, tende a deturpar as condições em que se dá a produção nesses núcleos e os resultados daí advindos (LEITE apud PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 139).

Como se percebe, ao consideramos pertinentes a orientação proposta por Palmeira e Leite (1998), a visão estritamente sociológica no processo de identificação e de avaliação dos assentamentos, que valoriza de forma unilateral as características da pequena produção, tende a fazer com que o analista perca de "vista os processos de

conflito, geração de utopias, peculiaridades da ação governamental etc., que os caracterizam” (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 139).

Para esses autores, as análises econômicas dos assentamentos dividem os estudiosos da questão em dois grupos: de um lado, estão aqueles que acreditam no sucesso de uma política de assentamento rural e, de outro, aqueles que criticam esse modelo de intervenção na agricultura. Os do primeiro grupo podem ser subdivididos em dois subgrupos: aqueles que acreditam na integração dos assentados ao mercado e aqueles que crêem na melhoria da qualidade de vida dos assentados, que podem obter uma renda maior do que tinham quando viviam na situação anterior à de assentado, independentemente de sua incorporação pelo mercado. Na outra ponta, os críticos consideram que o custo de realização dos assentamentos é extremamente alto em relação ao retorno em termos de produção. Porém, Palmeira e Leite chamam a atenção para o fato de que, nos assentamentos, pode ser estabelecida uma base produtiva que permita efetivamente a reprodução do núcleo, mesmo que sejam realizadas outras atividades, além das de caráter puramente agrícola.

Já os estudos de base sociológica e antropológica privilegiam “a análise das dimensões internas aos assentamentos, da trajetória dos assentados, resultando na ênfase do assentamento como espaço de diferenciação, tensão e disputas (...)” (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 141). Os estudos dessa série fixam a observação num certo comunitarismo, pregado pelos movimentos defensores da reforma agrária, que na verdade não existe e, se existe, convive com as contradições dos processos sociais. “Nesses processos são destacadas as trajetórias dos assentados, as redes de relações estabelecidas antes e depois da criação do projeto, as diferentes formas e efeitos da intervenção estatal e o processo de produção de novas identidades (...)” (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 142).

Nesse sentido, para além das dificuldades enfrentadas, pudemos constatar durante o processo de pesquisa que os assentamentos de trabalhadores rurais, não apenas têm gerado empregos, como também têm proporcionado uma série de transformações nas regiões onde estão inseridos: aumento do nível de renda das famílias assentadas; melhoria da economia municipal e regional, com a ampliação da arrecadação; transformação das relações de poder local; aparecimento de novos sujeitos (em virtude da ação de políticas públicas governamentais e não governamentais); novas perspectivas para os produtores antigos; presença do Estado, reconhecendo a existência de conflitos agrários e o envolvimento de uma série de instituições públicas. Também surgem novas

demandas, como educação, saúde, transporte, apoio a produção entre outros. Como se percebe, essas são transformações não negligenciáveis.

Em razão disso, a inserção dos assentados gera transformações políticas que merecem observação cuidadosa, pois os grupos locais vão dividir seus interesses com ações da Igreja, MST, sindicatos e outros movimentos de mediação, que se articulam em nível nacional, “eliminando a possibilidade de tratar os assentamentos estritamente sob a ótica da sua singularidade e particularismo.” (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 148)

Carvalho (1999) também fornece elementos para a compreensão do tema assentamento e de suas interligações com uma série de outros fatores:

a criação de um assentamento é produto, também e sobretudo, de lutas sociais bastante prolongadas pela redistribuição da posse da terra. Portanto, o assentamento expressa no momento da sua criação um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal. Nesse momento encerra-se um determinado processo político social onde o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias de trabalhadores rurais sem terra (CARVALHO, 1999, p.6).

Por considerarmos pertinentes essas observações, pretendemos desenvolver nosso trabalho com atenção suficiente para nos aproximarmos da realidade vivenciada pelas famílias assentadas no estado de Roraima e, a partir daí, analisar o II PNRA.

Outra questão a ser devidamente tratada nesse capítulo diz respeito à relação do INCRA com as famílias assentadas, haja vista que essas são ouvidas pela autarquia federal, mas, em geral, somente a partir de muita pressão e até mesmo de protestos e de formas mais radicais de interlocução, como a ocupação do prédio daquele órgão. Desse modo, pode-se afirmar a existência de um diálogo, não obstante haver uma distância entre aquilo que é definido em comum acordo entre os assentados e os representantes do INCRA e o que na prática é implementado.

4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO SURGIMENTO DOS ASSENTAMENTOS DO INCRA EM RORAIMA

Até junho de 2008 existiam, em Roraima, 50 assentamentos sob a responsabilidade da SR 25, os quais ocupavam uma área total de 1.570.540,22 ha, divididos em 19.732 parcelas, totalizando 16.081 famílias beneficiadas. Digno de nota é a existência de um saldo de 3.651 parcelas disponíveis para serem ocupadas. O primeiro assentamento teve sua arrecadação realizada pelo INCRA em 1975 e o ato de criação ocorreu por força da Portaria/INCRA nº 095, de 07 de outubro de 1979, conforme dados oficiais do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) (INCRA, 2008).

Dessa forma, constatamos que o primeiro projeto de assentamento realizado pelo INCRA no estado de Roraima foi executado ainda no regime militar. Trata-se, na verdade, de um Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), espécie de instrumento utilizado pelos militares para colonizar a Amazônia, utilizado como tática para transformar camponeses em proprietários (IANNI, 1979a; ARCANGELI, 1987). O PAD Anauá, assim como vários outros projetos de colonização, seja do próprio INCRA ou do governo do estado de Roraima, foram incorporados ao referido sistema como projetos de reforma agrária. Por causa disso, recebem tratamento equivalente a todos os demais PAs.

Como o II PNRA previa não só o estabelecimento de novos assentamentos, mas, entre outras metas, também a recuperação de antigos assentamentos, todos os 50 projetos cadastrados no SIPRA recebem atenção do INCRA ou, melhor dizendo, todos estão vinculados à referida autarquia. Desse modo, é que mesmo o PAD Anauá, um dos maiores do país, com quase 30 anos de existência e ainda não consolidado (INCRA, 2008), é tratado como projeto de assentamento de reforma agrária. Dessa forma, dispomos de informações tanto dos PA mais recentes, como também dados dos projetos de assentamento mais antigos e que ainda estão sob a responsabilidade da Superintendência Regional do INCRA em Roraima (SR 25).

Ao estabelecermos uma linha paralela entre as realizações nessa área dos governos de Fernando Henrique Cardoso e o de Luiz Inácio Lula da Silva, verificamos que, em Roraima, o primeiro criou mais assentamentos que o segundo; porém, tanto em relação ao governo de um quanto ao do outro, os dados do SIPRA não especificam se se tratam de projetos de colonização ou de outro tipo particular de assentamento.

Em razão disso, utilizaremos no presente trabalho as definições de Oliveira (2006),

a fim de nos situarmos em relação às ações do INCRA em Roraima:

Reordenação Fundiária: refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seus acessos às políticas públicas;

Regularização Fundiária: refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.);

Reforma Agrária: refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas (OLIVEIRA, 2006, p. 7).

O autor ainda chama a atenção para a última categoria apresentada, pois, em seu entender, nos projetos de assentamento da Amazônia, onde as famílias ocupam determinada parcela pela primeira vez, a característica principal seria de colonização e não de reforma agrária. Com isso, somos da opinião que os dados apresentados pelo SIPRA deveriam ser melhor apurados e dimensionados, a fim de permitir a separação entre o que é efetivamente reforma agrária daquilo que é colonização.

Dessa maneira, poderíamos considerar que as ações de assentamento de famílias no estado de Roraima empreendidas pelo INCRA estão situadas nas categorias de reordenação fundiária, regularização fundiária, colonização e que, pouquíssimas, seriam de reforma agrária propriamente dita

Apesar disso, todos os projetos desenvolvidos pela SR-25 são considerados de reforma agrária, pois estão cadastrados no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Segundo Oliveira (2006), isso ocorre apesar do INCRA ter a capacidade técnica para distinguir todas as suas ações conforme as categorias citadas anteriormente. Isso não acontece, todavia, porque os números da *chamada reforma agrária* do governo Lula são inflados com as ações de regularização e reordenação fundiária, assim como ocorre com as de colonização de áreas da União.

Vejamos, então, no Quadro 2, um comparativo entre o atual governo e o anterior, em relação aos números de assentamentos criados:

Governo	Projetos de Assentamento Criados
Fernando Henrique Cardoso	27
Luiz Inácio Lula da Silva	18

Quadro 2: Projetos de Assentamentos Criados nos Governos de FHC e Lula.
Fonte: INCRA (2008).

Para fins de especificação desses dados, cabe ressaltar que nos 27 projetos criados no período de FHC encontram-se 6.404 famílias beneficiárias, enquanto nos 18 projetos desenvolvidos no governo Lula foram estabelecidas 2.399 famílias. Acrescente-se, ainda, que os dados analisados não possibilitam a identificação da época em que essas famílias foram assentadas. De qualquer modo, tomando por base as datas de criação dos projetos, não resta dúvidas de que o governo anterior criou, incorporou ou regularizou mais assentamentos do que o atual governo.

Ainda cabe acrescentar que, de acordo com dados colhidos na literatura que trata da questão (DINIZ, 1998; SOUZA, 2001; OLIVEIRA, 2005), bem como com as entrevistas por nós realizadas (José Ribamar de Araújo, Velho Riba; Claro Matias, 2008), alguns projetos de assentamento foram iniciados por iniciativa do governo do estado de Roraima, ao passo que outros surgiram a partir da ocupação voluntária por parte de sem-terras, sendo, posteriormente, incorporados pelo INCRA. Uma vez que estavam situados em terras da União, para regularizar a situação desses posseiros, aquela autarquia transformou a região num Projeto de Assentamento (PA) e/ou num Projeto de Desenvolvimento Sustentável, como esclarece a fala abaixo reproduzida:

Todo esse projeto aqui foi assentado pelo governo do estado, pelo órgão chamado ITERAIMA, foi ele que fez os cortes da terra, porém o assentamento das pessoas veio pelo INCRA por volta do ano de 1995. O INCRA passou e a gente passou a conhecer quem era o INCRA, pelo menos eu não tinha conhecimento com o INCRA. Em 1995 o INCRA passou na pessoa do senhor de nome Vicente, ele passou a dar assistência e começou a iniciar a papelada de cadastro só para quem já tinha o documento dado pelo ITERAIMA. (...) Aqui em Roraima sempre acontece assim, o governo do Estado faz a estrada e o INCRA assenta o povo naquela estrada. Hoje é que está tendo algumas estradas construídas pelo INCRA. Não teve nenhum problema na transição, não, o governo só passou a responsabilidade para o INCRA demarcar os lotes e iniciar a documentação (...) O governo do estado construiu a RR-170 e depois repassou os lotes de cada um. O projeto RR foi assim: os colonos foram entrando e fazendo os picadões e escolhendo seus lotes e tirando os lotes e assim morando e trabalhando, após um tempo o governo ia chegando com a estrada. Os colonos entram primeiro fazem os picadões e ali dividem seus lotes e depois dos lotes feitos muitas vezes depois de 8 a 10 anos é que o governo vem fazer a estrada, como é o caso da vicinal 14 que só agora que o governo esta fazendo a estrada (Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008).

A fala do senhor Claro Matias, presidente de uma das associações de produtores familiares do PA RR-170, elucida bem como foram sendo estabelecidos alguns dos projetos de assentamento que hoje estão sob a responsabilidade do INCRA. Essa situação ainda persiste nos dias atuais, pois durante nosso trabalho de campo tivemos a oportunidade de visitar vários projetos de assentamento e de contactar vários moradores

e lideranças desses locais, momento em que observamos que existem muitos lotes em que o acesso é realizado por um picadão construído pelos próprios assentados ou pelos madeireiros que retiram toras das áreas desmatadas pelos assentados, como pode ser observado na Figura 1, a seguir.



Figura 1: Picadão que dá acesso ao PA - Jatobá, construído por madeireiros.
Fonte: O autor (2008).

As condições de conservação do acesso a esse que é um dos assentamentos mais novos são bastante precárias, tal como se depreende do registro que efetuamos em dezembro de 2008 na vicinal 9, principal passagem para o PA-Jatobá. Como podemos observar na fotografia o que seria uma estrada é um picadão cheio de buracos alagados. Considerando que na ocasião de nossa visita vivíamos a época do regime de chuvas mais esporso, acreditamos que, no período de fortes chuvas, a dificuldade das famílias se deslocarem dessa localidade para escoar a produção, chegar até a escola, ao posto de saúde, entre outras necessidades, se torne uma tarefa quase impossível.

Na presente pesquisa trabalhamos com cinco assentamentos localizados em diferentes regiões do estado de Roraima. No Quadro 3, abaixo apresentado, listamos os projetos estudados, apresentando o número de famílias assentadas, o número de questionários e entrevistas realizados, bem como os atos de criação dos referidos projetos.

PROJETOS	FAMÍLIAS ASSENTADAS	QUESTIONÁRIOS APLICADOS	ENTREVISTAS REALIZADA	ATO DE CRIAÇÃO- INCRA		
				tipo	nº	data
PA Nova Amazônia	555	9	2	Portaria	10	22/11/2001
PA Nova Amazônia I	366	8	2	Portaria	9	04/09/2006
PAD Anauá	2.623	40	4	Portaria	95	11/06/1979
PA RR-170	609	14	3	Portaria	19	19/10/1995
PA Jatobá	208	4	2	Portaria	50	13/12/2005
TOTAL	4.361	75	13			

Quadro 3: Dados relativos aos projetos de assentamentos e entrevistas realizadas.
Fonte: INCRA, 2008; Entrevistas realizadas em 2008.

Além das entrevistas realizadas com lideranças e moradores dos assentamentos estudados, também entramos em contato com organizações e entidades vinculadas a questão agrária no estado de Roraima. Assim, entrevistamos representantes dos seguintes movimentos ou entidades: Agência de Desenvolvimento Sustentável de Rorainópolis (ADELIS); Central das Organizações Rurais do Município de Rorainópolis (COPERR); Central dos Assentados de Roraima (CAR); FETAG/RR; MST; MMC e; Território da Cidadania Sul de Roraima. Também tivemos a oportunidade acompanhar o Programa Jovem Camponês, promovido pela Comissão Pastoral da Terra de Roraima que nos possibilitou o contato com jovens de vários projetos de assentamento. O contato com servidores do INCRA-RR foi igualmente proveitoso para obtenção de dados e de informações sobre os projetos desenvolvidos por essa autarquia federal.

As ações de governo para os projetos de assentamento de reforma agrária, de colonização, de valorização de terras públicas, de transferência de população ribeirinha, de assentamentos extrativistas, são diferenciadas entre si e visam a cumprir objetivos políticos, sociais e econômicos distintos. No entanto,

(...) a inserção dos mesmos no agro nacional parece conter características (melhor seria dizer dificuldades) comuns. Isto possibilita pensar em condicionantes estruturais que, além do próprio perfil de intervenção governamental, vão imprimir peso na condução e desenvolvimento destes núcleos de trabalhadores rurais. O importante a ressaltar é que, apesar da diferenciação dos programas governamentais que foram levados a atuar em situações e com instrumentos diversos, e mantida a pluralidade dos processos e das lutas por terra no país (...), existe, hoje, um significativo segmento social, localizado nos assentamentos rurais, que dialoga com o Estado, e com a sociedade, de forma específica e

direcionada (...), conseguindo, para além das marchas e contramarchas políticas, consolidar um acúmulo de experiências e conquistas (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 145).

É essa chave de interpretação que nos permite compreender que os objetivos governamentais para cada modelo de assentamento rural são distintos entre si, mas que, apesar disso, a dinâmica que se vai impondo entre as famílias assentadas e os agentes do Estado acabam por provocar certa indistinção entre elas, pois os problemas enfrentados, seja em projetos de reforma agrária seja em projetos de colonização, são assemelhados. A realidade dos assentamentos em terras roraimenses confirma essa situação.

Ao procederem à revisão da literatura que trata dos assentamentos rurais brasileiros, Palmeira e Leite perceberam diferenças entre os processos de reforma agrária e os de colonização, chegando à conclusão de que os projetos vinculados à reforma agrária dispõem de “ingredientes mais politizados” e que têm, conseqüentemente, um espírito mais coletivo, mesmo diante de projetos que apresentam caráter de exploração individual (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 143).

Antes de nos voltarmos para fazer a apresentação e a análise da realidade das famílias assentadas, temos de chamar a atenção para o fato de termos encontrado vários lotes abandonados. Com o objetivo de compreender essa situação, apuramos que, conforme jargão empregado pelos servidores do INCRA, os donos desses lotes estão siprados (constam do cadastro do SIPRA), mas não residem de forma efetiva nos lotes, uma vez que moram nas sedes dos municípios ou na cidade de Boa Vista. Muitos mantêm essa situação a fim de garantir a aposentadoria como agricultores, pois com a comprovação de moradia por 10 anos no lote, mais a contribuição sindical rural e uma determinada idade, é possível obter tal benefício.

Em algumas situações, os lotes abandonados são retomados pelo INCRA e recolocados para instalação de novas famílias. Entretanto, as mais das vezes, as famílias que deveriam passar a ocupar essas parcelas não o fazem, com receio de receber algum tipo de represália por parte do antigo ocupante, como já ocorreu com casos de ameaça de morte e até mesmo de assassinato, conforme informações obtidas em entrevistas com moradores do PA RR-170.

Para completar esse quadro, resta informar que os lotes que estão parcialmente abandonados não recebem uma rígida fiscalização do INCRA, por diversos motivos. Ainda nos deparamos, também, com vários lotes que são utilizados como chácaras ou

sítios, com funções de lazer, sendo utilizados especialmente nos fins de semana ou em períodos de férias. Encontramos essa realidade principalmente nos dois projetos localizados na cidade de Boa Vista, mas essa é uma situação também presenciada no interior do Estado. É certo que as atividades não agrícolas também geram renda e trabalho nas áreas rurais, mas as parcelas destinadas para fins de reforma agrária são de uso exclusivo para produção de alimentos, devendo cumprir uma precípua função social, conforme estabelecido no Estatuto da Terra.

4.2 EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO SINDICAL E SOCIAL RURAL EM RORAIMA

O que observamos na realidade roraimense em relação à luta pela terra e à disposição em conquistar um pedaço de terra para viver e trabalhar está relacionado, principalmente, com as milhares de famílias que se deslocaram para a Amazônia nas últimas três décadas do século passado e princípio deste. A partir dos levantamentos que fizemos acreditamos ser possível traçar um paralelo com o que existe de fato no estado de Roraima.

Numa análise cujo foco recai sobre a questão agrária no estado de Roraima, não podemos excluir a luta dos povos indígenas pelo reconhecimento do seu direito a terra. O movimento indígena há muito tempo se organizou e vem, paulatinamente, se mobilizando, se manifestando e lutando, demonstrando, enfim, para outros movimentos sociais que buscam o acesso à terra em Roraima, que o caminho da organização e da luta é o que torna viável suas conquistas. Assim, apesar de o foco desse trabalho ser as famílias assentadas em projetos do INCRA ou que lutam para ser atendidas por esse órgão federal, essa pequena observação tem o objetivo de registrar e reconhecer que a luta pelo direito de acesso a terra no estado de Roraima conta com a forte participação e presença dos povos indígenas.

Num período em que o governo Federal e, por conseguinte, seus programas para agricultura, demonstram claramente grande simpatia para com o agronegócio, como meio de garantir vantagens na balança comercial, e no qual o governo do Estado incentiva o agronegócio como uma das poucas possibilidades para desenvolvimento de Roraima, os setores que lutam pelo acesso democrático à terra se vêem pressionados a lutar por seus direitos, não havendo outra possibilidade que não a da mobilização social. Porém, por conta das circunstâncias em que vivemos e considerando o que foi observado tanto no

capítulo I quanto no II, nos encontramos numa época de forte presença do individualismo, o que de certa forma inibe as mobilizações de caráter coletivo, que têm como finalidade o bem-estar comum. Contudo, durante o desenrolar de nosso trabalho, vislumbramos que existem algumas organizações, entidades e movimentos sociais que em meio a várias dificuldades buscam a mobilização dos trabalhadores rurais, dos assentados, dos desempregados da cidade, dentre outros, para lutarem pela terra. Torna-se óbvio que esse processo ocorre em circunstância de disputas políticas e de espaços de atuação, como é característico no âmbito nacional.

Durante muito tempo, a representação dos interesses do homem do campo foi tratada de forma indistinta, independentemente de classe ou região. Esse processo sempre foi intermediado, quando não mesmo realizado, pelos grandes proprietários de terra. Essa realidade somente começou a ser transformada a partir dos anos de 1950, com as mobilizações dos trabalhadores rurais e, especialmente, após o processo de regulamentação do sindicalismo rural, ocorrido durante os anos de 1960. Este quadro também sofreu modificações por conta das transformações econômicas implementadas ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, como atestam Palmeira e Leite, na passagem que segue abaixo reproduzida:

Os trabalhadores rurais organizaram-se bem mais recente – sobretudo a partir de meados dos anos 50 -, divididos ideologicamente entre a igreja católica e suas alas, o Partido Comunista e outras organizações de esquerda e cindidos organizacionalmente de acordo com alguma coisa como a sua posição no processo de produção entre sindicatos de pequenos proprietários, de arrendatários e parceiros e assalariados (...). Muito cedo tentaram unificar-se e a criação da CONTAG, no final de 1963, seria resultado de um acordo envolvendo a grande maioria das diferentes tendências político-sindicais que atuavam no campo (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 150).

De acordo com esses autores, as entidades patronais do *agro brasileiro* sempre pretenderam ser *a voz do mundo da agricultura brasileira*, tal o caso da Sociedade Nacional da Agricultura; mas também da Sociedade Rural Brasileira; da Confederação Nacional da Agricultura; da Organização das Cooperativas Brasileiras; da União Democrática Ruralista. Ao longo do tempo, tais entidades foram perdendo essa característica e a representação dos agricultores de base familiar, camponeses, pequenos proprietários, trabalhadores rurais, entre outros, passou a ser realizada de forma direta por suas entidades.

Já nos anos de 1980, com a abertura democrática, o movimento sindical rural, que durante os anos da ditadura permaneceu unificado, começou a sofrer uma divisão por

conta das disputas internas e, também, devido à escolha de qual perspectiva seguir. Esse processo criou tensões, “provocando sérias divisões entre sindicatos de trabalhadores rurais e separando em blocos distintos algumas de suas principais lideranças.” (PALMEIRA; LEITE, 1998, p. 152).

A CONTAG, as FETAG e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) assumiram a representação de uma fatia significativa dos trabalhadores rurais com legalidade e legitimidade diante do Estado, da sociedade e até mesmo das entidades patronais.

No bojo do processo da (re)democratização da sociedade brasileira, novos movimentos sociais surgiram, inclusive no meio rural, sendo um dos mais importantes o MST, que teve a capacidade de reunir entre seus membros uma base mais ampla do que aquela do movimento sindical. Essa situação trouxe certo clima de disputa entre os movimentos no sentido da representação, pois o MST atingiu um status de representante dos trabalhadores rurais aceito tanto pelo Estado quanto pela sociedade.

De certa forma, encontramos no estado de Roraima um quadro semelhante à situação nacional, pois aqui, ao longo de nossa pesquisa, nos deparamos com quatro entidades ou movimentos com atuação em nível estadual, quais sejam: Central dos Assentados de Roraima (CAR); FETAG-RR; MMC e o MST. Além desses, devemos lembrar a atuação da CPT, que é uma entidade que assessora os movimentos e organizações que representam os povos do campo, apoiando a luta pela terra, mas que também realiza o trabalho de pastoral evangelizadora.

Em páginas anteriores, já adiantamos haver certa semelhança entre o caso de Roraima e o quadro nacional, uma vez que, apesar de se poder constatar a existência de certa unidade na luta em favor do acesso democrático à terra, existem divergências no que diz respeito aos espaços e às maneiras de fazer política, como podemos observar na fala que segue, do presidente da FETAG-RR:

Aqui nós temos os movimentos em nível nacional que atuam no âmbito estadual são eles: MMC, MST e CUT. A FETAG é filiada a CUT. Em nível nacional, politicamente falando, nós temos uma divergência com o MST, porque eles têm uma forma de ver a política e de construir a política e nós temos outra. Já o MMC tem um vínculo muito forte com a igreja e, no aspecto da política que eles defendem, nós temos uma outra visão. Mas a relação entre o MMC, MST e CUT, estou falando das nacionais, depois falo das estaduais, primeiro que a CUT, também sou diretor dela, então você imagina que a relação é fraterna, nós somos entidades sindicais. O MST hoje na verdade nós temos um diálogo muito bom, muito aberto e de certa forma em algumas ações somos parceiros, quando eles precisam a gente apóia (...). Então nós temos com o MST uma discussão política em nível nacional e em alguns estados nós temos fortes embates, mas aqui no estado de Roraima, eles têm a forma de fazer a política deles e fazem no espaço deles e a gente respeita e eles conhecem a nossa forma de fazer política, temos o

nosso espaço e eles respeitam, mas quando eles solicitam o apoio da gente a gente apóia até porque a FETAG hoje é a entidade no estado de Roraima, que, digamos assim, entre as piores é a melhor estruturada. Então temos essa concepção de que aquilo que é bom para a causa pública a gente se unifica com o nosso povo sem problema nenhum (...) Com MMC é que nós não temos muita relação, mas assim mesmo todos os encontros nós estamos debatendo, não temos nenhum racha, nenhuma briga interna, temos uma parceira no projeto de gênero, agora nós não temos tanta aproximação como temos com o MST, que deveria ser o contrario, mas assim eles estão aí fazendo a política deles, nos espaços deles e a gente também. Nunca tivemos nenhum embate, nenhum atrito, mas eles também não têm aquela coisa de estar nos convidando para dialogar sobre a política, como é que ela está, os entraves, etc. (...) Em relação às entidades de nível estadual, nós temos um relacionamento com a CAR. A Central nós ajudamos a criar, a Central eu sempre digo que a Central a gente tem um carinho muito forte por ela, porque é uma entidade nossa. Mas tem as gestões onde cada um faz da entidade a sua cara. Nesse momento a gente tem apoiado muito a Central, nas nossas ações a gente tem parceria com a central e nós não temos assim nenhuma briga com a central. É lógico que eles acompanharam mais o MST, mais a CPT, que é uma outra estrutura que não é uma entidade social, e mais para o lado do MMC do que pra nós, mas mesmo assim sempre que a gente convida eles estão com a gente aí na luta, temos várias ações conjuntas, então é essa nossa relação com a central (...) Temos a CPT, que é uma entidade dentro da estrutura da diocese e é nacional. A CPT foi pensada como um instrumento de formação e de assessoria para as entidades estaduais onde ela se encontra. Então nós temos um certo clima com a CPT aqui de um tempo para cá, porque ela perdeu esse corte de ser uma entidade de formação e de afirmação do ser humano, e também de assessoria as entidades e quiz ser uma entidade de pessoas, de atender o público diretamente, sem estar por dentro das entidades, sem manter contato com as entidade que representam os trabalhadores rurais, a CPT perdeu aquela característica de um guarda-chuva que fazia uma espécie de proteção das demais entidades. Então com esse processo a gente optou por estremecer as relações, mas não temos nenhum atrito com a CPT, assim diretamente. Isso foi com gestões anteriores, a atual gestão já está junto com a gente, querem discutir política com a gente, é o que eu disse anteriormente cada gestor de uma entidade mostra a cara dela e a dele. Mas a CPT sempre foi um parceiro nosso, sempre apoiou nossos projetos (...) No geral nós temos um diálogo com todos os movimentos, agora todos nós sabemos qual é a posição política de cada um e assim nos respeitamos. Então a FETAG hoje é uma entidade que tem trânsito aberto em todas entidades sociais (Entrevista realizada com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).

Como esclarece Lima, cada entidade busca delinear o seu espaço no cenário estadual, com seus posicionamentos políticos, que certas vezes vão além dos interesses dos seus representados. Considerando essa perspectiva, buscamos suporte no conceito de *grupo de mediadores*, forjado por Martins (2003a; 2004) para refletir sobre essas entidades. Observamos que, em certos momentos, as entidades colocam seus objetivos ou suas visões de mundo acima dos interesses daqueles que estão no assentamento, no picadão, sem energia elétrica, sem assistência técnica e sem voz. Indicial desse estado de coisas é a citação abaixo reproduzida:

Para o trabalhador o que conta mesmo, acima de tudo, é a efetiva necessidade social de terra, de trabalho. Conta mesmo a luta pela terra e as medidas concretas para interferir na cena agrária demarcada ao longo de um longo tempo por

injustiças sociais indiscutíveis e todo o elenco de suas conseqüências. E o que conta para o trabalhador não é necessariamente o que conta para os grupos de mediação, ainda que muitas vezes motivados pelos ideais de justiça social, mas motivados também por uma ânsia própria de mudar pelos outros sem que os outros necessariamente compreendam a mudança na sua inteireza. Sobretudo, sem que estejam indiscutivelmente de acordo com ela (MARTINS, 2003a, p. 22-23).

As agências de mediação, como esse autor identifica alguns movimentos sociais, não seriam os verdadeiros mediadores entre sociedade e Estado, “já que os mediadores legítimos seriam os partidos políticos” (MARTINS, 2003a, p. 38). No entanto, não só em nível local, mas também em âmbito nacional, não vislumbramos a atuação de partidos políticos atuando em favor da reforma agrária. Antes, ao contrário, o que percebemos é um abandono dessa questão no meio partidário, seja na esquerda, com raras exceções, seja no centro ou na direita. Assim, os movimentos sociais vêm ocupando um expressivo espaço e, desse modo, têm assumido o papel de mediadores entre a sociedade e o Estado, especialmente nos temas relativos à questão agrária.

Além das entidades a que referimos acima, existem doze sindicatos de trabalhadores rurais, vinculados à FETAG e a várias associações de produtores espalhadas pelas vicinias dos projetos de assentamento. De alguma maneira, essas entidades congregam as famílias assentadas, algumas mais, outras menos organizadas, sem mencionar as cooperativas de agricultores que desenvolvem mais as atividades de comercialização e planejamento da produção, mas que também acabam exercendo alguma atuação política.

Durante a realização das entrevistas, bem como durante os períodos de viagem aos projetos de assentamento, convivendo com diversificados sujeitos que estão envolvidos com a temática do nosso trabalho, fomos nos deparando com uma multiplicidade de adjetivos empregados para designar o homem ou a mulher que está no assentamento; dentre os mais empregados, constam os seguintes: agricultor familiar, camponês, colono e trabalhador rural.

O termo *agricultor familiar* foi utilizado, sobretudo, pelo dirigente da FETAG, mas também foi anotado nas entrevistas com presidentes de associações e de cooperativas, bem como, em alguns momentos, foi utilizado pelo presidente da CAR. No caso específico da FETAG, a adoção desse termo é bastante compreensível, uma vez que essa Federação mantém estreita vinculação com a CONTAG, a qual, desde a última década, tem assumido a perspectiva de busca de um novo projeto para o campo brasileiro, em conjunto com a CUT e o PT. Somos da opinião de que, em virtude dessa

rede de alianças, a FETAG tenha assumido a categoria *agricultor familiar* para adotar a representação do homem e da mulher do campo: tão ao gosto do jargão associado às políticas do governo Lula.

No que tange ao emprego do termo *camponês*, percebemos que é usado de forma mais recorrente nas falas dos representantes do MST, do MMC e também dos membros da CPT com quem mantivemos contato. No caso dos dois movimentos citados a adoção desse termo parece estar vinculada as suas perspectivas de transformação da sociedade, pois o termo parece carrear de forma mais nítida a idéia de autonomia diante do mercado. Desse modo, a adoção do termo parece indicar que esse sujeito social pode, em última instância, representar claramente um recorte político com relação à identificação de uma classe social.

A designação identificadora dos sujeitos com a expressão “colono” foi marcadamente observada entre os assentados do PA RR 170 e do PAD Anauá. Devemos acrescentar, porém, que o uso dessa categoria sempre foi recorrente nas falas de dirigentes da FETAG e da CAR, bem como de membros da CPT e, também, de servidores do INCRA. Essa expressão parece consagrada no vocabulário da sociedade roraimense para identificar as pessoas que vivem no interior do Estado e, especialmente, nos assentamentos. Em alguns momentos, o termo é usado de forma pejorativa e, em outros, para vincular essas pessoas aos projetos de colonização de que elas fazem ou fizeram parte. Em certos casos, os assentados se identificam como colonos em distinção àqueles que são fazendeiros, ou seja: é *colono* aquele que ocupa um lote e não possui nenhum tipo de equipamento (fora as ferramentas tradicionais) para realizar suas atividades na terra, ao passo que *fazendeiro* é aquele que possui uma quantidade de terras maior, cria gado e já possui uma produção mecanizada.

Em contraste, a expressão *trabalhador rural* foi utilizada pelos representantes de praticamente todos os diferentes movimentos e entidades com que mantivemos contato durante o desenvolvimento da pesquisa. O uso mais generalizado desse termo talvez se explique e justifique porque a expressão veicula um conteúdo mais neutro que o dos anteriores, por meio do qual são identificados todos os que simplesmente estão no campo, independentemente de serem proprietários de lote, diaristas ou assalariados rurais.

Desse modo, fica patente que as categorias utilizadas pelas entidades ou movimentos sociais fazem parte do seu recorte ideológico, ou melhor, funcionam como ferramentas para delimitação dos diferentes recortes ideológicos e tradições discursivas a

que se filiam.

Adotaremos no presente trabalho a categoria de *camponeses*, atribuindo ao termo uma perspectiva mais generalizante. Por meio desse termo concebemos parte da sociedade que busca na terra uma maneira de viver, um espaço para produzir seus alimentos, ou seja, um lugar para produção da vida, não completamente autônomo do mercado, mas que consegue estabelecer certa autonomia quanto ao seu modo de vida, à definição de quantas horas trabalhar numa jornada, bem como sobre o que produzir e, sobretudo, como produzir (MARTINS 2003c; 1973), mas que não se propõe a romper o sistema imposto pelo capital e sim apresentar uma ética que imponha limites à expansão capitalista (MARTINS, 2003c).

É nesse patamar que os camponeses tem contribuído com suas reivindicações para o desenvolvimento de políticas públicas. Essa situação se torna mais clara quando observamos as mobilizações dos camponeses em busca de seus direitos, seja nas marchas por reforma agrária, seja nos bloqueios de estradas ou nas ocupações de prédios públicos, especialmente da sede do INCRA em Roraima.

Já a categoria *assentados* será utilizada em sentido mais específico: para designar todo aquele que, na condição de sujeito social, participa de um projeto do governo e que está estabelecido em uma determinada área de assentamento (CARVALHO, 1999).

O trabalho das entidades e movimentos sociais que mobilizam os homens e as mulheres que vivem no campo tendem a buscar a construir uma identidade entre essas pessoas com o fito de possibilitar uma atuação de forma coletiva. É um processo de reconhecimento do próprio indivíduo dentro de um determinado grupo, de uma comunidade ou dentro de uma classe social, pois nem sempre o indivíduo se reconhece ou se identifica e um certo conjunto, mesmo ele estando lá participando, vivendo, compartilhando de uma realidade. A experiência da pesquisa nos alertou para o fato de que se torna muito mais fácil alguém de fora percebê-lo como integrante daquela situação ou circunstância do que o próprio sujeito se reconhecer como parte dela.

Desse modo, buscamos em Castells uma melhor compreensão do sentido de identidade: “Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais.” (CASTELLS, 2003, p. 57).

Segundo esse autor, a busca de uma determinada identidade não implica em um processo de individualismo ou exacerbação do indivíduo; trata-se, porém, da realidade de

uma época onde as soluções dos problemas enfrentados por cada um são resolvidas muito mais por meios individuais do que por soluções coletivas - e isso acaba por atingir inclusive os movimentos sociais. A disciplina imposta aos trabalhadores durante o processo de reestruturação do capitalismo, durante as décadas de 1980 e 1990, épocas de maior produtividade e competitividade, abalou as organizações de trabalhadores, levando as pessoas a procurarem soluções individuais para os seus problemas. Assim é que a busca de identidade não pode ser vista como contraditório ao individualismo, mas um traço de nossa época. “Ademais, quando as redes se difundem, seu crescimento se torna exponencial, pois as vantagens de estar na rede crescem exponencialmente, graças ao número maior de conexões (...)” (CASTELLS, 2003, p. 109).

Portanto, participar de uma entidade, de um movimento, são atitudes que podem trazer vantagens individuais. Por outro lado, isso permite a interação de grupos e de pessoas das mais diversas regiões, culturas, etnias e perfil econômico, tendo em vista que as entidades e movimentos estão integrados em redes maiores que possibilitam uma articulação e, em certas circunstâncias, a divulgação de determinados embates. Nesse tipo de dinâmica é que se torna possível a geração de apoio e de solidariedade de diversas organizações, dos mais distintos lugares, para uma determinada comunidade ou grupo, que passa por uma situação de conflito.

Faremos a seguir, ainda que de forma breve, uma exposição sobre a situação dos movimentos sociais, entidades e organizações que estabelecem uma mediação entre as famílias assentadas, o Estado e a sociedade.

De acordo com Santos (2006), foi no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 que o movimento sindical rural começou a se articular, especialmente no sudeste do estado de Roraima. A partir dessa mobilização, que contou com o apoio da CPT do estado do Amazonas, surgiu o embrião da FETAG-RR, do MMC e da própria CPT local, pois, segundo a autora, foi nessa região que ocorreram as primeiras mobilizações e reuniões para a construção dessas entidades e movimentos.

Porém, entre aquela arregimentação e a fundação da FETAG-RR transcorreram alguns anos, pois apenas no ano 2000 é que efetivamente foi criada a Federação dos Trabalhadores Rurais de Roraima de acordo com Santos (2006) e com a entrevista realizada com o Sr. Luiz Carlos Gomes (2008).

A FETAG tem sua base territorial estendida a praticamente todo o estado de Roraima. No entanto, essa entidade conta

(...) com doze sindicatos rurais em doze municípios, apesar de o estado de Roraima contar com quinze municípios, pois existem três municípios que predomina a população indígena e, aí, nós não temos sindicato, porque aí são as próprias organizações indígenas que tomam de conta da sua população (Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Gomes, 2008).

Assim, a Federação é formada por doze STRs e atende a um conjunto de 38 mil famílias. Porém, segundo seu presidente, cada sindicato tem em média 2.000 mil filiados. Mas, na prática, a considerar as contribuições, esses números são bem inferiores: para tanto há de se considerar que se trata de uma entidade nova, que está se estruturando:

Nós temos sindicatos aqui com 20 anos, a CUT tem 10 anos e nós apenas 8 anos. Então, você vê que a gente precisa ainda de uma maior organização, nos fortalecermos mais ainda para que a gente possa chegar a dizer assim: a agricultura familiar no estado de Roraima é politizada e está organizada. Nós estamos nesse processo ainda de chegar a esse ponto, quando nós chegarmos a esse ponto você pode ter certeza que aí a organização da produção chegou também. (Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).

De acordo com o presidente da FETAG essa entidade tem sua diretoria eleita em seu congresso estadual, com um mandato de quatro anos e é formada por um presidente, mais cinco secretarias e três coordenações, além da tesouraria.

Uma questão que nos chamou atenção foi o fato da FETAG-RR não contar em sua base sindical com trabalhadores assalariados. Na verdade existe a presença marcante de camponeses e produtores de base familiar, uma característica do movimento sindical rural brasileiro, como podemos observar na seguinte citação:

(...) a principal base social e os principais quadros dirigentes que se firmaram ao longo dos trinta anos de trajetória desse movimento foram os produtores familiares de diferentes origens, e não os assalariados rurais. Ao contrário da experiência da maioria dos países desenvolvidos e dos países da periferia, no Brasil essa representação se deu de uma maneira muito particular. Enquanto os europeus se reuniram em cooperativas ou organizações profissionais, e enquanto em boa parte da América Latina essa associação se deu mediante os movimentos camponeses ou frentes agrárias, no Brasil tais grupos sociais aglutinaram-se em torno dos sindicatos (FAVARETO, 2006, p. 27).

A presença do trabalhador assalariado no quadro de sindicalizados da FETAG é nulo; portanto, constatamos a existência de um movimento sindical sem trabalhadores assalariados. Atualmente a Federação está se organizando para receber esse trabalhador, como explicita a fala abaixo transcrita:

Agora nós temos um público quase equivalente a esse que é o chamado assalariado rural. A FETAG/RR na semana passada, que você esteve presente,

tivemos um curso para que o nosso sindicato comece a lidar com esse público que é o assalariado rural, já fomos procurados por várias empresas como o Walter Wogel e outras aí para fazerem desconto sindical dos seus assalariados, e nós estávamos, para você ter uma idéia de como nós somos tão jovens nesse processo, ainda pleiteando esse curso para poder lidar com esse processo e fazer as renegociações com as empresas. Nós temos um público muito grande que é esse e não está sendo contabilizado, hoje com essa modalidade que foi proposto por nós também e que foi aceito pelo governo federal que a gente pode fazer contrato de até um dia, serviço de um diarista e isso conta para ele em sua aposentadoria e a família rural não perde a qualidade de assegurado se contratar ele ou ela por até 120 dias por ano. Então nós temos muito essa gente, os vaqueiros, o pessoal da acácia, o pessoal da cana, do arroz, da soja etc., que é o nosso público é o assalariado rural, então a FETAG ainda está começando agora a partir desse resto de ano e o ano que vem, se organizar nesse processo com o assalariado rural e eu tenho certeza que nós vamos dobrar o número de sindicalizados (Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).

Dessa forma, a realidade é que, até então, as ações da FETAG no estado de Roraima estavam direcionadas para as famílias assentadas em projetos do INCRA. Essa entidade faz duras críticas a atuação do INCRA:

O INCRA na verdade era para ser o principal parceiro da agricultura familiar nos projetos de assentamento de reforma agrária, mas pela própria estrutura interna do INCRA se torna o principal inimigo da agricultura familiar e de projetos de reforma agrária. O déficit do INCRA com a agricultura familiar é muito grande e muito antigo, eu aqui não estou me relacionando ao atual superintendente, eu estou fazendo uma crítica em cima do processo burocrático interno do INCRA. O INCRA hoje não consegue fazer um projeto de assentamento da reforma agrária, mas sim favelões agrários. (Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).

Apesar disso, a FETAG-RR se identifica com o discurso do governo federal quando adota a expressão agricultura familiar, pois essa é a forma preferencial utilizada pelo governo federal de identificar as várias categorias que estão produzindo no campo. Trata-se de uma herança da época de FHC, mas que já permeava os discursos do PT, da CUT e da CONTAG na década passada, como vimos no capítulo anterior. A aproximação da FETAG com o governo federal fica patente na avaliação que o presidente dessa entidade faz do governo:

O governo federal vem nos atendendo, é como eu falei, o presidente da República é um sindicalista nato, que revolucionou o movimento sindical e ele tem respeitado o movimento sim, pois as nossas propostas vêm sendo atendidas. Tenho certeza que os outros movimentos organizados que têm proposto ele tem atendido. O que nós temos e que ainda deixa a desejar, a política está construída, está pautada e tem as condições reais de acontecer, o que nós temos é esse meio até chegar ao público alvo a política tem vários caminhos a percorrer e nesses caminhos é que se perde alguns momentos importantes dessa política, mas o governo federal tem atendido sim e tem efetivado as políticas (Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).

Outra entidade que desenvolve uma articulação com as famílias assentadas e reconhecida por parte da sociedade e do próprio Estado é a CAR, pois esta tem sua base de sustentação nas associações e foi constituída exatamente para que as associações tivessem uma representação em âmbito estadual.

A CAR, por seu turno, é uma entidade que representa as famílias assentadas no estado de Roraima. Seu organograma conta com um presidente eleito em assembléia, com mandato de quatro anos, e o restante da diretoria é formada pelo vice-presidente, secretários e tesoureiro. A Central foi fundada no mês de abril de 2000 e teve apoio dos STR's do estado e, principalmente, da CPT-RR. É uma das entidades mais conhecidas entre os assentados em que aplicamos os questionários. Esse reconhecimento da CAR tem relação com os dois Projetos de Assentamento existentes em Boa Vista, PA - Nova Amazônia (Murupu) e PA – Nova Amazônia I (Truaru). Essa entidade teve participação direta na mobilização das famílias que acamparam em frente à antiga Fazenda BAMERINDUS e pressionaram o INCRA para assentá-las, pois eram pessoas já cadastradas no programa de reforma agrária do governo anterior e que não tinham recebido nenhuma garantia que seriam efetivamente assentadas.

O MMC tem suas raízes no Estado desde a década de 90 do século passado, pois antes do estabelecimento desse movimento as mulheres já se organizavam na Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, conforme demonstra Santos:

(...) nós começamos a articulação ainda em 1997, enquanto movimento de mulheres trabalhadoras rurais de Roraima, mas com o processo de unificação das organizações de mulheres da roça no Brasil nós passamos a MMC, que tem sua fundação em 05/03/2004, em Brasília com 1.400 mulheres de 14 estados e Roraima estava presente com 8 companheiras (Entrevista realizada com a Sra. Rosângela Piovizani Cordeiro, 2008).

Em Roraima o MMC tem apoiado a luta pelo acesso democrático à terra, pelos direitos das famílias assentadas, mas, principalmente, tem lutado em defesa dos direitos das mulheres, a fim de que, no processo de organização das famílias assentadas, as mulheres tenham seu espaço garantido. Também carrega a bandeira da transformação da sociedade capitalista e defende que esta seja realizada por uma via onde a questão de gênero seja considerada e respeitada. Além disso, aborda um aspecto marcante, que é a disputa de território com o agronegócio, pois o MMC está preocupado com a soberania alimentar:

é uma disputa de território contra o capital, os grandes projetos estão chegando no estado, são as fazendas de gado, é a soja, é o arroz, é a celulose com a acácia, e agora o etanol com a cana-de-açúcar. Então nossa preocupação é com a soberania alimentar, nós precisamos estar atentos porque se não nós vamos produzir para exportar e vamos comer o que? Hoje você tem agricultor que aluga seu lote que foi transformado em pasto pelo fazendeiro e vive em um quintal que não produz nem uma macaxeira, isso não é vida. A visão do lucro é muito forte, porque ai eu alugo meu pasto e não preciso trabalhar, o que não é bem assim. (Entrevista realizada com a Sra. Rosângela Piovizani Cordeiro, 2008)

Por seu turno, o MST chegou ao estado de Roraima no ano de 2006 e trouxe consigo o modelo de organização nacional. Não obstante, em razão do número de militantes e da base de apoio ainda serem reduzidos, nem todas as instâncias do movimento foram constituídas. A instalação do MST em Roraima foi uma decisão da coordenação nacional do movimento, patrocinada pela coordenação do estado de Pernambuco. Por causa disso é que quase a totalidade dos quadros desse movimento, que formam a coordenação estadual, é oriunda desse Estado.

Assim, podemos afirmar que a presença do MST em Roraima faz parte da estratégia de territorialização desse movimento em todo o país: o Estado é a vigésima quarta unidade da federação em que o movimento se organiza. Surgiu também como forma de contrapor à opção adotada pelo governo estadual em apoiar o avanço do agronegócio (CARDOSO, 2008).

Para consecução de seus objetivos, o MST vem, desde 2006, realizando uma série de ocupações, especialmente, em terras da União. Porém algumas propriedades também foram ocupadas e, conseqüentemente, foram estabelecidos acampamentos, como forma de pressionar o INCRA a ter maior agilidade nos processos de assentamentos das famílias e também ser mais célere na regularização das parcelas e na liberação dos vários créditos de apoio às famílias assentadas.

Finalmente, a CPT vem mantendo presença no estado de Roraima desde o final dos anos 70 do século passado, primeiramente com apoio da CPT regional do Amazonas. A entidade atua especialmente na região Sul e Sudeste do Estado, auxiliando a organização das famílias de migrantes que chegavam para ocupar parcelas dos projetos de colonização. Outra frente de atuação se concretiza por meio do apoio, da organização e do estabelecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais. (SANTOS, 2006; Entrevista realizada com a Sra. Rosângela Piovizani Cordeiro, 2008).

Como entidade com sede no estado de Roraima, a CPT se constituiu em 1995, quando foi realizada sua primeira Assembléia estadual e eleita sua primeira coordenação. Sua estrutura é organizada por coordenações e conta com a participação de religiosos e

leigos. Assim como ocorreu no Amazonas, no princípio da presença dessa entidade no estado de Roraima, a CPT-RR passou a atuar no apoio às entidades e movimentos sociais rurais. Dessa forma, apoiou a criação da FETAG, da CAR, do MMC e, mais recentemente, do MST, assim como prestou auxílio para o estabelecimento de vários sindicatos rurais e de associações de agricultores familiares.

Esses movimentos e organizações estão fundados nas famílias assentadas nos projetos de assentamento do INCRA e do governo do estado, assim como nos demais agricultores de base familiar. Como já afirmamos anteriormente, trataremos apenas dos projetos vinculados ao INCRA, mas os resultados de nossa pesquisa podem indicar a realidade do estado de Roraima de forma mais ampla.

4.3 TRAJETÓRIA E MOBILIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

A composição das famílias beneficiárias dos projetos do INCRA no estado de Roraima representa bem a realidade da Amazônia nos últimos 40 anos, pois demonstra os grandes deslocamentos ocorridos para essa região, ocorridos pelos mais variados motivos, dentre os quais se destaca a questão da agricultura e da posse da terra. Em nossa pesquisa encontramos pessoas de todas as regiões do país. Apesar disso, algumas unidades da federação marcam uma maior presença na constituição dos assentamentos, conforme indica o Gráfico 4.

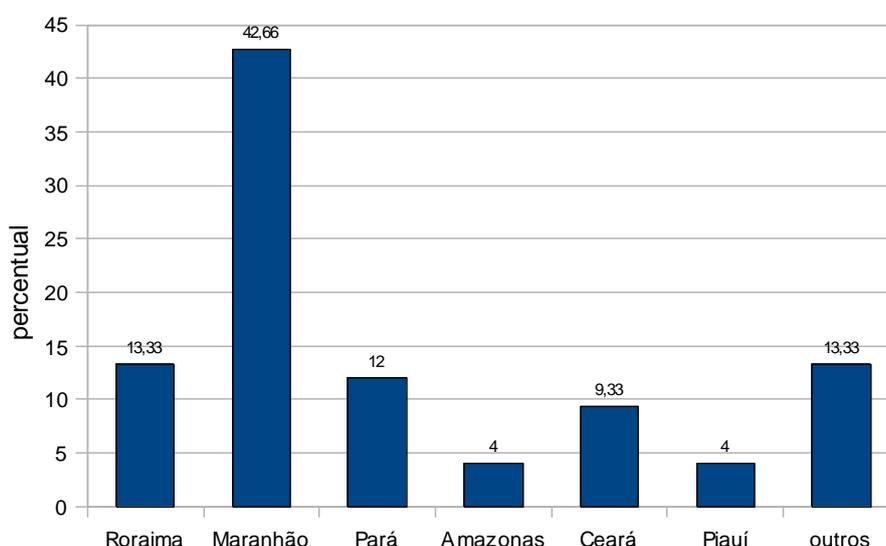


Gráfico 4- Estado de origem do assentado.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Há uma predominância nordestina na migração para Roraima; porém como observamos no gráfico acima, destacam-se os maranhenses Essa é uma tendência que segue o perfil populacional do estado: os nascidos no Maranhão compõem 22,71% do total da população, que é de 395.725 habitantes, segundo os dados do IBGE (2007b).

Essa participação dos maranhenses na composição populacional do estado de Roraima já foi destacada por outros autores:

O Ano de 1982 pode ser um marco ou até mesmo um divisor de águas para entendermos a ocupação dessa vicinal. A política implantada pelo governador Otomar de Souza Pinto atraiu muitas pessoas para Roraima, pelas inúmeras vantagens oferecidas aqueles que chegavam de outras regiões do Brasil, a grande maioria deles do Nordeste, principalmente oriundos do estado do Maranhão (CAVALCANTI, 2006, p. 25).

Mais recentemente, Vilhena Júnior (2008) destacou a presença maciça de maranhenses num estudo sobre a trajetória das famílias do PA - Ajarani. O autor constatou que quase 50% das famílias era natural do estado do Maranhão:

A presença do maranhense na região pode ser percebida, como vimos no capítulo anterior, pela própria origem do município de Iracema, que inicialmente era conhecida como Vila dos Maranhenses ou Vila dos Pretos, portanto confirma uma tendência de migração para Roraima tendo no estado do Maranhão, seu maior fornecedor de trabalhadores rurais, garimpeiros que terminam seu ciclo migratório aqui. Ao se conversar um pouco mais profundamente com os acampados descobre-se que, entre eles existem parentes, amigos, conhecidos que avisam sobre a possibilidade de se obter um lote (VILHENA JÚNIOR, 2008, p. 83).

Houve uma propaganda realizada pelo governo de estado de Roraima para atrair migrantes de outros estados, inclusive com a colocação de anúncios divulgando que em Roraima havia disponibilidade de terras e que o governo oferecia facilidade para quem quisesse se estabelecer na agricultura (VALE, 2005). Essa ajuda em certos casos considerava o pagamento do deslocamento de famílias inteiras para Roraima. Porém, ao chegarem aqui a assistência não passava da doação de um lote, na maioria das vezes irregular, de redes de dormir e algumas sementes de feijão e milho:

o problema da migração de pessoas foi o primeiro, o estado de Roraima precisava ter gente para poder ter recursos federais, então se buscava de navio, se buscava de todo jeito gente para encher e jogava lá e lá deixava, aí as pessoas quando se tocavam para coisa, abandonavam a propriedade rural e vinham para cidade. (Entrevista realizada com o Sr. Luiz Carlos Gomes, 2008)

Dessa situação resta a certeza de que as condições precárias em que muitos migrantes viviam em seus estados de origem eram fatores determinantes para o seu deslocamento: “A migração maranhense para Boa Vista é fruto do atraso na região de origem (Maranhão) e também compreende fatores de ordem econômica, política, subjetiva e social, que fizeram muitos de lá partirem.” (RODRIGUES; SOUZA, 2008, p. 325).

Além disso, podemos afirmar que a expropriação da terra no estado do Maranhão foi, sem dúvida, um dos fortes fatores para o deslocamento de milhares de maranhenses para Roraima. Após a construção da Belém-Brasília ocorreu uma transferência de fazendeiros do Centro-Sul do país para o oeste do Maranhão, havendo uma apropriação privada de áreas públicas que foram destinadas para criação de gado em detrimento da uma cultura camponesa, além do próprio processo de urbanização daquele Estado, ocorrido a partir de 1973 (SILVA apud CAVALCANTI, 2006). Almeida (apud FIGUEIREDO, s/d) ainda aponta o Maranhão como “exportador de tensões sociais”, pois, segundo este autor, 70% dos assentados no estado de Roraima tem origem maranhense.

Também registramos a presença de maranhenses durante as Oficinas promovidas pela CPT, nas atividades do *Programa Jovens Camponeses*, que eram direcionadas para jovens moradores de assentamentos. Em três oportunidades, observamos que mais de 60% dos participantes eram nascidos no Maranhão, inclusive os três dos articuladores dessa ação da CPT com quem mais mantivemos contato.

As dificuldades vividas pelos migrantes em seus locais de origem podem ser compreendidas a partir das falas dos nossos entrevistados:

A dificuldade, a fraqueza, a pobreza a miséria que eu vivia naquele tempo que eu não tenho vergonha de lhe contar que a roupa que eu ia pra roça eu ia para missa, para festa se fosse o caso, que eu não ia mas se fosse o caso, a roupa de eu ir para minha rocinha era roupa que eu ia para missa porque eu não tinha outra para trocar. Eu via meus filhos naquele tempo, a minha família era pequena só eram 5 crianças, eu via a minha mulher lavar o arroz, botar a água para assentar pra poder banhar a criança, porque não tinha água no lugar que a gente morava. Era tão difícil a água, que era um povoado de 604 moradores e só tinha 3 poços para atender esse povo todo, você entrava 1 hora da manhã e quando era essa hora [8:00] que você ia sair com sua latinha d'água. Ai vendo essa situação eu resolvi sair (Entrevista realizada com o Sr. José de Ribamar Araújo, Velho Riba, 2008).

A situação de pobreza e miséria vivenciada por muitos migrantes, o quadro de expropriação e violência e também o desejo de conquistar um pedaço de terra para trabalhar e estabelecer sua família fez com que muitas pessoas se deslocassem pelo interior do Brasil: os migrantes que aqui chegaram também realizaram uma longa

trajetória. O Gráfico 5 nos ajuda a visualizar esse quadro:

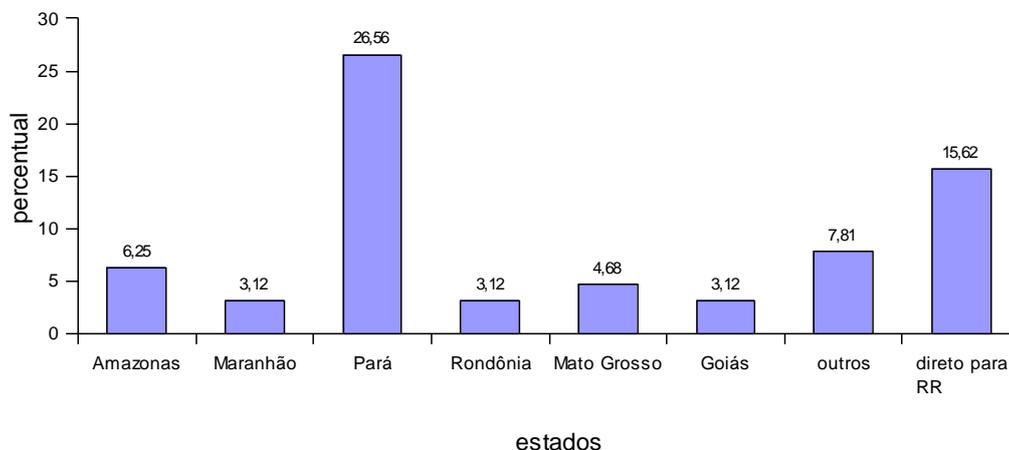


Gráfico 5 – Estados que residiu antes de chegar a Roraima.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Os números apresentados no gráfico indicam a realidade dos migrantes e apontam uma tendência muito forte em relação aos diversos caminhos percorridos pelos que aqui chegaram. Assemelham-se, todavia, a outras pesquisas, tanto em termo de origem das famílias, como do número de mudanças até chegarem em Roraima (CRÓCIA, 1995; DINIZ, 1998).

O estado do Pará, uma das regiões de maiores conflitos agrários do país, é um dos pontos de passagem mais citados entre as famílias com que aplicamos os questionários. Durante a pesquisa entrevistamos pessoas que chegaram a residir no Pará; porém não conseguimos detectar se o motivo da saída desse estado foi relativo à violência no campo. Alguns remetem ao garimpo a causa da passagem pelo estado do Pará:

Lá no maranhão onde eu fui criado as coisas foram ficando difíceis para alguém conseguir um pedaço de terra, então a vida era um pouco precária, ai eu achei melhor sair em busca de melhorar como todos fazem, isso foi por volta de 1976. Então mudei para o estado do Pará, onde passei 12 anos trabalhando no garimpo, depois disso vim para Roraima (Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008).

As famílias assentadas nos projetos do INCRA que fizeram parte de nossa pesquisa apresentaram essa trajetória. Mas também entrevistamos lideranças dos movimentos sociais que viveram em outros assentamentos e apontam a mesma realidade:

Cearenses, piauienses, paraibanos, maranhenses, mineiros, paulistas, muita gente

que já tinha vindo de uma migração do Mato Grosso, de outros estados para Rondônia e de lá vieram para Roraima eu acho que a maioria passou por esse caminho. Roraima não era o primeiro estado de migração. O pessoal que vinha do nordeste passava sempre pelo Pará ou Tocantins e depois Roraima. E na comunidade sempre que a gente fazia um encontro a gente pedia para as pessoas dizerem o nome e o estado por onde andou e sempre as pessoas tinham passado por três ou quatro estados antes de vir para Roraima (Entrevista realizada com a Sra. Rosângela Piovizani Cordeiro, 2008).

Em seus estudos sobre a realidade camponesa no Brasil, Martins (1997, p.175) destaca esse constante deslocamento dos camponeses: “Quando não integrados no mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para ‘fora’ da fronteira econômica ou para ‘dentro’ como assalariados sazonais. Se encontram terra livres mais adiante, continuam a tendência migratória, mesmo que para pontos mais distantes”. Para muitos camponeses, Roraima se tornou a possibilidade de encontrar essa terra livre.

Nas falas de crianças de vários grupos de camponeses que percorriam as áreas da frente de expansão, Martins (1997) percebeu que existe certo protagonismo coletivo, manifestado no fato de que, embora haja uma separação momentânea da comunidade, da família, do grupo, ainda assim existe um contato, a despeito das distâncias percorridas na frente de expansão. Existe, por fim, a certeza de que, em algum momento, o grupo ou parte dele voltará a se reunir, mantendo uma vida em comunidade. Essa é uma observação que tem validade, sobretudo, para os grupos que têm origem no nordeste brasileiro; porém, não é uma exclusividade destes, haja vista que são tradições que atravessam o país deste o período colonial. Esses vínculos familiares e de amizade pode ser observado na seguinte fala:

eu nasci no interior do Maranhão, no meio da agricultura, nunca me acostumei com a cidade, se você é acostumado com o interior nunca vai se acostumar com a cidade. Então eu com 8 filhos, eu e a mulher, 10 pessoas, na cidade eu só trabalhando e segurei a peteca graças a Deus, segurei e criei e hoje está tudo por aí, criado por mim e pela mulher. Ai depois de um certo tempo comecei a sonhar com o negócio de roça, ai comecei a desanimar do trabalho na cidade e botar na cabeça que tinha de ir para o interior. Como a minha mãe já morava aqui [em Roraima] e me escrevia: vem aqui, vem me visitar. Ai eu vim, gostei das matas, tinha uns amigo que moravam aqui e ainda tenho, e diziam rapaz vem embora para cá, arruma um terreno aqui (Entrevista realizada com o Sr. José Ribamar de Araújo, Velho Riba, 2008).

Com o resultado da aplicação dos questionários, pudemos observar que o convite da família realmente impulsionou muitos assentados a se deslocarem para Roraima, como pode se observado no gráfico abaixo. Mas o desejo pela conquista da terra também ficou registrado em nossos dados, como indica o Gráfico 6:

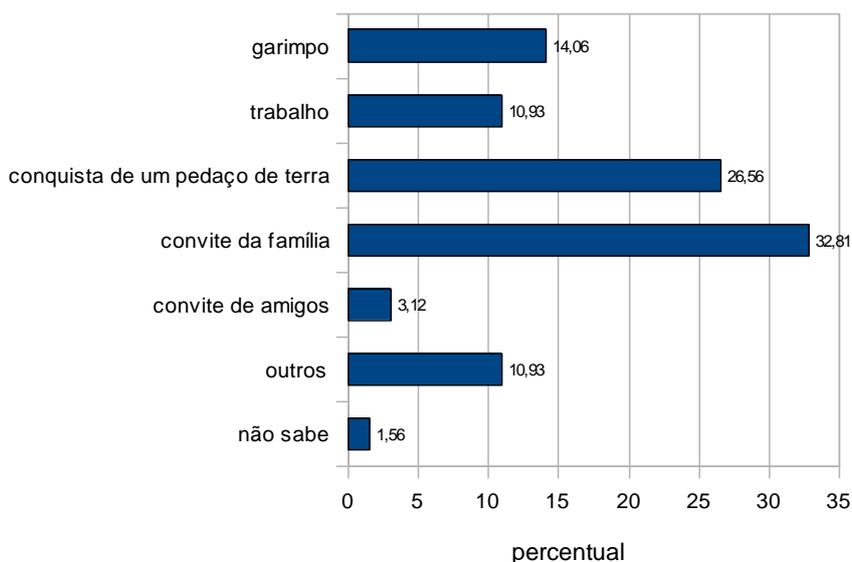


Gráfico 6 – Motivo para migrar para Roraima.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Martins observa como “é notável a circulação de informações sobre terras livres ou presumivelmente livres, entre camponeses, centenas de quilômetros adiante. A teia de relações de parentesco e de compadrio se encarrega de difundir as informações sobre localização de novas terras que ainda podem ser ocupadas. O que é facilitado pelo lento deslocar de fragmentos de grupos familiares desses camponeses.” (MARTINS, 1997, p. 175).

Além dos dados coletados ao longo da pesquisa convivemos com muitas famílias assentadas, seja do Nordeste, do Sul ou de outras regiões. Por meio dessa convivência, pudemos constatar que realmente é muito comum encontrar pessoas que se deslocaram da maneira observada por Martins: alguns seguem na frente e os outros, anos depois acompanham o grupo ou a família, e assim por diante.

O caso de deslocamento mais recente com que tivemos contato, e que não seguiu exatamente aquele modelo descrito por Martins (1997), realizado por pessoas associadas, foi com um grupo de 62 famílias gaúchas que estavam buscando terras pelo país, tendo em vista que suas propriedades no Rio Grande do Sul já não eram suficientes pelo crescimento das famílias, pois eram pequenos proprietários, de 10 ha ou menos.

Elas formaram uma cooperativa e enviaram representantes para várias regiões do país, até que chegaram a Roraima, contactaram com o INCRA e com o governo do Estado, receberam algumas promessas, como no passado foi feito para outros grupos, e

assim se deslocaram. Segundo nossos informantes, foi acertado que eles receberiam 100 ha de terra, livres de reserva ambiental. Além disso, deveria ter assistência técnica; financiamento para instalação, via créditos da reforma agrária; maquinário da antiga fazenda BAMERINDUS,¹ entre outros benefícios. Ao chegarem encontraram, entretanto, uma situação adversa: os lotes agora seriam de 100 ha, no entanto teriam que respeitar a área de preservação ambiental; o maquinário já não estava disponível, pois já estavam cedidos para o Exército ou completamente depredados; os poucos que restaram foram consertados pelos próprios migrantes e foram utilizados pelos agricultores para abrirem as vicinais que dariam acesso aos seus lotes de terra, bem como para arar e gradear a terra:

Lá nós estávamos muito explorados, apertados, a terra lá é pouca e o custo é muito alto. E a gente sempre pensa em crescer na vida. Foi onde surgiu a idéia de criar a cooperativa. Surgiu a partir de conversas entre amigos, compadres, companheiros, ai cada um puxou um dinheiro e montamos a cooperativa. Ai partimos para procurar terra, no Mato Grosso, Piauí, por essa região toda. Ai veio o nosso pessoal aqui, conversou com governador, com INCRA, e descobriu essa terra aqui. Ai voltaram para o Rio Grande do Sul com a boca na orelha, muito contente. E nós gaúchos, com vontade de trabalhar, trabalhador, e uma oportunidade dessas. Fizeram um bocado de promessas, prometeram 100 ha a mais, ai quando chegamos já não tinha mais os 100 ha, ai começou o conflito com INCRA e as coisas começaram andar para trás. Não tínhamos conhecimento sobre a terra, plantamos de forma errada e assim por diante; poucos estão morando ai dentro, porque não tem condição de ficar ai dentro. Ainda enfrentamos problemas com o pessoal daqui, porque no início diziam que tinha chegado uma turma de gaúcho rico que ia tomar o assentamento deles; mas hoje isso acabou, viram que nós éramos agricultores, trabalhadores, que tínhamos um dinheirinho contado. E no fim essa cooperativa foi um desastre, ainda existe, mas houve problemas com dinheiro. (Entrevista realizada com os Srs. Geraldo Troian e José Carlos Treto, 2008)

Sobre a chegada desses gaúchos, também ouvimos o atual presidente da Central dos Assentados de Roraima, que na época era acampado exatamente na área em que esses sulistas estavam chegando, fato ocorrido no inverno de 2005.

Esse grupo foi muito polêmico na época, era tempo de inverno, nós ainda estávamos acampados e a notícia que correu foi que um grupo de agricultores do Sul estavam vindo desenvolver a monocultura aqui, iam tomar de conta a nossa

¹ No momento em que essa fazenda foi incorporada ao patrimônio da União como parte do pagamento da dívida que o Banco BAMERINDUS tinha com o governo federal, havia uma série de máquinas e implementos agrícolas (tratores, caminhões, etc...), além de uma quantidade razoável de animais, aproximadamente 6.000 cabeças de gados. Segundo as declarações do presidente da CAR (em entrevista concedida ao autor) e informações verbais de antigos moradores da fazenda e de servidores do INCRA, houve uma série de desvios de animais para propriedades particulares e muitas máquinas foram desmontadas e apropriadas indevidamente por algumas pessoas, caso que virou processo interno naquela autarquia, investigação do TCU e Ministério Público Federal, além de inquérito na Polícia Federal. Também foi assinado convênio entre o INCRA e o Exército para demarcação das parcelas nos dois assentamentos que foram criados nas áreas da antiga fazenda, dispondo o Exército de parte significativa de caminhões e tratores em contra partida aos serviços prestados.

área e transformar nossa área em monocultura do arroz. Isso gerou uma situação muito feia, porque esses companheiros do Sul venderam as propriedades deles de 5, 6, 10 hectares com a promessa já inclusive feita pela FETAG, pela CAR e se não me engano o próprio MST antes de vir eles entraram em contato com esse pessoal e firmaram acordo que essas pessoas iam produzir no lavrado e teria esse assentamento aí. Aí houve vários comentários e quando a gente estava indo dizer para o nosso pessoal que eles eram agricultores como a gente, chegou um maquinário, tratores, caminhões aí a gente parou e disse não, esse pessoal aí é arroteiro mesmo e vão querer tirar a gente daqui. Aí ficou aquela coisa meio hostil com os gaúchos, inclusive o pessoal da CAR na época fez uma campanha para mandar esse pessoal embora. (...) Então nessa época aí eles passavam no caminhão e muitos de nós lá falávamos vamos fazer uma emboscada e meter fogo nesses carros deles porque eles querem tomar esse assentamento da gente. Aí ficou uns dois lá [no Truaru] e o resto veio para o Murupu e foi também uma outra situação que eles conseguiram um mapa, eles mesmos fizeram um mapa, de lote de 100 ha no Murupu onde o maior lote era de 30 ha, isso gerou no início uma situação muito desagradável com esses companheiros que vieram do Sul.(...) Aí onde tinha denominado gaúcho as pessoas ficavam meio desconfiadas, tanto é que eles ficaram meio isolados lá no pólo 5 do Murupu. Mas depois houve um racha entre eles, coisa forte mesmo, porque o projeto era para comprar terras com título definitivo e não ser assentado, aí criaram outra cooperativa. Alguns já retornaram para o Sul, outros ainda estão aí progredindo na medida do possível. (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008)

Esse é um episódio da questão agrária em Roraima que demanda a realização de um estudo mais aprofundado, uma vez que a chegada desse grupo no estado não era apenas uma iniciativa particular, pois além do contato com o governo do estado e a SR 25, houve articulações com o INCRA nacional:

A notícia que corria é que essa turma de gaúcho tinha uma proximidade com o presidente do INCRA, pois eles tiveram um acompanhamento do INCRA nacional, porque eles conseguiram os créditos da reforma agrária rapidamente, crédito instalação, crédito apoio, crédito habitação, fomento, deslançaram, coisa que o INCRA não aproveitou para repassar para os demais assentados (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Na fala dos gaúchos e do presidente da CAR percebemos que aqueles foram recebidos como estranhos pelos acampados no PA - Nova Amazônia, e realmente eram, pois chegaram com uma estrutura distinta daquela que os assentados estavam habituados: outro modo de falar, uma outra visão da produção, um tipo de situação já vivenciada em vários assentamentos, como bem assinala o trecho de Breinnesen:

Constituem-se valores fundamentais para essas populações tanto as relações previamente estabelecidas quanto as relações de confiança dela decorrentes; por isso, há uma certa resistência com relação à vinda de famílias de outra localidade, imbuídas, conseqüentemente, de perspectivas ou referências culturais diversas das deles (BRENNEISEN, 2005, p.216).

Essas circunstâncias causam dificuldades para organização e mobilização das famílias, pois o sentimento de desconfiança acaba por afastar os moradores do

assentamento, que já convivem em uma situação de distanciamento físico, por conta dos modelos dos assentamentos que, ainda hoje, primam em afastar as famílias ao invés de aproximá-las.

Outra lição a tirar do episódio dos gaúchos acima apresentado é a forma como o INCRA trata a questão agrária no país. O discurso de diálogo democrático com os distintos setores da sociedade ficou apenas na letra morta do texto do II PNRA. Como observou o presidente da CAR, as coisas são feitas às escondidas, o que contrariava o que estava estabelecido no II PNRA:

A gente foi lá saber quem eles eram, ai disseram quem eram, porque até isso aí o **INCRA naquela forma de fazer reforma agrária muito imposta, de cima para baixo, não comunicou ninguém, ficou aquele coisa escondida** (grifos nossos), ai essas pessoas que vieram seriam prejudicadas (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Também podemos observar nesse caso dos gaúchos, além da falta de políticas públicas que ofereçam tranquilidade e garantias para as famílias assentadas produzirem, a falta de seriedade de certas lideranças políticas, que fazem promessas com aquilo que não lhes pertence, fenômeno que pode ser caracterizado pelo patrimonialismo do Estado brasileiro. Resta disso a certeza de que simplesmente as lideranças não estão preparadas para encontrar soluções de maneira conjunta para as questões que estão postas para as famílias assentadas ou, o que é pior, que efetivamente usam de ma fé para ludibriar e enganar a população.

Outro aspecto relevante a ser assinalado nessa análise sobre os assentamentos em Roraima diz respeito ao período de chegada desses assentados. Como podemos perceber no Gráfico 7, é um movimento intermitente, com um pico nos anos de 1980, acentuação que pode ser compreendida por conta de certos atrativos de Roraima, que vão além da própria criação do Estado, passando pela ampliação da exploração dos garimpos, pela disponibilidade de terras e pela propaganda e incentivos oferecidos pelo governo do estado (RODRIGUES, 1996; SANTOS, 2004; SOUZA, 2001; VALE, 2005).

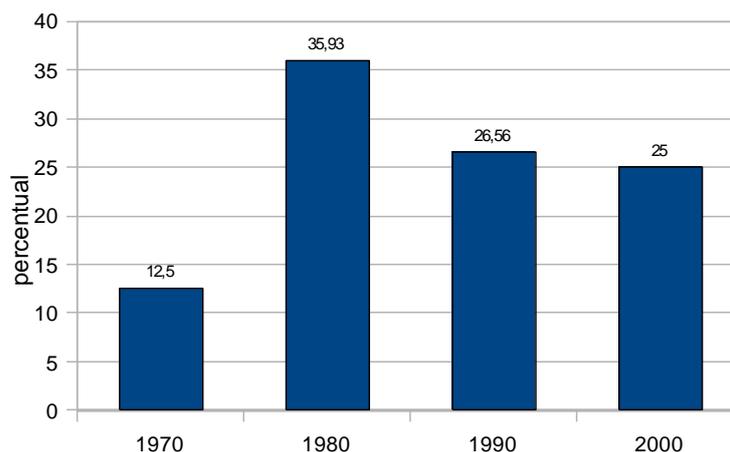


Gráfico 7 – Década de chegada em Roraima
Fonte: Famílias entrevistadas.

Por outro lado, a modernização conservadora da agricultura e a expansão do capitalismo em direção à Amazônia e seus reflexos em Roraima nos permitem compreender melhor o fluxo de pessoas para essa região. Além das várias questões que determinam os deslocamentos na sociedade brasileira, podemos apontar como causa a forte concentração de terras no Brasil, que os seguidos programas de assentamentos implantados ao longo dos últimos anos não conseguiram resolver. Assim, esses programas não dão conta da manutenção das famílias nos projetos de assentamento e nem nas pequenas propriedades, pois a maioria dos programas atendem apenas à primeira etapa de uma reforma agrária, que é a do acesso à terra, a entrega do lote. A falta de continuidade com outros programas que efetivamente formariam uma política de reforma agrária ainda é um fator determinante para migração de milhares de pessoas, especialmente daquelas que estão nas áreas rurais.

No caso brasileiro, nota-se que a concentração da posse da terra se elevou fortemente durante o processo de modernização da agricultura, sobretudo nas décadas de 1960, 1970 e 1980, e continua extremamente desigual até os dias atuais. De acordo com os dados estatísticos oficiais, o índice de Gini² atingiu seu valor máximo em 1975, quando chegou ao patamar de 0,87. No início de 1980, esse valor recuou para 0,82 e em 1995 se situava ao redor de 0,81. Esses indicadores colocam o Brasil entre os países com os maiores índices de concentração de terra do mundo (MATTEI, 2005, p. 180).

Ao longo do processo de chegada a Roraima, na maioria dos casos, a cidade foi o

² Índice que vai de 0 a 1 e quanto mais próximo do número 1, mais forte é a concentração de terras.

ponto de apoio para o migrante, pois é onde estão os principais serviços e onde ele em geral busca informações sobre a disponibilidade de terras na região. Como podemos perceber no Gráfico 8 a maioria dos que responderam o questionário tiveram sua primeira moradia em Roraima fixada em cidades.

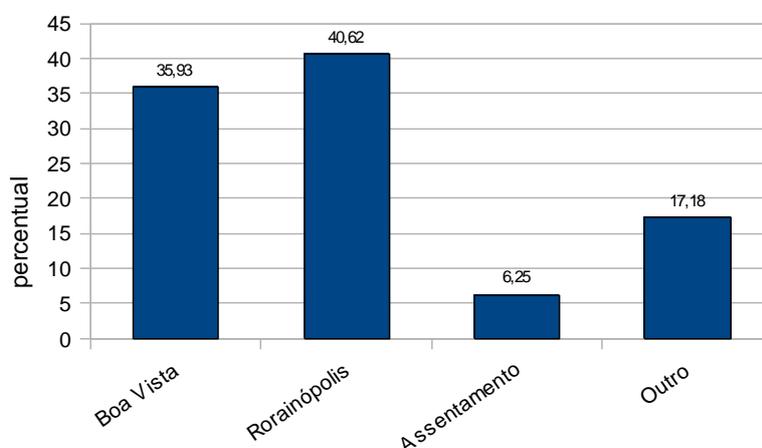


Gráfico 8 – Primeiro local de moradia.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Esse gráfico chama atenção o fato de Boa Vista não ser o principal ponto de referência dos migrantes participantes da pesquisa e sim Rorainópolis, cidade localizada aproximadamente a 300 km da capital. Essa é a primeira cidade que o migrante mantém contato quando chega a Roraima por terra, via BR 174, no sentido Manaus-Boa Vista. Antes de ser a primeira cidade encontrada pelo migrante, é nesse município que se encontra o maior projeto de assentamento do Estado, tanto em extensão quanto em número de famílias residentes, o PAD – Anauá. Contudo há que se registrar que a aplicação dos questionários contou com uma maior participação de assentados dessa região, portanto nossos dados podem apresentar uma certa discrepância com a realidade em face desse detalhe. No entanto, ao analisarmos os dados populacionais do Estado nos dois últimos censos (BRASIL, 2000), perceberemos que o município de Rorainópolis, que em 1991, possuía 5.496 habitantes, pulou para 24.466 habitantes, no ano de 2006 (IBGE, 2008), saltando de oitavo para segundo lugar em número de habitantes em comparação aos demais municípios roraimenses.

De acordo com Diniz (1998), muitos assentados, além de possuir o seu lote de terra, também dispõe de uma casa na vila ou na cidade, situação justificada em virtude das condições precárias que encontramos nos assentamentos.

Uma parcela muito pequena, de aproximadamente 13%, declarou que mudou de assentamento e apontou os seguintes fatores responsáveis pela saída do antigo lote, como mostra o Gráfico 9:

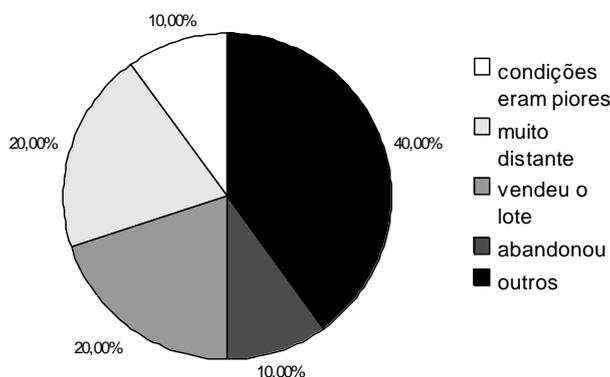


Gráfico 9 – Motivo para mudar de lote.
Fonte: Famílias entrevistadas.

As respostas apresentadas no gráfico acima não dizem respeito apenas aos projetos de assentamento do estado de Roraima, haja vista que algumas famílias chegaram a residir em projetos localizados em outras unidades da federação. Em nossos contatos ouvimos relatos de pessoas que deixaram seus antigos lotes pelos fatores que visualizamos no gráfico acima; porém, ao longo das conversas, percebemos que essas mudanças se davam por conta das dificuldades de escoar o excedente da produção, por doenças, especialmente pela constante presença da malária. Alguns observaram também a quantidade excessiva de insetos, comentando inclusive que a qualidade da terra era muito boa, mas que, em certas épocas do ano, era impossível trabalhar na roça por conta dos piuns.

Outras mudanças se davam em virtude da venda do antigo lote, fato bastante corriqueiro na região, principalmente onde surgem fazendas de criação de gado (Figura 2), sejam aquelas que fazem fronteira com os projetos de assentamento ou aquelas que surgem em meio aos próprios projetos:

“(...) ai a tendência era criar o que hoje nos temos ai que é um fenômeno, as pequenas fazendolas nos projetos de assentamento, que vem o camarada com mais condição compra um, compra outro, compra outro e vai comprando com gado e tudo e se transforma em fazendeiro.” (Entrevista realizada com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).



Figura 2: Criação de gado no PAD Anauá
Fonte: O autor (2008).

Essa situação acaba gerando conflitos entre fazendeiros e assentados, pois os primeiros pressionam os segundos a venderem seus lotes, em alguns casos por meio do poder financeiro e, em outros, pelo caminho da violência, seja cortando a cerca do assentado e deixando o seu gado invadir a roça ou mesmo fazendo ameaças de morte a toda a família. Em algumas circunstâncias, a pressão que foi iniciada com a idéia da compra do lote por um determinado valor acaba realmente sendo concretizada, mas por um valor bem inferior da proposta inicial, pois no começo das tratativas o assentado não aceita a proposta; porém com as constantes invasões de gado e as ameaças de morte, o agricultor acaba cedendo às pressões e oferece o lote para o fazendeiro. Nesse momento, conforme relatado por um agricultor assentado no PA – Paredão, ele passa a oferecer o seu lote e o fazendeiro, que inicialmente era o interessado na transação, inverte a situação como se fosse o assentado querendo se desfazer do seu lote; com isso joga o valor do lote bem abaixo da proposta que havia feito no princípio.

A existência de fazendas próximas aos assentamentos tem gerado uma série de problemas, como observou o presidente da CAR:

a questão da pecuária em área de reforma agrária é um problema, porque ela é devastadora, até mesmo por conta da preservação que só pode explorar 20% do lotes então não sobra espaço para o gado, mas muitos entraram por conta da questão do gado porque dá dinheiro, mas depois não conseguem manter e abrem espaço para o latifúndio, para que essas terras dentro de área de assentamento

virem verdadeiras fazendas, hoje no PA Maranhão tem uma pessoa que detém 10 lotes e o INCRA tem conhecimento dessa situação e não toma providências. (Entrevista com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008)

O isolamento e a precariedade do lote fazem com que muitos também busquem melhores condições em outros assentamentos, como mostra a experiência do Sr. Gilvan Paiva Pereira:

a terra não era das melhores e era muito isolado, no inverno era uma coisa horrorosa. E aqui no PAD Anauá nós estamos bem localizados, tem estrada na frente do lote, estamos entre Manaus e Boa Vista, então é fácil fazer o escoamento da produção (Entrevista realizada com o Sr. Gilvan Paiva Pereira, 2008).

Também buscamos informações acerca da forma de obtenção dos lotes com a intenção de perceber qual o procedimento adotado pelos assentados. Como se percebe no Gráfico 10, a modalidade de compra aparece com um alto índice; porém foram considerados os antigos projetos de colonização. Assim, quando verificamos a forma de aquisição do lote em várias situações surge a transação comercial.

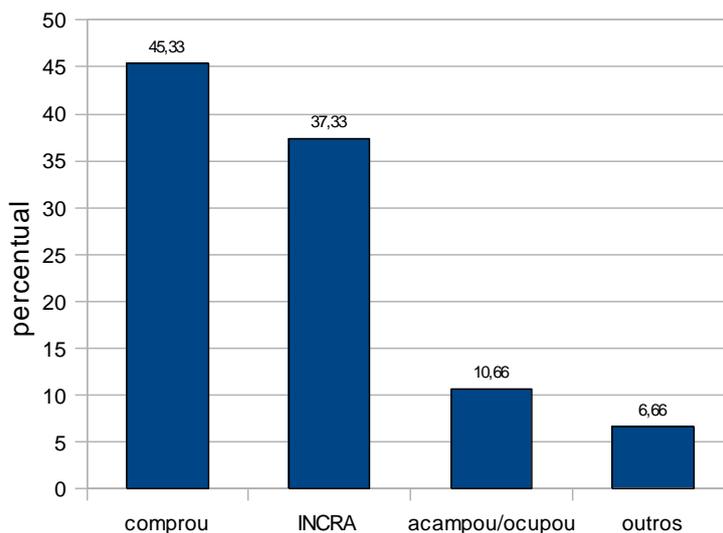


Gráfico 10 – Forma de obtenção do lote.
Fonte: Famílias entrevistadas.

No entanto, a comercialização de lotes não está adstrita apenas aos projetos mais antigos. Infelizmente também existe uma prática de obtenção e venda de lotes nos projetos mais recentes, o que é muito criticado pelas lideranças dos movimentos. Por outro lado o INCRA não estabelece um maior controle sobre esses atos ilícitos, como

chama atenção o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito:

essa questão de acampamento tem que distribuir a terra para quem realmente está nela, porque a gente vem de uma situação aí no estado em que tem, vamos dizer assim, profissionais de acampamento, pessoas que acamparam no Ajanari pegaram lote lá e venderam; acamparam no Tatajuba pegaram lote lá e venderam; acamparam na BAMERINDUS pegaram terra lá e venderam, isso a mesma pessoa, o mesmo personagem, parece que tem gente que tem mais facilidade do que realmente aquelas que querem trabalhar na terra. (Entrevista com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008)

Essas transações comerciais são realizadas sem a devida sustentação legal, pois a maioria dos lotes ainda não foi titulado pelo INCRA, ocorrendo o que popularmente é conhecido como “contrato de gaveta”: legalmente, o beneficiário do lote continua cadastrado no SIPRA; porém uma nova família ou fazendeiro dispõe dessa terra.

Essa prática não se restringe somente a Roraima: “em todos os assentamentos estudados verificaram-se práticas dessa natureza, sendo, inclusive, motivo de conflitos entre assentados e direção do MST, que se opunha a elas, justamente por serem contrárias aos objetivos da reforma agrária.” (BRENNEISEN, 2005, p.215). Essa mesma autora chama a atenção para a comercialização de lotes e para a falta de atitude do INCRA, observando que “fatos como esse, lamentavelmente, não são uma exceção e escapam aos objetivos da reforma agrária, demandando uma intervenção rápida e eficaz por parte do Incra, o que, infelizmente, não vem ocorrendo, ou pelo menos, não com a agilidade e precisão esperadas.” (BRENNEISEN, 2005, p. 213).

Independente das práticas ilícitas, as famílias assentadas clamam por regularização dos seus lotes, pois vivem em uma situação de precariedade, que o movimento sindical reconhece como prioritária:

(...) o INCRA-RR, isso não é um privilégio só de Roraima, mas na Amazônia toda o INCRA não conseguiu até hoje regularizar ambientalmente um projeto sequer, (...) não conseguiu regularização fundiária em um sequer assentamento no estado e nem muito menos na área de colonização. Então você imagina a dificuldade que tem para nós enquanto Federação que tem a responsabilidade de representar todas as famílias rurais do estado (...). O maior desafio da agricultura familiar hoje é regularização fundiária (...) (Entrevista realizada com o Sr. Luiz Carlos Gomes, 2008).

Como afirmamos anteriormente, além da obtenção de lotes via processo de compra de terceiros (em que o que é vendido é a benfeitoria), existe a posse que é regularizada pelo INCRA. Nesse caso, os sem-terra se organizam em grupos e abrem uma picada na mata, escolhem seus lotes e passam a produzir e a viver naquela terra,

posteriormente o INCRA transforma a região em um PA (OLIVEIRA, 2008). No entanto, a transformação de uma área aberta na mata pelos próprios camponeses e posteriormente transformada em PA não significa imediata regularização do lote por parte do INCRA; o dito assentado terá que enfrentar uma longa e difícil via-crúcis, como pudemos conferir na fala de algumas lideranças e assentados:

o agricultor passa uma demanda para chegar até o projeto, no projeto o agricultor sofre ameaça de jagunço, a paga de grileiro, no projeto recebe ameaça da polícia, no projeto os agricultores são humilhados por dentadas de pium e a malária, no projeto os agricultores não tem estrada para sair e quando consegue criar um projeto no estado, precisa de 13 documento para ser assentado. Esse é um absurdo (Entrevista realizada com o Sr. Eduardo Vitor da Rocha, 2008).

Por direito o INCRA é quem lhe entrega esse lote para você morar, os benefícios vem para o INCRA para ele entregar para os colonos, então qual é a tarefa do INCRA? A tarefa dele é entrar, mandar fazer essa estrada, lotear direitinho, mandar fazer a casa, com o lote todo demarcado, lhe entregar a assistência técnica também e botar o colono para trabalhar. Assim o INCRA pode cobrar do colono que ele produza, e tudo mais. Mas se ele não faz nada, como o INCRA poderia fazer exigências, poderia proibir de vender o lote, mas ai o povo tomou fogo do INCRA, ai não tem mais como consertar, porque ele não veio fazer o trabalho que deveria fazer, deixou tudo para traz, deixou tudo de bolo, ai fica todo mundo sentado lá no escritório, salário, numa boa, tomando água fria, (...). E o peão entra na mata e diz que vai tirar o lote dele aqui, quando faz a vereda é que ele vai lá no INCRA e diz: rapaz eu tirei a vereda, assim, assim, ai o funcionário do INCRA cadastra o lote do colono sem nem saber onde é o lote, pois é o colono que faz a marcação, dá o número do lote e assim por diante (Entrevista realizada com o Sr. José Ribamar de Araújo, Velho Riba, 2008).

O maior desafio da agricultura familiar hoje é regularização fundiária (...) nós temos 50 projetos de assentamento da reforma agrária, não tem um com licenciamento ambiental, não tem um que seu público no geral recebesse o crédito fomento e o crédito habitação, para que ele possa daí ter acesso a outros créditos, inclusive PRONAF – A. Então você vê a dificuldade na questão desse processo da regularização fundiária e da questão do licenciamento ambiental (Entrevista realizada com o Sr. Luiz Carlos Gomes, 2008).

Outro problema que os agricultores enfrentam no estado é a demora do INCRA, no projeto Pau Brasil nós temos 363 famílias assentada no projeto e só 40 famílias sipradas, prontas para receberem o crédito apoio e mesmo assim o INCRA não consegue liberar o crédito apoio. Então o INCRA demora muito para encaminhar o problema dos agricultores (Entrevista realizada com o Sr. Eduardo Vitor da Rocha, 2008).

Existe uma sequência lá no INCRA, primeiro é feito o cadastro, depois é uma via-crúcis das declarações, passa as vezes um mês, e se você está lá no campo e não tem tempo de estar aqui, então praticamente passa um mês, você pega todos aqueles documentos entrega no INCRA hoje e amanhã você vai lá e sumiu e ninguém sabe onde está, começa por ai. O que é um assentamento? A área do assentamento criado, homologado, documentado no Diário Oficial. Normalmente as pessoas estão lá e não existe isso, na questão das parcelas demarcadas, muitas vezes a pessoa entra lá e não existe isso e pior é que paga ITR de uma área que não existe [legalmente]. Depois vem a questão do primeiro crédito, que é o apoio inicial, ai tem que ter uma vistoria que a pessoa tem que estar lá com casa, como que o cara vai estar lá se ele está iniciando, como que ele vai estar

produzindo se ele está iniciando, esse apoio inicial é exatamente para esse apoio. Tem assentado que está aí há mais de 15 anos e nunca recebeu crédito apoio. Depois vem o crédito habitação, é o crédito apoio aplicado, é a estrada aberta, a estrada não foi aberta, como é que ele vai receber o crédito habitação. Para ele receber um PRONAF, depois de assentado 5, 6 anos, não pode receber porque não recebeu o crédito apoio, nem o crédito habitação e a estrada ainda não chegou (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Como podemos perceber nas falas anteriores, os projetos de assentamento sob a responsabilidade da SR 25 enfrentam uma série de problemas em relação à regularização dos lotes, ao licenciamento ambiental, à morosidade no processamento das informações, à perda de documentos que, aliás, é uma reclamação recorrente dos assentados. Somados a esses problemas, temos ainda a reclamação de que o órgão não realiza as vistorias de forma adequada e que, em certos casos, recebe informações fornecidas pelo indivíduo que será cadastrado, podendo esses dados não representarem a realidade, pois como depreendemos das palavras do Velho Riba: é o colono que faz a vereda, identifica e localiza o lote e, ainda, fornece a numeração do lote ao servidor do INCRA. Isso caracteriza, enfim, uma completa inversão de papéis.

Sayago e Machado ao investigarem a questão fundiária na Amazônia e as atribuições do INCRA desde sua criação, em 1970, fazem uma constatação que, embora não represente uma novidade, é deveras preocupante:

(...) o INCRA não foi, durante longo período, mais do que receptor e processador das informações fornecidas pelos indivíduos cadastrados, afastando-se, desta maneira, do levantamento sistemático do uso da terra, tido como um de suas principais funções. A fragilidade no cumprimento dessas funções, somada às práticas ilícitas, impossibilitou a identificação precisa das terras que compõem o patrimônio da União (SAYAGO; MACHADO, 2004, p. 224).

Analisando o conteúdo das entrevistas que realizamos é possível notar, a partir da percepção de nossos informantes, que o INCRA ainda hoje vem procedendo da mesma forma que procedeu no passado, apesar de todos os avanços tecnológicos que estão disponíveis, como o sistema de cadastro informatizado e o geo-referenciamento, responsável pela localização das glebas, dos assentamentos e dos lotes. Isso permite que os próprios assentados prestem as informações sobre os seus lotes sem que haja a devida confirmação *in loco* por parte dos técnicos. É importante, todavia, registrar, primeiramente, que essa é uma leitura feita a partir do conteúdo das entrevistas realizadas, e, em segundo lugar, que esse não é um procedimento adotado oficialmente pela autarquia, mas incorporado por alguns de seus servidores, cujo efeito leva à

institucionalização da prática.

De acordo com Santos (2004), com a chegada da Comissão de Descriminação de Terras Devolutas do INCRA, em 1973, teria início a polêmica entre os representantes do governo federal e a sociedade local em relação à regularização e à titulação de terras. Esse problema afeta todos os tipos de posse no Estado, sejam as regulares ou as irregulares, especialmente quando o governo federal passou a não aceitar a maioria dos títulos de terra antigos. Trata-se de uma situação que, para parte da sociedade roraimense, será resolvida com o processo de transferência de terras da União para o Estado de Roraima, conforme o Decreto nº 6.754, assinado em 28 de janeiro de 2009, regulamentado por meio da Medida Provisória nº 454, de 2009. Este decreto veio regulamentar a Lei nº 10.304, de 2001, que transfere terras da União para Roraima (BRASIL, 2009).

No entanto, em relação aos assentamentos vinculados ao INCRA e que não foram transferidos para o estado de Roraima, existe uma grande probabilidade de continuarem enfrentando os problemas de regularização fundiária, mesmo porque todo o esforço direcionado para que esse fato ocorresse com certeza não visou à titulação de áreas com até 100 hectares.

4.4 UM NOVO TEMPO DE OCUPAÇÃO DE TERRAS EM RORAIMA

Com o objetivo de examinar outro aspecto da realidade vivenciada pelas famílias assentadas em Roraima, passaremos a abordar, a partir desse ponto, uma faceta até aqui inusitada nessas paragens da Amazônia Setentrional, a qual diz respeito à mobilização de sem-terras por meio de acampamentos e ocupações de terras, especialmente em áreas da União. Ao que parece, esse novo quadro, que surgiu exatamente no início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, colocou esse Estado num novo patamar na organização da luta pela posse da terra por parte dos camponeses. Podemos apontar esse momento como os primórdios de um processo de identificação dos movimentos locais de luta pela terra com os movimentos de atuação em âmbito nacional.

Sobre esse aspecto da questão, podemos afirmar que, de fato, já havia um contato, desde o princípio, entre o movimento sindical e o movimento social rural de Roraima com os movimentos de âmbito nacional, como apontado por Fernandes:

A Comissão Regional Sul promoveu, nos dias 20 a 22 de janeiro de 1984, em Cascavel – PR, o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a participação de 92 pessoas: sem-terra, sindicalistas, agentes de pastoral e assessores. O evento representou, antes de mais nada, uma vitória. Após várias conquistas de terras e da caminhada em direção à unificação e formalização das ações das lutas camponesas, os sem-terra fundavam a sua Organização. Estiveram presentes trabalhadores dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e do então Território de Roraima (grifo nosso) (FERNANDES, 1999, p. 70).

Outra experiência de contato foi vivenciada pela organização das mulheres do estado de Roraima, que hoje está integrada ao MMC:

Em outubro de 1995 havia uma articulação de mulheres na região Sul do Brasil e uma articulação de mulheres, todas do campo, da região Nordeste e alguns estados que tinham organizações de mulheres no Brasil e por alguns caminhos se encontraram e decidiram fazer o I Encontro Nacional de Mulheres da Roça, que foi em outubro de 1995 em Jundiá/SP. E onde não tinha organização de mulheres, foi enviado convite para algumas igrejas, Igreja Luterana, Presbiteriana, Católica e a própria pastoral da terra, aí chegou esse convite aqui e na época o coordenador era o Pastor Ralf, aí ele enviou esse convite para o Baliza, e na época eu era a única mulher que estava a frente de uma associação e ele disse olha se você tiver interesse em participar a CPT banca a passagem para você representar a CPT/RR nesse encontro nacional. E lá eu me deparei com uma discussão mais específica sobre mulheres, para mim foi tudo muito novo e nesse encontro a gente acaba criando uma Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e eu acabo ficando na coordenação nacional. (Entrevista realizada com a Sra. Rosângela Piovizani Cordeiro, 2008)

Podemos relacionar essa situação a um novo patamar da organização dos sem-terra em Roraima, surgido das novas conexões com o movimento social rural em nível nacional.

Essa nova realidade descortina, ainda uma vez, a questão agrária do Brasil, da Amazônia e, em especial, de Roraima: afinal, esse é um país, uma região e um estado com grandes extensões de terras disponíveis para a produção agrícola. Ainda assim, apesar da grandeza territorial, os camponeses precisam se organizar, se manifestar, se sacrificar, passar por humilhações, sofrer com a violência e, em muitos momentos, pagar com a própria vida o direito de ter acesso à terra. Isso encerra uma contradição vergonhosa, porque, do outro lado, no latifúndio, no agronegócio, o que constatamos é o apoio incondicional dos governos estadual e federal.

As ações de ocupação foram iniciadas no ano de 2003 (e ocorreram não apenas por aquilo que Lula representava, pelo menos até aquele momento: um digno representante das classes trabalhadoras que, historicamente, havia firmado o

compromisso de que, se algum dia chegasse à presidência da República, iria realizar a reforma agrária), mas especialmente por conta do débito do governo FHC, que deixou milhares de pessoas excluídas do seu programa de reforma agrária virtual - aquele em que o interessado se inscrevia pelos correios, recebia a confirmação do seu cadastro pelo INCRA, mas nunca era assentado. O governo FHC chegou a utilizar esses dados para propagar que estava fomentando a maior reforma agrária em curso no mundo e que o fazia em formato inédito: a reforma agrária virtual (OLIVEIRA, 2006).

Assim, podemos deduzir que dois fatores fomentaram a ocupação de terras em Roraima a partir daquele momento: a) o déficit deixado pelo governo anterior (VILHENA JÚNIOR, 2008), e b) o fato de que os cadastrados até então, mas que não tinham sido atendidos, se sentiram encorajados com a eleição de Lula, que durante a campanha eleitoral de 2002 prometeu que “faria a reforma agrária de qualquer jeito” e, assim, induziu os camponeses cansados de esperar por uma resposta do INCRA a perder o medo da repressão, “porque agora havia na presidência da República um companheiro, um trabalhador igual a todo mundo, um homem comprometido com o povo”. Enfim, foi nesse contexto que decidiram pressionar a SR 25 e o governo federal, com várias ocupações.

(...) a mudança de governo foi importante para o fortalecimento desse processo, pois, no imaginário popular e, principalmente, entre os dirigentes sindicais, reinava um sentimento de vitória e os encorajava a enfrentar as elites locais, que monopolizavam grandes extensões de terras com maior facilidade de acesso e que, em sua maioria eram improdutivas. A prova disso é o não cumprimento da função social da terra, ao longo das rodovias federais e estaduais (...) pode-se confirmar tal fato pelas grandes áreas de terras, em que o único indicador da propriedade privada são as cercas de arame (VILHENA JÚNIOR, 2008, p. 85).

Tivemos a oportunidade de registrar essa realidade, conforme mostra a Figura 3:



Figura 3: Fazenda a margem da BR 174.
Fonte: O autor (2008).

Diante desse novo cenário, iniciou-se o processo de ocupação de áreas da União. A primeira iniciativa dessa natureza no Estado ocorreu em 2003: a antiga fazenda BAMERINDUS foi repassada para o INCRA em 2001³, para fins da reforma agrária; passados dois anos, os projetos de assentamento ainda viviam de promessa. Em seguida, foram formados os acampamentos no Tatajuba e do Ajaraní, nos municípios de Cantá e Iracema, respectivamente. (VILHENA JÚNIOR, 2008).

Conforme esse autor, a estratégia usada era a de pressionar o INCRA para que logo fossem criados os projetos de assentamento para atender as demandas dos sem-terra de Roraima incluindo, não apenas os inscritos na reforma agrária virtual do governo anterior, mas também os novos demandantes que foram e iam surgindo. Outra preocupação que motivava a movimentação das entidades que mobilizaram os acampados (FETAG, STR de Boa Vista e CAR), era o manifesto interesse do governo de Roraima nas terras da BAMERINDUS – cujo intento era atrair grupos empresariais para investirem na monocultura da soja.

Nos acampamentos do interior do Estado, o que impulsionava o movimento

³ Fazenda tomada pelo Banco Central em virtude das dívidas deixadas pelo antigo Banco BAMERINDUS e posteriormente doada ao INCRA para fins de reforma agrária, essa informação foi obtida por meio de entrevista com o atual presidente da CAR em dezembro de 2008.

sindical, além do desejo de garantia de um lote para cada acampado, era uma disputa de espaço com os grileiros de terras, que há anos atuam no estado de Roraima com fins especulativos, que vão desde a ampliação de latifúndios à extração ilegal de madeira, dentre outros (VILHENA JÚNIOR, 2008). Essa forma de mobilização representava uma novidade tanto para o movimento sindical quanto para os movimentos sociais envolvidos com a questão agrária, que até então estavam habituados com manifestações em frente à sede do INCRA, para reivindicar a liberação de créditos, recuperação de vicinais, dentre outras demandas.

De acordo com Vilhena Júnior (2008), a CPT não apoiou de pronto a iniciativa de ocupação de áreas da União. Segundo uma líder sindical entrevistada por esse autor, a CPT/RR achava um absurdo promover acampamentos num estado que dispõe de tanta terra. Posteriormente, quando percebeu que as lideranças sindicais estavam corretas em avaliar que terra disponível não significa terra para agricultor familiar, passou a apoiar. Nesse contexto é que a CPT foi chamada para colaborar com a formação dos acampados e esse mesmo contexto era o que oportunizava a utilização da passagem bíblica da terra prometida, como forma de conscientizar os acampados de que o acesso à terra era um direito dos trabalhadores que a ocupavam - não dos fazendeiros. Esse tipo de discurso de formação remetia aos primeiros acampamentos dos sem-terra, no final dos anos 70 e início dos anos 80 do século passado, o qual permaneceu como uma marca registrada de boa parte das ocupações de terra dirigidas pelo MST (FERNANDES, 1999).

Essa inovação da ocupação de terras da União não repercutiu apenas nos movimentos sindical e social: os servidores da SR 25 se mostraram incapazes de lidar com essa nova realidade, pois estavam acostumados com os acampamentos na frente do INCRA, não com ocupação de terras. “Portanto não sabiam como lidar com esse fato novo (acampamento) tanto que, quando iam perguntar sobre as inscrições feitas nos Correios para ter acesso a um pedaço de terra dado pelo INCRA, eram orientados a procurar a Central dos Assentados.” (VILHENA JÚNIOR, 2008, p. 94).

Em relação ao acampamento da Fazenda BAMERINDUS, os interessados começaram a se organizar por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista, da FETAG/RR, da CAR e de outra entidade sobre a qual não conseguimos levantar maiores informações: a Central dos Sem Terra e Sem Teto de Roraima (CESTER), dirigida pelo irmão do então superintendente do INCRA à época. A seguir resgatamos a fala de dois ex-acampados, que esclarecem sobre a forma de contato entre os sem-terra e a organização da ação de ocupação:

Porque nós não tínhamos onde morar, morávamos nas chácaras de favor, aí quando a gente soube que o INCRA estava dando as terras de assentamento a gente se cadastrou lá no bairro mesmo, na associação, porque aí foi quando a gente veio, porque a gente já não aguentava mais trabalhar para os outros. A gente soube dessas terras por intermédio do Sindicato que existia lá no bairro que a gente morava, aí eles falaram que o INCRA estava doando essas terras, nós morávamos no bairro Senador Hélio Campos (...). Eles reuniam o pessoal lá em Boa Vista para definir as datas que a gente viria para o acampamento, aí juntava aquele monte de gente, as vezes reunia 200, 300, 500 pessoas para discutir essas questões. Essas reuniões eram organizadas pela CAR e STR. O sindicato e a CAR sempre estavam junto com a gente, correndo atrás de sexta básica para gente (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008).

Em 2003 eu tive conhecimento da criação de um projeto que estava tramitando no INCRA para reforma agrária, para um assentamento com lotes de até 100 ha, e ao saber disso procurei uma entidade, a CESTER – Central dos Sem Terra e dos Sem Teto de Roraima, na época o tal de Luiz Cruz, que eu não tinha muito conhecimento era o coordenador, (...) depois eu fui saber que esse Luiz Cruz era irmão do superintendente Lurenas Cruz do INCRA. (...) era uma entidade que na época congregava em torno de 500 pessoas, nessa organização do PA Nova Amazônia⁴, primeiro veio o Murupu e depois o Truaru, e algumas coisas a gente viu que não estavam certas. Então foi meio frustrante assim que a gente ficou naquela coisa que o projeto não iria acontecer, houve comentários de que iria virar favela rural (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Dessa forma, começaram as mobilizações para a instalação do primeiro acampamento em frente à sede da antiga fazenda. Porém, dentre os que estavam cadastrados pelas entidades responsáveis pela ocupação, nem todos permaneciam acampados, pois o centro de Boa Vista dista aproximadamente 30 Km. Assim, muitas pessoas vinham trabalhar ou permaneciam em suas residências, na cidade, mas mantinham seu barraco no acampamento para não perder o direito de receber o lote; esse tipo de situação em alguns momentos gerou tensão entre os acampados.

Havia bem mais de 400 pessoas acampadas em frente a fazenda BAMERINDUS, mas a falha principal da entidade foi fazer um acampamento virtual, porque isso aconteceu na época em que o governo do estado⁵ demitiu [em massa], aí um projeto de assentamento já com uma certa infraestrutura, com habitações, maquinários, com as áreas que já produziam de forma mecanizadas, e aí esse acampamento ficava lá com 50 a 100 pessoas enquanto o restante ficava na cidade, foi uma forma de organização que hoje a gente está vendo que não está

⁴ A Fazenda BAMERINDUS foi dividida em dois projetos de assentamento: o primeiro é o PA - Nova Amazônia, conhecido pelos assentados como Murupu, por conta do rio de mesmo nome e que passa pelo assentamento e o segundo é o PA – Nova Amazônia I, identificado pelos assentados por Truaru, também por conta do rio de mesmo nome que passa pelo assentamento. Esses nomes foram adotados pelos assentados para diferenciar um projeto do outro, pois de acordo com as famílias assentadas, havia muita confusão entre os dois projetos, inclusive no INCRA. Também levantamos a informação de que essas duas áreas da antiga fazenda já tinham essa identificação: foram os antigos funcionários da fazenda que transmitiram essa denominação para os assentados.

⁵ Flamarion Portela era o governador do estado e conduziu um programa reestruturação do quadro de servidores por força de lei, realizou concurso público e demitiu os não concursados.

funcionando, porque as pessoas muitas vezes criam mais essa relação com a cidade do que com o campo, aí não consegue cortar o cordão umbilical, então não vai para o campo e nem fica na cidade, fica nesse meio termo aí. Então hoje a gente está vendo a dificuldade da experiência desse acampamento, esse acampamento foi uma experiência nova para gente discutir mais essa questão do acampamento (...) (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Aquele período marcava o início da organização e formação política dos sem-terra. Entre os acampados havia muitos que ainda não viviam da agricultura e necessitavam, por isso, passar por um processo de ressocialização para a vida camponesa. Concomitantemente a esse processo, para dar conta da sobrevivência da família, era necessário, como a fala demonstra, desenvolver algum tipo de atividade na cidade, especialmente por aqueles que foram demitidos do serviço público e vislumbraram a possibilidade da reprodução da sua vida e da sua família num projeto de assentamento do governo federal.

não são [todos] agricultores, foram pessoas que trabalharam na época de criança como agricultores no Maranhão, em Pernambuco e que perderam esse vínculo, vieram trabalhando na iniciativa privada, no governo federal, no governo do estado, no antigo território e que hoje têm muitos lá que saíram do emprego, até mesmo concursados, do governo federal e que estão lá como agricultores. Então essas pessoas ainda têm um relacionamento muito forte com o urbano. Não que a gente espere que os lotes sejam dirigidos apenas para pessoas que vieram da agricultura, mas que sejam direcionados para pessoas que realmente queiram viver da agricultura (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Naquele período, um grupo acampou na área do Murupu e, no início de 2004, outro acampou no Truaru, numa região um pouco mais distante, a aproximadamente 70 Km de Boa Vista. Nesse ínterim, ocorreu uma série de negociações entre a direção do INCRA e as entidades organizadoras das ocupações, nas quais eram socializadas as informações com as famílias acampadas. O grupo do Truaru permaneceu quatro dias acampado e, após reunião em que estavam o então superintendente do INCRA, Lurenas Cruz, bem como representantes da CAR, da FETAG e do STR de Boa Vista, ficou estabelecido que em 90 dias aquele órgão providenciaria a instalação das famílias cadastradas e que, assim, não seria necessário permanecerem acampadas em condições precárias, conforme nos informou o senhor Mozarildo da Silva, assentado do Truaru em dezembro de 2008.

Passados os 90 dias, o INCRA não cumpriu o acordo e, aproximadamente, 200 famílias retornaram para o Truaru, entre os meses de maio e junho de 2004, para de lá não mais saírem.

Quando nós entramos a gente passou 4 dias, aí veio o pessoal do INCRA, o Lurenês e seu Pedro, estava também o Zaqueu e a Dalva era uma turma aí para negociar com a gente para gente sair para depois o INCRA regularizar o assentamento, aí deram 90 dias, aí a gente foi e saiu. Isso foi em fevereiro, aí em maio veio a primeira turma para ficar em definitivo, e depois a gente veio em junho em definitivo também, porque o INCRA não dava resposta para gente. Ficamos acampados por mais de um ano e depois o 6º BEC veio demarcar os lotes e aí a gente se espalhou. (Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008)

Durante o período de um ano, os acampados viveram de forma coletiva: produzindo, morando, compartilhando os momentos de lazer, como se percebe na fala de Dona Santinha.

A gente ficou junto porque o INCRA ainda não tinha demarcado os lotes, assim ficava todo mundo junto, em uma área coletiva, todo mundo vivia acampado em baixo das mangueiras, em baixo dos cajueiro, em uns barracões que havia na época. Então foi assim que a gente passou mais de seis meses nesse período de coletividade (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008).

Também passaram por situações de abandono, descaso, isolamento e sofrimento, e momentos de dor:

Teve momentos de muito sofrimento porque na época da chuva nós não tínhamos um lugar bem protegido para dormir, aí um dia um barracão desabou e uma perna manca caiu em cima de uma mulher e ela quase morreu (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008).

Interessante notar que, enquanto isso, se organizavam as famílias, através do trabalho coletivo, com a presença de mulheres e crianças:

(...) teve vários acampamentos aqui dentro espalhados assim. A gente se juntava em um grupo de 10 pessoas, 20 pessoas e tirava um líder e ele definia quem ia para roça e quem ia para a cozinha (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008).

Aí a gente não podia plantar uma coisa em definitivo porque a gente não sabia onde ia ficar, então a gente plantava aquelas coisas que davam em três meses, essas coisas que dá mais rápido como melancia, feijão, abóbora, era isso aí que a gente plantava. Esses plantios eram coletivos porque ninguém sabia onde ia ficar realmente (Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008).

[As mulheres estavam presentes], pois os maridos tinham que ficar em Boa Vista para segurar a barra para sustentar a família. As mulheres trabalhavam na roça também, juntamente com os homens plantavam feijão, ajudavam colher, tinha umas que trabalhavam na cozinha para fazer comida para os que estavam na roça. E as crianças estavam aqui com a gente (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008).

As estratégias para obtenção de lazer e para integração das famílias acampadas também compõem o repertório de temas, bem como os momentos de descaso oficial:

(...) como não tinha aquelas coisas para gente se divertir a gente mesmo pegava uma bola e ia para um areal que tinha lá e a gente ia brincar com aqueles senhores mais idosos do que eu, que tinham quase uns sessenta anos, então sempre a gente fazia aquela brincadeira. Ai em um local a gente fez uma área de campo para gente se divertir. Toda tarde a gente tinha aquele futebol ali com aquela turma, as senhoras tinham uma rede de volei e elas brincavam de volei, então era assim (Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008).

A gente plantava de forma coletiva durante o tempo do acampamento, nós fizemos uma área de arroz de 360 hectares, nós fizemos uma área coletiva muito bonita, mas esse arroz se estragou todinho dentro do assentamento, foi colhido um pouco e o restante se perdeu. É até triste a gente se lembrar numa hora dessas, é que foi na época da mudança de superintendente do INCRA, que era o Lurennes, então estava essa roça imensa plantada de arroz e logo em seguida quando a gente começou colher junto com as máquinas, a gente ainda colheu uns mil e poucos sacos, colhido em saco, costurado a boca, que eu ajudei a costurar, saiu umas duas carretas carregadas para Boa Vista. Ai quando assumiu o novo superintendente esse arroz a gente parou de colher [por falta do maquinário] e se perdeu todinho dentro da roça. Então isso ai pra gente foi uma tristeza assim, que a gente teve aquele trabalhão todo e se estragou e a gente não conseguiu aproveitar (Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008).

Diante desse quadro de crise, passou a ocorrer algo que já era uma realidade em outras regiões: a inusitada presença em Roraima de membros dos movimentos sindical e social à frente de órgãos públicos federais, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura, Delegacia Regional do MDA e do próprio INCRA.

(...) o superintendente foi colocado por um partido político, que tinha toda uma questão do envolvimento com os movimentos sociais no primeiro mandato do governo Lula, aquela coisa toda, aquela empolgação toda (...) (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

No caso do INCRA local a inexperiência pode ter sido um dos motivos que levou a uma série de desmandos e ao cometimento de falhas graves do ponto de vista administrativo – o que culminou com o afastamento do primeiro superintendente do órgão. Para alguns dos nossos entrevistados o afastamento se deu por problemas relativos à corrupção e à apropriação indébita do patrimônio da União, durante a gestão daquele superintendente.

Na verdade em relação aos equipamentos houve roubo de peças de motor de caminhão, bomba injetora, não tinha horário, você ia de manhã estava o equipamento, a tarde já não estava mais, foi um desfalque. No caso dos animais

foi mais grave porque até hoje tem uma investigação (...), são funcionários do INCRA, o próprio superintendente da época, alguns políticos que se beneficiaram dos carneiro e principalmente do gado, a gente sabe que tem fazendas que até hoje estão escondendo gado da antiga fazenda BAMERINDUS. Foi criada uma cooperativa para administrar o passivo da fazenda, mas diziam que chegava na fazenda aqueles caminhões boiadeiro e levam os bezerros nascidos e as vezes o próprio gado da fazenda ia junto e isso a polícia federal esta investigando (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Segundo os entrevistados o afastamento do superintendente ocorreu por conta de processos administrativos que foram abertos dentro do INCRA. Mas outros dois fatores foram determinantes para saída do então superintendente da direção da autarquia federal. Primeiro foi a tentativa de uso eleitoral dos sem-terra e o segundo, que está diretamente vinculado as questões anteriores, foi a grande mobilização dos acampados para pressionar o INCRA nacional para o seu efetivo desligamento.

Para o atual presidente Central dos Assentados de Roraima, senhor Ricardo José Ferreira de Brito, na época do acampamento da Fazenda BAMERINDUS houve um conflito de interesses entre as famílias sem-terra e parte das lideranças do movimento que estavam aliadas ao superintendente do INCRA: esses agiam com fins eleitoreiros e, por isso, atropelaram algumas etapas do processo de assentamento e protelaram outras, prejudicando os verdadeiros interessados no acesso a terra.

(...) na época o presidente da CESTER, o presidente do Sindicato, presidente da FETAG, o próprio superintendente tinham um vínculo com a questão política, um foi candidato a deputado federal, e os outros eu não lembro, isso tudo dentro do PT (...). Naquela época estava se discutindo ainda a divisão das parcelas, que daria no máximo para 2.500 famílias, que ainda era algo muito alto, mas tinha quase 6.000 pessoas inscritas para o PA Nova Amazônia, esse pessoal fez um oba , oba, aquela coisa de promoção pessoal(...). Mas aí aquele grupo direcionou tudo para a questão política partidária e deu no que deu. O superintendente mandou demarcar com trena, a própria comunidade demarcava com trena e hoje tem duas casas dentro de um mesmo lote, então isso prejudica muito, eram lotes de 10 ha, hoje estão com 5 ha, no máximo 6 ha. Nessa minha primeira experiência com entidade e organização do campo, a recepção virou uma decepção na questão de organização, porque eram pessoas que estavam usando todo aquele grupo de pessoas que estavam lá politicamente. O PA Nova Amazônia surgiu em uma época de política, ai saiu o superintendente do INCRA como candidato, o presidente da CESTER também saiu candidato usando todas aquelas pessoa ali para manobra política, infelizmente não tendo a visão como hoje o Murupu esta se destacando na produção, então no início foi muito desestimulante (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Os problemas de desvio de patrimônio público e do uso político eleitoral das famílias acampadas na antiga Fazenda BAMERINDUS causaram desestímulo para algumas pessoas. Trata-se de uma atitude compreensível porque, a médio e longo prazo, os movimentos sociais se ressentem dessa tentativa de manipulação das massas populares.

O certo é que, naquele momento, assistimos a uma grande mobilização das famílias acampadas, buscando a destituição do superintendente do INCRA:

Depois que a gente acampou em definitivo, a gente fez uma manifestação muito grande dentro de Boa Vista, a gente passou quase um mês na frente do INCRA, aí a gente invadiu o INCRA com uma multidão de gente, botamos o superintendente para fora, aí teve a negociação com o pessoal que veio de Brasília. A gente passou mais de 48 horas cercado pela polícia que pretendia tirar a gente de lá. A gente queria tocar fogo no INCRA, aí ficou no toca, não toca, botamos gasolina em cima dos carros, depois ficamos com medo de tocar fogo porque tinha muitas crianças e mulheres dentro do INCRA, aí muitos não deixaram tocar fogo. A situação ficou difícil, aí chegou um advogado para negociar, formamos uma comissão e negociamos a saída do INCRA. Fizemos toda essa manifestação porque a demarcação dos lotes não andavam e o crédito de apoio inicial não saía (Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008).

Depois dessa mobilização, ao longo dos últimos anos foram mais cinco superintendentes que passaram pelo INCRA local até a nomeação do atual superintendente, senhor Titonho Beserra que, como já vimos no capítulo anterior, é vice presidente do PT estadual e já foi sindicalista. Sua atuação na SR 25 conta com uma trégua dos movimentos sociais, por uma avaliação de que não adianta mexer na direção desse órgão se a sua estrutura não é alterada.

Na sequência daquela manifestação, com a chegada do novo superintendente, senhor João Batista, as denúncias de corrupção começam a ser apuradas; porém, a relação com as famílias acampadas continuou tensa. Foi iniciada a demarcação dos lotes a partir de um convênio assinado entre o INCRA e o Sexto Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (6º BEC), numa espécie de reencontro de uma antiga união do passado. Dessa forma, as famílias começam a receber seus lotes e as lutas do acampamento vão ficando na lembrança dos antigos acampados da Fazenda BAMERINDUS.

A lembrança que eu tenho é que a gente morava junto, a gente morava num barracão, tinha várias famílias em uma casa só e lá nesse acampamento era animado, tinha muita gente, muitos colegas juntos com a gente, mas depois quando a gente se separou que foi demarcado a nossa área, aí ficou difícil para gente entrar em contato com nossos amigos do acampamento porque ficou uns distante dos outros. Na época do acampamento a gente trabalhava em coletividade, a gente trabalhava junto, todo mundo se ajudava e hoje não acontece isso aqui com a gente, a gente não tem mais apoio, todo mundo trabalha individualmente, aí é cada qual por si e levando a vida (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008).

O tempo do acampamento foi um tempo de aprendizado coletivo. Mas como ocorre

em outras realidades, a passagem para o assentamento é um momento de separação, de distanciamento daquela primeira comunidade que congregou um conjunto de pessoas em busca de um só objetivo: a terra. Agora na condição de assentados os projetos tendem a caminhar para as soluções individuais.

(...) o acampamento é uma fase que define a formação de um grupo mais ou menos coeso, que enfrenta um processo de luta pela terra, de tempo variável, exigindo dos trabalhadores desprendimento de seus laços sociais anteriores. Assim, ao entrarem no *acampamento*, os trabalhadores rurais saem do sistema social que os sustentavam, afastando-se voluntariamente da condição ou da situação que ocupavam nesse sistema, ou seja, deixam de ser assalariados, parceiros, arrendatários, etc., para transformarem-se. Na verdade, a entrada e a permanência nessa fase representa um ritual na perspectiva de moverem-se a um *status* superior: de sem-terra a produtores rurais, a cidadãos, etc. Nessa fase, a terra representa, para eles, o objetivo comum a ser atingido, que pode garantir-lhes a condição de *autonomia*, uma forma idealizadora que os impulsiona a agir coletivamente (...) (PEREIRA, 2004, p. 211).

Segundo esse autor, os acampados que conquistaram a terra passam para uma nova etapa que é a fase do assentamento, que é justamente o resultado da capacidade de organização do momento anterior; segue-se a ela a terceira e última fase, que é a ocasião em que o assentado volta a ocupar uma posição na estrutura social, nem sempre em nível de *status* mais alto. “Portanto reforma agrária é uma porta que se abre para que milhares de famílias passem pelo processo ritual e se realizem socialmente” (PEREIRA, 2004, p. 213).

No entanto, a conquista da terra trouxe uma inflexão para os movimentos sociais, pois o distanciamento das famílias causado por modelos de assentamento que primam pelo isolamento, ao adotarem um desenho ortogonal (a conhecida planta em *espinha de peixe*) (BATISTELLA; MORAN, 2005), faz com que aquele grupo que viveu uma experiência coletiva, de compartilhar o trabalho, a moradia, o alimento, o sofrimento a luta e as alegrias, agora comece a vivenciar outra prática. Nessa nova situação, passam a viver de forma isolada, assim como viviam os camponeses de outras épocas dispersos em suas propriedades e incapazes de construir uma consciência de classe para lutarem contra a opressão e a exploração, como descreveu Marx (1978) em *O 18 Brumário*.

A avaliação do presidente da CAR nos remete a esse universo:

porque a questão das organizações ela se perde depois que existe o assentamento, depois que você está com a sua terra, você esquece a época do acampamento, esquece que você brigou muito, esquece que tem uma organização (Entrevista realizada com o Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, 2008).

Assim, após a conquista do assentamento e a euforia da vitória, os ex-acampados da antiga fazenda BAMERINDUS passaram para condição de assentados do PA Nova Amazônia (Murupu) e do PA Nova Amazônia I (Truaru). Nessa nova etapa, as lutas seriam diferentes, pois nem todos resistem às dificuldades impostas pelo atual modelo de assentamento implementado pelo governo federal; alguns persistem, porque encontram na terra uma autonomia que lhes permite uma vida melhor:

Hoje ficaram umas 50 pessoas. O pessoal foi saindo porque não receberam o crédito, apoio e a casa. E nós ficamos e não recebemos casa, nem crédito e não fomos embora porque a gente não queria voltar a trabalhar para os outros ai ficamos aqui mesmo. E a nossa vida aqui está muito melhor (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008).

A situação descrita por dona Santinha, dos amigos que não resistiram ao abandono imposto pelo INCRA e, pouco a pouco, foram deixando seus lotes, é a mesma realidade de muitos outros assentamentos de responsabilidade desse órgão, seja nas antigas áreas de colonização ou nos projetos mais recentes. A situação em nada se assemelha ao que foi escrito pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, e pelo presidente do INCRA, Rolf Hackbart, na página de apresentação do II PNRA:

Mas o II PNRA vai além da garantia do acesso à terra. Prevê ações para que estes homens e mulheres possam produzir, gerar renda e ter acesso aos demais direitos fundamentais, como Saúde e Educação, Energia e Saneamento. Nesse novo modelo de reforma agrária, a recuperação dos atuais e a implantação dos novos assentamentos contarão com assistência técnica e acesso ao conhecimento e as tecnologias apropriadas. Estarão orientadas por projetos produtivos adequados às potencialidades regionais e às especificidades de cada bioma e comprometidos com a sustentabilidade ambiental. Uma estratégia conjunta de produção e comercialização abrirá novas possibilidades econômicas para os assentamentos e para sua integração numa dinâmica de desenvolvimento territorial (INCRA, 2004, p. 5).

Ao compararmos a realidade encontrada nos projetos de assentamento no estado de Roraima descrita nesse trabalho com o compromisso assumido pelas duas maiores autoridades do governo federal, além do presidente da República, em relação ao Programa Nacional de Reforma Agrária, somos forçados a concordar com os seus críticos: o que o governo vem realizando é uma “Contra Reforma Agrária” e que “a política de reforma agrária do governo atual está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no país” (OLIVEIRA, 2008). Nesse cenário é que podemos compreender que

a demissão de Marcelo Rezende⁶ foi uma demonstração cabal de que o governo não tinha compromisso com a reforma agrária (SAMPÁIO JÚNIOR, 2005). Para Sampaio, Comparato e Silva (2007):

A população rural (...) não consegue ser ouvida por nenhuma instância do Estado: o Executivo não avança na reforma agrária; o Legislativo só se lembra dela para tentar criminalizar suas entidades representativas; e o Judiciário, tão rápido na concessão de ordens de despejo, não prende os que assassinam suas lideranças nem resolve em tempo razoável os processos de desapropriação e de discriminação de terras públicas.

Aproveitando essa crítica severa dirigida ao Estado brasileiro, abordaremos outra etapa da mobilização e luta pelo acesso à terra em Roraima, ou seja, a chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado em 2006.

Com a presença do MST ocorre uma intensificação do número de acampamentos e o seu foco são as terras da União. Porém algumas propriedades particulares chamam a atenção de sua coordenação, fato que levou alguns setores da sociedade local a receberem esse movimento com desconfiança e até mesmo agressividade.

O MST iniciou um processo de contato com trabalhadores desempregados e com jovens na periferia da cidade de Boa Vista, como forma de apresentar uma alternativa para essas pessoas que são precariamente atendidas por programas assistencialistas do governo do estado de Roraima e da prefeitura de Boa Vista. Foi assim que o movimento conseguiu aglutinar forças para dar início a suas ações de ocupação de terras da União (CARDOSO, 2008).

Dessa forma, foram ocupadas várias áreas no município do Cantá e foram instalados os acampamentos do Patoá, Pau Brasil, Pau Rainha e Jatobá, dentre outros, todos em terra da União. Também foram ocupadas algumas propriedades particulares, que o movimento classificava como terras griladas, improdutivas ou abandonadas e que não cumpriam a função social da terra conforme estabelecido no Estatuto da Terra. Sobre a questão, citaremos apenas um exemplo: o acampamento Irmã Dorothy, localizado às margens da BR 174, no município de Mucajaí.

No caso das ocupações em domínios da União, excetuando o Patoá, todos os demais eram terras arrecadadas pelo INCRA para fins de reforma agrária ou colonização. Entre elas constam áreas obtidas em 1982, alguns já contavam inclusive com os atos de criação de Projeto de Assentamento ou de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2008a). Mas, todas essas áreas encontravam-se abandonadas pela SR 25 e

⁶ Primeiro presidente do INCRA do governo Lula e comprometido com MST e CPT

com alguns poucos habitantes que enfrentavam e ainda enfrentam as condições de precariedade dessas localidades, como vemos nas Figuras 4 e 5.



Figura 4: Vicinal do PA Pau Rainha.
Fonte: O autor (2008).



Figura 5: Moradia de assentado do PA Pau Rainha
Fonte: O autor (2008).

As características do PA Pau Rainha não se distinguem do PA Jatobá, que já apresentamos na primeira foto (Figura 1). A vicinal que lhe atende é, na verdade, um picadão aberto por madeireiros e as famílias que lá vivem têm sua morada como a retratada na foto acima. São em áreas como essas que o MST decidiu atuar para pressionar o INCRA a ter maior agilidade na implementação dos projetos e na liberação dos créditos, em benefício tanto das famílias que decidiram acompanhar o MST quanto para aquelas que já se encontravam na região.

A Figura 6 mostra agricultores, excetuando um dos colaboradores dessa pesquisa, que deixaram Boa vista e foram em busca de um pedaço de terra para trabalhar e viver e criaram o acampamento Pau Brasil, situado a mais de 200 Km da capital. Por conta dessa distância as famílias enfrentam uma série de dificuldades, desde a falta de alimentos até de lonas para ajudar na cobertura dos barracos nos períodos de chuva.



Figura 6: Acampamento Pau Brasil
Fonte: O autor (2008).

Algumas dessas ocupações se deparam com tantas adversidades que não conseguem organizar a produção de alimentos no acampamento, também se distinguindo de característica comum de várias ocupações como, por exemplo, o que vimos no acampamento da fazenda BAMERINDUS. Essa é uma particularidade das ações do MST. No entanto, algo que observamos, sendo, inclusive, motivo de conversa com as famílias acampadas, foi a ausência constante da coordenação estadual desse movimento na área.



Figura 7: Acampamento Pau Brasil
Fonte: O autor (2008).

Fotografamos os barracos do Pau Brasil (Figura 6 e 7) com o intuito de registrar as características dos acampamentos realizados em Roraima, pois se distinguem dos abrigos de outras regiões do país, como também foi notado por Vilhena Júnior (2008) ao estudar o acampamento Ajaraní. Esse autor observou que o uso de materiais provenientes da própria região, como a palha para cobrir as habitações, dá uma identidade peculiar e é mais adequado ao clima local, bem diferente dos barracos de lona preta. É bem verdade que, em períodos de chuvas intensas, nem a lona e nem a palha resolvem o problema das famílias que estão abrigadas de forma improvisada.

A luta pela terra revela contradições que despertam a consciência social sobre a

injustiça da distribuição e uso da terra e estimulam a organização dos envolvidos, qualificando os sujeitos para resistir às pressões dos grileiros, latifundiários, bem como para pressionar o Estado para execução de políticas de assentamentos. Mas, como vimos em Sampaio, Comparato e Silva (2007), as três esferas do poder não ouvem as populações rurais, pois o executivo não avança com reforma agrária e o Legislativo está muito mais interessado em criminalizar os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária. O Judiciário (por mais que a legislação brasileira tenha se atualizado, especialmente a partir da Constituição de 1988), ainda conta com boa parte dos seus quadros defendendo interesses de classe:

As classes dominantes recusam-se a compatibilizar o ritmo da reforma agrária com a urgência das medidas necessárias para deter o processo de empobrecimento que está levando as populações rurais ao desespero. O Judiciário, que poderia contribuir para minorar o problema, só faz agravá-lo (SAMPAIO; COMPARATO; SILVA, 2007).

O poder Judiciário, auxiliado pela Polícia Militar, que nos tempos da ditadura serviam como forças auxiliares à repressão e funcionava como braço armado dos grileiros de terras, juntamente com seus jagunços, expulsando e expropriando camponeses de suas posses (IANNI, 1979b; MARTINS, 1985; 2003a), ainda hoje, em um número significativo de ações, vem agindo em favor da propriedade da terra e não em sua função social. E o que é pior, na Amazônia, em geral, e, particularmente em Roraima, esse favorecimento é direcionado para áreas apropriadas de maneira irregular, ou seja, griladas⁷.

Com a intensificação dos processos de acampamento como forma de pressão sobre o INCRA foi criado um clima de tensão entre acampados e fazendeiros, especialmente com aqueles que grilam terras da União. O momento de maior tensão ocorreu recentemente, no mês de outubro do ano de 2008, como noticiado pelo Jornal Folha de Boa Vista no dia 15/10/2008 (ASSENTAMENTO..., 2008):

Um grupo de agricultores do projeto de assentamento Patoá, no Município do Cantá, denunciou a Folha que está sofrendo ameaças de fazendeiros que moram

⁷ “Hoje, entre as práticas consideradas grilagem de terras, podemos citar a falsificação de títulos e seus registros; o acréscimo de alguns hectares nos documentos de posse; o registro da escritura de compra e venda, sem a linhagem de transmissão; a queima de arquivos; a propina; a invasão de áreas com gado; ou simplesmente, o deslocamento de cercas (...) A emissão de títulos falsos com a complacência, direta ou não, de órgãos públicos tem facilitado a multiplicação de fraudes nos cartórios e, conseqüentemente, a grilagem de terras devolutas. As terras devolutas são o grande alvo de apropriação indevida. A ocupação jurídica de caráter irregular é uma das modalidades de obtenção de títulos de posse que facilitam um amplo leque de possibilidades para o estabelecimento do grilo e a multiplicação de suas ações.” (SAYAGO; MACHADO, 2004, p. 219)

nas redondezas daquela região. De acordo com informações do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), as terras onde se encontram esses agricultores é da União e que ainda estão passando por um processo de viabilidade técnica para assentamento.

Conforme a reportagem do jornal, os sem-terra ocuparam a área com anuência do INCRA, após ser feito o levantamento das áreas tituladas da região:

Segundo o agricultor Geraldo Lima, no projeto estão acampados há um ano e nove meses cerca de trinta famílias à espera da regulamentação do local. Ele contou que estão na região com a aprovação do Incra. 'Antes de acamparmos no projeto, o Incra havia feito uma vistoria nas terras e foi constatado que as áreas eram legais para um projeto de assentamento. Então, o instituto separou as áreas que tinham títulos definitivos das que não tinham para facilitar a distribuição das terras, disse (ASSENTAMENTO...,2008).

De acordo com o Jornal Folha de Boa Vista, o superintendente do INCRA, senhor Titonho Beserra, declarou: "(...) as posses de boa-fé e/ou tituladas que estão nas imediações do acampamento serão respeitadas". As declarações do superintendente não acalmaram, todavia, os fazendeiros, provavelmente por não terem suas terras regularizadas. Assim, entraram com um pedido de reintegração de posse na justiça estadual, esfera equivocada para ações dessa natureza, pois são terras da União, e o juiz comete duplo equívoco concedendo a ordem de despejo das famílias:

A Polícia Militar ajudou a retirar, no sábado [25], 126 famílias de um acampamento chamado Patoá, no Município do Cantá, nas proximidades do Projeto de Assentamento Taboca. As famílias com crianças e mulheres grávidas dizem que estão passando por sérias necessidades de moradia e alimentação. Duzentos policiais em 30 minutos destruíram as casas e as plantações, em cumprimento à ordem judicial de reintegração de posse (...). O juiz da 3ª vara civil, Jefferson Fernando, enviou uma ordem de despejo às famílias do Projeto Patoá. A decisão atende ao pedido da fazendeira Maria Moura, dona do local (FAMÍLIAS..., 2008).

Esse é um caso em que transparece aquilo que Sampaio, Comparato e Silva (2007) criticaram de forma tão contundente: "Em um país que se pretende democrático, não cabe uma justiça de classe: atenta e prestativa às camadas ricas da população; míope para ver o direito dos pobres; e surda para os seus clamores."

Por outro lado, mesmo sabendo da ação dos fazendeiros, pois o Jornal Folha de Boa Vista havia veiculado a primeira matéria sobre as ameaças dos ditos fazendeiros 14 dias antes da ação truculenta da polícia militar, e visto que o próprio superintendente foi citado pela referida reportagem: "Titonho Beserra, disse que a área é de domínio público da União" (ASSENTAMENTO...,2008), o INCRA não tomou nenhuma providência para

evitar a violência contra as famílias acampadas.

E o que nos parece um sério descaso por parte de quem dirige uma autarquia federal com a missão de realizar a reforma agrária foi o fato de o INCRA ter tomado conhecimento da decisão do juiz estadual na sexta-feira, 24 de outubro de 2008, e de ter tomado como medida apenas acionar a procuradoria jurídica do órgão para que esta pedisse vistas do processo para analisar o caso e decidir quais medidas judiciais seriam tomadas, conforme a reportagem do Jornal Folha de Boa Vista de 29/10/2008 (FAMÍLIAS..., 2008). Em suma, nenhuma medida cautelar foi adotada e, até onde tivemos conhecimento, também não se buscou uma ação política para evitar o ingresso da polícia militar em área federal e a humilhação das famílias acampadas. Esse tipo de atitude é percebida pelos acampados e assentados como uma verdadeira desconsideração do INCRA, do superintendente e dos seus servidores para com aqueles que são a razão da existência desse órgão. Esse sentimento é expresso na fala de quase todos os entrevistados que colaboraram com nossa pesquisa, conforme vimos no capítulo anterior, com a frase: “o INCRA é o inimigo número um da reforma agrária.”

Essa maneira de lidar com os problemas prementes dos acampados e assentados adotada pelo INCRA, acaba dificultando o diálogo entre a instituição e os movimentos:

(...) o INCRA não tem autonomia para bater diretamente contra os grileiros de terra, então o INCRA não pode fazer mais nada porque... o superintendente do INCRA é amigo dos fazendeiros, então é melhor se manter amigo daqueles que abastecem as campanhas políticas, que são os grileiros da terra, do que ficar do lado dos trabalhadores. Então o INCRA está em cima do muro, não sabe quem apóia (Entrevista com liderança do MST, 2008).

A ação da Polícia Militar ocorreu no dia 25 de outubro de 2008, um sábado pela manhã, pegando as famílias de surpresa, uma vez que o INCRA não funciona nos fins de semana, deixando os acampados sem possibilidade de contactar a procuradoria jurídica dessa instituição.

Segundo o coordenador do acampamento, Jadiel da Silva, foi apresentado ao oficial de justiça um documento que comprovaria a permanência na área por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Silva afirmou que o oficial de justiça não reconheceu o documento (FAMÍLIAS...,2008).

A forma de atuação da polícia militar foi desproporcional à possibilidade de resistência das famílias, que diante da truculência da polícia deixaram o assentamento apenas com alguns pertences e com seus documentos pessoais, deixando para traz mais

de um ano de produção, como informou Eduardo Rocha responsável pelo setor de frente de massas e mobilização do MST, como podemos acompanhar na seguinte sequência de fotos (Figura 8 a 15).

Nas três primeiras fotos vemos o acampamento Patoá antes da ação da Polícia Militar do estado de Roraima:



Figura 8: Instalação do núcleo inicial do acampamento Patoá.
Fonte: Ednaldo Morais (2008). Acervo: CAR, CPT, MMC.



Figura 9: primeira safra de arroz do acampamento Patoá.
Foto: Ednaldo Morais (2008). Acervo: CAR, CPT, MMC.



Figura 10: Paiol de arroz para consumo das famílias do acampamento Patoá.
Fonte: Ednaldo Morais (2008). Acervo: CAR, CPT, MMC.

O acampamento durante e após ação da polícia militar do estado de Roraima:



Figura 11: chegada da polícia no acampamento Patoá.
Fonte: Ednaldo Morais (2008). Acervo: CAR, CPT, MMC.



Figura 12: Ação da polícia no acampamento Patoá.
Fonte: Ednaldo Morais(2008). Acervo: CAR, CPT, MMC.



Figura 13: Policial ateando fogo em barraco do acampamento Patoá.
Fonte: Ednaldo Morais (2008). Acervo: CAR, CPT, MMC.



Figura 14: Paiol de arroz destruído pela ação da polícia no acampamento Patoá.
Fonte: Ednaldo Morais (2008). Acervo: CAR, CPT, MMC.



Figura 15: famílias com crianças abandonando o acampamento Patoá após atuação policial.
Fonte: Ednaldo Morais (2008). Acervo: CAR, CPT, MMC.

Mesmo diante desse quadro de uso indevido da violência do Estado contra as famílias, após essa ação policial que acabamos de acompanhar, os acampados do Patoá voltaram a se organizar.

4.5 PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS NOS MOVIMENTOS E SINDICATOS

Vimos até o momento como a ação dos movimentos sociais rurais vem sendo desenvolvida no estado de Roraima e pudemos constatar que muitas das atividades do INCRA em atenção aos acampados e aos assentados estão diretamente vinculadas com a mobilização das famílias que lutam pelo direito à terra. Esse quadro pode ser traduzido nas palavras de um militante do MST:

Se não fosse a pressão dos movimentos sociais o INCRA não andava. Se a CAR não discutisse pelo menos um sonho de um plano de assentamento para as famílias, o INCRA não faria assentamento. Os problemas só vem do Baraúna para Boa Vista quando as famílias vão até o INCRA e são 240 Km de distância onde fica o projeto Pau Brasil, o assentamento foi criado há 2 anos e os técnicos do INCRA só foram até lá fazer a vistoria e no dia de medir a estrada e não foram mais lá até hoje. Então os problemas de lá só chegam até o INCRA porque a direção do MST traz, se não trouxesse o agricultor teria virado Jeca Tatu, quando o INCRA aparecesse lá a onça já teria comido os assentados, então se não existisse os movimentos para brigar ou para trazer os problemas para o INCRA as coisas seriam piores para o lado do agricultor. O INCRA de Roraima só funciona na base da pressão, a pressão sobe, eles trabalham, a gente afrouxa e as coisas param novamente. (Entrevista realizada com o Sr. Eduardo Vitor da Rocha, 2008)

Mesmo diante desse quadro de mobilização que acabamos de apresentar, a participação das famílias assentadas nas associações, sindicatos e movimentos sociais é relativamente pequena como veremos no Gráfico 11:

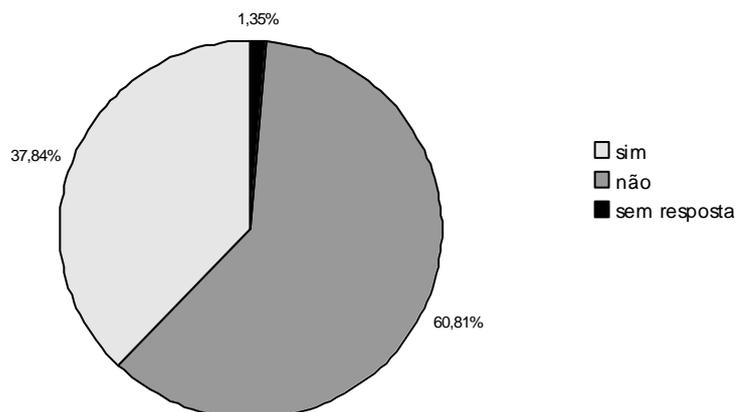


Gráfico 11: Participa de alguma associação de agricultores.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Não realizamos um levantamento específico sobre o número de associações de produtores de base familiar, nem mesmo nos assentamentos para os quais direcionamos nosso trabalho, pois essa é uma rede bastante diversificada, espalhada por quase todas as vicinias dos projetos de assentamento. Muitas não funcionam por vários motivos, que mereceriam um estudo especial. Mas, durante a pesquisa, fizemos contatos com presidentes de associação, associados e com ex-dirigentes e ouvimos algumas queixas sobre essas entidades: falta de contribuição dos associados; disputas políticas e o uso político eleitoral por parte de grupos políticos do Estado; falência, por falta de um acompanhamento rigoroso do caixa da associação ou por participar de algum tipo de projeto que comprometam a saúde financeira da entidade.

(...) trinta por cento da comunidade participa da associação, mas como a associação depende das ações do governo, muitas vezes a associação perde a credibilidade, pois nós fazemos as reivindicações e muitas vezes elas não são atendidas, aí o povo começa a ficar desacreditado da associação. E a gente que participa mais a frente da associação também perde a credibilidade junto ao povo (Entrevista com o Sr. Claro Matias, 2008).

O Gráfico 12 apresenta a participação nos sindicatos:

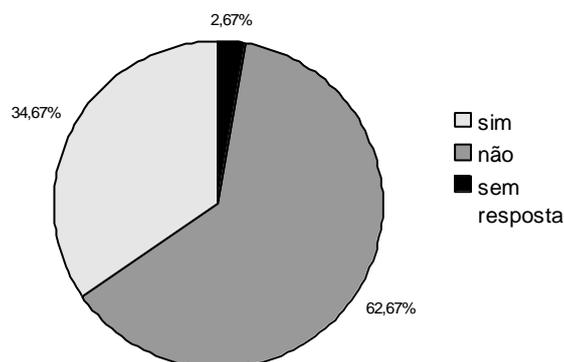


Gráfico 12: participa de sindicato.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Quando analisamos os gráficos, percebemos serem assemelhados os números de participação dos camponeses no sindicato ou na associação. Esses são dados que chamam a atenção, pois essas entidades estão na base de sustentação do movimento sindical e associativo e a identificação entre os dirigentes dessas entidades e seus filiados deveria ser maior do que a que é estabelecida com os dirigentes de entidades de âmbito estadual. Normalmente os presidentes da associação e do sindicato estão próximos, moram na vicinal, vivem no assentamento ou no máximo na sede do município, possibilitando o contato muito mais intenso e imediato com os filiados, permitindo que esteja inteirado dos problemas dos sindicalizados; isso propicia, também, o maior conhecimento das questões sindicais, por parte dos filiados. Mas ainda assim isso não é capaz de ser revertido num processo de filiação massiva.

Contudo, não podemos esquecer que a sustentação desses sindicatos de trabalhadores rurais é formada por produtores de base familiar e por camponeses, e não por assalariados, o que reflete nos termos das lutas travadas. Outro aspecto digno de menção é o problema conjuntural vivido pelo sindicalismo brasileiro, seja rural ou não, nos últimos 20 anos. As adesões ao sindicalismo de resultado e ao melhorismo (SAMPAIO JÚNIOR, 2005) direcionaram a luta do trabalhador para busca de soluções individuais, e não coletivas, o que fez a balança pender para o lado do esvaziamento dos sindicatos, além das disputas pelo poder da burocracia sindical.

Outra questão enfrentada pelo sindicalismo rural é a dificuldade para estruturar os

STR: os doze sindicatos do Estado enfrentam problemas de contribuição sindical:

Em relação a contribuição sindical já é um outro entrave, hoje nós temos em torno de 2 mil trabalhadores filiados por sindicato, a contribuição aí é complicada. A média de arrecadação de cada sindicato é de 1 mil reais, em torno de 150 a 200 pessoas contribuem e nós temos um público que está aprendendo a ser rural (...) então não tem essa tradição de ver a sua entidade representativa como a responsável para transferir sua ansiedade em política, de levar suas ansiedades para serem transformadas em políticas públicas e de fortalecimento. Estamos rompendo essa barreira aos poucos, mas estamos tendo dificuldade, nossos sindicatos são sindicatos financeiramente e estruturalmente muito fragilizados, e a gente está em um processo por sermos a segunda mais jovem federação do país, estamos inteirando 8 anos agora no final desse ano de 2008, então estamos nesse processo muito novo, muito jovem ainda de organização do agricultor familiar, da organização e estruturação das nossas entidades (Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008)

Como a maioria absoluta dos sindicalizados não é constituída de trabalhadores assalariado, não existe, portanto, desconto sindical em folha de pagamento: a contribuição sindical é realizada no sindicato. De acordo com as informações do presidente da FETAG/RR e de outros sindicalistas que contactamos, ao longo da pesquisa, um dos motivos para manter a filiação junto ao sindicato é o acesso à aposentadoria e a outros direitos sociais.

Conforme o Gráfico 13, que apresenta os números sobre a participação dos camponeses de Roraima em movimentos sociais, depreendemos que a taxa de filiação não chega a 5%, o que parece ser muito baixa. Se considerarmos, todavia, não apenas aqueles que assumem fazer parte de uma organização social, mas também os que declaram participar de reuniões ou de determinadas atividades de forma “esporádica”, veremos que os dados de filiação sindical são mais significativos do que parecem a primeira vista. Isso parece demonstrar que, mesmo diante do enfraquecimento dos sindicatos nas últimas décadas, essas são instituições que ainda conseguem congregar trabalhadores. Enfim, que o sindicato ainda é um espaço importante para defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, nesse caso, não assalariados.

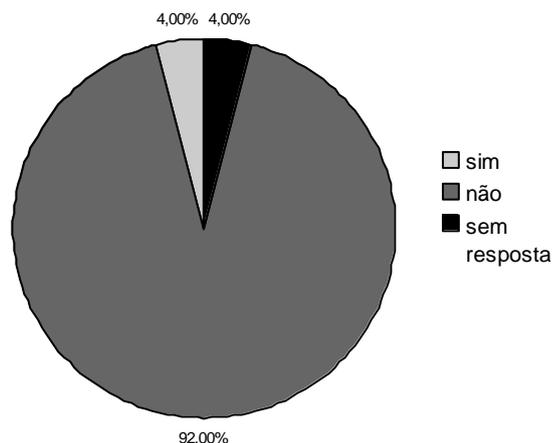


Gráfico 13: Participa de algum movimento social
Fonte: Famílias entrevistadas.

Não obstante, o baixo índice de participação nos movimentos sociais preocupa seus dirigentes, conforme declarou a senhora Rosângela Piovizani Cordeiro, membro da coordenação nacional do MMC:

Se você mapear os dirigentes das comunidades eclesiais de base, que no início dos anos de 1980 eram 60 comunidades no sudeste do estado e contava com uns 80 dirigente, hoje se você encontrar uns três que continuam na militância é muito. Porque as pessoas vêm, passam e vão embora, então se tem uma dificuldade de formar um militante, um dirigente e ele permanecer na organização, pois tem que ter muito aquilo como um projeto que não é só dele, mas é coletivo (Entrevista realizada com a Sra. Rosângela Piovizani Cordeiro, 2008).

Para a dirigente do MMC essa situação reflete a própria realidade do Estado:

(...) nós temos uma dificuldade muito grande, você faz formação, capacitação todo dia e sempre você vê que as pessoas, a militância não tem aquela firmeza, não tem muito claro o projeto que deseja, eu sinto muita angústia por isso, mas isso faz parte de um processo de migração e isso faz parte de Roraima (Entrevista realizada com a Sra. Rosângela Piovizani Cordeiro, 2008).

Os deslocamentos que ocorrem no Estado não se referem apenas aos que entram, mas também aos que saem do Estado ou se deslocam internamente, esse fluxo é bastante intenso (IBGE, 1991; 2000).

A *angústia* da dirigente do MMC pode ser compreendida porque ainda “persistem componentes de relações de trabalho servis do passado, que não foram totalmente

abolidas ou superadas. E não o foram porque suas condições de reprodução também persistem. Entre elas, uma certa cultura de servidão e da dependência pessoal que ainda se difunde entre as populações pobres do campo.” (MARTINS, 1997, p. 110)

Corroboramos o que acima afirmamos o fato de que, quando questionávamos os participantes da pesquisa sobre se conheciam algumas das entidades relacionadas no Gráfico 14, o *sindicato* apareceu como a instituição mais citada por parte dos assentados.

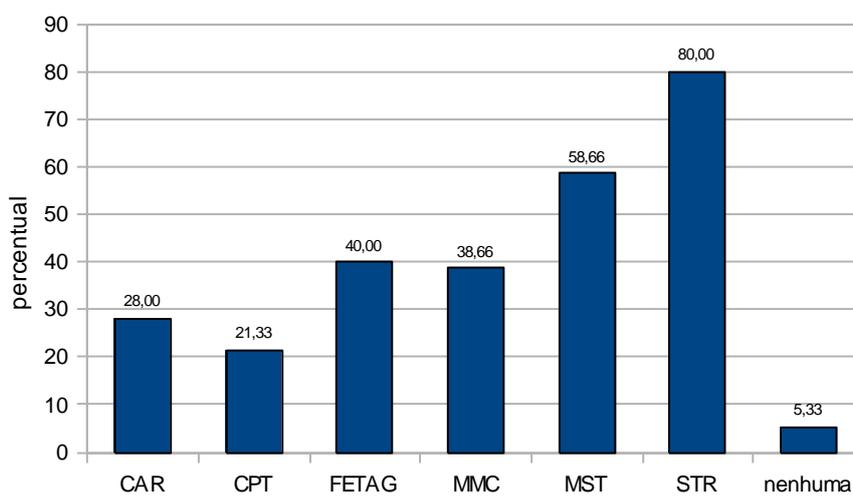


Gráfico 14: Conhece alguma dessas entidades ou movimentos.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Relembramos, ainda uma vez, que direcionamos nossa investigação para áreas com características distintas: a primeira reúne assentamentos originários de projetos de colonização, como é o caso do PA RR 170 e do PAD Anauá; a segunda compreende o PA Nova Amazônia e PA Nova Amazônia I, em que parte das famílias assentadas passou por uma outra experiência de luta para conquistar a terra, o que consubstancia uma situação diferente de quem obteve um lote apenas se cadastrando no INCRA ou que teve sua posse regularizada pelo referido órgão. Nesse segundo grupo também incluímos o PA Jatobá que conta com pessoas já assentadas e sirpadas, mas também com um acampamento organizado pelo MST. Assim, essa composição do universo da pesquisa pode apresentar uma certa tendência em seus resultados. Apesar disso, a participação sindical é algo generalizado entre os assentados e carrega um sentido de proteção e acesso a direitos sociais. Porém essa filiação sindical pode não resultar em engajamento, em lutas e mobilizações que visem exatamente à manutenção ou aos avanços dos direitos e da proteção social.

Nesse passo, devemos chamar a atenção, ainda uma vez, para a discussão feita no início do capítulo, a partir da leitura de Palmeira e Leite (1998), que defendem que os assentados nos projetos em áreas de reforma agrária normalmente contam com ingredientes mais politizados do que os beneficiários de áreas de colonização. Em razão disso, talvez possa ter tido um peso maior as respostas dos questionários aplicados nas regiões de colonização; porém a forma de distribuição dessa ferramenta de pesquisa foi pensada para oferecer um equilíbrio entre as diferentes regiões do Estado e períodos de governo.

Por outro lado, devemos acrescentar que não correlacionamos os dados para verificar se quem participa do sindicato não participa de associação e vice versa. Durante a realização da pesquisa foi possível perceber que muitos daqueles que estão envolvidos com os movimentos sociais rurais são sindicalizados, excetuado parte da militância e dos quadros de direção de algumas dessas organizações que são formadas, além dos camponeses, sem-terra, assentados, agricultores familiares e demais categorias que representam os homens e as mulheres que trabalham no campo, por estudantes, religiosos, professores, trabalhadores urbanos, entre outros.

Não estamos reiterando essa discussão para diminuir a importância do sindicato. Apesar disso, não podemos negar que o fenômeno dos movimentos sociais rurais hoje ostenta um comportamento mais politizado e comprometido com transformações sociais do que o movimento sindical (SAMPAIO JÚNIOR, 2005). No Gráfico 15 apontamos para a questão da participação em entidades, associações, sindicatos e movimentos sociais.

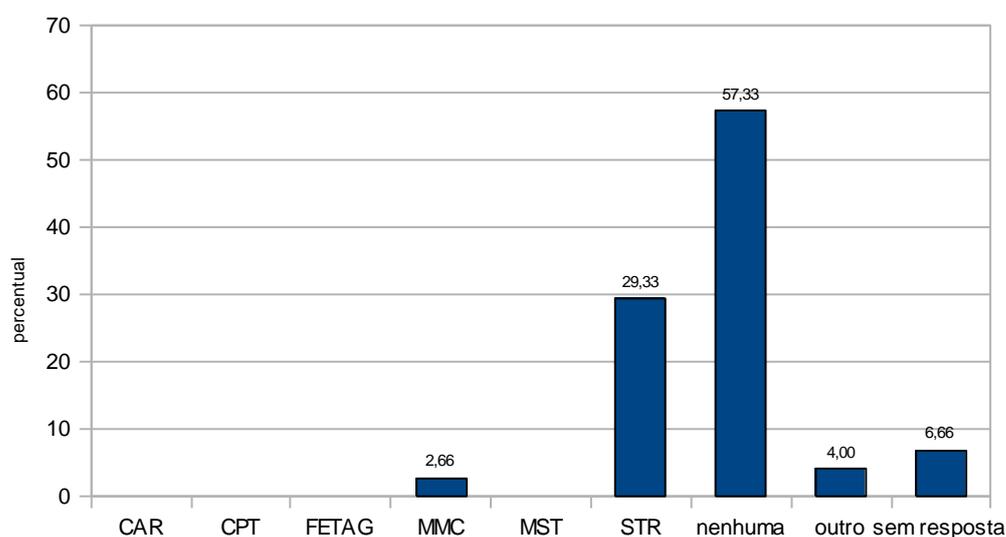


Gráfico 15: Participa de alguma dessas entidades ou movimentos.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Apesar de conhecerem as entidades e, em certos momentos, inclusive participarem das mobilizações promovidas por essas organizações, os vínculos não são permanentes, sendo, na verdade, circunstanciais. Somente em casos em que existe uma demanda determinada, um conflito, uma manifestação, os assentados seguem o movimento que está à frente daquela situação. Passado aquele período de crise, ocorre novamente o afastamento.

Outrossim, devemos esclarecer que, apesar de aparecer no gráfico com 0% de participação, a FETAG congrega todos os sindicatos rurais do Estado. Dessa forma, participar do sindicato é participar da FETAG, sendo o mesmo o caso da CAR (que apareceu no gráfico com 0% de participantes): esta entidade não conta com filiados diretos, uma vez que é composta pelas associações de produtores existentes nos projetos de assentamento.

Outro fator que nos chamou atenção nos últimos dois gráficos foi o fato de muitas pessoas conhecerem o MST, mas não participarem do mesmo. O fato de o MST ter mais visibilidade que outros movimentos que atuam no estado há mais tempo, como a CAR, por exemplo, pode estar vinculado ao tempo de existência desse movimento, que já completou 25 anos, e também por sua presença na mídia: suas ações sempre chamam atenção da população, como bloqueio de estradas, ocupação de prédios públicos, marchas realizadas, etc.

Em relação aos aspectos relativos à proximidade com as políticas desenvolvidas pelo governo Lula e as entidades dos movimentos sociais, abordados no capítulo II, apenas relembramos que o apoio manifestado às políticas do governo federal não é exclusividade do movimento sindical. O MST, por exemplo, desde primeiro mandato de Lula mantém uma “política de boa vizinhança”, alternando momentos de críticas contundentes com apoio político em determinadas circunstâncias.

Também questionamos os assentados em relação à importância do sindicato e dos movimentos sociais (CAR, CPT, FETAG, MMC, MST e STR) para a vida dos trabalhadores rurais e obtivemos os seguintes resultados (Gráfico 16):

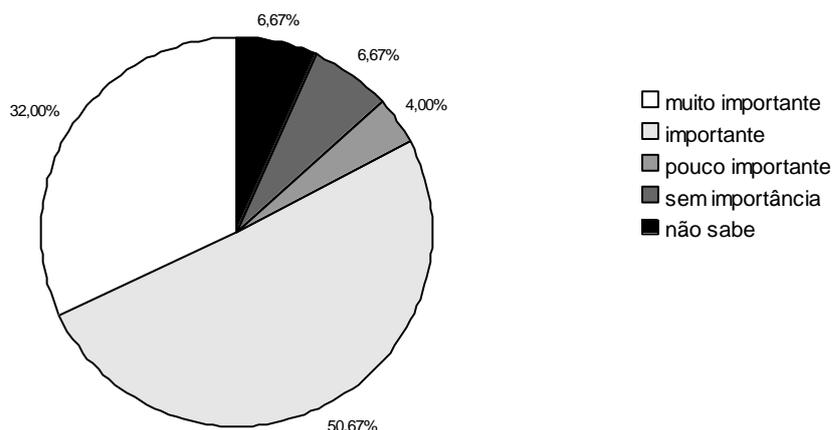


Gráfico 16: Essas entidades ou movimentos são importantes para o trabalhador rural.
Fonte: Famílias entrevistadas.

A maioria absoluta dos entrevistados respondeu que os sindicatos e os movimentos sociais que lutam pelos direitos dos trabalhadores do campo são muito importantes; apenas 10% considerou que essas entidades são pouco importante ou não tem importância alguma.

Em relação a esse aspecto, ouvimos alguns depoimentos, que em sua maioria confirmam os dados apontados pelo gráfico:

A CAR é uma entidade boa, só falta as pessoas botarem mais crédito nela, ela é uma entidade que ela vai junto com os presidentes de associação e a diretoria aos órgãos do governo a Secretaria, ao INCRA, ao Ministério e ela é uma entidade pesada ela convoca todos os presidentes de associação e faz o movimento apoiado pela CPT e assim a gente segue em frente fazendo o trabalho (Entrevista realizada com assentado do PA – RR 170, 2008).

Se não fosse esses movimentos a gente não chegava em lugar nenhum, porque eles são a nossa direção, nós estamos aqui e eles estão lá, então quando a gente precisa eles já indicam alguém para gente conversar, então esses movimentos são importantes (Entrevista realizada com assentado do PA Nova Amazônia I, 2008).

A CPT é uma entidade boa, ela é uma entidade de apoio, não que ela invista pesado no interior, ela espera que os presidentes de associação, as lideranças rurais levem os problemas até a ela e lá ela sempre age com a gente nos casos mais delicados, porque a parte burocrática, de documentação e reivindicação sempre aqui e acolá eles estão junto com a gente lá na cidade (Entrevista realizada com assentado PA RR 170, 2008).

(...) é tudo, porque se não fosse a criação desses movimentos os trabalhadores rurais não teriam muito ganho não, acho que os trabalhadores rurais ganharam com o surgimento desses movimentos, como o MST a CPT, e as políticas que hoje atendem a agricultura familiar surgiram a partir dessas organizações. Eu digo um exemplo muito grande: eu era criança ainda no Pará, e teve um movimento nascido em Altamira e depois foi para Belém, que foi o programa Luz no Campo,

que nasceu por ali de um grande movimento dos sindicatos e que depois se expandiu para o país inteiro. Então quer dizer tem muitas iniciativas que hoje atendem o homem do campo nasceram dessas organizações (Entrevista realizada com liderança PAD Anauá, 2008).

Na verdade o Lula é um sindicalista nato e ele sabe como tirar proveito do movimento e ele sabe que não tem para reforma agrária ninguém melhor dizer o que é melhor para ser feito do que o próprio movimento. Então ele está sendo inteligente como sempre foi e esta tirando proveito disso, coisa que poucos governos tiraram. É lógico que tudo que acontece de mudança é pressão do movimento sindical e do movimento social como um todo, que tem outros movimentos também que pressionam e propõe políticas, não é mérito só nosso enquanto sindicalistas não. Mas nós tivemos esse ano de 2008 o grito da terra Brasil mais de trezentas solicitações para o governo federal e todas elas foram atendidas. Então essa mudança, algumas mudanças, mudança de crédito do PRONAF, por exemplo, é uma demanda nossa, é demanda do movimento sindical rural e o PRONAF está mudando para melhor e fortalecendo e aumentando a quantidade de recurso (Entrevista realizada com dirigente sindical, 2008).

No entanto, alguns já não acreditam na capacidade das organizações que atuam no interesse dos trabalhadores rurais:

os líderes junto com os políticos é que vão se sair bem e o resto do povo é um pano preto nos olhos, no meu sentido de ver as coisas, difícil (Entrevista realizada com assentado PA Nova Amazônia, 2008).

Primeiro lugar sindicato tem que funcionar e o nosso sindicato é fraco, para nós nos reunirmos com agricultor, a maioria esta desiludida, não está mais acreditando em nada, então fica difícil de reunir, vai bater na porta de quem para você mostrar para turma, sindicato é fraco, parte agricultura do governo do estado nem se fala. Então a gente vai se reunir para começar, mas começar o que? Se não tem nada. (Entrevista realizada com assentado PA Nova Amazônia, 2008).

A contribuição dos assentados demonstra a importância das entidades e dos movimentos sociais para a organização dos trabalhadores rurais e a luta por seus direitos. Porém, também foi possível perceber que existem problemas que precisam ser superados, seja no âmbito das disputas políticas pessoais ou das disputas dos espaços ideológicos das entidades e movimentos. Mas, sem dúvida nenhuma, ficou claro pelas próprias circunstâncias de moradia das famílias assentadas, que vivem em lotes distantes, em regiões remotas e de difícil acesso, que sem o trabalho de mobilização, de formação e de organização promovidos pela CAR, CPT, FETAG, MMC e MST, seria muito mais custoso para essas famílias o estabelecimento de laços de unidade para conquistarem os seus objetivos.

Considerando os aspectos da mobilização das famílias assentadas no estado de Roraima, seja no sentido das lutas travadas pela terra, seja nos deslocamentos das famílias de outras regiões do Brasil para se instalarem em terra roraimense, seja o

aspecto da participação das famílias assentadas nas entidades de representação dos seus interesses, resolvemos verificar se os assentados e as lideranças do movimento tinham algum conhecimento sobre o II PNRA. Os resultados podem ser conferidos no Gráfico 17:

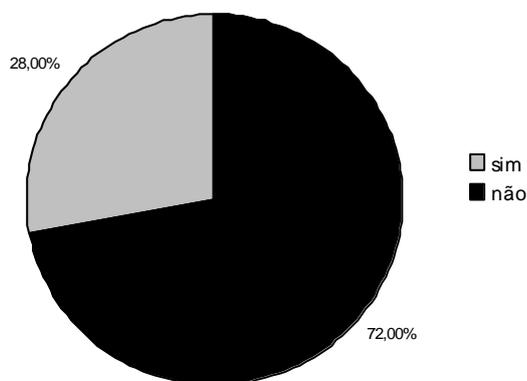


Gráfico 17: Já ouviu falar do II PNRA.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Como se observa no gráfico, 72% daqueles que responderam os questionários informaram que não possuíam nenhum conhecimento sobre o II Plano Nacional de Reforma Agrária. Todavia, esse índice poderia ser mais distendido, pois muitos daqueles que responderam *sim* para a pergunta na verdade confundiam o II PNRA com a idéia de reforma agrária. Na verdade, o que desejávamos extrair dessas respostas era o quanto o INCRA divulgou esse plano no Estado e qual o debate que se travou para realizar o plano estadual de reforma agrária, conforme previsto no II PNRA:

A partir de seu lançamento em novembro de 2003, o Plano vem sendo desdobrado em planos regionais e estaduais, de tal forma que a estratégia de desenvolvimento rural nele contida possa, no diálogo democrático e criativo, com as diversas instituições, entidades e movimentos desdobrar-se em ações territoriais que integrem e potencializem as iniciativas dos órgãos das diferentes esferas de governo. (INCRA, 2004, p.11)

Considerado o número de pessoas que desconhecem o II PNRA e o compromisso do governo federal em divulgá-lo e desdobrá-lo em planos regionais e estaduais, podemos tirar duas conclusões: ou as famílias assentadas são desinteressadas em

discutir os projetos governamentais que permeiam sua vida, ou o INCRA não estabeleceu nenhuma ação que efetivamente possibilitasse a divulgação e a construção do plano estadual de reforma agrária.

Devemos considerar que participação popular na vida política do país é muito pequena e não poderia ser diferente com as famílias assentadas. Mas durante todo o tempo de realização dessa pesquisa não encontramos nenhum documento que lembrasse um plano estadual de reforma agrária. Assim, além das metas de assentamentos e a criação de novos projetos de reforma agrária não serem cumpridas (OLIVEIRA, 2006), os compromissos firmados pelo governo federal de realizar debates com o envolvimento de entidades e movimentos na implementação do II PNRA não ocorreu ou se deu de forma muito parcial. Algumas ações que hoje são desenvolvidas no INCRA, e que estão atreladas ao PNRA, são discutidas com os movimentos sociais, sindicatos, universidades e outras instituições, como por exemplo citamos as ações do PRONERA e a construção do Território de Desenvolvimento Rural Sustentável Sul de Roraima. No entanto, essas não são ações de reforma agrária e sim ações complementares.

É claro que nesse aspecto cabe também uma crítica ao próprio movimento sindical e social, pois a divulgação do II PNRA poderia ser feito pelas lideranças ou por seus canais de comunicação, mas muitas delas desconheciam o plano:

Já vi, mas não tenho muito conhecimento, não sei qual é o sistema, quando nasceu, não sei diferenciar ainda, ainda não tenho estudo nenhum em cima disso (Entrevista com liderança de movimento social, 2008).

Já ouvi por alto (Entrevista com dirigente de entidade, 2008).

Porém, outros dirigentes já dispõem de maiores informações sobre o II PNRA. Mas, ainda assim, o percebem como um plano para solucionar questões de regularização fundiária da Amazônia e não exatamente como um plano de reforma agrária:

O Plano veio para melhorar em muitos aspectos. O nosso problema na Amazônia é que não funciona, você pode botar qualquer plano enquanto o INCRA não mudar sua política de ver um Brasil como um Brasil único de biomas iguais, na Amazônia não vai funcionar, qualquer plano para a Amazônia tem que ser diferenciado das outras regiões, porque o entrave é exatamente esse. O INCRA hoje tem problema diz que não tem corpo técnico suficiente, o INCRA tem problema de frota, porque nós dependemos em algumas regiões de barco e outras só de avião. Quer dizer o investimento do país na Amazônia para regularização e para qualquer plano do INCRA funcionar ele tem que ser pensado para a Amazônia, e eu digo investimento porque normalmente os governos dizem que é muito gasto, mas na

verdade é investimento para o país. Então para nós na Amazônia não funciona por isso, o sentimento, o sentido do Plano era para realmente quebrar alguns entraves, mas quando se trata da Amazônia se não for pensado pela Amazônia e para a Amazônia, não tem como o INCRA funcionar realmente, então não mudou muita coisa por isso (Entrevista com dirigente sindical, 2008).

Diante do quadro até aqui exposto uma inquietação sempre nos acompanhou: qual seria o significado de estar assentado para essas famílias? Qual o sentido de tantas mobilizações, sacrifícios, de vários deslocamentos pelo país? Tentamos buscar a resposta com as famílias assentadas, seja por meio de entrevistas ou com a aplicação de questionários. O resultado dessa enquete pode ser visualizado no Gráfico 18 e nas citações posteriores:

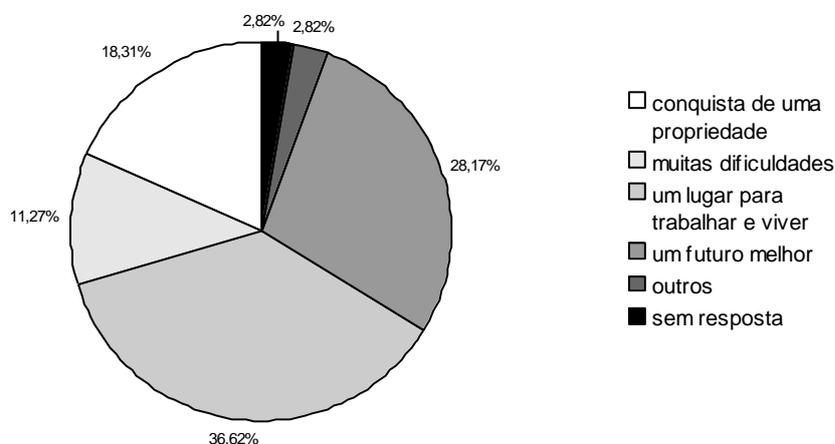


Gráfico 18: O que significa ser assentado.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Das várias respostas apresentadas, duas permitem uma interpretação do significado de estar assentado: um lugar para produzir a vida, o espaço onde o agricultor não irá apenas morar ou trabalhar, mas sim o espaço onde as duas coisas se complementam. Essa foi a resposta de 36,62% dos entrevistados, enquanto 28,17% apontaram um futuro melhor como resposta. A resposta “conquista de uma propriedade” também pode ter significado semelhante, embora, possa embutir o sentido de uma terra para negócios.

A passagem da Bíblia que fala da terra prometida move muitas famílias em busca de um pedaço de terra para viver e trabalhar, e a literatura especializada vem demonstrando que é sempre utilizada na prática de vários movimentos sociais rurais para

formação dos sem-terra (FERNANDES, 1999). Por conta desse trabalho de formação, a própria religiosidade do homem do campo e o espírito autônomo do camponês, a terra sempre está relacionada com o local de trabalho e reprodução da vida, como se percebe:

O acesso à terra representa um novo momento e um novo lugar na experiência de vida das pessoas acampadas e assentadas (...) O sonho ou realidade da “terra prometida” é a perspectiva fundamental, capaz de garantir, por intermédio do trabalho e da produção, a liberdade, sobrevivência e continuidade da vida (reprodução social). O trabalho é o valor, real e simbólico, mais importante no processo de luta e conquista da terra. O direito ao trabalho é parte fundante do processo de luta e da construção de representações que explicam e justificam a realidade e as ações das pessoas sem terra (SAUER, 2005, p. 69).

O significado atribuído por esse autor para a obtenção do lote para as famílias assentadas foi corroborado pelas palavras de três de nossos entrevistados:

A nossa vida está muito melhor, porque a melhor coisa que tem é a gente estar no que é da gente, então a gente se sente muito bem, porque tudo que a gente planta e tudo que a gente cria é da gente. Então isso para gente é muito bom (Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008).

Nós estamos morando no nosso lote, sem ter que pagar aluguel, sem ter que trabalhar para os outros (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008).

O que representa um agricultor estar no seu próprio lote, representa liberdade, ele tá liberto, ele está no seu próprio lote, para ele como cidadão brasileiro, cidadão comum, chefe de família é uma liberdade porque ele é o patrão, ele não é o empregado, mesmo produzindo pouco, mas ali ele é o patrão do seu próprio trabalho (Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008).

Ao longo de nossa pesquisa convivemos com vários trabalhadores rurais, entre os quais sempre fomos bem acolhidos, chegando a pernoitar na casa de uma família. Nesses momentos, as conversas iam além dos roteiros pré definidos das entrevistas, sem mencionar que, durante as refeições, sempre aparecia alguém e aí a prosa ficava boa, pois nessas horas falávamos de diversos assuntos. A questão da autonomia de ter o seu lote era sempre muito referida e todos apontavam para idéia de não ter patrão e sem ninguém dando ordens a todo o momento. Alguns comparavam essa situação com a época que eram empregados em fazendas, na construção civil e até mesmo no garimpo. Essa liberdade e essa autonomia para muitos é um resgate do passado de uma vida camponesa, porque muitos têm origem na vida rural (MARQUES, 2004).

Contudo, o lote não é apenas o lugar da liberdade de ser o seu próprio patrão e o

lugar de criar a família e de viver. Como lembra Sauer (2005, p.69):

(...) a terra, no entanto, não é representada apenas como um meio ou instrumento de trabalho ou de produção. O processo de luta e a construção simbólica colocam a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência. Ela representa um local de pertencimento, de construção real e simbólica do ser, um vir-a-ser que é estar em um lugar.

A afirmação de Sauer vai ao encontro do pensamento do Sr. Mozarildo da Silva:

(...)“a gente está aqui e não é mandado por ninguém, nós estamos aqui por livre e espontânea vontade e morando no que é da gente (Entrevista realizada em 2008).

Assim, podemos compreender o significado de quem não tinha emprego ou vivia em situação de humilhação e exploração e agora é dono do seu próprio destino. Estar assentado significa uma vitória depois de um longo processo de luta. Nesse caso, não contra o latifúndio, mas contra o próprio Estado, que deveria promover a reforma agrária.

No próximo capítulo veremos que a luta para se ter acesso a terra e o direito de produzir para o sustento de sua família, e ainda produzir excedentes para atender as necessidades de toda população, não se encerra com a entrega do lote por parte do INCRA, em virtude dessa autarquia federal não entregar as parcelas dos assentamentos concomitantemente com infraestrutura que todo projeto de um plano de reforma agrária deveria oferecer. No caso de Roraima as obras de infraestrutura e os procedimentos de regularização dos lotes, na maioria das vezes levam 5, 10, 15 ou até mais de 20 anos para chegarem aos beneficiários dos programas governamentais.

5 COM A CONQUISTA DA TERRA NOVAS LUTAS SE INICIAM

No capítulo anterior observamos a trajetória de deslocamentos das famílias que hoje compõe os projetos de assentamento de responsabilidade do governo federal em Roraima. Percebemos que a luta para se alcançar um pedaço de terra é árduo e no caso desse estado ocorre a disputa com o latifúndio e com o agronegócio, no entanto a maior luta que essas famílias travaram nos últimos anos foi com o próprio Estado brasileiro. Estado que é dirigido por pessoas que tiveram origem em classes populares, que foram comprometidas com a busca da democracia no Brasil, no entanto, ao assumirem o poder passaram a privilegiar as elites, a burguesia nacional (SAMPAIO JÚNIOR, 2005) e não propiciaram um avanço em direção a democratização do acesso a terra.

Essa realidade também é marcante em Roraima, pois hoje estamos acompanhando o grande esforço da SR 25 em encaminhar com muita agilidade o processo de regularização de posses de até 1.500 ha, sem a necessidade de processo licitatório, conforme MP 422/2008 e o Decreto nº 6.754, de 28 de janeiro de 2009. De outro lado, os lotes dos PAs, continuam sem infraestrutura e sem regularização. Oliveira (2008), quando da publicação da referida Medida Provisória, escreveu um artigo apontando: “Lula é o presidente companheiro dos grileiros da Amazônia”. Segundo esse autor, essas medidas na verdade colaboram com a regularização de terras griladas em toda a Amazônia. Dois dos articuladores dessa medida foram os Superintendente do INCRA/RR e o Senador eleito por Roraima e Líder do governo no Senado da República (NOMEAÇÃO..., 2009).

Enquanto isso os projetos de assentamento rural no interior do estado enfrentam condições de extrema precariedade e alguns, como é o caso do PA Jatobá, em verdadeiro estado de abandono. Ainda assim, centenas de agricultores, ou colonos como muitos deles se reconhecem, conseguem produzir em quantidade suficiente para o sustento de suas famílias e ainda fornecem muitos alimentos que são comercializados nos supermercados e feiras da cidade de Boa Vista, como para os vários núcleos urbanos pelo interior do estado.

5.1 A INFRAESTRUTURA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM RORAIMA

Nessa seção pretendemos descrever a precariedade em que vivem as famílias assentadas no estado de Roraima, mais especificamente nos projetos que estudamos;

essas precariedades são acentuadas por falta da implementação das ações previstas no II PNRA.

No trecho a seguir reproduzido, podemos notar a verdadeira situação de abandono por que passam as várias áreas de assentamento:

'(...) os assentamentos são criados e os assentados deixados sem nenhuma assistência. O Incra cria e deixa as famílias jogadas, sem assistência alguma. Elas não se produzem, não geram emprego e o Estado não desenvolve, não cresce. Queremos condições para o homem viver no campo com dignidade', afirmou. (...) David comentou que a principal preocupação quanto aos assentamentos, diz respeito à omissão do Governo Federal em relação a quem vive nessas áreas. 'Durante o seminário começou a se questionar que o governo se mostra inoperante nestas áreas, não tem prestado assistência técnica, construído estradas, habitações'. Durante as discussões foi colocada de forma enfática pelos participantes, a necessidade de se reestruturar o Incra (MOVIMENTOS..., 2007).

As atividades do governo federal nos assentamentos são realizadas por meio de ação direta ou firmando convênios com o governo estadual e/ou prefeituras. Dessa forma, a execução de obras de recuperação da infra-estrutura de alguns dos cinquenta projetos de assentamento têm um sentido de uma política focalizada, porquanto não são ações de caráter universal de atendimento a todos os PA.

Esse tipo de situação demonstra efetivamente que o governo federal não adotou o II Plano Nacional de Reforma Agrária em todo o seu conteúdo, visto que várias das metas e ações estabelecidas no referido documento não foram cumpridas. Entre elas estão: a recuperação e implementação de infra-estrutura que permita as famílias beneficiárias da Reforma Agrária (RA) terem condições dignas de habitação; a construção de estradas que permitissem o adequado escoamento da produção; a disponibilidade de energia elétrica, água e saneamento básico e, por fim, a atenção à saúde e à educação.

Constatamos em nossos levantamentos que existem poucas iniciativas para recuperação dos assentamentos e, em alguns projetos, nem sequer foi instalada a infra-estrutura mínima para receber as pessoas interessadas em produzir alimentos para o seu sustento e para as quem vivem nas cidades.

No Gráfico 19 é possível perceber que a maioria das residências é de madeira, uma característica dos assentamentos localizados em regiões de florestas. Também encontramos muitas casas de alvenaria, principalmente nos dois projetos de assentamento da capital, onde o INCRA assinou convênio com a Caixa Econômica e a Prefeitura Municipal de Boa Vista para construção de casas para famílias assentadas.

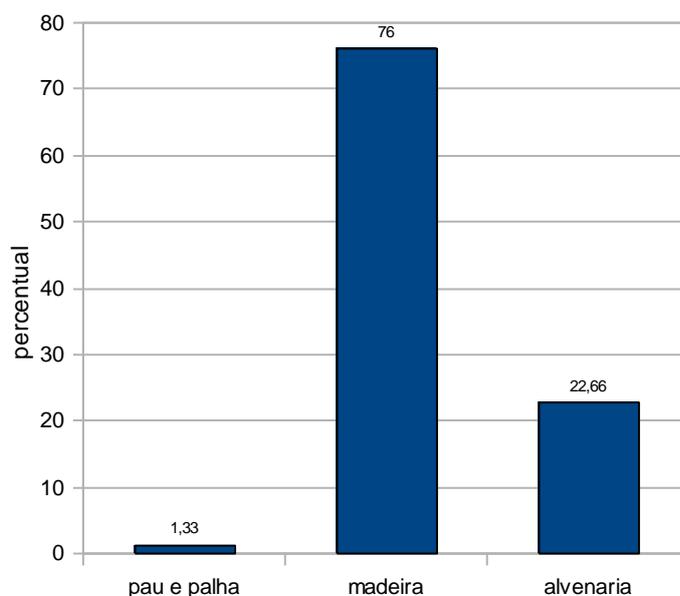


Gráfico 19: Tipo de moradia.
Fonte: Famílias entrevistadas.

A construção de moradias para as famílias assentada faz parte de uma das etapas do assentamento, ou a liberação do crédito para aquisição de material para o próprio agricultor construir sua residência. Porém, poucos têm recebido este benefício e em certos casos ocorrem falhas na concessão do crédito ou na entrega das moradias:

Quando a gente recebeu o lote, nós assinamos um contrato com o INCRA era para gente receber a casa na chave, então muitos receberam a casa e outros não, a gente vê alguns que receberam a casa e a casa está fechada, se você andar por aí tem muita casa fechada, então isso foi feito de uma forma que não foi correto. Porque devia ter um levantamento de quem realmente estava aqui desde o começo, como a gente que esta aqui desde que o cadeado da fazenda foi quebrado e não recebemos a nossa casa (Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008).

Em quase sua totalidade, a cobertura das residências é de telhas de amianto, prejudiciais a saúde e não adequadas ao clima da região, como mostra o Gráfico 20.

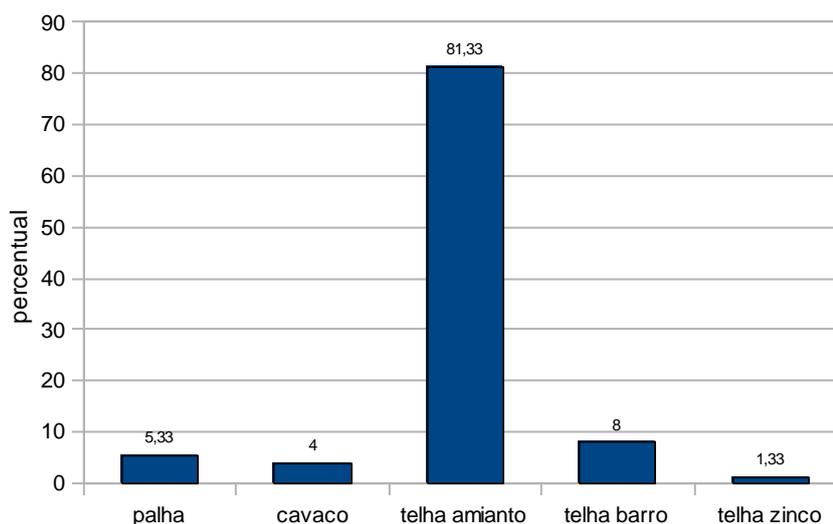


Gráfico 20: Tipo de cobertura de moradias.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Algumas moradias utilizam palha ou cavaco (pedaços de madeira), que são mais adequados ao clima da região. Hoje, em virtude das facilidades e do barateamento das telhas industrializadas, o cavaco vem perdendo sua utilidade:

(...) a telha, o colono vai na loja e compra; o cavaco tem que escolher uma boa árvore, derrubar, retirar as placas de madeira e transportar até o local da casa, é trabalhoso (Entrevista realizada com o Sr. Velho Riba, 2008).

Esse tipo de situação, de certa maneira, expõe a submissão do camponês ao mercado, que independente das questões relativas aos custos, ao abandonar o uso do cavaco vai aos poucos perdendo seus conhecimentos sobre a floresta, sobre as árvores e sobre a arte da marcenaria. Sem mencionar que uma casa coberta com cavaco oferece um conforto térmico muito maior que as telhas de amianto (Figura 16).



Figura 16: Casa de madeira coberta com cavaco – PAD Anauá.
Fonte: O autor (2008).

Já os dados sobre as condições sanitárias demonstram o estado de precariedade da maioria das residências nos assentamentos, pois, conforme o Gráfico 21, 18,66% das moradias não dispõem de banheiros. Das que possuem, 56% são externos e 25,33% são internos. A presença de banheiros externos é um fato normal em se tratando de residências do interior, contudo boa parte desses são constituído de privadas sem as condições mínimas de higiene, porquanto não possuem esgotamento sanitário, o que leva à possibilidade do surgimento de doenças.

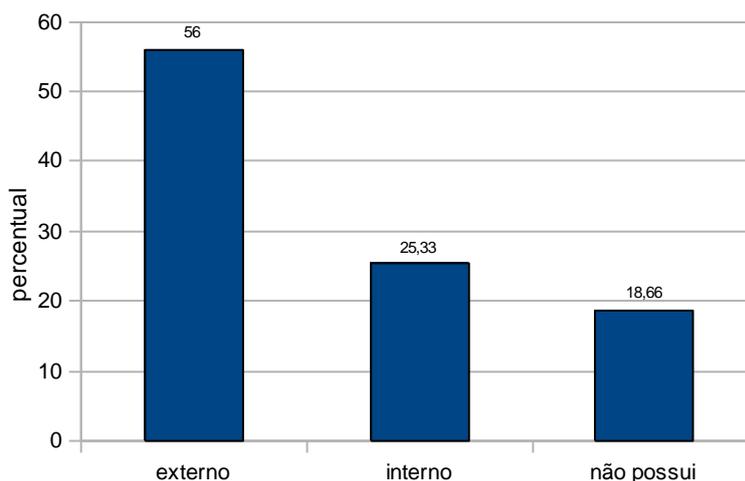


Gráfico 21: Tipo de banheiro da moradia.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Como podemos ver no Gráfico 22, nenhum projeto de assentamento possui sistema de tratamento de água. Em todas as moradias que estivemos dispõe de água de poço ou de cacimba, normalmente puxada manualmente, o que causa certos transtornos para as famílias, por conta do esforço físico que tem que ser realizado para se obter a água e da falta de água em períodos de estiagens prolongadas, especialmente nas regiões de lavrado. Há, ainda, a possibilidade de propiciar focos de doenças.

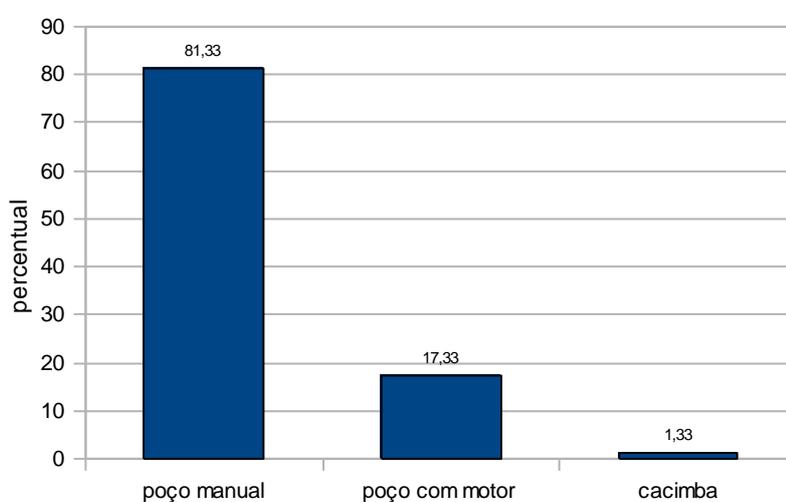


Gráfico 22: Atendimento de água na moradia.
Fonte: Famílias entrevistadas.

O Gráfico 23 mostra um sério problema enfrentado por quem vive nos projetos de assentamento, visto que esses não dispõem de nenhum tipo de tratamento de esgoto o que, sem dúvidas, gera problemas ambientais e de saúde. Ao nos deslocarmos para o interior do estado, passamos por vários núcleos urbanos, que são as sedes dos assentamentos ou das vicinais, e esses também não dispunham de sistema de saneamento básico. Em muitos casos, o esgoto corre a céu aberto. Nessas localidades, também não existe coleta de lixo.

Uma pequena falha em nosso questionário não ofereceu a opção de resposta *fossa* (buraco no chão onde se jogam as fezes e outros detritos e quando enche é fechado ou abandonado). Assim, durante a aplicação dos questionários, as pessoas responderam a opção “fossa séptica”; no entanto, segundo entendemos, esta oferece melhores condições de tratamento do esgoto em face do que constatamos, que foram fossas que não passavam de velhos buracos no chão.

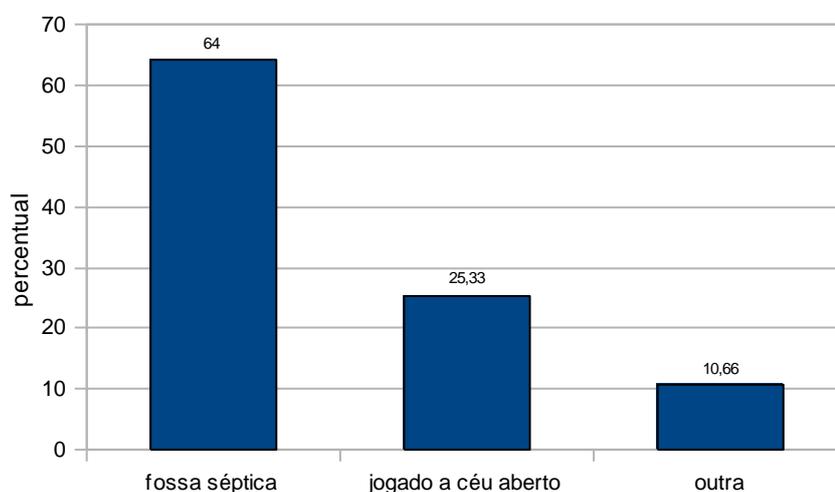


Gráfico 23: Tratamento de esgoto.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Roraima ainda não enfrenta sérios problemas com o abastecimento de água. Porém, como já mencionamos anteriormente, em períodos de estiagem, os lotes localizados no lavrado, podem ter o nível dos seus poços muito abaixo do ideal para o abastecimento das famílias, sendo que para as lavouras se não houver poço profundo e bomba com motor elétrico ou de combustão, a falta de água, no período de seca, é certa (Gráfico 24).

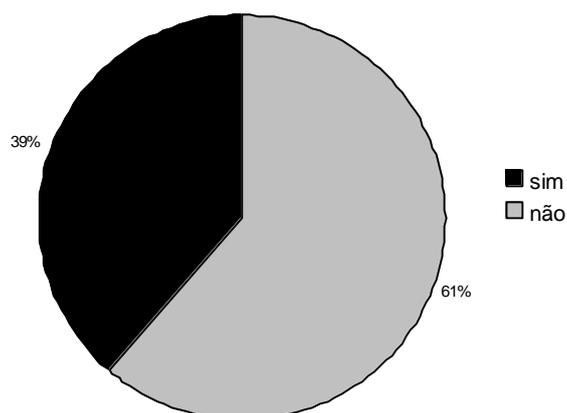


Gráfico 24: Falta de água no período de estiagem.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Em relação à energia elétrica, como podemos observar no Gráfico 25, ainda não houve sua universalização no estado de Roraima. Diante dessa realidade, 47% das moradias que visitamos não foram atendidas pelo programa Luz Para Todos, incluindo os assentamentos localizados na capital do estado.

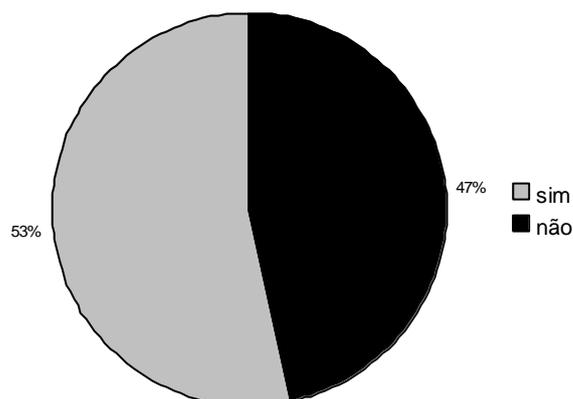


Gráfico 25: A moradia possui energia elétrica.
Fonte: Famílias entrevistadas.

No Gráfico 26 aparece um dos maiores problemas para o deslocamento das famílias e o escoamento da produção dos assentamentos, que é a falta de conservação das estradas e vicinais. Em algumas localidades, essas nem existem e as famílias só chegam em suas casas atravessando picadões construídos com seu próprio esforço ou

por madeireiros interessados na retirada de toras da região. Em certas épocas do ano, os agricultores ficam impossibilitados de escoarem suas safras por conta das chuvas que deixam as já mal conservadas estradas em situação de maior precariedade.

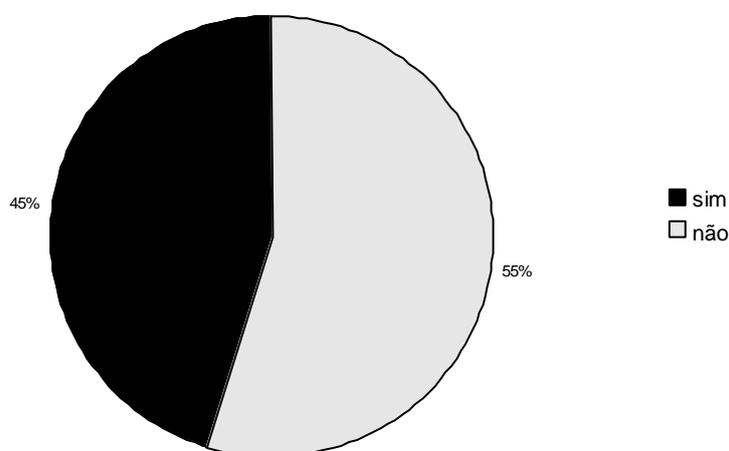


Gráfico 26: Estradas que atendem os assentamentos são conservadas.
Fonte: Famílias entrevistadas.

O problema da falta de conservação das estradas ainda é agravado pelo excesso de peso dos caminhões que transportam toras de madeiras, em muitos casos de forma irregular, como foi o caso do caminhão da Figura 17, que estava com carga além da sua capacidade e sofreu um acidente:



Figura 17: Acidente com caminhão transportando madeira.
Fonte: O autor (2008).

No dia do referido acidente, estávamos na casa do senhor Juarez Diniz, localizada na vicinal 9, do PAD Anauá, e o mesmo comentava sobre as dificuldades enfrentadas pelos agricultores daquela região para escoar a produção dos lotes por conta das condições das estradas nos períodos de chuva e também devido aos problemas das pontes quebradas por caminhões que puxam madeira na região.

Quando o caminhão passou, nos chamou a atenção por estar com um grande volume de madeira. Assim que saímos da casa do agricultor, encontramos o motorista do referido caminhão pedindo auxílio, uma vez que o veículo não conseguiu vencer uma pequena subida e acabou saindo da estrada. Dessa forma, levamos o motorista do caminhão até a sede do município de Rorainópolis para buscar ajuda. Durante o trajeto fomos conversando e o motorista informou a causa do acidente: “andamos com os caminhões carregados e acima do peso para obter um lucro maior; aí, as vezes, acontece de quebrar”.

Por conta do excesso de peso desses caminhões, que dificilmente são fiscalizados, as pontes dos assentamentos ficam completamente destruídas conforme apresentado na Figura 18:



Figura 18: Situação de ponte no PAD Anauá.
Fonte: O autor (2008).

Outro aspecto que levantamos informações foi a educação. Nesse caso, a rede escolar do estado e dos municípios atende os assentamentos. Porém, devemos considerar que as condições de acesso não são as melhores, por conta das distâncias entre as escolas e os lotes, e as condições das estradas. Sem mencionar a questão dos estágios adequados para cada idade escolar, pois muitas vezes não são ofertadas todas as séries da educação básica numa escola da região. Esse é um dos fatores apontado por muitas famílias para o abandono de seus lotes ou para desestruturação da família, pois em diversas circunstâncias ocorre de a mãe seguir para Boa Vista ou para as sedes dos municípios, com os seus filhos, a fim de que os mesmos tenham acesso a uma educação de melhor qualidade. Nesses casos, o pai acaba ficando sozinho no assentamento (Gráfico 27).

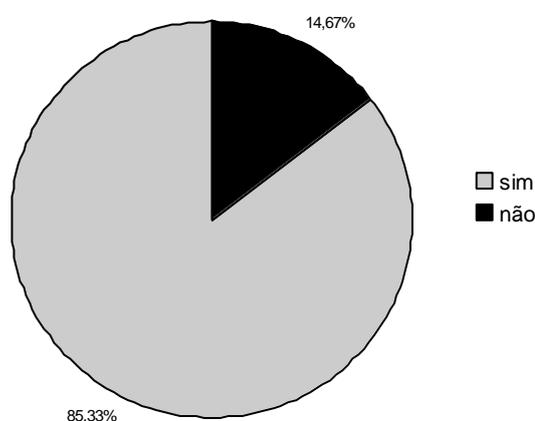


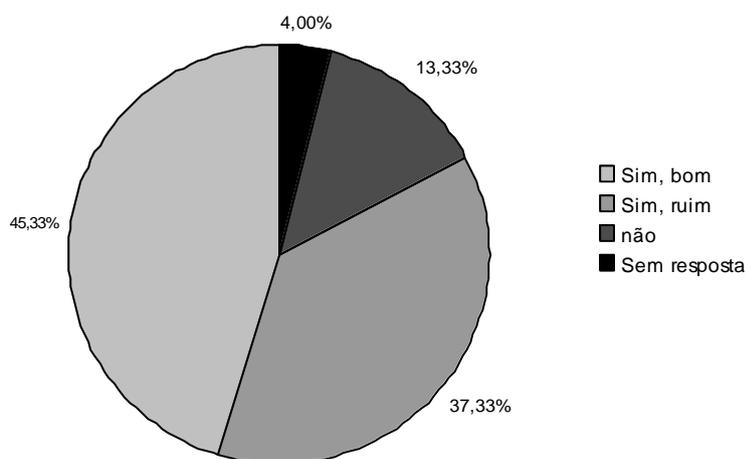
Gráfico 27: Existe escola no assentamento.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Essa situação foi confirmada pelo presidente da FETAG:

Por não ter a escola adequada para série adequada para o filho vem a mulher acompanhar o filho ou a filha para a cidade e a vida fica muito difícil. O cidadão não consegue ficar sozinho na propriedade a vida toda ai vem aquele desespero da família e eles não conseguem se regularizar e a educação não chega lá compatível com a situação do jovem, ai o camarada vende a sua bem-feitoria e vem para cidade (...) para as periferias (Entrevista realizada com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).

Ainda em relação à educação, existe outra questão que atinge as famílias nas áreas de assentamento, que é o transporte escolar. A partir da análise das respostas dos questionários aplicados, observamos que, efetivamente, boa parte das crianças dos assentamentos é atendida por transporte escolar, como é possível perceber no Gráfico

28. No entanto, ainda existe um percentual de 13,33% das famílias que não recebem esse serviço público. E essa situação pode estar diretamente vinculada às precárias condições de conservação ou à falta de estradas e/ou vicinais, uma vez que, onde só existem picadões, o transporte escolar não entra. Mais uma vez podemos constatar que aquilo que é pregado no II PNRA está muito distante da realidade dos assentamentos de



Roraima.

Gráfico 28: Existe transporte escolar.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Quando perguntamos sobre a qualidade do transporte escolar houve certo equilíbrio nas respostas: enquanto 55% qualificaram esse serviço como de boa qualidade, 45% dos entrevistados avaliaram o transporte escolar negativamente, conforme o Gráfico 29:

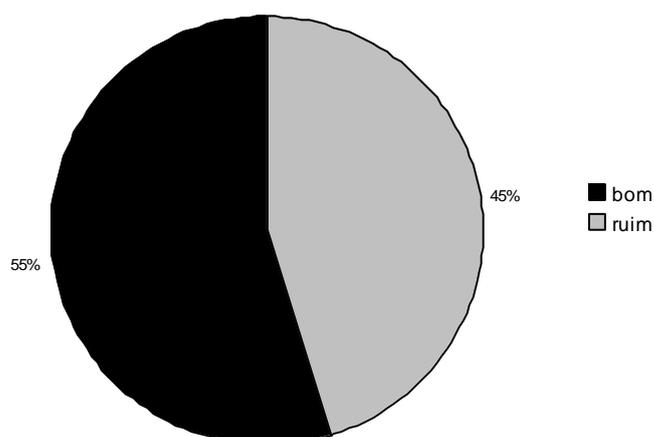


Gráfico 29: Qualidade do transporte escolar.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Mesmo avaliando o serviço satisfatoriamente, algumas pessoas chamaram atenção para os problemas que ocorrem. Quando estávamos aplicando os questionários no PA Nova Amazônia I, por exemplo, faltavam quinze dias para o ano letivo ser encerrado e as crianças e adolescentes estavam exatamente no período das provas de fim de ano; porém, o transporte escolar deixou de circular porque o contrato entre o governo e a empresa prestadora do serviço foi encerrado antes mesmo do término das atividades escolares.

(...) o carro escolar falta muito durante o mês, deixa muito a desejar. Muitas vezes eles dizem que é falta de combustível ou o carro quebrou. Outras vezes o motorista sai sem avisar e não dá explicação (...) não se sabe de quem é a responsabilidade, se é da empresa ou do próprio motorista. Teve época das crianças ficarem 15 dias sem o ônibus passar. Mas agora nesse ano o transporte melhorou, porém ainda falta transporte alguns dias da semana, mas comparando com o passado melhorou bastante (Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008).

Como a nossa perspectiva de trabalho era a de verificar se os assentamentos rurais em Roraima, depois de passados cinco anos do lançamento do II PNRA, realmente estavam sendo beneficiados pelas ações previstas no referido plano, também questionamos as pessoas sobre a existência de posto médico no assentamento, e chegamos aos resultados seguintes:

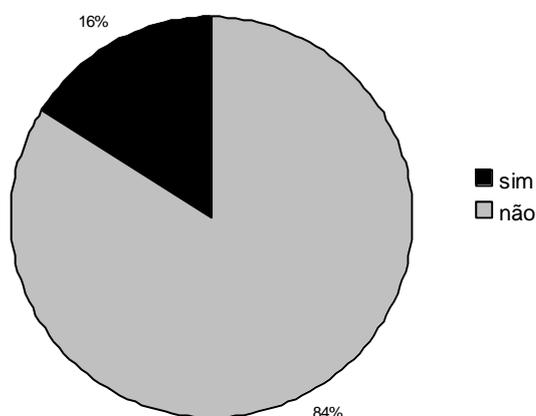


Gráfico 30: Existe posto médico no assentamento.
Fonte: Famílias entrevistadas.

A falta de postos de saúde nos assentamentos é uma das lutas que mobiliza as famílias assentadas:

(...) isso é uma luta daqui da associação que eu faço parte e a gente está tentando fazer que venha um posto para cá, mesmo que não tenha médico, enfermeiro e agente de saúde de forma permanente, mas que pelo menos quando esse pessoal vier aqui pelo menos tenha um lugar de apoio (Entrevista realizada com o Sr. Gilvan Paiva Pereira, 2008).

Considerando a precariedade da infraestrutura de atenção à saúde nos assentamentos, este serviço foi assim avaliado: 25% consideram de boa qualidade; 19% de qualidade regular; 45% como de péssima qualidade e; 11% não responderam. Esses resultados podem ser visualizados com mais clareza no Gráfico 31.

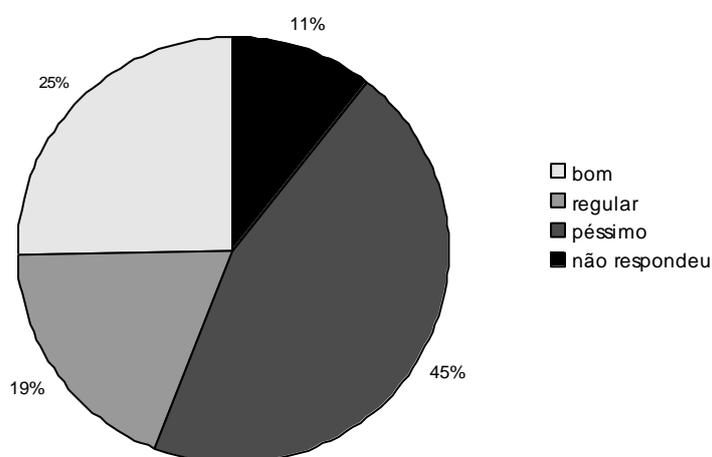


Gráfico 31: Atendimento à saúde dos assentados.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Por conta da insuficiência dos serviços públicos de saúde, os assentados muitas vezes procuram atendimento na capital do Estado ou nas sedes dos municípios e, ainda, enfrentam esse descaso da saúde pública:

a atenção a saúde não é muito boa, nós temos um agente de saúde aqui na vicinal, que acompanha as famílias, vendo caso de malária, pesando as crianças, mas não é feito com regularidade, pois falta apoio da Secretaria de Saúde do município. Mas mesmo na sede do município é muito precário, falta médico, não tem saúde bucal. Ontem mesmo levei minha esposa no hospital e pediram um exame e eu tive que ir para rede particular porque na pública não tinha como fazer. Só ai já foram R\$ 55,00 que eu tive que gastar (Entrevista realizada com o Sr. Gilvan Paiva Pereira, 2008).

Para encerrar esse tópico, concluímos com a análise das opções de lazer que os assentados tem a sua disposição. Pois o futebol, a música, o cinema, as festas populares, a literatura, entre outros, são formas de acesso a cultura e também são incorporados pela sociedade como formas de lazer. Assim, relacionamos os dados do gráfico 32 com o que foi exposto no II PNRA:

O Plano de Reforma Agrária reconhece o direito das comunidades rurais à cultura, entendida como a valorização de suas práticas culturais e o acesso ao patrimônio da civilização humana [assim] em conjunto com o Ministério da Cultura será elaborada uma política cultural para o meio rural brasileiro, orientada para o conhecimento, valorização e difusão das identidades culturais, para a ampliação dos equipamentos culturais no meio rural e para o acesso à formas diferenciadas de expressão cultural (INCRA, 2004, p. 35).

Mais uma vez concluímos que o que foi proposto não vem sendo executado ou é implementado parcialmente. Certas ações estão em curso, a exemplo do projeto Arca das Letras, desenvolvido com entidades sindicais e movimentos sociais, mas não atingem todos os assentamentos. Dessa forma, 68% das pessoas responderam que não existe nenhuma opção de lazer no assentamento conforme o Gráfico 32. Logicamente que esse tipo de percepção depende de cada indivíduo, pois alguns relacionaram atividades de lazer e estão satisfeitos com as mesmas, por exemplo: pescaria no final de semana, jogo de futebol, jogo de voleibol; visita aos amigos e parentes, festas nas vilas, festas religiosas, participação de eventos da igreja, dentre outros.

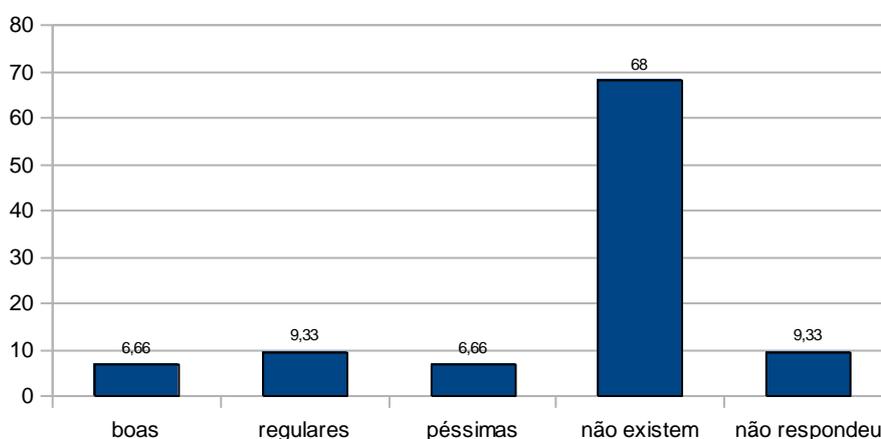


Gráfico 32: Qualidade das opções de lazer.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Poderíamos continuar listando ainda uma série de questões relativas ao II PNRA e à ausência de infra-estrutura nos assentamentos. Mas encerramos esse tópico com a

nítida impressão que o referido plano deixou de executar as várias ações que foram previstas e que nem ao menos foram debatidas com a sociedade. Finalizamos com as palavras do presidente da CAR:

(...) está havendo elevação dos recursos para os créditos, mas não existe uma preocupação com a pessoa do agricultor, o agricultor não precisa de lazer, não precisa de cinema, não precisa de educação, as pessoas só pensam em recurso e esquecem do social (Entrevista realizada em 2008).

5.2 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Ao longo do contato com famílias assentadas no estado de Roraima, pudemos constatar que a maioria delas provém de origem ligada ao mundo rural; em tópico precedente, informamos que, *grosso modo*, as famílias saíram ou passaram pelo Maranhão, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Paraná, Rondônia, Goiás, dentre outros estados reconhecidos pela evidência dos conflitos agrários. São famílias que vieram *espontaneamente*, muitas vezes premidas pela violência (ARCANGELI, 1987), ou incentivadas por programas de colonização ou propaganda do governo federal e/ou estadual. Após se deslocarem por vários estados, logo ao chegarem em Roraima situavam-se em áreas periféricas de Boa Vista ou nas sedes dos demais municípios, até receberem ou conquistarem seus lotes.

Vimos também que, por conta das precárias condições de existência, essas famílias acabam abandonando suas parcelas nos assentamentos, quando migram para as áreas urbanas, especialmente Boa Vista, e que, num movimento cíclico, impelidas por suas origens rurais e por fatores como baixa escolarização e desemprego, acabam retornando aos projetos de assentamento. Há, também, bastantes casos de separação das famílias: o pai fica no lote enquanto a mãe permanece com os filhos na cidade.

Nos PAs Nova Amazônia e Nova Amazônia I encontramos muitas pessoas que viviam em áreas periféricas de Boa Vista e ocuparam aquela área arrecadada pelo INCRA para fins da reforma agrária. Assim, ganharam a possibilidade de viver uma realidade rural, produzindo alimentos e criando a família com maior tranquilidade, uma vez que têm acesso ao mercado e aos serviços públicos, oferecidos pela capital do Estado. Atrás já ressaltamos que essa ocupação só foi possível porque houve uma grande mobilização dessas famílias, com a organização de um acampamento.

As pessoas que lutam para conquistar um lote ou mesmo aquelas que alcançaram o seu pedaço de terra a partir do seu cadastramento no INCRA, e que, apesar das dificuldades, conseguem produzir para sustentar suas famílias sabem da importância de uma reforma agrária porque sentem os efeitos dessa nova realidade. Conforme Sauer:

As pessoas assentadas explicitam plena consciência dessa mudança colocando a principal razão no fruto do trabalho, na produção e nas resultantes relações comerciais. Deixam de ser vistos como ladrões e vagabundos e passam a produtores (e consumidores), estabelecendo uma relação diferente com a 'sociedade'. A produção (como resultado do trabalho) passa a ser o elemento central tanto das representações da sociedade como das próprias pessoas assentadas, inclusive porque se percebem como capazes de sustentar a família (produção para o autoconsumo que garante a reprodução social) (SAUER, 2005, p. 73).

Outro fator a ser considerado é que a origem dessas famílias também acaba gerando pequenos conflitos, consequência da intensa diversidade cultural e regional. São pessoas que se encontram em situações e tempos históricos distintos (MARTINS, 1997), como podemos perceber na seguinte fala:

No caso da cultura nordestina havia uma distinção muito grande entre eles, dependendo o estado de origem havia uma diferença na forma de cultivar, de colher, o jeito de organizar a produção, na música, em tudo. O forró é forte, mas no caso do Ceará a literatura de cordel era muito presente, os maranhenses traziam muito forte a cultura afro e na própria comunidade isso era muito presente. (...) ali não adiantava eu impor minha cultura sulista, não adiantava o maranhense impor sua cultura era necessário a comunidade estar aberta para criar um próprio jeito de organizar a comunidade, a produção, a organização social e tudo mais. (Entrevista realizada com a Sra. Rosângela Piovizani Cordeiro, 2008)

Observamos que os assentamentos de Roraima são caracterizados pela diversidade de origens e pelas diferentes experiências de vida, resultante de intensos deslocamentos. É comum as pessoas comentarem: “aqui tem gente de todo o Brasil”. Entretanto, apesar da diversidade, são famílias que em comum têm uma origem rural, com laços com a história social campesina (MARQUES, 2004).

Em razão dessas características, podemos afirmar que os assentamentos que pesquisamos se configuram por aquilo que Carvalho (1999) define *uma encruzilhada*, pois são espaços onde se entrecruzam histórias de vida as mais diversas. Nesses assentamentos encontramos famílias indígenas, camponeses de várias regiões, trabalhadores rurais sem-terra, trabalhadores urbanos, pessoas que passaram pelo serviço público; enfim, uma grande mixórdia. São pessoas que buscam na terra a

condição para “estruturação de um modo de vida que lhes proporcione segurança e estabilidade” (MARQUES, 2004, p. 275).

São famílias que não se caracterizam apenas pelo grupo doméstico, mas por aquilo que Martins (2003a) observou:

O sujeito, portanto, da reforma agrária brasileira tem um núcleo basicamente familiar, de família extensa. Abrange mais de uma geração e de modo algum pode ser pensado como família nuclear constituída pelo casal e pelos filhos menores, como curiosamente estimam até mesmo agentes de mediação profundamente envolvidos na luta pela reforma agrária. A família que está na cabeça de acampados e assentados é uma instituição ampla e complexa e nem mesmo se limita a parentesco de sangue. É uma rede de direitos e deveres referidos às obrigações dos vínculos de sangue e também dos vínculos sagrados da afinidade e do parentesco simbólico. Inclui até a mesmo a figura do agregado e protegido (MARTINS, 2003a, p. 55).

Essa característica das famílias que fazem parte dos programas de assentamento rural do governo federal, que o autor chama atenção, pode ser compreendida pela seguinte citação:

nós tínhamos uma das família ali que era o casal mais antigo da comunidade e que fazia aniversário de casamento no dia de natal. Então na virada do natal ninguém fazia comida nas suas casas, a gente fazia e levava para comer com a comunidade e a fazia um forró junto, cantava junto, brincava junto. E depois tem outra coisa, em sua maioria todo mundo deixou suas famílias, seus pais, então os tios das minhas filhas não foram os meus irmãos, nem os do meu companheiro, foram as pessoas da comunidade, acaba criando laços muito forte como se fosse de família. Essa era a situação da maioria da comunidade, quem na hora do aperto, da doença do socorro, de uma caneca de café, com certeza era o vizinho mais próximo e isso se tornou uma relação de confiança, de ajuda mútua e isso, pra mim, marcou muito essa experiência que a gente viveu (Entrevista realizada com a Sra. Rosângela Piovizani Cordeiro, 2008).

Ao longo do trabalho, refletimos sobre o distanciamento existente entre as famílias que vivem nos assentamentos e aqueles que são responsáveis ou mediadores das políticas públicas e a sociedade urbana de maneira geral. Carvalho (1999) chama atenção para essa questão nos termos que segue:

Dessa maneira, a tendência é de manter-se interações sociais, entre os de fora e os de dentro, de estranhamento. Essa percepção mítica da realidade a partir dos estranhos, em particular daqueles provenientes dos organismos governamentais e de diversos movimentos sociais, tendo a induzi-los, ou torna-se facilitadora, de interações sociais autoritárias governo/sociedade civil com relação à população assentada. Isso deve-se, ademais, pela dependência que a população da maioria dos assentamentos, em função da fragilização econômica em que se encontram, apresenta em relação aos estranhos que desejam lhes ajudar ou são mediadores

de produtos das políticas públicas. Essa ideologia é, em muitas circunstâncias, assumida pelos movimentos sociais (CARVALHO, 1999, p.9).

Isso demonstra que é necessário o estabelecimento de novas formas de interação entre os trabalhadores rurais, os camponeses e aqueles que estão no meio urbano, principalmente com aqueles que desenvolvem ações governamentais em áreas de assentamento rural. Em nossa pesquisa buscamos conhecer melhor a realidade daqueles que vivem nos assentamentos; esperando que seu conteúdo de alguma maneira permita uma melhor compreensão da realidade que encontramos no meio rural em Roraima.

Dos adultos que vivem nos projetos de assentamento, encontramos uma distribuição por faixa etária que apresentamos no Gráfico 33:

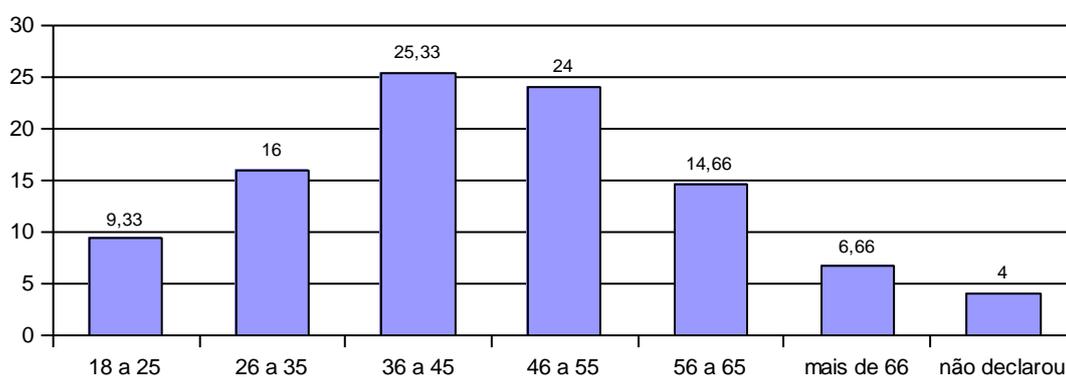


Gráfico 33: Faixa etária.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Como é possível observar nesse gráfico, existe uma predominância de pessoas na faixa etária que vai dos 36 aos 55 anos de idade. Essa realidade aponta para a ausência dos jovens nos assentamentos e alerta para o fato de que se não forem desenvolvidas políticas públicas que possibilitem a permanência dos jovens no campo, prevalecerá a tendência de redução dos espaços de desenvolvimento da agricultura de base familiar em detrimento do agronegócio. Prova disso é que entrevistamos pais de família que não desejam que seus filhos permaneçam trabalhando com a lavoura. Não lhes podemos tirar a razão, se consideramos as condições de vida por que passam essas famílias, como explicitado pela fala do Sr. Juarez Diniz:

eu espero que meu filho não siga a atividade de agricultor, porque hoje eu não vejo muito futuro na agricultura, eu estou aqui e agora tenho que ir até o final, mas ele tem que buscar um futuro melhor (Entrevista realizada em 2008).

Essa tendência reflete nos números dos Gráficos 34 e 35. Na percepção de 70,67% dos que responderam os questionários, os jovens não pretendem seguir a atividade de agricultor. Contudo, um dado chamou atenção: 50,67% dos entrevistados informaram que os jovens não pretendem sair do assentamento. Dessas respostas, pode-se depreender duas coisas: primeira: como essas respostas foram apresentadas por pais e mães, no conteúdo das mesmas pode estar embutido o desejo de que os filhos não se afastem de casa; a segunda questão é que na realidade pode haver um verdadeiro interesse dos jovens em não sair da região onde boa parte dos seus familiares e amigos se encontram, apesar de não desejarem seguir a mesma vida que levam seus pais, porque eles percebem que é muito sofrida e *sem futuro*, como muitos dizem.

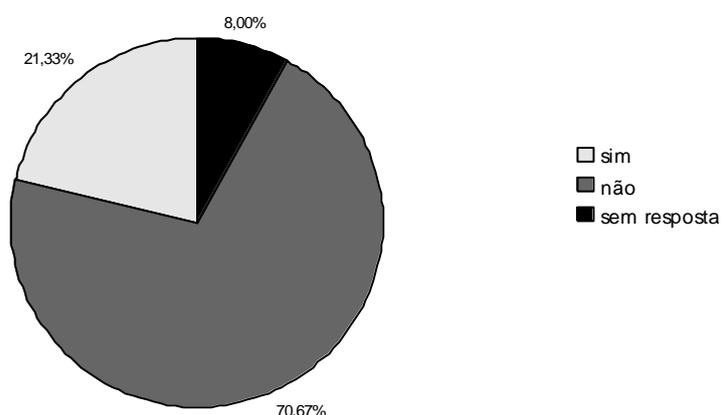


Gráfico 34: Os jovens pretendem seguir a atividade de agricultor.
Fonte: Famílias entrevistadas.

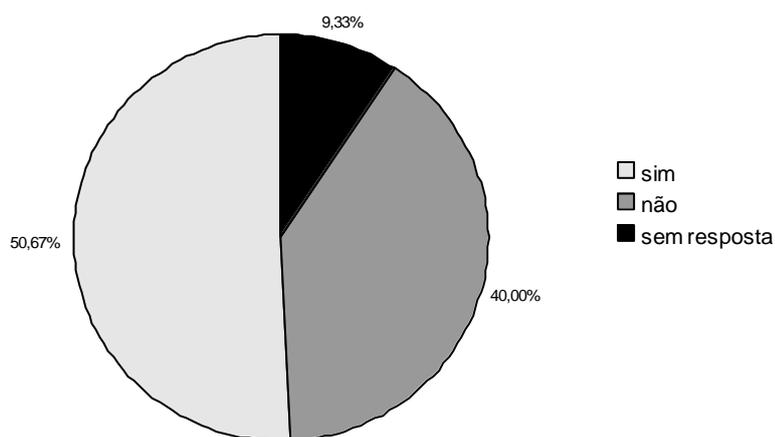


Gráfico 35: Os jovens pretendem permanecer no assentamento.
Fonte: Famílias pesquisadas.

Na experiência que tivemos com a participação nas oficinas do programa Jovens Camponeses, promovidas pela CPT, mantivemos contato com jovens e adolescentes que demonstravam o desejo de se deslocarem para a cidade, em virtude de melhor acesso a educação, lazer, trabalho e, conforme avaliam, a uma vida mais digna. No entanto, muitos reclamam do trabalho pesado da lavoura, mas se mostravam identificados com aquela realidade e não vislumbravam outro lugar para viver que não o meio rural. Presenciei pais dizendo para os seus filhos que deveriam estudar para procurar outro modo de vida, enquanto muitas crianças e adolescente diziam que o lugar deles era ali. Em razão disso, podemos afirmar que alguns desses jovens são permeados por uma visão de mundo campesina (MARQUES, 2004).

Para que essa juventude permaneça no campo é necessário que o governo federal transforme em ação a sua preocupação com a ocupação e o emprego rural, conforme foi explicitado no II PNRA, pois hoje existem várias possibilidades de emprego no campo que não dependem apenas da agricultura. Para tanto, é necessário que políticas públicas sejam desenvolvidas para esse fim, conforme fixam as diretrizes:

Nos novos projetos de assentamento busca-se combinar viabilidade econômica com sustentabilidade ambiental, integração produtiva com desenvolvimento territorial, qualidade e eficiência com massividade. Pretende-se, assim, criar as condições para que o modelo agrícola possa ser alterado, introduzindo-se maior preocupação com a distribuição de renda, a ocupação e o emprego rural, a segurança alimentar e nutricional, o acesso a direitos fundamentais e o meio ambiente (INCRA, 2004, p.10).

No Gráfico 36, apresentamos a composição por sexo das pessoas que fizeram parte de nossa pesquisa, o que pode não corresponder exatamente à realidade dos assentamentos. No entanto, é fato que nos assentamentos, nas áreas rurais de Roraima, existe uma predominância do sexo masculino, pelas razões que já mencionamos em outra passagem desse trabalho:

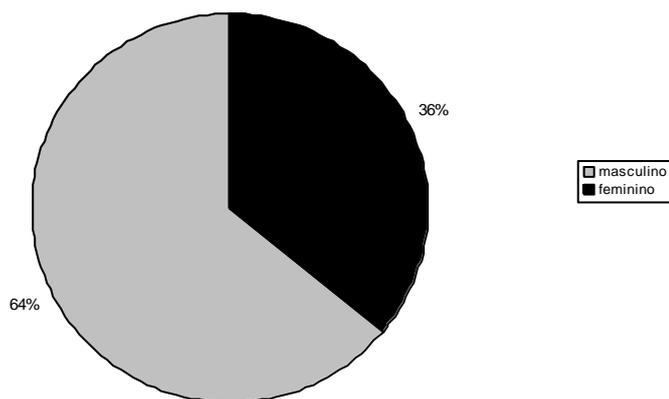


Gráfico 36: Distribuição por sexo.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Em relação ao estado civil das pessoas assentadas, obtivemos o seguinte resultado, conforme o Gráfico 37:

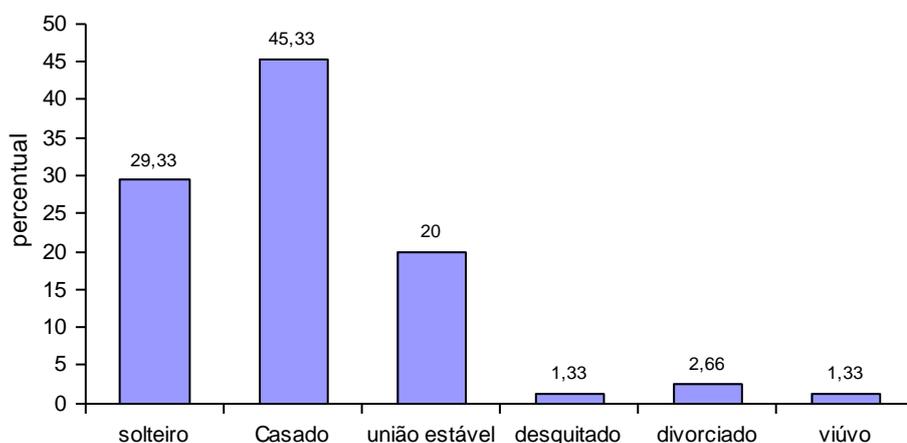


Gráfico 37: Estado civil.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Se considerarmos as variáveis *casado* e *união estável*, teremos um índice de mais de 65% dos lotes compostos por casais. Algo que chamou a atenção foi a presença de casais em seu segundo ou terceiro casamento. Essa realidade, de acordo com os entrevistados, é justificada pelos vários deslocamentos que os membros da família realizam, com um dos cônjuges permanecendo numa região, enquanto o outro se desloca para buscar uma melhor condição de vida em outra, ou nos próprios acampamentos,

porquanto um permanece na cidade o outro fica na ocupação da terra. Nessas idas e vindas os casais se separam e as famílias vão se refazendo.

Outra característica observada também foi a presença de muitos homens sozinhos: o índice de solteiros beirou os 30%. Esse dado não exclui as mulheres, contudo durante a aplicação dos questionários a maioria foi respondida por homens.

Por circunstâncias relativas às condições de moradia no lote, ou pelo acesso dos filhos à escola, as mulheres muitas vezes mudam-se com eles para sede do município, ou até mesmo para capital do Estado, deixando os maridos sozinhos nos lotes. Além dessa situação, existem os popularmente chamados de Cutiões¹, ou seja, homens que vivem sozinhos nos assentamentos, caracterizando uma certa masculinização do assentamento, tendência apontada em pesquisas de maior amplitude do que a nossa (LEITE; HEREDIA; MEDEIROS et al, 2004).

Em relação ao tamanho das famílias, encontramos um número reduzido de filhos, índice de uma tendência ao surgimento de famílias menores nessas regiões. Se observarmos o Gráfico 38 notaremos que as moradias que visitamos em sua maioria possuíam de um a três filhos; porém ainda é forte a presença de famílias numerosas e compostas não apenas pelo núcleo central da família, como mencionado por Martins (2003a).

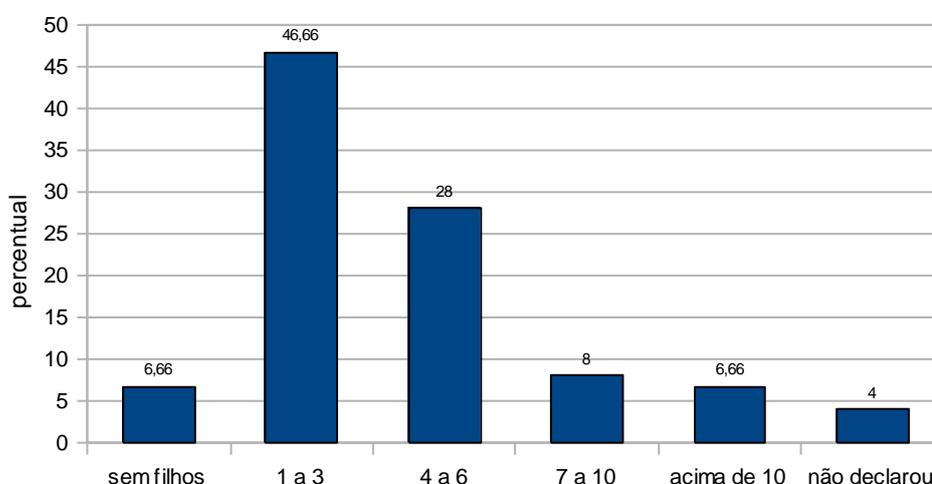


Gráfico 38: Número de filhos por família.
Fonte: Famílias entrevistadas.

¹ Homem de idade mais avançada solteiro, viúvo ou divorciado que vive sozinho, ver Vilhena Junior (2008)

O nível de escolaridade dos entrevistados demonstra a precariedade da educação nos assentamentos estudados (Gráfico 39). Porém, essa situação não é explicada apenas pela falta de escolas nos assentamentos ou pela precariedade das existentes. Como já foi observado, existem problemas relativos à conservação das vicinais, ao transporte escolar, etc., além de muitos terem sua origem em regiões onde o sistema educacional não lhes proporcionou a devida oportunidade de acesso à educação formal.

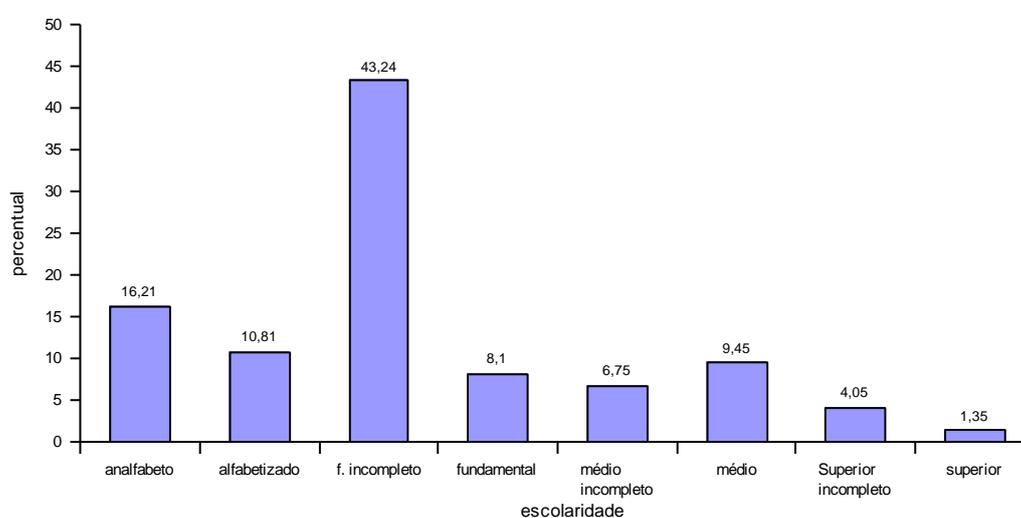


Gráfico 39: Escolaridade.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Sobre a questão, registramos que o INCRA desenvolve ou desenvolveu ações educacionais no estado de Roraima, que atingem jovens e adultos por intermédio do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária, PRONERA. Esse programa conta com o envolvimento dos movimentos sindical e social rural. São ações que envolvem a UFRR e a UERR, a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). Nos projetos em que todas essas instituições estão envolvidas ocorre a alfabetização, formação no ensino fundamental e médio, ensino pós-médio com formação de técnicos em agropecuária, formação de professores em nível superior e, mais recentemente, foi estabelecido um convênio entre o INCRA e a UERR para realização de um curso de agronomia específico para os assentados. Essas informações foram obtidas com os presidentes da FETAG e da CAR, bem como com o responsável pelo setor de educação do MST e com a senhora Dora Ferreira França, servidora da UFRR que está à frente do PRONERA naquela Instituição.

Porém, todas essas experiências carecem de uma avaliação criteriosa no sentido de analisar se as propostas de formação e os conteúdos curriculares de todos esses cursos são adequados à realidade das famílias assentadas e se os mesmos estão de

acordo com aquilo que vem sendo pleiteado pelos movimentos sociais. Faz-se necessário, ainda, verificar se todos esses esforços de capacitação e formação têm-se transformado em melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas.

A origem rural é realmente um traço marcante das famílias que hoje estão assentadas nos projetos do INCRA/RR, conforme o Gráfico 40:

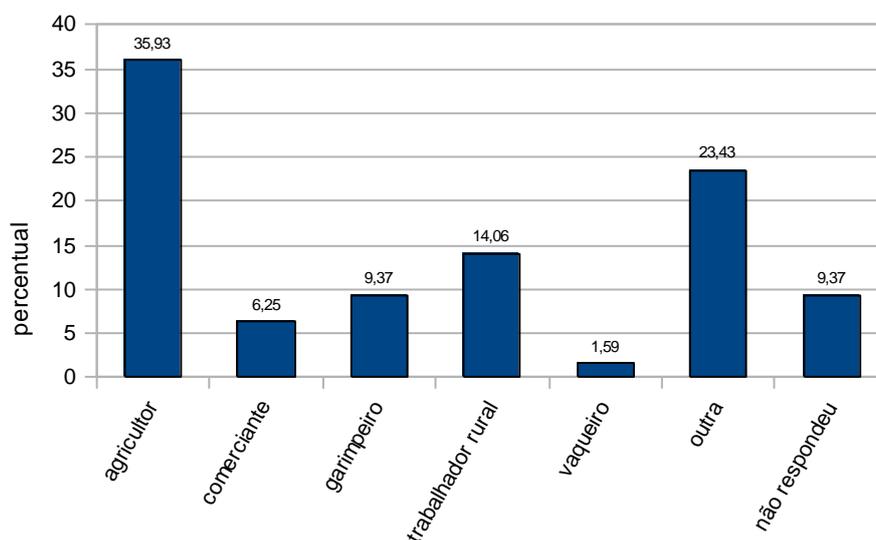


Gráfico 40: Atividade exercida antes de chegar em Roraima.
Fonte: Famílias entrevistadas.

A origem camponesa acaba influenciando o tipo de ocupação que o indivíduo vai desenvolver quando a chega a Roraima, como pode ser percebido no Gráfico 41:

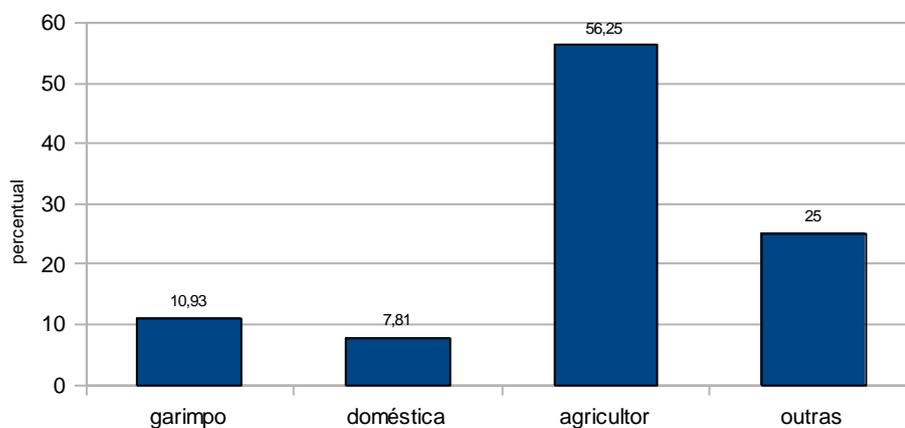


Gráfico 41: Primeira ocupação quando chegou em Roraima.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Contudo, ao chegarem a Roraima muitos daqueles que eram originários do mundo rural exerceram, além dessa, outras atividades. Durante a realização das entrevistas, percebemos que muitos passaram pelo garimpo antes de chegar até o assentamento:

No maranhão a minha atividade era a de agricultor, mas quando eu morei no Pará e os primeiros 2 anos que eu cheguei em Roraima eu trabalhei em garimpo. Assim que eu cheguei e fui morar no bairro Asa Branca e vivia entre Boa vista e o garimpo. Eu trabalhei na Pista do Pedro Jacarandá, na Pista do Feijão Queimado, tive no Rio Catrimani e até nas cabeceiras do Alto Mucajaí (Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008).

No entanto, com a redução da atividade de mineração, reflexo da queda do preço do ouro e a elevação dos custos dos insumos utilizados na atividade garimpeira e do fechamento de várias áreas de garimpo por parte do governo federal, na passagem da década de 80 para a década de 90 do século passado (RODRIGUES, 1996), muitos que vislumbraram a vinda para Roraima com a possibilidade de encontrar o eldorado, acabaram por retornar à vida rural:

a minha profissão era garimpo, como foi fechado eu fiquei trabalhando na rua, por volta de 2 a 3 anos na construção civil na época da construção do Estado. Então o governo tinha muito trabalho em Boa Vista. Mas ai as obras foram se concluindo e eu sem profissão, sem renda e acostumado a viver no interior vim até a vila União e me agradei da terra e passei a trabalhar, mas não em terra minha (...) ai foi quando o governo fez esse projeto RR – 170 e passou a assentar o povo, meus vizinhos da Vila União me aconselharam que eu me inscrevesse na secretaria de agricultura que eu podia ganhar um terreno para mim mesmo. E isso me trouxe para o projeto RR 170, no ano de 1994 (Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008).

Outras atividades também são realizadas na chegada a Roraima, em certos casos, com sucesso. No entanto, alguns preferem retornar às origens camponesas:

Eu vim para Roraima com a cara e a coragem, não tinha poupança, não tinha nada (...) eu era eletricista predial e era uma profissão que ganhava dinheiro. Mas eu nasci na agricultura e depois de 13 anos de eletricista resolvi voltar para agricultura. Parece uma coisa que está no sangue, onde a gente se dá bem, eu fico tranquilo, o trabalho é mais intenso, a renda menor, mas é o que eu gosto é onde eu e minha família nos identificamos (Entrevista realizada com o Sr. Gilvan Paiva Pereira, 2008).

Uma outra característica de boa parte das famílias que compõe os assentamentos rurais em Roraima é a descapitalização no momento da chegada ao Estado, como mencionado na fala citada anteriormente. Essa situação é explicada pela própria condição de vida dessas pessoas: são camponeses em busca de um pedaço de terra; se fossem

capitalizados não sairiam do seu local de origem ou, se saíssem, chegariam a Roraima em circunstâncias distintas das quais até aqui acompanhamos. Podemos visualizar essa realidade no Gráfico 42:

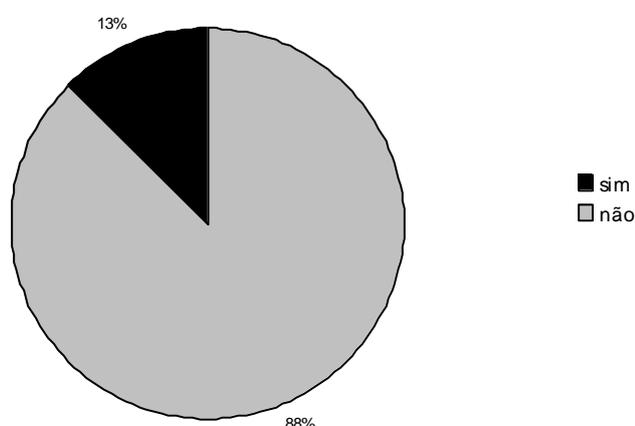


Gráfico 42: Possui renda ou poupança quando chegou em Roraima.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Essa realidade pode ser observada na fala de uma de nossas entrevistadas, que viveu a experiência de chegar ao estado com recursos suficiente apenas para as despesas de instalação:

(...) teve uns 15 dias que nós passamos comendo macaxeira com carne de anta. Você não achava nada para comprar e a nossa produção ainda não tinha sido colhida, então essas coisas me angustiavam muito e a gente de fato não voltou porque não tinha dinheiro. A gente chegou aqui com dinheiro (...) para comprar um rancho e uma filha de onze meses, não tinha saída, não tinha alternativa o jeito era ficar (Entrevista realizada com a Sra. Rosangela Piovizani Cordeiro, 2008).

O tempo de moradia nos assentamentos está distribuído entre as velhas áreas de colonização e os recentes programas de assentamento do governo federal. Mas esses números também refletem a relação de compra e venda de lotes, especialmente nas antigas áreas de colonização, onde os beneficiários comercializavam sua terra com objetivo de obter alguma renda com as melhorias implementadas e por conta da facilidade de obter uma nova área (DINIZ, 1998). Essa conhecida “venda de direitos” tem sido combatida pelos movimentos sociais que atuam no campo, pois depõe contra a reforma agrária (BRENNEISEN, 2005), mas nem por isso deixou de existir. No Gráfico 43 visualizamos o tempo médio de residência no lote:

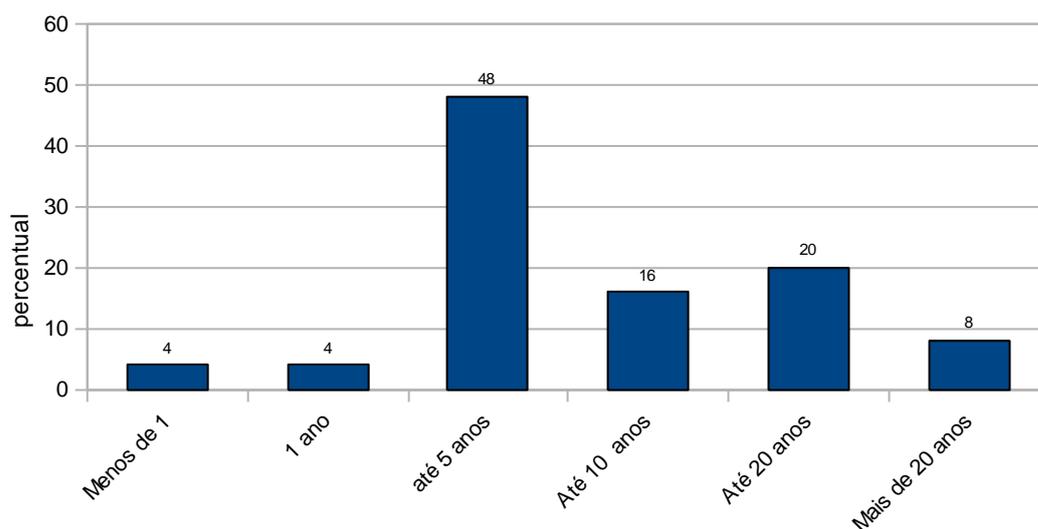


Gráfico 43: Tempo médio de residência no lote.
Fonte: Famílias entrevistadas.

O Gráfico 44 mostra a situação dos lotes, onde observamos que 62,66% são regularizados. Porém se levamos ao pé da letra essa resposta, teríamos uma contradição, porque uma das maiores reivindicações das famílias é a titulação de sua propriedade. Portanto, dentro desse número estão, em sua maioria, os lotes siprados, o que para o assentado significa uma situação regular, mas a terra ainda não é de sua propriedade.

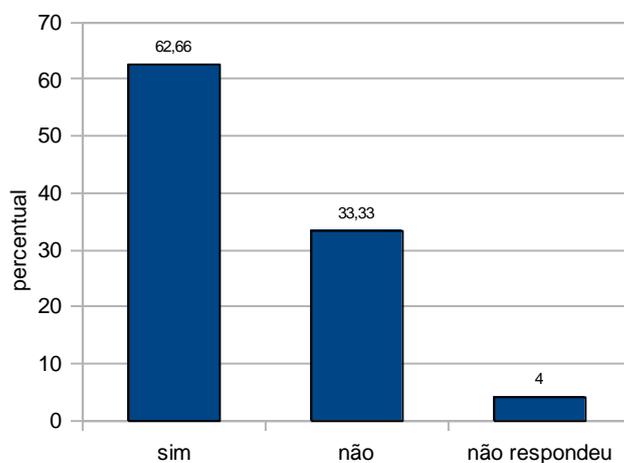


Gráfico 44: O lote é regularizado.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Na sequência expomos o número de lotes de cada família assentada (Gráfico 45). Nesse aspecto, quase a totalidade dos respondentes declarou que possuía apenas um lote. Contudo, registramos que não apenas nas antigas áreas de colonização, mas também nos assentamentos recentes, existem famílias com mais de um lote.

Podemos explicar essa realidade de várias maneiras. No primeiro caso: ocorre de um grupo de familiares ou de amigos serem assentados em uma determinada área; no entanto, como as condições do local são adversas alguns desistem da vida no campo e deixam o lote sob responsabilidade de um dos que fica. O segundo: tratam-se dos desintrusados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, visto que no momento de sua retirada dessa área foram reassentados no PA Nova Amazônia em áreas de até cinco vezes o tamanho do módulo fiscal.

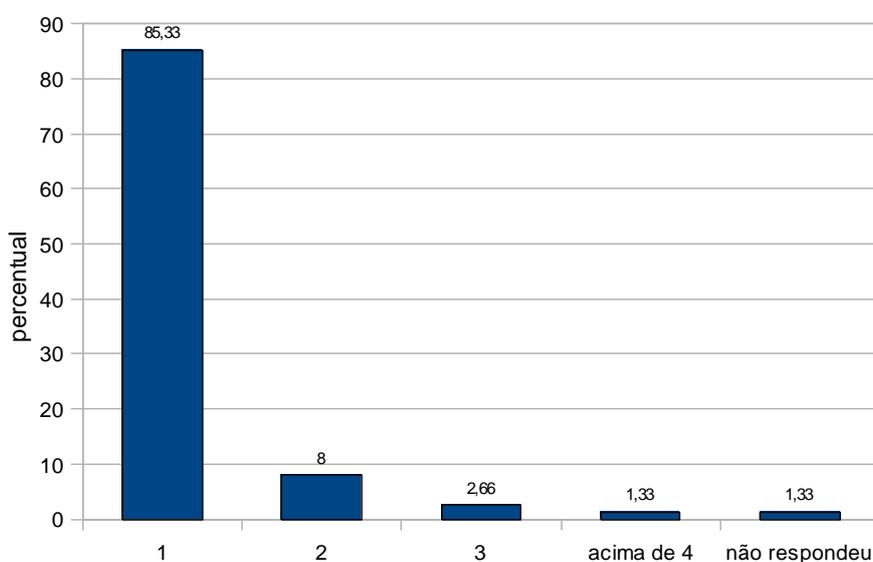


Gráfico 45: Número de lotes por famílias assentada.
Fonte: Famílias entrevistadas.

O Gráfico 46 apresenta a extensão dos lotes das famílias assentadas e, como é possível perceber, algumas famílias dispõem de mais de 100 ha, mesmo estando em assentamentos direcionados para reforma agrária.

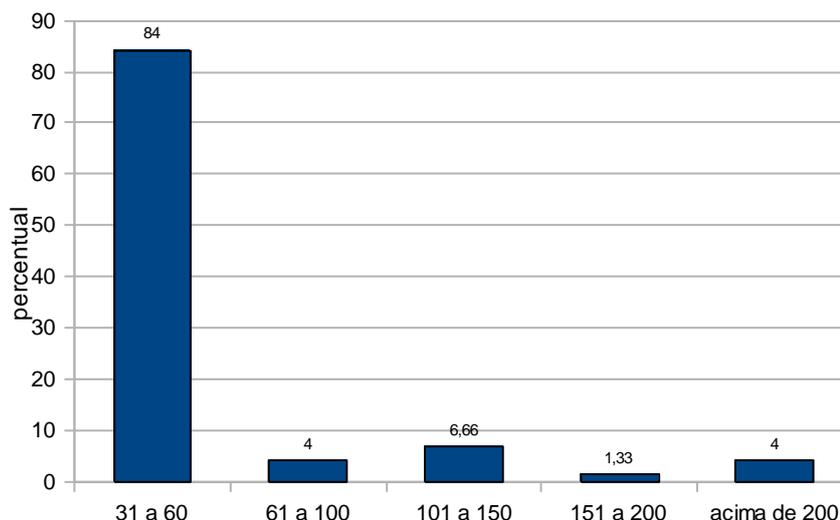


Gráfico 46: Extensão da área ocupada em ha.
Fonte: Famílias entrevistadas.

A forma de produzir nos assentamentos é bastante tradicional, uma vez que a presença de tratores é muito pequena e o uso de moto-serra é mais frequente nas regiões de mata. No geral, observamos a presença de meios de produção mais antigos como enxada, pá, boca de lobo, foice, machado, arado com tração animal, semeador manual e o terçado (facão). Assim como os instrumentos utilizados, a prática dos assentados também é baseada em conhecimentos tradicionais, especialmente no PA RR-170, no PAD Anauá e no PA Jatobá. Nesses três locais, principalmente nos dois primeiros, houve uma reclamação constante da qualidade da assistência técnica. No terceiro na verdade nem existe assistência técnica por conta das condições da principal estrada que dá acesso ao PA. De acordo com as famílias que residem nesse assentamento nunca receberam a visita de um técnico. Nos assentamentos próximos a Boa Vista, talvez pela maior frequência da assistência técnica, as práticas das famílias já incorporaram conhecimentos agronômicos.

Nas áreas de mata, onde domina a agricultura tradicional, um dos entrevistados descreveu o calendário da sua produção:

Para preparar uma roça de 12 linhas eu inicio no mês de dezembro com a brocagem da mata com a foice; depois em janeiro e fevereiro vem a derrubada da mata com a moto-serra; em seguida no mês de março é a hora da queimada e da coivara (junta-se os restos de galhos e troncos que não foram totalmente queimados e se ateia fogo novamente). Então no final do mês de abril se inicia o plantio do arroz, milho, mandioca, feijão, pepino, abobora e outros produtos para o sustento da família. O arroz eu começo a colher em julho e vai até o mês de

setembro. Após a colheita eu levo para o paiol e vou pilando ao longo do ano de acordo com a necessidade da família, em média são 70 sacos de arroz produzidos por ano (Entrevista realizada com o Sr. Joabe Araújo Oliveira, 2008).

A prática da queimada vem sendo muito combatida, mas ainda é utilizada com frequência, principalmente nas regiões de mata, pois o agricultor que não dispõe de assistência técnica, equipamentos e insumos mais eficientes (trator, calcário, adubo, etc.) ou uma orientação agroecológica para produzir, acaba utilizando a prática descrita anteriormente, ou seja, derrubando e queimando(Figura 19).



Figura 19: Área de floresta derrubada e queimada - PA Jatobá
Fonte: O autor (2008).

Vejamos no Gráfico 47 o número de lotes onde são utilizadas a prática da derrubada e a sua periodicidade :

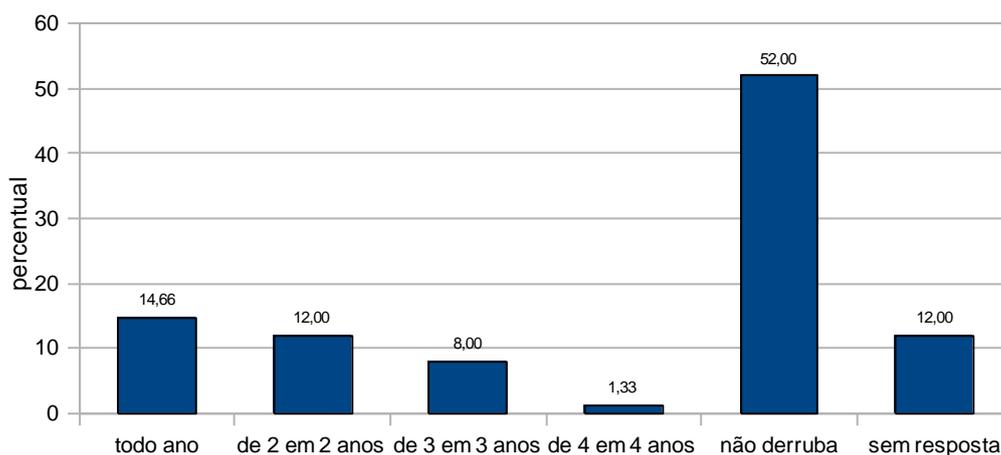


Gráfico 47: Realiza derrubada de floresta para preparar a terra.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Observemos no Gráfico 48, a seguir, o número de lotes onde é utilizada a prática da queimada:

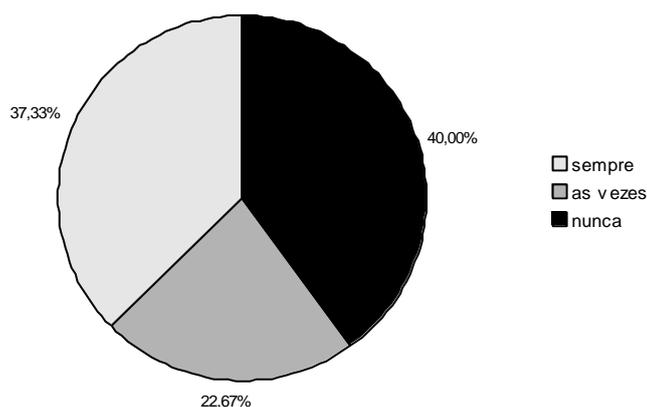


Gráfico 48: Uso de queimada para preparar roça.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Um dos caminhos para redução da derrubada e queima de floresta seria o uso da destoca e a utilização de calcário e outros complementos para regularização da terra, assim o camponês não necessitaria do período de pousio para as áreas já derrubadas, o que ajudaria a melhorar a qualidade de vida e a preservação das florestas. Porém, os programas de assistência técnica disponibilizados pelos governos acabam seguindo interesses outros que não o de atender às necessidades do agricultor e a melhora do seu

processo produtivo. Nesse sentido, vários assentados das regiões de mata colocaram esse aspecto como uma das maiores reclamações, como podemos perceber na fala seguinte:

A orientação que vem sendo oferecida é a destoca de determinadas áreas do lote do colono. E isso realmente já começou, só que não vem sendo oferecida assistência técnica. Mas vem ocorrendo alguns atos de má fé por parte de alguns donos de firma. O governo paga 1 ha, o colono é um pouco insensato e ele não tem aquela sabedoria de receber o seu hectare completo, então o dono da firma às vezes destoca menos de meio hectare o colono assina pensando que recebeu um benefício e o dono da empresa vai e recebe o dinheiro sem o trabalho realizado por completo. As vezes a firma também pretende fazer o serviço no lugar mais fácil, mas não é a melhor terra, ai o colono pede para fazer a destoca mais para dentro do lote e a firma diz que só pode fazer na frente do lote e ai é quando, as vezes, é feito menos de meio hectare ficando um serviço quase sem serventia. E a assistência técnica tem que ter porque só a terra destocada e gradeada o solo dela fica misturado com o subsolo e ai fica fraco, não da nada, mas o governo fica prometendo que vai incentivar o trabalho de destoca, mecanização e assistência técnica e o colono fica esperando (Entrevista com o Sr. Claro Matias, 2008).

Os agricultores que seguem um modelo tradicional acabam por incorporar algumas práticas da agricultura convencional, e muitos, por falta de conhecimento, no momento em que utilizam herbicidas e pesticidas, acabam por contaminar a si e a terra. Essa é uma questão que merece uma boa investigação em uma nova pesquisa. Como poderemos ver nos Gráficos 49, 50 e 51, o uso de adubo orgânico² é uma prática bastante presente nos lotes. No entanto, o uso de adubo químico (pouco utilizado por conta do alto custo) e principalmente de pesticida para combate de pragas, é uma realidade.

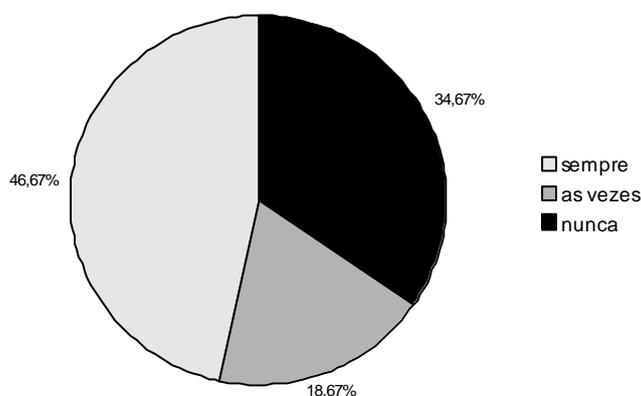


Gráfico 49: Uso do adubo orgânico no preparo da terra.
Fonte: Famílias entrevistadas.

² Esterco de gado, caprinos, ovinos e de aves.

A prática do uso de adubo orgânico é muito mais direcionada para as pequenas hortas próximas da casa de moradia, normalmente naqueles canteiros onde o agricultor planta o cheiro verde e alguns legumes de uso diário. Nas roças maiores, como na plantação de mandioca, macaxeira, milho, feijão e arroz, raramente se utiliza o adubo orgânico, pois não há disponibilidade de esterco suficiente para toda a área cultivada.

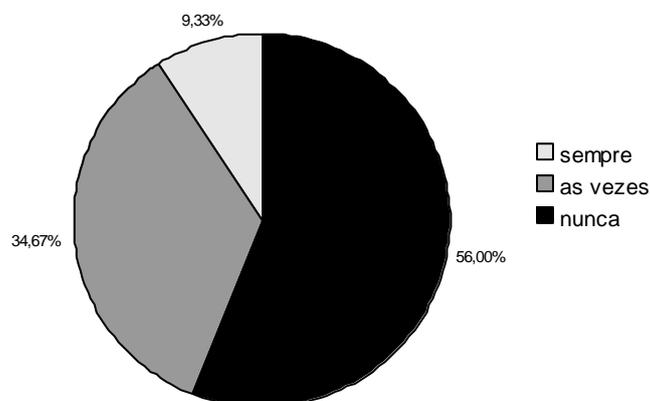


Gráfico 50: Uso do adubo químico no preparo da terra.
Fonte: Famílias entrevistadas.

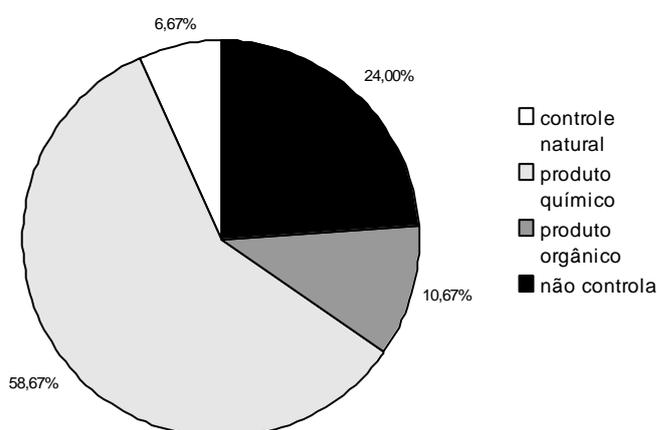


Gráfico 51: Controle de pragas e insetos.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Como observamos no gráfico acima, o uso de produtos químicos no controle de pragas é muito grande, passa dos 58%. Abaixo, apresentamos na Figura 20 como as embalagens desses produtos são descartadas nos lotes, colocando a vida dos moradores

em risco, por conta da ingestão de veneno por parte de crianças, contaminação do solo, lençol freático, rios e igarapés, além da contaminação de animais que mais tarde podem ser consumidos.



Figura 20: Frascos de pesticidas e herbicidas encontrados em uma roça no PAD Anauá
Fonte: O autor (2008).

A maioria dos entrevistados declarou que chega a alcançar com as atividades do seu lote uma renda de até um salário mínimo por mês. Esse ganho não significa dizer que o agricultor vai disponibilizar desse dinheiro, mas aquilo que ele produz no seu lote e é consumido por toda família representaria esse ganho. O que apresentamos aqui é apenas uma estimativa elaborada pelo próprio assentado (Gráfico 52).

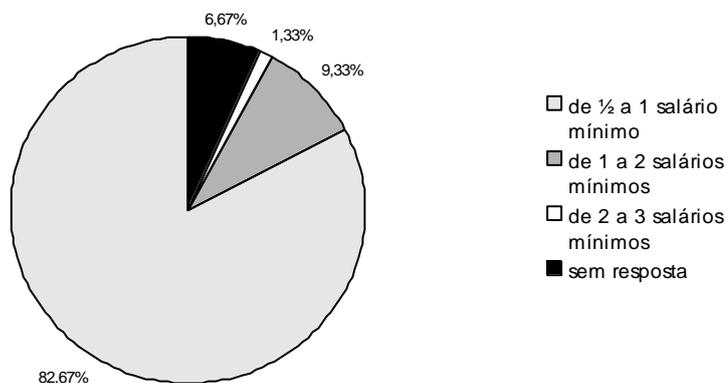


Gráfico 52: Estimativa de renda mensal com a produção do lote.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Segundo Arcangeli (1987) o ganho monetário desse tipo assentado “é mínimo, dada a baixa produtividade do trabalho desta agricultura descapitalizada, e porque parte relevante do valor do produto não consumido pelos camponeses resulta em sobretrabalho expropriado.” (p. 117). São horas trabalhadas a mais para alcançar uma determinada produção que o preço que o atravessador/comerciante paga para o agricultor não remunera de maneira suficiente.

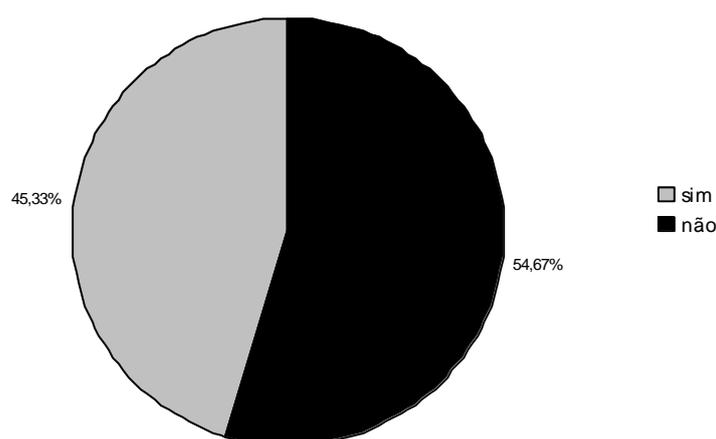


Gráfico 53: A produção do lote é suficiente para sustentar a família.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Por conta dessa situação, muitos não conseguem dar conta da sua existência apenas com a produção do seu lote, conforme é observado no gráfico a seguir. Em muitos casos dependem de programas como o Bolsa Família, do governo federal ou do Vale Solidário do governo do estado.

Como a maior parte dos agricultores possui seus lotes distantes dos pontos de comercialização, acabam se subordinando ao comerciante, perdendo o contato direto com o consumidor. Esses agricultores perdem oportunidades, que os comerciantes e as empresas vislumbram com maior facilidade. Por conta disso o “comércio se transforma numa fonte abundante de opressões para o lavrador.” (KAUTSKY, 1980, p. 59).

Em virtude das dificuldades em sobreviver apenas com o que produz detectamos que são realizadas atividades extra-lote para melhorar o rendimento familiar, conforme pode ser observado no Gráfico 54. Para alguns, o que é produzido no lote não é suficiente para o sustendo da família. Esse tema vem sendo tratado desde autores clássicos, que

demonstram que o avançar do capitalismo no campo imprime novas necessidades para os camponeses, os quais perdem a capacidade de auto-sustenção com aquilo que é produzido em sua terra (KAUTYSK, 1980).

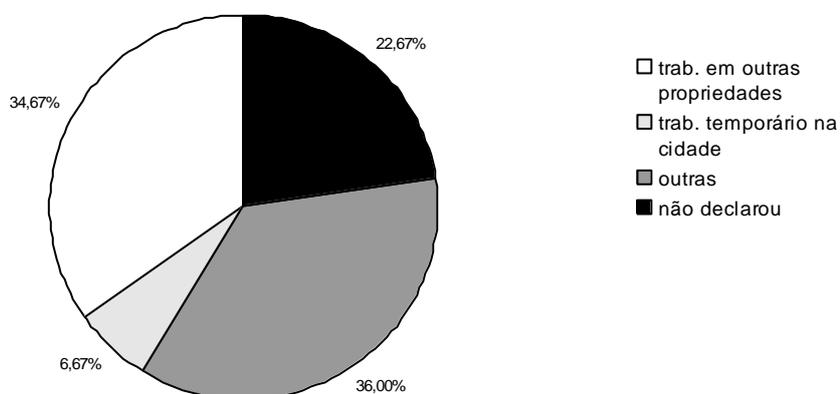


Gráfico 54: Atividades realizadas fora do lote que incrementaram a renda familiar.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Na atualidade, esse tema vem sendo tratado como pluriatividade, uma discussão que por falta de espaço não abordaremos aqui. Contudo, é uma forma que os agricultores encontram para manter o sustento da família, sem ter que necessariamente abandonar totalmente o lote (SCHNEIDER, 2003). Com certeza, existem distinções de formas e estratégias de sobrevivência de acordo com a região em que se localiza o assentamento.

Outra questão que permeia a vida das famílias assentadas é o acesso ao crédito (Gráfico 55), pois apenas uma parcela muito reduzida dos assentados consegue obter os créditos relativos ao programa de reforma agrária do governo federal, como podemos perceber no gráfico a seguir. Apenas 25% das famílias entrevistadas lograram êxito nesse quesito. Como vimos no capítulo anterior, durante a administração Lula, os recursos destinados para a agricultura cresceram a um patamar bem mais elevado do que no governo anterior. No entanto, por conta de problemas relativos à regularização fundiária e à falta de agilidade do órgão executor desse programa, os recursos não conseguem chegar a maioria das famílias assentadas.

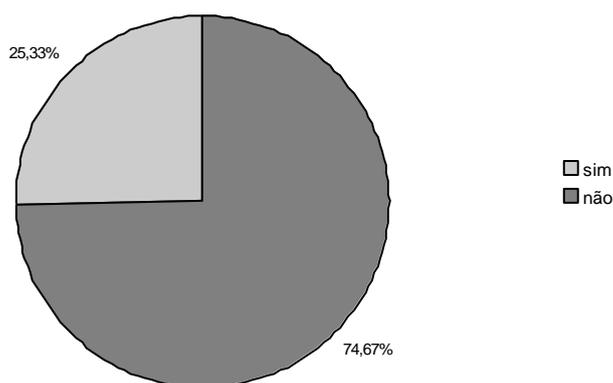


Gráfico 55: Recebeu algum tipo de crédito nos últimos 5 anos.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Essa realidade é claramente descrita pelo presidente da FETAG:

a gente está nesse entrave, tem a política de crédito, tem recurso, os dois bancos estão forçando a barra, o Banco do Brasil e o BASA, dentro do GT que está tentando fazer esse processo andar. Porque a orientação do governo federal é que o dinheiro que vier para Roraima deve ficar na agricultura familiar. E nós estamos ficando com uma fama que todo ano volta em média 30, 40 milhões de reais porque não é aplicado, porque que nós não estamos habilitados. E aí tem algumas figuras que dizem que a agricultura familiar que é desorganizada, mas na verdade não é. Faltam as ações que deixaram de ser feitas por alguns órgãos federais e estaduais que nos impedem pela lei de ter acesso ao crédito. Então essa é a realidade, como é que você pode se organizar para uma coisa se você sabe que não tem acesso a ela, não existe estímulo para isso (Entrevista com o Sr. Luiz Carlos Gomes Lima, 2008).

O crédito instalação tem por objetivo oferecer um suporte inicial para o assentado do Programa Nacional de Reforma Agrária nos projetos de assentamento ou reconhecidos pelo INCRA. O benefício visa garantir a segurança alimentar das famílias assentadas, por meio da compra e aquisição de insumos agrícolas e construção de casas. Dessa forma, as famílias dispõem de condições mínimas para fixarem-se no campo com condições de produzir alimentos e geração de empregos. Nessa modalidade de concessão de crédito encontram-se as seguintes: 1- crédito alimentação ou apoio inicial; 2 – crédito fomento e; 3 – crédito habitação ou aquisição de material de construção. Para os beneficiários do referido programa também é disponibilizado o PRONAF, nas suas várias modalidades (VILHENA JÚNIO, 2008).

Assim, dos 25,33% das famílias que informaram que receberam o crédito instalação, 40,91% obtiveram o crédito alimentação e o crédito fomento (juntamos as duas

modalidades); 4,55% acessaram o crédito habitação e; 54,55% tiveram direito ao PRONAF, nas suas várias modalidades. Podemos visualizar essa distribuição no Gráfico 56:

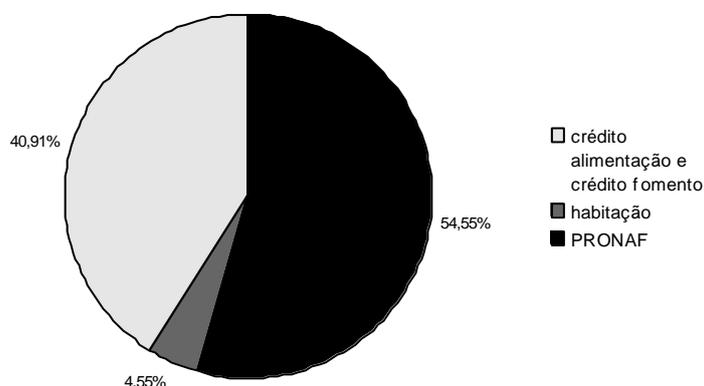


Gráfico 56: Tipo de crédito recebido.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Nessa seção do trabalho, buscamos apresentar, de forma panorâmica, o perfil das famílias assentadas em programas federais de assentamento rural no estado de Roraima. Ao longo dessa etapa, vimos que um dos problemas dessas famílias é o acesso ao crédito. Uma parcela extremamente reduzida dos assentados tem obtido concessão de créditos do Programa Nacional de Reforma Agrária. Um dos motivos alegados pelas lideranças do movimento sindical e social rural é a falta de regularização fundiária e de questões relativas à legislação ambiental. Para essas lideranças, além governo do Estado de Roraima não dispor de uma política pública para agricultura, especialmente para a organização da produção da agricultura de base familiar, falta agilidade e, em certos casos, disposição política dos órgãos federais para solucionar determinados problemas que atravancam o desenvolvimento desses produtores.

De todos os órgãos federais que lidam com a questão da produção de alimentos ou que de alguma maneira atinge a vida do assentado o único que recebeu elogios de forma unânime, seja das lideranças dos movimentos sociais ou das próprias famílias, foi a SEAP, Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca. Conforme entrevista realizada com o senhor Raimundo Corrêa Pinheiro, o Dico Preto, presidente da Colônia de Pescadores Z 40, do município de Rorainópolis, os programas desenvolvidos por essa Secretaria vêm transformando a realidade dos pescadores artesanais que vivem no PAD Anauá e região, com programas de compra direta de pescado e de construção de uma infra-estrutura de apoio à suas atividades.

Contudo, mesmo com as dificuldades de acesso ao crédito e com as mais variadas dificuldades para produzir e escoar sua produção, um número significativo de famílias assentadas está produzindo parte daquilo que consomem e ainda produzindo excedentes para abastecimento das cidades. Com isso não queremos dizer que não existam famílias que se encontrem em situação de insegurança alimentar, mesmo estando assentadas, como veremos no ponto seguinte.

5.3 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

Estamos no começo de 2009 e o mundo todo vive os reflexos de uma crise econômica que se agudizou no ano anterior. O tema vem ocupando espaço em toda a mídia e na sociedade de maneira geral. No entanto, vivemos numa época em que outras crises assolam a humanidade, tão ou mais importantes que a econômica, que é a crise ambiental e a alimentar. Poderíamos afirmar que esse é um momento de crise por que passa todo um modelo de sociedade, que chega aos seus limites. Isso impõe a necessidade de uma reflexão sobre as possibilidades de futuro. Mas o aspecto que nos interessa aqui diz respeito exatamente à situação que leva à escassez de alimentos. No entanto, parece que a crise econômica tomou todos os espaços da imprensa, relegando a discussão da crise alimentar, acentuada em fins de 2007 e início de 2008, para um segundo plano.

Talvez os meios de comunicação tenham reduzido a cobertura sobre a crise de alimentos por conta das perspectivas do Banco Mundial de redução dos preços de alimento em 23%, em 2009 (PREÇO..., 2008), dirigindo maior interesse para o abalo de grandes grupos econômicos. Por outro lado, a menor presença desse tema nos principais jornais e revistas não significa dizer que essa questão deixou de existir, tendo em vista que os números relativos sobre a fome no mundo nos mostram exatamente o contrário.

Os dados levantados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) demonstram que o número de pessoas que passam fome no mundo passou de 832 milhões em 2007, para os 963 milhões registrados em 2008 (NÚMERO..., 2009). Um acréscimo de 131 milhões de pessoas, quase um Brasil, que tem quase 184 milhões de habitante (BRASIL, 2008b). Se considerarmos o espaço de tempo de apenas um ano, podemos concluir que se trata de um verdadeiro desastre mundial, que deixa milhões de pessoas em um estado de insegurança alimentar.

Essa pequena digressão tem a finalidade de discutirmos o tema segurança alimentar e de relacioná-lo com a realidade das famílias assentadas no estado de Roraima; porém, antes apresentaremos alguns conceitos relativos ao tema em tela, trataremos de outra questão, que está diretamente ligada a essa, que é da *soberania alimentar*.

A emergência dos estudos sobre segurança alimentar são recente em termos acadêmicos, tendo em vista o pouco tempo que essa questão passou a fazer parte da agenda política nacional. Prova disso foi a criação da Lei nº 11.346, decretada apenas em 2006, e que regulamentou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), “por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada” (BRASIL, 2006b).

Na verdade, a questão não é tão recente, porém ainda suscita divergentes compreensões de setores governamentais, de setores produtivos, da sociedade civil e dos movimentos sociais. Ganhou destaque nas primeiras décadas do XX, em virtude das guerras mundiais e da recessão de 1930, momento em que esse tema passou a ser tratado como questão de Estado, conforme destacou Maluf (2007, p.30):

A ação estatal foi, sem dúvida, o nascedouro da noção de segurança alimentar cujos significados e possibilidades de aplicação variam conforme as circunstâncias que condicionam a atuação dos governos. No entanto, a participação da iniciativa privada, notadamente das grandes corporações agro-alimentares, tornou-se crescente pela gradativa retração da maioria dos governos, em consonância com as orientações dos principais organismos internacionais.

No entanto, esse mesmo autor chama a atenção para a participação dos movimentos sociais na renovação do conceito de segurança alimentar: “desde os anos 1980 (...) as entidades e redes da sociedade civil foram as principais responsáveis pela introdução de muitos componentes do atual enfoque da segurança alimentar” (MALUF, 2007 p. 30).

No Brasil, de acordo com o autor acima citado, essa discussão remonta a meados do século XX, especialmente com o lançamento da obra de Josué de Castro, *A Geografia da Fome*, em 1946. Sua abordagem concebe que o problema da alimentação é atravessado por questões biológicas, econômicas e sociais e foi com essa chave de interpretação que retratou a fome no país. Contemporaneamente, essa questão envolve

vários setores da sociedade brasileira comprometidos com a construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional³ (MALUF, 2007)

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada na cidade de Fortaleza, em julho de 2007, reafirmou, em seu documento final, que a segurança alimentar:

implica uma concepção de desenvolvimento sócio-econômico que questiona os componentes do modelo hegemônico no Brasil que são geradores de desigualdade, pobreza e fome e com impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde. A busca desse objetivo requer que a PNSAN seja orientada por seis diretrizes integradoras dos diferentes setores de governo e da sociedade civil: (i) promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável; (ii) estruturar sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos; (iii) instituir processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e nutricional e direito humano à alimentação adequada; (iv) ampliar e coordenar as ações de segurança alimentar e nutricional para povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais definidos pelo decreto 6040/07; (v) fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional; (vi) promover a soberania e segurança alimentar e nutricional em âmbito internacional (CONFERÊNCIA..., 2007).

Então, vejamos o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN):

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONFERÊNCIA..., 2004 apud MALUF, 2007, p. 17).

Outro aspecto a ser destacado nessa discussão de segurança alimentar é o que diz respeito ao espaço dos assentamentos rurais, como destaca Silva (2006):

Os assentamentos de reforma agrária se traduzem no lugar privilegiado para o desenvolvimento da agricultura familiar, sendo esta entendida como a forma social mais eficiente para produzir alimentos, visando-se garantir segurança alimentar e nutricional para o conjunto da sociedade (SILVA, 2006, p. 126).

O debate sobre segurança alimentar propiciou a discussão em torno do tema da soberania alimentar. Esse conceito tem recebido contribuições dos movimentos sociais na última década, com o objetivo de discutir “a capacidade dos Estados nacionais

³ O adjetivo nutricional foi incluído na formulação brasileira. Internacionalmente a expressão é conhecida como “segurança alimentar” (MALUF, 2007)

formularem políticas agrícolas e alimentares no contexto da progressiva internacionalização da economia” (MENEZES, 2001 apud MALUF, 2007, p. 22)

Nesses termos apresentamos o conceito de soberania alimentar:

'Soberania alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos' (FÓRUM..., 2001 apud MALUF, 2007, p. 23)

Mais recentemente, movimentos sociais de todas as partes do mundo, reunidos no Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, realizado no ano de 2007 declararam:

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. Nos oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual, e para ENCAUZAR⁴ os sistemas alimentários, agrícolas, pastoris e de pesca para a prioridade das economias locais e os mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional, e coloca a produção alimentícia, a distribuição e o consumo sobre as bases da sustentabilidade meio ambiente, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente, que garanta o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garanta que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzimos os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações. (FÓRUM..., 2007)

Dessa forma, os movimentos sociais rurais se colocaram diante da realidade da questão agrária brasileira e passaram a defender um novo modelo de reforma agrária para:

(...) se contrapor à reforma agrária clássica, que era apenas a distribuição de terra. Isso não resolve mais o problema da pobreza e da desigualdade social de nosso país. Os patamares do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura não são mais aqueles elevados de quando foi desenvolvida a reforma agrária clássica no capitalismo industrial. Qual é, então, esse conjunto de mudanças que compõe as políticas públicas de uma reforma agrária de novo tipo? (...) é terra, agroindústria, educação. Na sequência é também desenvolver novas formas

⁴ Seguir um bom caminho para alcançar o resultado desejado (<http://es.thefreedictionary.com/encauzar>)

sociais de produção para que o agricultor supere a forma individual de produzir. É ainda desenvolver a idéia de que o agricultor tem de se apropriar das sementes, devolver a ele a propriedade das sementes como tinham seus antepassados. Essa é a grande disputa que estamos travando agora no meio rural. Essas sementes vão pertencer às multinacionais ou ficar com os agricultores? Se ficarem com as multinacionais que estão investindo nos transgênicos, isso colocará em risco a soberania alimentar do país. (STÉDILE, 2004, p. 81)

Após essa rápida apresentação de conceitos relativos à soberania alimentar e à segurança alimentar, faremos uma exposição da produção de alimentos nos assentamentos rurais aqui estudados. O acesso a terra nos dias de hoje, como pensado pelos movimentos sociais, não resolve o problema da questão da produção de alimentos. Contudo, esse acesso ainda permite a sobrevivência de muitas famílias: “assim, a produção própria de alimentos garante não só a quantidade como a qualidade da alimentação pelos que obtém acesso à terra” (LEITE; ÁVILA, 2007a, p. 797).

Para Martins (1997) o agricultor que produz na fronteira e longe dos centros consumidores, deverá organizar a sua produção de uma forma que, em primeiro lugar, garanta a produção dos seus meios de vida e, em um segundo momento, poderá produzir um excedente para comercializar; dessa maneira garantiria sua sobrevivência independente das circunstâncias do mercado. É o que o autor chama de *economia de excedente*.

No desenvolvimento da pesquisa, percebemos as dificuldades que os assentados de projetos de responsabilidade do INCRA enfrentam para produzir no interior do estado de Roraima. Porém, mesmo sem uma política pública direcionada para a produção de alimentos como garantia da segurança alimentar da população residente nesse Estado, estes agricultores semanalmente entregam boa parte da alimentação *in natura* que é comercializada nos principais núcleos urbanos do Estado. No entanto, existem famílias assentadas que enfrentam dificuldades, inclusive, para produzir alimentos para sua própria subsistência.

É desagradável falar isso, mas tem que dizer, tem muita gente que avançou o sinal nos limites de derrubada, passou por cima dos limites de derrubada, foi para frente para adquirir o que comer, outros ficaram vivendo quase pela fé, esperando as promessas do governo, a destoca, a assistência técnica e vive hoje quase pela fé. A assistência é pouca e ele adquire pouca coisa, é apenas um morador no lote, não é totalmente assim uma pessoa que produza bem no lote (Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008).

De acordo com a nossa pesquisa de campo, em média os assentados dedicam 3,19 ha do seu lote para a lavoura, porém existe uma variação muito grande, pois

encontramos desde $\frac{1}{2}$ ha, até 20 ha sendo utilizado. Essa área depende muito da região em que se localiza o lote e do tamanho do mesmo, porque de acordo com a legislação deve haver uma área de preservação ambiental dentro de cada lote, podendo essa área ser dispensada quando dentro do próprio PA existir uma área de preservação coletiva. Também existem diferenças entre os limites de exploração entre a área de lavrado e as áreas de mata.

A seguir apresentaremos os alimentos produzidos nos lotes visitados. Fazemos o registro que não foi nosso objetivo levantar quantitativos, mas sim identificar o que era produzido em cada lote, visto que nem a Secretaria de Agricultura e nem o INCRA, dispõem de dados sobre o quê e a quantidade do que é produzido e comercializado nas áreas de assentamento. Existem apenas alguns dados daquilo que é entregue na Feira do Produtor⁵ e alguns levantamentos realizados de forma espontânea por técnicos da Secretaria de Agricultura. Porém, não existe, segundo o que levantamos, uma ação governamental para saber o que efetivamente é produzido e o que é comercializado para outros estados e até mesmo para países vizinhos.

Iniciamos com a apresentação, conforme pode ser observado no Gráfico 57, da produção do arroz, feijão e milho, três produtos que fazem parte da alimentação básica da população.

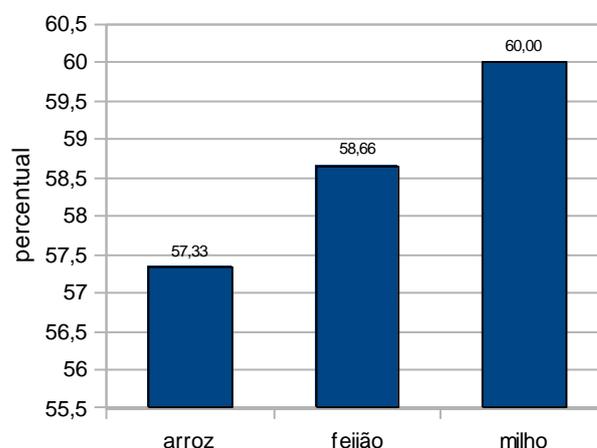


Gráfico 57: Cultivo de cereais e leguminosas.
Fonte: Famílias entrevistadas.

⁵ Maior entreposto de produtos do campo de Roraima. Feira realizada entre a quinta-feira e sábado onde os agricultores de base familiar de todo estado vendem diretamente ao consumidor suas mercadorias ou entregam para atravessadores e comerciantes.

O arroz é uma cultura muito difundida entre os assentados (Figura 21). Porém, deixou de ser um produto comercializável por conta da concorrência com a agricultura mecanizada. Muitos agricultores declaram que ainda produzem arroz em seu lote porque seria “uma vergonha um colono não produzir o seu próprio arroz”. É expressivo o número de lotes que produzem esse alimento 57,33%. Constatamos que várias famílias armazenam sua produção para se consumida ao longo do ano, intercalando os períodos de plantio para que seja possível atender todo o período. Encontramos produção de feijão em 58,66% dos lotes; esse é um produto que tem bom valor comercial: as famílias utilizam para o seu sustento e o excedente é comercializado. O milho segue o mesmo destino; porém, esse produto também é utilizado para alimentação das criações, galinhas, porcos e outros animais.



Figura 21: Produção tradicional de arroz, PAD Anauá.
Fonte: O autor (2008).

No Gráfico 58, podemos acompanhar a variada produção de hortaliças, verduras, legumes e tubérculos, com destaque para a macaxeira e a mandioca, presente em 53,33% dos lotes, sendo a região do PA RR 170 e do PA Jatobá os locais de maior número de roças, mas também é presente no PAD Anauá. Destacamos uma particularidade do PA Nova Amazônia, que entre outros produtos, tem grande produção de hortaliças, destacando-se o cheiro verde e a alface. Os agricultores justificam essa produção por conta da proximidade com a cidade de Boa Vista, não havendo grandes dificuldades com transporte.

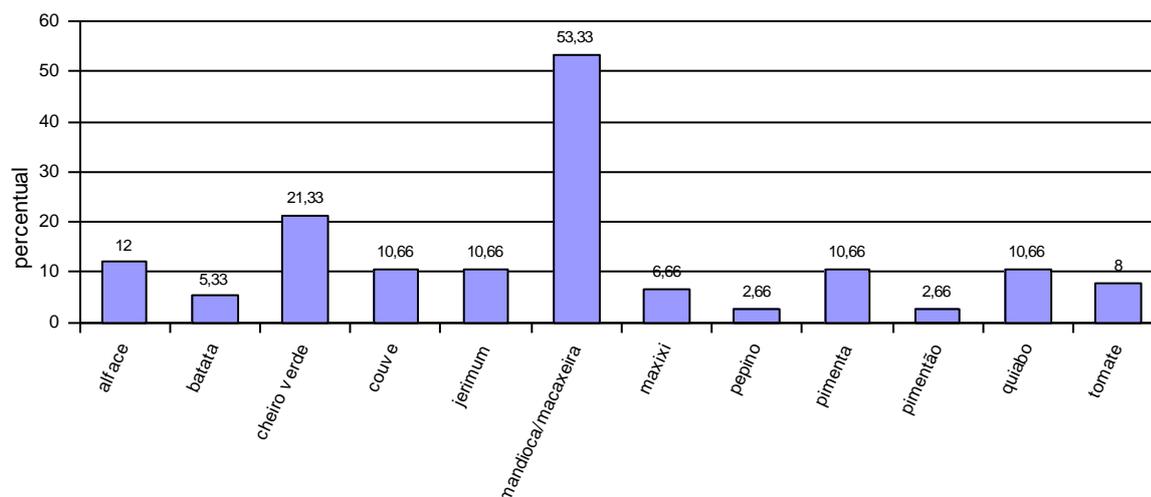


Gráfico 58: Hortalças, verduras, legumes e tubérculos produzidos nos assentamentos por lote.
Fonte: Famílias entrevistadas.

No Gráfico 59, destacamos a variedade de frutas encontradas nos assentamentos, com destaque para banana, produzida em 32% dos lotes. Muitas dessas frutas seguem para o mercado da capital do estado ou para as feiras nas sedes dos municípios. Contudo, retirando as que têm melhor preço, na maioria das vezes a produção é para consumo no próprio lote. Registramos a existência de frutas nos lotes, assim os dados do gráfico abaixo demonstram a produção de mais de uma variedade de fruta por lote:

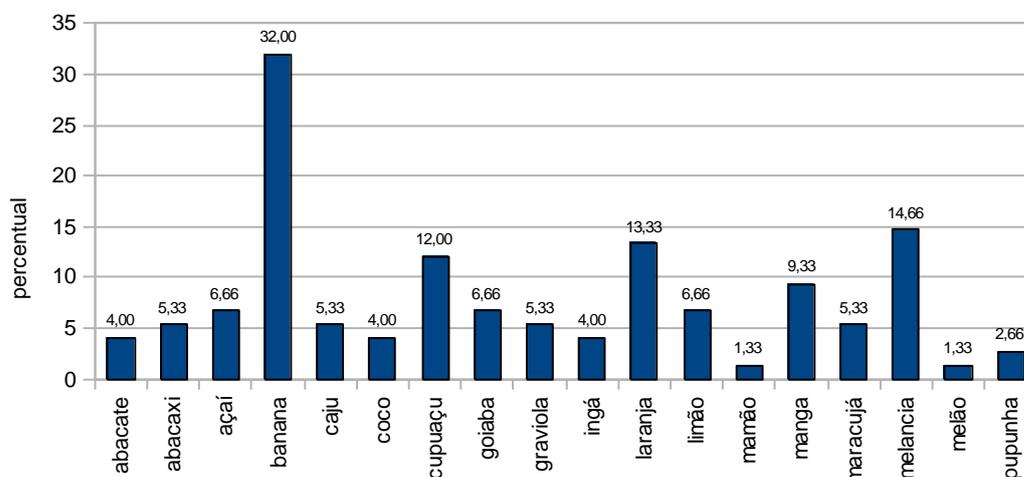


Gráfico 59: variedade de frutas produzidas por lotes.
Fonte: Famílias entrevistadas.

No que concerne à criação de animais (Gráfico 60), praticamente em todos os lotes que chegamos, por menor que fosse, havia uma criação de galinhas, pois pequenos animais ajudam na manutenção das famílias. Porém, a presença do gado chama atenção, até pelo que já foi exposto no capítulo anterior: o surgimento de fazendas dentro de áreas destinadas para reforma agrária, incentivadas com recursos do PRONAF. Esse é um ponto bastante questionado por lideranças tanto do movimento sindical quanto do movimento social rural, pois, na visão desses, os recursos do PRONAF concedidos para assentados da reforma agrária deveriam ser totalmente destinados para a agricultura. A grande crítica que surge nesse momento é o fato de a pecuária apresentar riscos para um produtor de pequena escala, pois qualquer perda na pequena criação representa um prejuízo muito grande, sem mencionar a necessidade de expansão de pastos onde existem florestas.

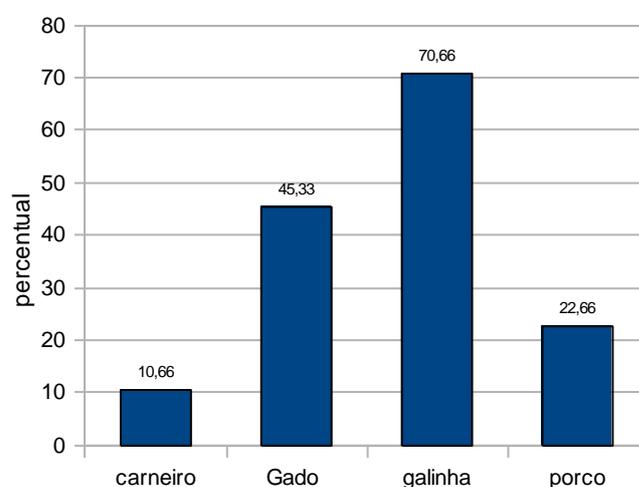


Gráfico 60: Criação de animais por lote.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Por fim, apresentamos outros alimentos que são produzidos nos assentamentos, com destaque para o leite (Gráfico 61).

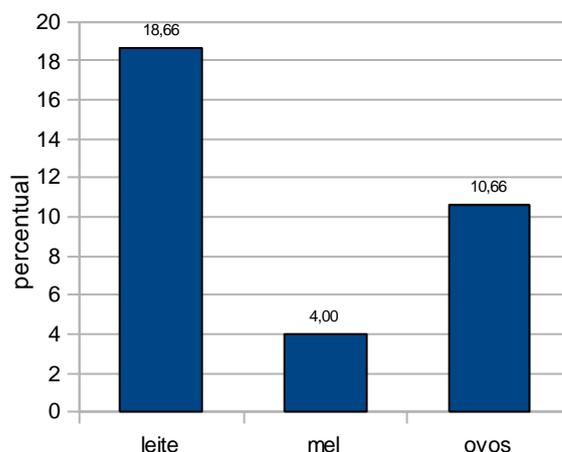


Gráfico 61: Outros alimentos produzidos nos lotes.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Além da produção agrícola que acompanhamos até aqui, encontramos uma pequena indústria caseira, ou seja, a produção artesanal de objetos para uso pessoal ou para fins de comercialização, feitas com fibras de palmeiras e sementes nativas como pode ser observado na Figura 22 (produzidas por D. Santinha no PA Nova Amazônia I), ou de uma diversificada produção de alimentos, como a farinha, que pode ser percebida na Figura 23. Há uma forte presença da mandioca nos assentamentos e a farinha acompanha essa presença. Para algumas famílias, a produção de farinha representa a possibilidade de um ganho monetário que funciona como uma poupança, tendo em vista que a mandioca pode ser colhida entre o segundo e o terceiro ano de seu plantio. Como as roças são intercaladas a produção da farinha pode ser mais ou menos intensificada, dependendo das necessidades financeiras da família. No entanto, como essa é uma produção tradicional, com as restrições de realização de derrubada e queimada de florestas, os agricultores especializados nesse ramo começam a enfrentar dificuldades como veremos mais adiante.



Figura 22: Produção de artesanato com fibras – PA Nova Amazônia I.
Fonte: O autor (2008).



Figura 23: Produção de farinhas – PA RR 170.
Fonte: O autor (2008).

O que nos chamou atenção, porém, foi o número de lotes que não possuem nenhum tipo de produção artesanal (Gráfico 62). Em nosso entendimento isso demonstra a perda de uma das características da agricultura camponesa e pode apontar para uma dependência do mercado.

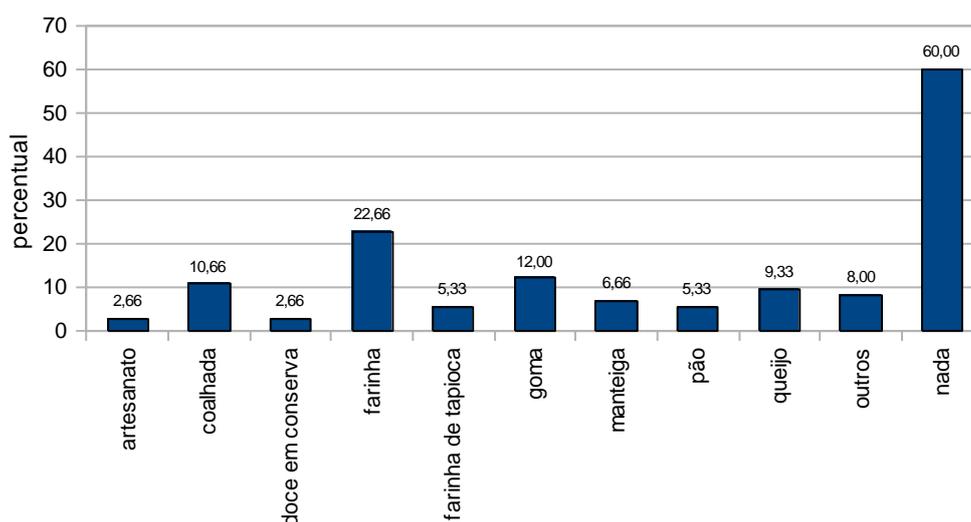


Gráfico 62: Indústria caseira por lote.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Registramos que esses dados não apresentam uma somatória final de 100%, porquanto em um determinado lote pode ser encontrado mais de um produto industrializado artesanalmente, como por exemplo: a farinha, a goma, pães, manteiga, doces, etc.. Enquanto em outros lotes não existe nenhum tipo de indústria doméstica.

Analisando esses dados poderíamos afirmar que, em termos de produção, os assentados em Roraima, no geral, seguem características semelhantes às que foram encontradas nas investigações realizadas, em outras regiões da Amazônia, por Martins: “trata-se de uma economia de excedentes porque o raciocínio que preside a organização da produção, isto é, o que plantar e sobretudo quando plantar e até onde plantar está organizado a partir da idéia de que do que se planta uma parte deveria destinar-se primeiramente à subsistência da família do produtor e um excedente deveria ser produzido para troca ou comércio.” (MARTINS, 1997, p. 190)

Essa observação de Martins pode ser confirmada com os dados do Gráfico 63. Porquanto, a partir de uma estimativa dos próprios assentados, 44% produzem apenas para o seu consumo, enquanto 50,67% produzem para consumo próprio e para o mercado e, apenas, 1,33% produz exclusivamente para o mercado.

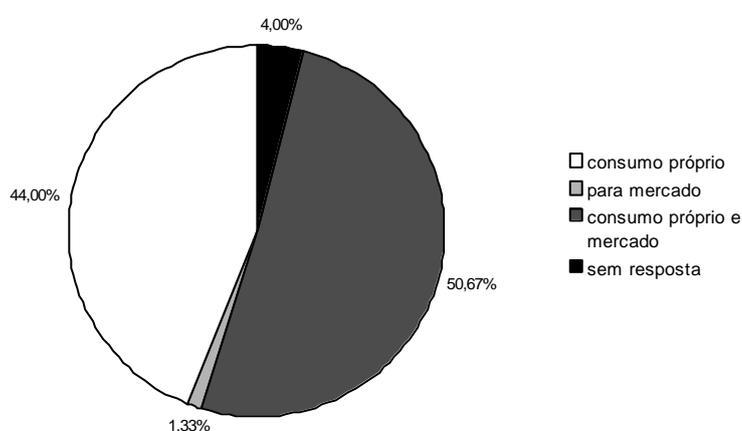


Gráfico 63: Destino da produção do lotes.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Agrupando aqueles que produzem para si e para o mercado com os que produzem exclusivamente para o mercado teremos a seguinte distribuição: a) 37,21% entregam ao mercado de 20 a 30% do que produzem; b) 18,60% entregam ao mercado algo entre 40 a 50 %; c) 16,28% entregam 60 a 70% do que produzem e; d) 27,91% vendem mais de 80% do que é produzido em seu lote (Gráfico 64).

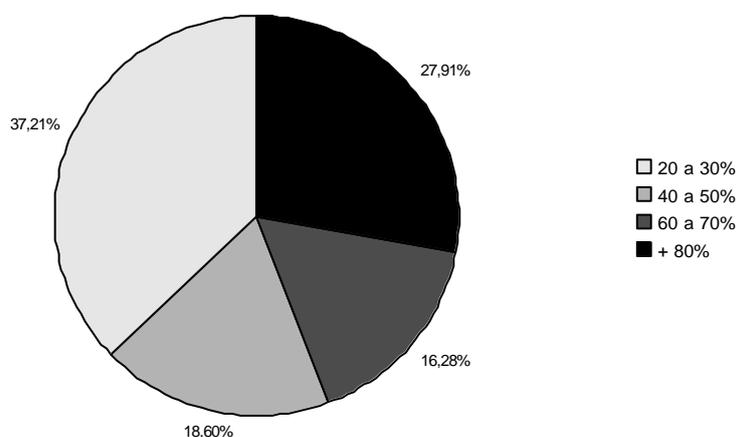


Gráfico 64: Percentual da produção do lote que é destinado ao mercado.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Finalmente, encerrando essa análise de dados com a pergunta sobre quais seriam as maiores dificuldades para produzir naquele assentamento, os resultados podem ser acompanhados no Gráfico 65:

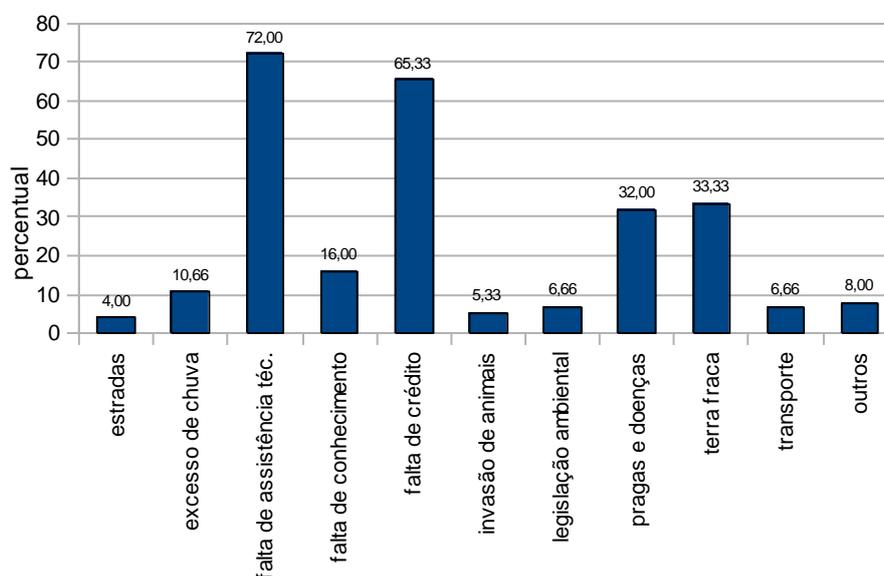


Gráfico 65: Dificuldades para produzir no lote mais citadas.
Fonte: Famílias entrevistadas.

Como podemos acompanhar ao longo desse trabalho, seja nos dados apresentados ou nas imagens que registramos, as respostas dos assentados não se desviaram daquilo que foi demonstrado de outras formas. O destaque fica para falta de assistência técnica, com 72%, e falta de crédito, com 65,33%.

Um dado que recebeu pouco destaque no gráfico acima, com apenas 6,66%, foi a questão da legislação ambiental. No entanto, na visão dos assentados, tal questão atrapalha suas vidas, como pode ser observado em algumas falas de Velho Riba, que comenta as conversas que trava com seus companheiros e amigos:

E rapaz ai fica todo mundo nervoso, todo mundo pirado da cabeça. O problema ambiental é o que mais tá preocupando o povo aqui no RR 170. Onde você chega que tá conversando é o primeiro assunto que sai na história: 'rapaz eu queria brocar um pedaço de roça, mas com esse negócio de meio ambiente agora eu tô sem saber o que fazer, não tem onde plantar nada, pessoal diz que vinha umas maquinas ai para destocar, mas nunca chega' (...) Calma rapaz as coisas vão ter jeito. Ai a resposta vem na ponta da língua: 'quando vier o jeito já morreu todo mundo de fome porque a barriga não espera por ninguém'. Ai fica aquele negócio é o que se vê por ai nas pessoas é o nervosismo sobre esse problema de não poder derrubar, não poder queimar e nem vir a assistência e ter que comer todos os dias, ter que trabalhar para fazer alguma coisa para comer. E como? E com

medo de meter a cara acolá ai o IBAMA chega e multa, tá multado. Meio ambiente chega com carro da polícia. - Vamos levar! (Entrevista realizada com o Sr. Velho Riba, 2008).

Outro morador do PA RR 170 também enfatiza a mesma questão. Como presidente de associação de agricultores da região, diz que ouve reclamações todo os dias:

A maior dificuldade aqui é que não se pode desmatar, então o colono desmata não porque gosta de derrubar a floresta, mas é porque ele não tem conhecimento de outras técnicas que permita produzir sem derrubar. O colono passou sua vida toda plantando nesse sistema, derrubando e plantando. Não existe uma assistência técnica para que ele possa produzir em um pequeno pedaço de terra, a nossa esperança é que isso aconteça. Então a produção se torna pequena, pois vem o embargo do IBAMA, não pode desmatar, já chegou no limite, o colono também não deseja desmatar ai ele fica esperando a assistência, a terra destocada e mecanizada e que seja dado a assistência e nisso a produção diminui. Como hoje pouca gente tem arroz para comer, pouca gente tem produção (Entrevista com o Sr. Claro Matias, 2008).

Nessa outra fala de Velho Riba, parece que está a chave da explicação do problema: existe uma cultura instalada, um modo de produzir que não pode ser quebrado de um momento para o outro; são gerações e gerações que seguem produzindo de uma determinada forma; de repente, chega o Estado e impõe uma nova maneira para o assentado. Tanto a sociedade quanto o Estado o tratam como bandido: estamos nos referindo aqui ao homem e mulher que vive no campo e não dispõe nem de capital financeiro, nem cultural para estabelecer um novo processo produtivo.

Ai eu fico pensando comigo, vai demorar muito tempo para se acostumar com essa história, pois o trator veio e destocou, mas ninguém cuidou, ninguém veio arar a terra, ai a terra vai se estragar. O camarada berra, berra, mas na hora de plantar nessa nova maneira o camarada acha que na terra destocada e arada não é roça, porque pra ele roça tem que ser brocada e queimada (Entrevista realizada com o Sr. Velho Riba, 2008).

Essa angústia dos assentados descritas por Velho Riba e pelo senhor Claro Matias podem ser melhor compreendida a partir da leitura de Ferrante e Queda, que afirmam sobre a importância da “a comida tem significado simbólico e, no caso dos assentados, aparece associada à luta por manter práticas agrícolas que lhes permitam tirar da terra o seu sustento” (FERRANTE; QUEDA apud BERGAMASCO; FERRANTE, 2005, p. 81).

Contudo diante da situação caótica porque passam os assentados no estado de Roraima, boa parte desses produz para o seu sustento e ainda fornece muito daquilo que é consumido em Boa Vista e nos municípios do interior, confirmando aquilo que Arcangeli(1987, p.75) concluiu em sua obra: “de fato, ao se considerar a extrema

precariedade de condições em que produz o pequeno agricultor, não é possível acusá-lo de ineficiência econômica porque, apesar de tudo, além de conseguir manter sua família, proporciona um excedente para o mercado e este tem alimentado as cidades.”

E complementamos com Sauer para reafirmar o que vimos demonstrando ao longo dessa dissertação:

a produção – e a conseqüente geração de renda – é um elemento central para a sobrevivência – e melhoria das condições de vida – das famílias, conseqüentemente um desafio para a efetividade das ações de reforma agrária. A produção assume inclusive um valor simbólico – o acesso à terra cria trabalhadores produtivos – e media uma relação ou interação social com o entorno dos projetos, o que é muito diferente da tal “viabilidade econômica” (SAUER, 2005, p. 62).

Ao encerrar esse capítulo, faz-se necessário voltarmos a enfatizar a realidade vivenciada pelas famílias assentadas em Roraima: desde as que vivem nas condições mais precárias, nos assentamentos sem estradas, com picadões que durante os período de chuvas tornam praticamente impossível o deslocamento; sem energia elétrica; sem acesso a uma educação adequada; até aquelas que, com muito esforço, com luta, muitas vezes enfrentando o próprio Estado, conseguiram organizar a produção e alcançaram uma condição digna de vida. No entanto, apesar de todo esse quadro, percebemos que o acesso à terra transforma a realidade de milhares de pessoas, embora apenas o acesso à terra não seja mais suficiente para garantir a permanência das famílias nos assentamentos.

Fica a certeza de que é necessário, pois, que a sociedade brasileira encontre uma solução para a questão agrária e efetivamente realize uma reforma agrária estruturante, que possibilite a permanência das famílias nas áreas rurais com dignidade e que isso abra uma possibilidade de construção de uma sociedade com verdadeira segurança alimentar. Somente nessas condições teremos, efetivamente, um estado de soberania alimentar, que viva sem riscos da dependência dos humores do *mercado* e do abalo das bolsas de valores que transformaram alimentos em *commodities*. Mais que um sonho, uma utopia, isso é uma necessidade que se encontra nos horizontes de expectativas da nossa sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade dos assentamentos rurais localizados no estado de Roraima demonstrou que a sociedade brasileira ainda necessita encontrar, com urgência, uma solução para a questão agrária nacional. Como foi observado ao longo desse trabalho, o simples acesso à terra não é suficiente para resolver o problema das desigualdades sociais e da pobreza em nossa sociedade, em especial no meio rural. Também constatamos que o modelo clássico de reforma agrária, de distribuição de terras, não comporta mais as necessidades de quem vive em projetos de assentamento ou em pequenas propriedades rurais. Nos dias de hoje, faz-se necessária a construção de uma política pública de reforma agrária que não apenas distribua terra; além do acesso, é necessário que os produtores diretos tenham acesso ao crédito, à cultura, à educação e à saúde de qualidade. Enfim, faz-se necessária a criação de uma agroindústria que não subjugu os agricultores e que crie possibilidades de desenvolvimento de novas formas de produzir e que não confinem os agricultores apenas ao seu lote (STÉDILE, 2004).

Em contraste com esse conjunto de constatações, ao examinarmos o II PNRA e compararmos o que foi previsto para ser executado com aquilo que efetivamente existe nos assentamentos rurais vinculados ao INCRA no estado de Roraima, percebemos que o que efetivamente foi executado deixou muito a desejar em relação aquilo que foi planejado e divulgado na Conferência da Terra, no ano de 2003.

Para procedermos o exame e a análise do referido plano, buscamos entender, por meio de uma visada panorâmica, como a questão agrária se processou ao longo da história do Brasil. Por meio desse procedimento buscamos desvelar como uma determinada concepção do uso e da posse da terra foi construída nessa sociedade, em detrimento de outras. Assim, percebemos como uma pequena parcela dessa sociedade foi, ao longo de séculos, apropriando-se das terras do Estado. Paralelamente a esse processo de apropriação de terras públicas, aprofundado a partir do século XIX com a Lei de Terras, de 1850, observamos a forte e constante presença do Estado brasileiro no desenvolvimento da agricultura: afinal, coube a ele formular e implementar uma legislação que propiciou o estabelecimento de um modelo agro-exportador, responsável, ao longo da história nacional, pela exclusão de parcelas significativas da população.

Com o processo de industrialização que o Brasil passou a vivenciar a partir de 1930, notamos uma estrondosa transformação da sociedade brasileira, que deixou de ser eminente agrária para ser cada vez mais urbana, apesar de o número de pessoas que

vivem em áreas rurais ainda ser muito significativo.

A consolidação e o aprofundamento do modelo agroexportador vinculado à indústria nacional e o processo de urbanização da sociedade tiveram implicações para a agricultura, porquanto o crescimento populacional com a maior presença de habitantes nas cidades impôs uma determinada pressão sobre a agricultura e esta precisou restabelecer seus processos produtivos para atender às novas demandas das cidades por alimentos e por matéria prima para as indústrias.

Dessa forma iniciou-se aquilo que ficou consagrado na literatura que trata da questão agrária brasileira como o processo de modernização conservadora da agricultura. As elites nacionais optaram por um projeto de desenvolvimento nacional, especialmente na agricultura, de caráter conservador, porquanto os avanços tecnológicos e as novas técnicas produtivas não foram acompanhadas por uma revisão da estrutura agrária nacional, impedindo, assim, o acesso à terra a milhões de trabalhadores rurais e propiciando a exploração e a expropriação de milhares de camponeses.

Quando esses camponeses começaram a levantar a cabeça por meio da organização popular, exigindo transformações na estrutura agrária e a realização de uma reforma agrária que distribísse terra para quem nela trabalhasse, o país entrou num momento de obtusa direção e de forte repressão.

Esse momento coincidiu com a expansão do capitalismo na Amazônia brasileira, que passou a receber a atenção da burguesia nacional e do capital internacional, bem como um fluxo de milhões de brasileiros que se deslocavam de suas regiões de origem por conta da propaganda governamental de acesso fácil à terra e da disponibilidade de riquezas naturais, mas também por conta dos conflitos sociais impostos pela modernização conservadora da agricultura e pela repressão da ditadura militar pós-1964, sem mencionar tantas outras pessoas que seguiam para o Norte em busca dos seus objetivos e interesses pessoais.

Esse fluxo foi incentivado por programas e ações do governo federal, tais que a construção de estradas, a criação de projetos de colonização, concessão de incentivos fiscais, propaganda de terra fácil, exploração mineral e a construção de grandes obras de infra-estrutura, sem mencionar a criação da Zona Franca de Manaus.

Esses deslocamentos provocariam a completa alteração da paisagem dessa vasta região, empurrando as populações originárias dessa terra para dentro da floresta e para regiões mais distantes do contato com a sociedade nacional. Essa situação agravou-se até o momento em que os conflitos chegaram a uma situação de genocídio de povos

indígenas e de conflitos entre fazendeiros, posseiros, camponeses, garimpeiros e entre os próprios indígenas em disputas pela terra.

Esse cenário implicaria em transformações sociais e acarretaria a ocupação, por parte da sociedade nacional, das faixas de fronteira, incluído aí o estado de Roraima, que especialmente a partir dos anos de 1970, começa a receber fluxos maiores de migrantes. Com o tempo, essa corrente tornou-se um movimento intermitente e, nos anos de 1980, deu-se a acentuação desse processo, que pode ser compreendida por conta de certos atrativos de Roraima, que vão além da própria criação do Estado, passando pela ampliação da exploração dos garimpos, pela disponibilidade de terras e pela propaganda e incentivos oferecidos pelo governo do Estado.

As pessoas que chegavam a Roraima, normalmente seguiam para Boa Vista. No entanto, em virtude dos projetos de colonização e da garimpagem, muita gente seguia para núcleos urbanos do interior, hoje transformados em cidades, a exemplo de Rorainópolis, que atualmente é a segunda maior cidade de Roraima em termos populacionais (IBGE, 2008b).

Com o fim do período de exceção, essas áreas de colonização continuaram sendo ocupadas com o mesmo estado de precariedade daquele período, mas obviamente, com os reflexos de algumas ações que foram implementadas com a instalação de uma determinada infra-estrutura.

Muitas pessoas que chegam a Roraima são originárias de um mundo rural e buscam nesse espaço uma forma de continuar esse modo de vida, especialmente porque seguiram a propaganda do governo estadual de obtenção de terra fácil. Assim, com o passar do tempo e com o interesse do agronegócio nas terras da União disponíveis nesse estado, aquela facilidade de obtenção de lotes deixou de existir ou pelos menos foi reduzida.

Por conta dessa nova realidade, em que sobressai a disputa por terras entre agricultores de base familiar, sem-terras e trabalhadores rurais contra grileiros de terra, madeireiros, fazendeiros e empresários e políticos representantes do agronegócio, Roraima passa para um novo patamar. Centenas de famílias passam a se organizar em torno da Central dos Assentados de Roraima e em torno da FETAG e dos sindicatos a ela filiados com a finalidade de reivindicarem a regularização dos lotes, a liberação de créditos dos programas de reforma agrária e o assentamento de famílias cadastradas no programa virtual de reforma agrária do governo de Fernando Henrique Cardoso (OLIVEIRA, 2006).

Essas mobilizações se acentuaram na campanha presidencial de 2002 e, especialmente, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República, no ano de 2003. A partir dessa data surge uma nova modalidade de luta pela terra em Roraima: aqueles que estavam cadastrados em programas do INCRA e não foram assentados, passam a ocupar terras da União, organizados pela CAR, FETAG e pelos sindicatos de trabalhadores rurais no âmbito de cada município, que contou com movimentos de ocupação de terras, além do apoio da CPT.

Diante da precária realidade encontrada na maioria absoluta dos projetos de assentamento do governo federal em Roraima, como de resto em todo o Brasil, Lula, que havia sido eleito com forte apoio popular, nomeia para sua equipe pessoas comprometidas com a reforma agrária e identificadas com o MST, CONTAG e CPT. Dessa forma, e seguindo um espírito de busca da superação da questão agrária brasileira, formou-se um grupo de trabalho que elaborou uma proposta que daria sustentação ao II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Como o tempo de quem tem fome e desejo de trabalhar na terra para sustentar sua família não acompanha a lentidão dos relógios de Brasília, já nos primeiros meses de governo Lula ocorre uma intensificação das ocupações de terra por todo o Brasil e em Roraima essa tendência é seguida: surgem os acampamentos da antiga Fazenda BAMERINDUS e uma série de outros pelo interior do estado.

Entretanto, Lula não foi eleito apenas com o apoio popular, mas também por setores da burguesia nacional e, especialmente, por camadas dos setores mais reacionários da sociedade brasileira, ligados ao latifúndio, agora transfigurado em agronegócio. Esses setores faziam e fazem parte da base de apoio do governo Lula no Congresso Nacional e, por isso, apresentaram a fatura do apoio político em 2002 e exigiram que o governo tomasse providências em relação as ocupações de terras (FERNANDES, 2003; SAMPAIO JÚNIOR, 2005).

A partir de então, Lula vai-se afastando dos movimentos populares, demite algumas pessoas de sua equipe que eram comprometidas com a reforma agrária e sinaliza para esses movimentos que a reforma agrária já não é prioridade do seu governo (FERNANDES, 2003; SAMPAIO JÚNIOR, 2005).

Embora houvesse a esperança que a eleição de um governo de caráter “popular” possibilitasse um avanço no que diz respeito à realização de uma reforma agrária de cunho estruturante e que intervisse diretamente na estrutura fundiária brasileira, um país onde a concentração de terras historicamente é uma das mais altas do mundo, essa

proposta foi-se esvaindo ao passo em que o governo seguia pelo caminho oposto. O que houve foi uma aproximação de Lula com o agronegócio, ao ponto de promover o elogio dos representantes de um dos setores em que mais ocorrem denúncias de trabalho em condição análoga à escravidão, qual seja, o sucroalcooleiro, chamados, então, de heróis nacionais (PRESIDENTE..., 20/03/2007).

A posição adotada por Lula, em relação aos destinos da reforma agrária, não chegou a ser surpreendente, pois os posicionamentos de sua corrente política que atuava dentro do PT, na CUT e na CONTAG haviam dado uma guinada nos seus compromissos estabelecidos com os sem-terras ainda na primeira disputa eleitoral em 1989. O grupo político do presidente foi-se afastando do modelo de sindicalismo que havia ajudado a construir e foi-se aproximando do chamado sindicalismo de resultados. Assim, a luta por reforma agrária ficou em segundo plano ou deixou de existir para ser substituída por um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural, onde a prioridade seria o desenvolvimento de uma agricultura familiar integrada ao mercado e no qual os problemas agrários seriam resolvidos a partir da realidade capitalista (FERNANDES, 2003).

Mais do que entregar os problemas agrários do campo brasileiro para serem solucionados pelo mercado, como se a estrutura agrária do país não interferisse nesses problemas, foi deixar os assentamentos rurais sob responsabilidade do INCRA em um verdadeiro estado de abandono; pelo menos foi o que constatamos em nossa pesquisa de campo e nas visitas que realizamos em cinco projetos de assentamento vinculados a SR 25.

O II PNRA previa em seu texto a realização de novos assentamentos, além de uma política de recuperação de assentamentos antigos, com garantia de crédito para os agricultores, regularização de terras, acesso a cultura, educação e saúde, energia elétrica, saneamento básico, infraestrutura adequada para produzir e escoar a produção. Sem mencionar que os trâmites da reforma agrária deveriam ganhar agilidade no âmbito dos órgãos federais, entre outras questões que foram abordadas ao longo do trabalho.

Segundo Oliveira (2006) o governo falseia as informações que são divulgadas para os movimentos sociais, em particular, e para sociedade, em geral. Para esse autor, o problema está no sistema de cadastro do próprio INCRA, que esconde interesses particulares desde governos anteriores, inflando dados, confundindo colonização e reordenamento fundiário com reforma agrária.

No caso específico de Roraima existem ações que são realizadas pelo INCRA, pelo MDA e pela SEAP em vários assentamentos; porém, diante do quadro de grande

precariedade dos projetos existente em todo o Estado, as atividades executadas por esses órgãos acabam assumindo o caráter de política compensatória e focalizada.

É claro que temos consciência de que existem limitações orçamentárias que muitas vezes impedem a realização dos projetos no ritmo em que foram planejados. No entanto, como vimos no terceiro capítulo dessa dissertação, em Roraima, durante o governo Lula, os processos de assentamento se iniciaram após a ocupação de terras da União e de grande mobilização por parte das famílias assentadas e acampadas. Ainda hoje várias famílias estão acampadas aguardando por um pedaço de terra e sofrendo com o descaso do INCRA, bem como com decisões equivocadas da justiça estadual, mas, o que é pior, com as ameaças de grileiros e com a violência policial.

Também vale registrar o que foi retratado na Seção 5, onde vimos que a infraestrutura física dos assentamentos nesse Estado é bastante precária. Assim, não há como se falar em reforma agrária em circunstâncias como essas. Em uma situação onde certos agricultores têm dificuldade inclusive para produzir o alimento consumido por sua família, passando por uma situação de insegurança alimentar, há ainda muito a ser implementado em termos de uma reforma agrária que verdadeiramente queira garantir a segurança alimentar da sociedade brasileira e, por conseguinte, sua soberania no que diz respeito a produção de alimentos.

Haverá, talvez, algum leitor que pode até considerar que estamos exagerando e carregando nas tintas das críticas ao governo federal. Porém, após ter tido uma vivência próxima, ao longo de pelo menos um ano, com famílias assentadas, com lideranças dos movimentos sindicais e sociais rurais e com servidores do INCRA, pudemos conhecer a realidade dos agricultores que vivem nos projetos de responsabilidade do governo federal. O que vimos ao longo desse período, faz do II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, um simples rabisco no papel.

Essa é, enfim, a triste constatação final desse texto, pleno de constatações negativas. Mas é esse o ponto, afinal, do qual pode extrair a sua positividade, haja vista que esperamos sirva de alerta sobre as necessidades de processarmos mudanças efetivas na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. O Intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. (orgs). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém : CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís : EDUFMA, 1987.

BARROS, Nilson Cortez C. **Roraima**: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional : estudo de ocupação pioneira na América Latina. Recife : Editora Universitária da UFPE, 1995.

BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio F. Dimensões humanas do uso e cobertura das terras na Amazônia: uma contribuição do LBA. **Acta da Amazônia**, Manaus, v. 35, n. 2, p. 239–247, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aa/v35n2/v35n2a14.pdf>. Acesso em 12 nov. 2008.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 3. ed. São Paulo : Editora Ática, 1994.

_____. Significância contemporânea da fronteira : uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (org.). **Fronteiras**. Brasília : Editora da UNB ; Paris : ORSTOM, 1988.

_____. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro : Garamond, 2007.

BERGAMASCO, Sônia M.; FERRANTE, Vera Lúcia S. B.. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária : a polêmica que nunca saiu de cena : debatendo o livro A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: FRANÇA, Galvão de França; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate**. Brasília : MDA/NEAD, 2005. p. 75-88

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo : Brasiliense, 1996.

BOITO JUNIOR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n. 17, 2003. Disponível em : http://bibliotecavirtua.l.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/unicamp/Governo_Lula.pdf. Acesso em: 24 ago. 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos** : táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro : ZAHAR, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6.754, de 28 de janeiro de 2009**. Brasília, 2009. http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2007-2010_/2009/Decreto/D6754.htm. Acesso em: 28 fev. 2009.

BRASIL. Presidência da República. Controladoria-Geral da União Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de auditoria anual de contas INCRA-SEDE 2007**. Brasília, 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Roraima**. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/paginas/regioes/sites/mds-em-numeros/paginas/estados/roraima>. Acesso em 12 fev. 2008.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra 2007/2008**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2008c.

BRASIL. Ministério Público. **MPF/RR propõe ação de improbidade contra ex-superintendente do INCRA**. Brasília, 2006a. Disponível em: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/imprensa/iw/nmp/publ ic.php?publ=8092>. Acesso em: 14 jun. 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006_/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 27 dez. 2006b.

BRENNEISEN, Eliane. Assentamentos rurais: estabelecendo um diálogo entre duas perspectivas de análise. In: FRANÇA, Galvão de França; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate**. Brasília : MDA/NEAD, 2005. p. 206-237

CANUTO, Antônio et. al. **Conflitos no campo – Brasil 2007**. Goiânia : CPT-Nacional, 2007.

CARDOSO, Carlos Alberto de Sousa. O MST e a sua instalação no Estado de Roraima em 2006. **Revistas Textos e Debates**, Boa Vista, n. 15, 2008. (*no prelo*)

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Reforma agrária: a proposta é uma coisa, o plano do governo é outra. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr., 2004. Entrevista reproduzida da revista Sem Terra, do MST. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a31v1850.pdf> . Acessado em: 10 de abril de 2008.

CARVALHO, Horácio M. de. Resistência social contra a expansão das monoculturas. In: CANUTO, Antônio et. al. **Conflitos no campo – Brasil 2007**. Goiânia : CPT-Nacional, 2007.

CARVALHO, Horácio M. de. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária. Curitiba, 2005. Disponível em: http://www.desempregozero.org.br/artigos/politica_compensatoria_de_assuntos_Rurais.pdf. Acesso em: 15 out. 2008.

_____. **A questão agrária e o fundamentalismo neoliberal no Brasil**. Curitiba, 2004. Disponível em: http://www.resistir.info/brasil/questao_agraria.html. Acesso em: 23 mar. 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2003. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1)

CAVALCANTI, Carlos J. B.. **Vila Félix Pinto**: um cenário cheio de táticas e estratégias para se construir uma localidade. 2006. 59 f. Monografia (Curso de Especialização em História Regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

CENTRAL DAS ORGANIZAÇÕES RURAIS DE RORAINÓPOLIS-RR. **Informativo COPER**. Rorainópolis, RR, s/d.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 3., 2007, Fortaleza. **Documento final**. Fortaleza, 2007. Disponível em: www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/index.htm. Acessado em : 22/06/2008.

DELGADO, Nelson Giordano. Negociações comerciais e agricultura familiar no primeiro Governo Lula : avanços e impasses. In: LIMA, Eli Napoleão; DELGADO, Nelson Giordano; MOREIRA, Roberto José. **Mundo rural**: configuração rural-urbana: poderes e políticas. Rio de Janeiro : Maud X; EDUR, 2007.

DINIZ, Alexandre. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: **FORMAÇÃO** do espaço amazônico e relações fronteiriças. Boa Vista, 1998.

FAVARETO, Arilson. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, v. 21, n. 62, p. 27-42, out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-6909_2006_003_0002&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 24 ago 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: FRANÇA, Galvão de França; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate**. Brasília : MDA/NEAD, 2005. p. 113-132.

_____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **Revista OSAL**, v. 4, n. 11, mai.-ago., 2003. p. 31-39, Disponível em: <http://osal.clacso.org/espanol/html/OSAL%2018/AC18Fernandes.pdf>. Acessado em: 21/05/2008.

_____. **Contribuição aos estudos do campesinato brasileiro formação e**

territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FIGUEIREDO, Roberta Maria B. **Fronteira e identidade:** um estudo sobre os deslocamentos de “maranhenses” para o sudeste do Pará como estratégias de manutenção da condição camponesa. UFMA : Mimeo. s/d

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007, Nyéléni. **Declaração de Nyélény.** Disponível em: http://www.wrm.org.uy/temas/mujer/Declaracion_Mujeres_Nyeleni_PR.html. Acesso em: 12 jul. 2008.

FRANÇA, Galvão de; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate.** Brasília : MDA/NEAD, 2005.

GARCIA, Afrânio. A Sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 154-189, jul./dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1517-45222003000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 29 ago. 2007.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pd/f/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>. Acessado em: 29 jul. 2007.

GOMES, José Carlos Costa. Pesquisa agropecuária e reforma agrária: contribuição para a análise da qualidade dos assentamentos. In: FRANÇA, Galvão de França; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate.** Brasília : MDA/NEAD, 2005. p. 155-167.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma Agrária como política social redistributiva.** Brasília : Editora Plano, 2001.

GONÇALVES, Renata. Assentamentos como pactos de (des)interesse nos governos democráticos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 15/16, p.184 – 195, 2005/2006. p.184-195.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr./jun. 2007 – Impressa em abril 2007.

HAMELIN, Philippe. O fracasso anunciado. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** 2. ed. Belém : CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979a.

_____. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1979b.

IANNI, Octavio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964 – 1978. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.

IBGE. **Censo agropecuário 2006** : resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2007a.

IBGE. **Contagem da população 2007**. Rio de Janeiro, 2007b.

INCRA. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação** : SR 25, 03 jun. 2008.

INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária** : paz, produção e qualidade vida no meio rural. 2004. http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo : Proposta Editorial, 1980.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, mai./ago. 2002.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **Um futuro para o campo**: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro : Vieira e Lent, 2007a.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **RER**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 777-805, jul/set 2007b.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir e CINTRÃO; Rosângela. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília; São Paulo : NEAD; UNESP, 2004.

LÉNA, Philippe. Diversidade da Fronteira Agrícola na Amazônia. In: AUBERTIN, Catherine (Org.). **Fronteiras**. Brasília: Editora da UNB; Paris: ORSTOM, 1988. p. 90-129

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

LINS, Marcos. Uma agenda atual das políticas públicas. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Fávio Carvalho. (orgs). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro : Mauad, 1998.

LISITA, Frederico O. **A Importância da agropecuária familiar na economia nacional**. Viçosa, 2005. Disponível em: <http://www.portaldogronegocio.com.br/conteudo.php?id=22829>. Acesso em: 15 abr. 2008.

MAGALHÃES, Maria das G. S. S. **Amazônia Brasileira**: processo histórico do

extrativismo vegetal na mesorregião sul de Roraima. Porto Alegre, 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MALUF, Renato Sérgio J. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis : Vozes, 2007.

MARQUES, Marta Inez M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (org.) **Significados da Terra**. Brasília : Editora UNB, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo : Pioneira, 1973.

_____. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo : Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis : Vozes, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1985.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo : Hucitec, 1986.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo : HUCITEC, 1997.

_____. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003a.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social**. novembro de 2003b.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 2003c.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2004

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: o processo de circulação do capital – Livro I, volume 1**. 21. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

_____. **El Capital: critica de la economía política – Tomo III**. 27. Ed. México : Fondo de Cultura Económica, 2001.

_____. **O 18 brumário e Cartas a Kugelmann**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1978.

MATTEI, Lauro. Reforma agrária e programas de assentamentos rurais: o dilema atual da questão agrária brasileira. In: FRANÇA, Galvão de França; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate**. Brasília : MDA/NEAD, 2005. p. 168-183.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **“Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiar”:** **considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros**. Disponível em: <http://biblioteca.virtu.al.cla.cso.org.ar/ar/libros/rural/medeiros.pdf>.. Acesso em: 12 jul. 2008.

_____. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo : Editora Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.

MOURÃO, G. M.N.. **Colonización reciente y asentamientos rurales en el sureste de roraima, amazonia brasileña:** entre la política y la naturaleza. Valladolid, 2003. Tese (Doutorado)- Departamento de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Valladolid. 2003.

MULLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Desmatamento na Amazônia. **Correio da Cidadania**. 20 de outubro de 2008. Entrevista concedida a Valéria Nader e Gabriel Brito. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/content/view/2463/9/>, acessado em 30 out. 2008.

_____. **Lula é o presidente companheiro dos grileiros da Amazônia**. 08 agos. 2008. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/lula-e-o-presidente-companheiro-dos-grileiros-da-amazonia>. Acesso em: 20 nov. 2008.

_____. **A não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula**. In: Reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, mar. 2006. Disponível em: <http://www.landaction.org/gallery/ANaoReformaAgrariaNoGovernoLULA.pdf>. Acesso em: 14 out. 2008.

_____. **Sociedade brasileira não está acostumada a ver ações políticas de massas**. Entrevista. 20/06/2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/MST/pagina.php?cd=732>. Acessado em 20/10/2008

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 6ª ed.. Petrópolis : Vozes, 1988.

_____. A privatização do público, destituição da fala e anulação da política: totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria C. (Org.). **Os Sentidos da Democracia**: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis : Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

OLIVEIRA, Indira Duarte de. **Estratégias governamentais para colonização agrícola e os trabalhadores rurais**. Boa Vista, 2005. 143 f. Monografia (Especialização em História Regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

PEREIRA, José Roberto. Terra e reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (org.) **Significados da Terra**. Brasília : Editora UNB, 2004.

PLANO Agrícola e Pecuário 2007/2008. **Síntese das Medidas**. Disponível em: http://www2.faeq.com.br/meiorural/documentos/PLANO_AGRICOLA_PECUARIO_2007_2008_Light.pdf. Acessado em: 09 abr. 2008.

PLANO Safra estimula produção no Amazonas, 26/08/2008 Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/noticias/plano-safra-estimula-producao-no-amazonas>. Acessado em: 30/08/2008.

PROGRAMA agrário do PT 1989. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500 -1960**. São Paulo : Expressão Popular, 2005a. 189-210, V. 3.

PROGRAMA agrário da campanha presidencial do PT – 2002: Programa Vida Digna no Campo. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil - o debate tradicional: 1500 -1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005b. p. 211-232, vol. 3

RESOLUÇÕES do 3º Congresso Partido dos Trabalhadores, 30 de agosto a 2 de setembro de 2007, São Paulo, Brasil. Porto Alegre : Partido dos Trabalhadores, 2007. Disponível em: <http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/arquivos/resolucoes3congresso.pdf>. Acessado em: 30 out. 2008.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política**. Belém, 1996. 131f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

RODRIGUES, Kátia B.; SOUZA, Carla M. Migração Maranhense para Boa Vista. In: VIEIRA, Jaci G. (Org.). **O Rio Branco se enche de história**. Boa Vista : Editora da UFRR, 2008.

FECOR. Roraima: economia e mercado: anuário estatístico e dados econômicos e

sociais. Boa Vista : FECOR, 2005

SAMPAIO, Plínio de Arruda. A reforma agrária que nós esperamos do governo Lula. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez M. (Orgs). **O campo no século XXI**. São Paulo : Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 319-332.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. Brasil: as esperanças não vingaram. **Revista OSAL**, v. 4, n. 18, set. / dez. 2005. Disponível em: http://osal.clacso.org/espanol/html/OSAL%2018/AC_18Sampaio.pdf. Acesso em: 21/05/2008.

SANTOS, Maria José dos. **A implantação dos Projetos de Assentamento e a criação do Sindicato Rural em São João da Baliza nas décadas de 1970 a 1980**. Boa Vista, 2006. 67 f. Monografia (Especialização em História Regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas públicas, economia e poder**. Belém, 2004. 271f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SANTOS, Raimundo. O Agrarismo brasileiro na interpelação de Caio Prado Jr.. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho (Orgs). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro : Mauad, 1998.

SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Galvão de França; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate**. Brasília : MDA/NEAD, 2005. p. 57-76

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Marcio M (orgs.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias e reforma agrária de mercado**. São Paulo : Expressão Popular, 2006.

SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Marcio M. A “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil. **Revista Proposta**, ano 30, n. 107, dez./fev. Endereço eletrônico: http://www.icarrd.org/en/proposals/Sauer_Pereira.pdf. Acessado em: 22/02/2008.

SAYAGO, Doris; MACHADO, Luciana. O pulo do gato: o INCRA e a questão fundiária na Amazônia. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel. (Org.) **Amazônia cenários e cenários**. Brasília : Editora UNB, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo : Edições Loyola, 1993.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003.

SILVA, Angela Maria Moreira. **Normas para apresentação dos trabalhos técnico-científicos da UFRR**. Boa Vista : Editora da UFRR, 2007.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. São Luis, 2006. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão.

SILVA, José Gomes da. Um modelo para uma “reforma agrária social” no Brasil. In: GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro (Orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis : Vozes, 1991.

SILVA, José Graziano. **Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária**. São Paulo : Brasiliense, 1985.

_____. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. In: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio Carvalho. (Orgs.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro : Mauad, 1998. p. 79-91.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2001.

STÉDILE, João Pedro. (Org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2002.

STÉDILE, João Pedro. O movimento social e as políticas públicas para o campo. In: ROCHA, Marlene (Org.). **Segurança Alimentar: um desafio para acabar com a fome no Brasil**. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2004.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária Inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. V.1.

VALE, Ana Lia Farias. **O Ceará em Roraima: migração de cearenses 1980-1999**. Jaboticabal : FUNEP, 2005.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1972

VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura. **Trajetória de Luta pela Terra dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Ajaraní: do Acampamento ao Assentamento**. Boa Vista, 2008. 137 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

WEHRMANN, Magda E. S. F. **A soja no cerrado de Roraima: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira**. Brasília, 1999. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.

JORNAIS

AGÊNCIA BRASIL DE FATO. Agronegócio versus reforma agrária. Plácido Júnior, Disponível em: http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especiais/agrocomus_tivei_sagronegocio-versus-reforma-agraria/?searchterm=Agroneg%C3%B3cio%20versus%20reforma%20agr%C3%A1ria. Acesso em: 10/06/2008.

AMEAÇA de novas invasões leva Lula a pedir paciência. **FOLHA ON LINE**, São Paulo, 25 jun. 2003. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/Brasil/fc250_6200304.htm. Acesso em : 10 de maio de 2008.

ASSENTAMENTO Patoá: Assentados denunciam ameaça de fazendeiros. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 15 out. 2008. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php>. Acesso em 05 nov. 2008.

FAMÍLIAS são despejadas de acampamento. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 29 out. 2008. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php>. Acesso em 05 nov. 2008.

FOLHA ON LINE. Lula tem pior ano em desapropriação de terras. 07/01/2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0701200802.htm>. Acesso em: 10/06/08.

FOLHA ON LINE. Mais da metade dos moradores de Roraima e do Distrito Federal são imigrantes. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/ultnot/2008/09/18/ult6843u6.jhtm>. Acesso em 12/01/2009.

INCRA reassenta na Amazônia sem licença ambiental. 05/01/2008. **FOLHA ON LINE**. Pablo Solano da Agência Folha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u360405.shtml>. Acesso em: 10/06/2008.

MOVIMENTOS sociais querem prioridade nas terras para a agricultura familiar. **Folha BV On Line**. Boa Vista: Editora Boa Vista, 2007. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/>. Acesso em 28/09/2007.

MST bloqueia BR 174 e revolta populares. **Folha BV On Line**, Boa Vista, 14 de agosto 2007. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php>. Acesso em 21/ ago 2007.

NOMEAÇÃO de Pedro Paulino é tratada como acordo político. **Folha BV On Line**, Boa Vista, 06 fev. 2009. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php>. Acesso em 03 mar. 2009.

NÚMERO de pessoas que passam fome no mundo aumentou em 2008, diz ONU. **FOLHA ON LINE**. 26 jan. 2009. Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u494509.shtml>. Acesso em: 02/02/2009.

PARA coordenador do MST, reforma está "atrasada". **FOLHA ON LINE**. 25 de jun. de 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2506200305.htm>. Acessado em: 10/05/2008.

PREÇO dos alimentos cairão 23% em 2009, diz Banco Mundial. **FOLHA ON LINE**. 09 dez. 2008 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u477199.shtml>. Acessado em 18/12/2009.

PRESIDENTE Lula chama usineiros de heróis. São Paulo, 20 mar. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>. Acessado em: 14 abr. 2008.

RURALISTA quer audiência com Lula. 25 de jun. de 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2506200303.htm>. Acessado em: 10 de maio de 2008.

SAMPAIO, Plínio de Arruda; COMPARATO, Fábio Konder; SILVA, José Afonso da. Uma justiça de classe. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de abril de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u360405.shtml>. Acesso em: 10/06/2008.

TAXA de aprovação a Lula bate novo recorde e alcança 70%, diz Datafolha. São paulo, 05 dez. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u475465.shtml>. Acesso em: 19 dez. 2008.

ENTREVISTAS

Claro Matias, Presidente da Associação de Produtores Familiares do PA RR 170, 2008.

Cris Silva Sousa, Secretária Executiva da Agência de Desenvolvimento Sustentável de Rorainópolis (ADELIS), 2008.

Dora Ferreira França, responsável pelo PRONERA/UFRR e moradora do PA Nova Amazônia, 2008.

Eduardo Vitor da Rocha, Coordenador do Setor Frente de Massa e Mobilização do MST/RR, 2008.

Geraldo Troian, morador do PA Nova Amazônia (Murupu), 2008.

Gilberto Teles dos Santos, coordenador do Setor de Educação, MST/RR, 2008.

Gilvan Paiva Pereira, agricultor e liderança do PAD – Anauá, 2008.

José Carlos Treto, morador do PA Nova Amazônia (Murupu), 2008.

José Ribamar de Araújo, Velho Riba, morador do PA RR 170, 2008.

Joabe Araújo Oliveira, morador do PA Jatobá, 2008.

Juarez Diniz, morador do PAD Anauá, 2008.

Luiz Carlos Gomes Lima, presidente da FETAG, 2008.

Marcelo da Silva Pereira, articulador territorial do Território da Cidadania Sul de Roraima, 2008.

Mozarildo da Silva, morador do PA Nova Amazônia I (Truaru), 2008.

Rosângela Piovizani Cordeiro, Coordenação Nacional do MMC, 2008.

Raimundo Corrêa Pinheiro (Dico Preto), Presidente da Colônia de Pescadores Z 40, 2008.

Ricardo José Ferreira de Brito, Presidente da CAR, 2008.

Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, moradora do PA Nova Amazônia I (Truaru), 2008.

Valdeci Cardoso Lima, Presidente da Central das Organizações Rurais do Município de Rorainópolis, COPER, 2008.